

VOLUME 6  
NÚMERO 1  
ANO 2011

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE LINGUÍSTICA  
DA UNIVERSIDADE DO  
PORTO

FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DO  
PORTO

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

## **Diretora:**

Ana Maria Brito (Universidade do Porto)

## **Secretariado Editorial:**

João Veloso (Universidade do Porto)

## **Conselho Científico:**

Alexandra Guedes Pinto (Universidade do Porto)

Ana Cristina Macário Lopes (Universidade de Coimbra)

Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa)

António Leal (Universidade do Porto)

Belinda Maia (Universidade do Porto)

Carmen Matzenauer (Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul)

Clarinda Azevedo Maia (Universidade de Coimbra)

Cláudia Brescancini (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)

Fátima Henriques da Silva (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

Fernanda Irene Fonseca (Universidade do Porto)

Francisco Lacerda (Universidade de Estocolmo)

Georges Kleiber (Universidade de Strasbourg)

Gerd Wotjak (Universidade de Leipzig)

Gianpaolo Salvi (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)

Ignacio Bosque (Universidade Complutense de Madrid)

Ildikó Szijj (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Inês Duarte (Universidade de Lisboa)

Isabel Galhano Rodrigues (Universidade do Porto)

Isabel Margarida Duarte (Universidade do Porto)

Jean-Pierre Angoujard (Université de Nantes)

João Costa (Universidade Nova de Lisboa)

Joaquim Brandão de Carvalho (Universidade de Paris 8)

Krista Varantola (Universidade de Helsínquia)

Lluís Payrató (Universidade de Barcelona)

Luís Filipe Cunha (Universidade do Porto)

Maria Clara Barros (Universidade do Porto)

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Maria Helena Mateus (Universidade de Lisboa)

Maria Helena Paiva (Universidade do Porto)

Maria João Freitas (Universidade de Lisboa)

Marina Vigário (Universidade de Lisboa)

Olívia Figueiredo (Universidade do Porto)

Rogélio Ponce de León Romeo (Universidade do Porto)

Sónia Frota (Universidade de Lisboa)

Thomas Hüsgen (Universidade do Porto)

Violeta Demonte (Universidade Autónoma de Madrid)

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. 6, Nº 1, 2011

FICHA TÉCNICA

*Linguística*  
*Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*  
Vol. 6, Nº 1, 2011

ISSN: 1646-6195

Diretora:  
Ana Maria Brito

Secretariado Editorial:  
João Veloso

Editores:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:  
José Osswald

Impressão e acabamentos:  
Invulgar - Artes Gráficas

Depósito Legal:  
248653/06

Tiragem:  
200 Exemplares

Esta publicação foi financiada pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, unidade apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, PEst-OE/LIN/UI0022/2011.

A Revista está registada no DOAJ e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191&sum=sim>

# SUMÁRIO

Nota da Direção.....	5
Artigos	
Spanish double passives and related structures <i>Ignacio Bosque, Ángel J. Gallego</i> .....	9
Contrastive hierarchies, privative features and Portuguese vowels <i>Joaquim Brandão de Carvalho</i> .....	51
On Double-Headed Relative Clauses <i>Guglielmo Cinque</i> .....	67
Dos construtos teóricos para as aplicações: o professor como um dos mediadores <i>Maria da Graça L. Castro Pinto</i> .....	93
Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português Europeu Contemporâneo <i>Ana Cristina Macário Lopes</i> .....	125
The retroflex <i>r</i> of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of language attitudes in Minas Gerais <i>Iris Rennie</i> .....	149
Formas completas e apocopadas no imperativo singular português à luz dos textos <i>Ildikó Szijj</i> .....	171
Recensões	
N. Asher. <i>Lexical Meaning in Context. A Web of Words</i> <i>Purificação Silvano</i> .....	189
C. Barros. <i>Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo</i> <i>Ana Maria Brito</i> .....	193

P. Gonçalves. A Génese do Português de Moçambique <i>Joaquim Barbosa</i> .....	201
F. Hailon. Idéologie par voix/e de presse <i>Isabel Margarida Duarte</i> .....	205
N. N. Zhang. Coordination in Syntax <i>Maria do Carmo Oliveira</i> .....	211

## Nota da Direção

É com satisfação que se publica o número 6 de *Linguística, Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. De novo temos um número generalista, onde estão representadas várias áreas da Linguística, a sintaxe, a fonologia, a semântica / pragmática, a linguística aplicada ao ensino da língua materna, assim como a fonologia / a morfologia histórica. Seguem-se cinco recensões críticas.

Ignacio Bosque e Ángel J. Gallego estudam as propriedades sintáticas de um tipo de passiva presente nalgumas variedades do Espanhol moderno, as passivas duplas, assim designadas porque contêm duas passivas adjacentes (*Ese producto fue empezado a ser usado como conservante*), usando para tal a noção de concordância à distância de Chomsky (2001) e aproveitando para distinguir fenómenos de reduplicação e redobro, dialogando de certo modo com o artigo de Artemis Alexiadou publicado no número 5 desta Revista (Alexiadou 2010).

Joaquim Brandão Carvalho mostra que vários aspetos da fonologia do Português Europeu, tais como a redução de padrões fonológicos, o inventário de ditongos e as vogais nasais podem receber uma análise unitária no quadro da Contrastive Hierarchy Theory (CHT) de Dresher's (2009).

Guglielmo Cinque analisa as orações relativas com núcleo duplo, isto é, as relativas que, além de um núcleo / antecedente externo, têm um núcleo interno, explorando a sua sintaxe e confrontando diferentes análises teóricas.

Maria da Graça Pinto, como o título do seu artigo indica, reflete sobre a relação entre constructos teóricos e aplicações, pensando nomeadamente nos professores, autores de programas e de materiais escolares como mediadores, de quem se espera uma formação sólida que lhes permita conhecer quem vai adquirir o quê e de que forma.

Ana Cristina Macário Lopes estuda as orações subordinadas finais de enunciação no Português Contemporâneo, distinguindo-as das orações subordinadas finais de conteúdo; a caracterização destas orações é feita em termos sintáticos, mas também em termos semântico-discursivos.

Iiris Renniecke estuda a vibrante retroflexa do Português Brasileiro, ligando-a não a uma situação de contacto de línguas ou à neutralização de codas líquidas posteriores mas a uma mudança fonética independente presente noutras línguas. Analisa também o fenómeno do ponto de vista sociolinguístico, através de um teste de atitude.

Ildikó Szijj estuda duas variantes do imperativo singular dos verbos portugueses acabados em *-zer/-zir*, uma com vogal temática, *faze* e outra apocopada, *faz*, usada na língua falada atual. Perante alguns comentários das gramáticas históricas segundo os quais a forma normativa teve uma evolução cíclica, *FACE* > *faz* >> *faze* >> *faz*, o artigo descreve a apócope do *-e* final como regra fonética geral e a apócope na conjugação do português e examina as formas do imperativo singular deste tipo de verbos em textos de diferentes épocas, que permitem perceber duas tendências: a congruência do sistema e a iconicidade.

Seguem-se cinco resenhas.

A Direção da Revista não pode deixar de exprimir o enorme prazer e a honra de publicar textos de linguistas tão prestigiados e deseja que, mais uma vez, este número suscite interesse na comunidade linguística portuguesa e internacional.

Agosto de 2011  
Ana Maria Brito

Artigos



# Spanish double passives and related structures\*

Ignacio Bosque

ibosque@filol.ucm.es

*Universidad Complutense de Madrid (Spain)*

Ángel J. Gallego

angel.gallego@uab.cat

*Universitat Autònoma de Barcelona (Spain)*

ABSTRACT. This paper studies the properties of a previously unnoticed passive construction found in some varieties of present day Spanish. Such construction, which we refer to as *double passive* (following NGRALE 2009), contains two adjacent passive complexes (*Ese producto fue empezado a ser usado como conservante*, Eng. That product was started to being used as a preservative), but only one of them is interpretable as a *bona fide* passive. We discuss the properties of this structure, suggesting that the passive (i.e., participial) morphology of the aspectual predicate (i.e., *fue empezado*) is uninterpretable, and obtained through a mechanism of agreement at a distance (Chomsky's 2000, 2001 Agree).

KEY-WORDS. Agreement, auxiliaries, doubling, passive, Romance, uninterpretable features.

## 1. Introduction

It is a well-known observation that Romance languages allow for pronominal clitics to co-occur with full argumental DPs in their argumental position in so-called *clitic doubling*. In the examples below, the clitics *lo* (Eng. him) and *le* (Eng. to her) are associated to the DPs *el libro* (Eng. the book) and *la actriz* (Eng. the actress), the doubles.

---

\* This research has been partially supported by grants from the Ministerio de Educación y Ciencia-FEDER (HUM2006-13295-C02-02), Ministerio de Ciencia e Innovación (FFI2010-20634), Generalitat de Catalunya (2009SGR-1079), and Universidad Complutense (UCM-930590). This work was presented at the seminar of the *Centre de Lingüística Teòrica* (Universitat Autònoma de Barcelona, 18th February 2011), whose audience we thank for valuable discussion and questions. Special thanks to Luis Sáez for comments on a previous version of this paper. Usual disclaimers apply.

- (1) a. *Lo leímos el libro.* (Spanish)  
 CL-him read-1.PL the book  
 We read the book
- b. *Le envié flores a la actriz.* (Spanish)  
 CL-to.her sent-1.SG flowers to the actress  
 I sent flowers to the actress

The question that data like these raise dwells on the nature of clitics, which may (and have) be(en) analyzed in different ways. In earlier accounts, such as Jaeggli's (1986), clitics were treated as the real arguments of the verb, doubles being regarded as adjuncts that needed to be Case licensed by mechanisms other than government (typically, the insertion of a preposition; see Kayne 1975). Previous and current approaches to doubling differ from each other when it comes to determining whether the clitics *lo* and *le* in (1) are base generated in a functional layer of the clause (as the spell-out of an agreement head; see Jaeggli 1982, 1986b, Sportiche 1993, Suñer 1988, and Zubizarreta 1999), or else moved from an argumental position (see Kayne 1975, 1991, Ormazabal & Romero 2010, and Rizzi 1986), where they form a complex constituent with the direct and indirect objects (as argued by Belletti 2005, Cecchetto 2000, Torrego 1985 and Uriagereka 1995).

We are aware that doubling and reduplication are different phenomena, as Alexiadou (2010) has emphasized recently<sup>1</sup>. It is worth remembering that doubling is a property of functional, rather than lexical, categories, that is, a property of the categories involved in agreement processes. Doubling of lexical categories is thus expected to be unavailable, presumably as a consequence of these categories being  $\varphi$ -feature-free, and thus unable to participate in agreement dependencies<sup>2</sup>. This suggests that syntactic approaches to doubling must be considered under a general, formal theory

---

<sup>1</sup> That is, adjectival reduplication—a resource for intensification and iteration in many languages, as Moravcsik (1978), Alexiadou (2010) and many others have pointed out—is not to be confused with doubling. Good candidates for reduplication are also Uriagereka's (2008) cases involving finite state loops with an emphatic import, as in *Estoy muy muy muy cansada* (Eng. I am very tired). See also Roca & Suñer (1997) for related discussion.

<sup>2</sup> This is particularly clear in approaches where lexical categories have the form in (i), where  $\alpha$  stands for a light functional head (in the sense of Marantz 2001, 2007).

(i) [ $\alpha$   $\sqrt{\text{ROOT}}$ ] where  $\alpha$  = a, v, n

of syntactic agreement, which in recent years has become a hotly debated topic (see Boeckx 2008, 2009, Caha 2009, Adger et al. 2008, Pesetsky & Torrego 2004, Roberts 2010, and references therein)<sup>3</sup>.

The literature on doubling has been largely devoted to the study of clitics, even though other cases of syntactic duplication, involving elements such as possessives, complementizers, or comparative particles, have been acknowledged (see Barbiers 2010, Barbiers et al. 2010, Lekakou 2010, and references therein). In this paper we would like to explore a previously unnoticed doubling construction that is exhibited in some non-formal varieties of Spanish, which we, following NGRALE (2009: § 41.2n), refer to as *double passive*. This structure is shown in (2b):

- (2) a. La ermita fue construida en el siglo XIV. SINGLE PASSIVE(Spanish)  
the church be-3.SG built in the century XIV  
The church was built in the 14<sup>th</sup> century
- b. La ermita fue empezada a ser construida en el siglo XIV.  
DOUBLE PASSIVE (Spanish)  
the church be-3.SG started to be built in the century XIV  
The church was started to be built in the 14<sup>th</sup> century

Unlike the single passive example in (2a), (2b) involves a cluster of two verbal complexes: the basic passive periphrasis, headed by a lexical verb (*ser construida*, Eng. be built), and the doubling passive periphrasis, headed by a tensed form of *ser* plus an aspectual verb (*fue empezada*, Eng. was started). A salient (and rather intriguing) property of Spanish double passives concerns the expletive nature of some of its components. In particular, whereas the high auxiliary (*fue*) and the low past participle (*construida*) make a semantic contribution in terms of temporal and passive (participial) information respectively, the low auxiliary (*ser*) and the high past participle

---

<sup>3</sup> Although we take doubling processes to be specific cases of agreement, some well-known configurations of agreement should not be included in the same list, regardless of the fact that grammaticalization processes convert lexical pieces into grammatical morphemes. Consequently, doubling structures do not strictly include the *ne... pas* double negation in French, negative concord in Romance, subject-verb agreement, or personal pronouns as possible substitutes for wh- traces in resumptive structures, among many other configurations.

(*empezada*) do not, being mere agreeing (i.e., redundant) forms. If this is so, an immediate question that emerges is why the basic passive is doubled, given that only one of its instances is interpreted. Notice that single passives display a similar division of labor between the auxiliary and the past participle (the former encodes inflectional information, whereas the latter provides passive voice), but it is nonetheless odd that the two forms sandwiched in between of double passives fail to display the interpretation that they usually do.

Also relevant is the fact that the double passive in (2b) is interpretively equivalent to the much more standard variant in (3), where only the lexical verb bears passive morphology. That is, double passives are interpreted as single passives in Spanish or English: *Fue empezada a ser construida* means 'It was started to be built', and it is equivalent to the standard Spanish variant *Empezó a ser construida*.

- (3) La ermita empezó a ser construida en el siglo XIV. (Spanish)  
 the church began-3.SG to be built in the century XIV  
 The church started to be built in the 14<sup>th</sup> century

Things get more complex the moment we consider a second variant, the one in (4), also attested (and more frequently so than the double passive; see NGRALE 2009: 3044 and ff.) in present day Spanish. In this single passive, the reading is, yet again, analogous to that in (2b) and (3). This is interesting too, for the lexical verb in (4) is in its active form, while the auxiliary is passivized.

- (4) La ermita fue empezada a construir en el siglo XIV. (Spanish)  
 the church be-3.SG begun to build in the century XIV  
 The church started to be built in the 14<sup>th</sup> century

Discussion is organized as follows: section 2 introduces different patterns of auxiliary doubling. In section 3, we discuss the properties of the auxiliaries that are involved in double passives. Section 4 focuses on passive doubling in Spanish, for which we propose an analysis according to which redundant passive morphology is a consequence of multiple

*Long Distance Agree* (in the sense of Bhatt 2005, Boeckx 2004, 2009, Chomsky 2001, and López 2007); we further discuss the restrictions that this construction is subject to, and its apparently restricted cross-linguistic presence. In section 5 we turn our attention to passive infinitivals, which play a crucial role in a series of constructions where a passive reading is available without any morphological support. Section 6 summarizes the main conclusions.

## 2. Remarks on auxiliary doubling

As noted in the previous section, the literature on doubling has, by and far, focused on clitics and the dependencies they establish with functional heads. Interestingly enough, other doubling structures inside the VP have been reported, even though they have not received much attention. This is the case of auxiliaries, which can also be doubled under certain circumstances in some languages.

To begin with, it is worth remembering that both HAVE and BE can be doubled in auxiliary structures. The double perfect in literary French, named *passé surcomposé* by French traditional grammar, is a straightforward case of HAVE doubling. This combination corresponds to the pattern «HAVE-inflected + HAVE-participle», as can be seen in (5):

- (5) a. Quand il a eu fini le travail. (French)  
when he have-3.SG had finished the work  
When he finished the job
- b. Après que j'ai eu parlé. (French)  
after that I-have-1.SG had spoken  
When I had spoken

As glosses indicate, the auxiliary *avoir* (Eng. have) appears both as a finite form and a participle. Although some exceptions exist, most instances of French HAVE doubling structures appear in temporal subordinate clauses, more specifically in *quand* (Eng. when) clauses, or in sentential complements of *après* (Eng. after), *dès* (Eng. since), *aussitôt* (Eng. as soon as), *une fois* (Eng. once), *à peine* (Eng. just), and similar expressions (see Carruthers 1994, 1998, Apothéeloz 2010, and Paesani 2001). These contexts basically coincide

with those licensing so-called *pretérito anterior* (e.g., *hube cantado*, Eng. I sang) in present day literary Spanish (NGRALE 2009: § 23.16i-k):

- (6) a. Apenas hube terminado de leer la carta, escribí la respuesta. (Spanish)  
 just had-3.SG finished of read-INF the letter wrote-1.SG the answer  
 As soon as I finished reading the letter, I wrote the answer
- b. \*Hube terminado de leer la carta y escribí la respuesta. (Spanish)  
 had-1.SG finished of read-INF the letter and wrote-1.SG the answer  
 I finished reading the letter and I wrote the answer

The data above suggest that the morphological inflection of the *pretérito anterior* (the past form *hube*) plays a role in Spanish similar to that of the doubled *avoir* in French. In particular, both units come close to be a morphological mark that embodies the retrospective information lexically induced by a temporal P or wh- operator: *when*, *after*, etc.<sup>4 5</sup>.

An alternative pattern of HAVE doubling is found in some Germanic languages, where the *have* tokens are not adjacent. The example below, taken from Barbiers et al. (2010), illustrates this variant.

- (7) Ik heb de fiets twee keer gestolen gehad. (Brabatisch Dutch)  
 I have-1.SG the bike two times stolen had  
 I have stolen the bike twice

<sup>4</sup> Some simple infinitive / perfect infinitive alternations in English and other languages (see (i) and (ii) below) seem to fit in the same general pattern, indicating that (sometimes covert) past morphology is licensed in non-finite clauses (see Bosque & Torrego 1995 for discussion).

(i) Después de {verlo / haberlo visto}. (Spanish)

after of see-CL-it have-CL-it seen

After seeing it / having seen it

(ii) Por {romper el cristal / haber roto el cristal} le castigó. (Spanish)

for break-INF the glass have-INF broken the glass CL-him punished-3.SG

He punished him for breaking the glass / having broken the glass

Bosque & Torrego (2005) account for this variability by taking HABER to involve two layers: a temporal and a perfective one, as indicated in (iii). Crucially, as these authors argue, Spanish infinitivals license the perfective shell of a covert HABER.

(iii) [<sub>TP</sub> T<sub>[PAST]</sub> [<sub>PerfectP</sub> Perfect]] = HABER

<sup>5</sup> Poletto (2009) also reports cases of HAVE doubling in some Northern Italian dialects, as shown in (i):

(i) Co go bio magnà. (Northern Italian)

when have-1.SG had eaten

When I had finished eating

The main difference between (5) and (7) does not only stand on the characteristic OV order of Germanic auxiliary system, but also on the (apparently) unmarked nature of *have* doubling in (5). As expected, BE + HAVE, instead of HAVE + HAVE (i.e., HAVE doubling), is obtained with unaccusatives and other BE-taking predicates, as in the following example of the French *passé surcomposée*:

- (8) Dès que je me suis eu assis. (French)  
since that I CL-to.me be-1.SG had seated  
As soon as I was seated

Just like HAVE doubling, BE doubling is reported in some Northern Italian dialects by Poletto (2009) for passives and unaccusative structures. Surprisingly, it is also attested for passives in some variants of substandard present-day Spanish - although rarely found outside journals - :<sup>6</sup>

- (9) a. El internacional 'bleu', que insultó a su técnico en el descanso del. . .  
the international bleu that insulted-3.SG to his coach in the half-time of-the  
. . . partido entre México y Francia, fue sido expulsado de la concentración  
game between Mexico and France was-3.SG been expelled of the concentration  
[from *Marca* 6.21.2010]

The bleu international player, who insulted his coach in the half-time of the game between Mexico and France, was been expelled from the group

- b. Más de 30 personas fueron sido detenidas en diferentes actos  
more of thirty people were-3.PL been arrested in different acts  
de desobediencia civil  
of disobedience civil [from *Las Américas* 12.12.2010]

More than thirty people were been arrested in different acts of civil disobedience

- c. Asimismo, las medidas de protección [...] tampoco fueron aplicadas  
likewise the measures of protection neither were-3.PL applied

---

<sup>6</sup> It is worth noting that in the examples (9b) and (9c) the second instance of *be* is inflected as default (masculine, singular). We take this to indicate that the «BE + BE» cluster behaves as a unit that does not provide a specifier position in between for the relevant DP to move into. This would be enough to explain the lack of agreement, under a theory like Kayne's (1993). We return to this issue in section 6.

por el Estado y otros tres miembros de la familia *fueron sido* asesinados.  
 by the Government and other three members of the family were-3.PL been  
 murdered [from ABC 10.8.2010]  
 Likewise, the protection measures were not implemented by the  
 Government either, and three more family members were murdered

Since native speakers tend to reject these constructions when they are exposed to them, this pattern might simply be the syntactic result of an afterthought, more specifically the result of crossing or mixing the periphrastic passive pattern (*fueron asesinados*, Eng. were murdered) and the present perfect passive structure (*han sido asesinados*, Eng. have been murdered). Even if so, the fact that almost 25.000 hits are obtained in a Google search for the pattern *fue sido* (Eng. was been) does not seem to be irrelevant. In fact, it suggests a tendency for some speakers to choose BE doubling in passives to overtly mark both the past and the passive auxiliary. For those speakers, these two pieces of morphological information are not differentiated enough in the verbal form *fue*.

As expected, BE doubling is not contiguous in the Germanic languages that allow for it either, as in the South-eastern Dutch dialects reported by Barbiers et al. (2010):

- (10) Ik ben twee keer gevallen geweest. (South-eastern Dutch)  
 I am-1.SG two times fallen been  
 I have fallen twice

The syntactic structure we want to analyze in this paper presents some similarities with the ones above, but also differs from them in non-trivial respects. This construction, which we will refer to as *double passive*, displays two concatenated instances of the «BE + past participle» passive pattern within the same VP. A sample of Spanish double passives can be seen in (11):

- (11) a. Su comportamiento fue dejado de ser visto como una amenaza.  
 his behavior was-3.SG stopped of be-INF seen like a threat  
 His behavior was left being seen as a threat  
 b. A partir de entonces, el producto fue empezado a ser utilizado como  
 conservante.

- since of then the product was-3.SG started to be-INF used as preservative  
Since then, the product was started to be used as a preservative
- c. Aunque el nuevo edificio todavía no ha sido terminado de ser . . .  
although the new building yet not have-3.SG been finished of be-INF  
. . . construido, el ayuntamiento ya está dándole uso.  
built the city-hall already is-3.SG giving-CL-to.it use  
Although the new building has not been finished being built yet, the  
City Hall is using it

These structures are accepted by most native speakers, but also reported as inelegant or stylistically marked. Somewhat surprisingly, double passives are not mentioned in Spanish grammars, with the exception of NGRALE (2009: § 41.2n), which reports their use in some journals and recommends not to use them. Furthermore, as noted above, the most remarkable aspect of double passives concerns their interpretation: the passive morphology is only interpreted in the downstairs (lexical) participle, not the upstairs one. As expected, much more common than double passives are the standard variants in (12), which display passive morphology only in the lexical predicate, as in the languages which lack double passives.

- (12) a. Su comportamiento dejó de ser visto como una amenaza.  
his behavior stopped-3.SG of be-INF seen like a threat  
His behavior stopped being seen as a threat
- b. A partir de entonces, el producto empezó a ser utilizado como conservante.  
since of then the product started-3.SG to be-INF used as preservative  
Since then, the product started being used as a preservative
- c. Aunque el nuevo edificio todavía no ha terminado de ser . . .  
although the new building yet not have-3.SG finished of be-INF  
. . . construido, el ayuntamiento ya está dándole uso.  
built the city-hall already is-3.SG giving-CL-to.it use  
Although the new building has not finished being built yet, the City  
Hall is using it

Similar structures (involving a double verbal complex) have been reported in the literature for English and Turkish (see Kornfilt 1996, Wurmbrand 2001,

2004, 2007, 2010, and references therein). Interestingly, double passives are also possible in English (thanks to Ian Roberts for informing us of this).

- (13) a. The university was begun to be surrounded by the police.  
 b. The university was begun to surround by the police.

As Roberts points out, this construction is often treated under the heading of “restructuring”, since only (a subset of) restructuring-type verbs allow it. Also importantly—as we will see in section 4—, the lower verb can be an infinitive maintaining its passive interpretation. Therefore, English allows both (13a) and (13b) (and so does Spanish, as we discuss below).

To recap so far, Spanish double passives feature a complex and interesting instance of auxiliary doubling: they are not built by simply doubling an auxiliary verb (whether in an adjacent or a non-adjacent configuration), but the whole «BE + past participle» cluster. In the following section we propose an analysis for this structure that will account for both its morphological and interpretive intricacies.

### 3. The distribution of passivized auxiliaries

Before presenting our analysis of double passives, we should step back a little bit and lay out our assumptions with respect to single passives, which we will couch in terms of Chomsky’s (2000, 2001) Probe-Goal framework. As is well known, the most remarkable property of passive sentences concerns participial morphology, which absorbs accusative Case and demotes the external argument (see Baker et al. 1988, Jaeggli 1986a, and references therein). Consequently, the internal argument is promoted to the subject position, or remains in situ (in pro drop languages):

- (14) a. Fueron escritos (por Galdós) los *Episodios nacionales*. (Spanish)  
 be-3.PL written by Galdós the episodes national  
 The *Episodios nacionales* were written by Galdós  
 b. Los *Episodios nacionales* fueron escritos (por Galdós). (Spanish)  
 the episodes national be-3.PL written by Galdós  
 The *Episodios nacionales* were written by Galdós

In Chomsky's (2000, 2001) approach to Case, it is assumed that some functional categories are drawn from the lexicon with a set of person and number features (so-called  $\varphi$ -features). Since these features are uninterpretable (they make no contribution at the semantic interface), they enter the syntax unvalued, behaving as a 'Probe' looking for a 'Goal' (an active, Case-less, DP in the c-command domain of the Probe). In this system, passives are taken to involve a  $\varphi$ -defective v, which lacks some feature (typically, person), and thus fails to assign structural Case after agreement.<sup>7</sup> To see this, consider the step by step derivation of (15) in (16):<sup>8</sup>

(15) Borges was never awarded the Nobel prize.

- (16) a.  $[_{VP} v\text{-ed}_{[number: 1]} [_{VP} \text{award } [_{AppIP} \text{Borges Appl [the Nobel prize]}]]]$   
 Match (*v*, *Borges*)
- b.  $[_{VP} v\text{-ed}_{[number:SG]} [_{VP} \text{award } [_{AppIP} \text{Borges Appl [the Nobel prize]}]]]$   
 Agree (*v*, *Borges*)  $\rightarrow$  Valuation of *v*'s  $\varphi$ -features
- c.  $[_{VP} v\text{-ed}_{[number:SG]} [_{VP} \text{award } [_{AppIP} \text{Borges Appl [the Nobel prize]}]]]$   
 Agree (*v*, *Borges*)  $\rightarrow$  Deletion of *v*'s  $\varphi$ -features
- d.  $[_{TP} T_{[number: 1][person: 1]} [_{VP} v\text{-ed } [_{VP} \text{award } [_{AppIP} \text{Borges Appl [the Nobel prize]}]]]$   
 Match (*T*, *Borges*)
- e.  $[_{TP} T_{[number:PL][person:3]} [_{VP} v\text{-ed } [_{VP} \text{award } [_{AppIP} \text{Borges Appl [the Nobel prize]}]]]$   
 Agree (*T*, *Borges*)  $\rightarrow$  Valuation of *T*'s  $\varphi$ -features
- f.  $[_{TP} \text{Borges}_{[Case:NOM]} T_{[number:PL][person:3]} [_{VP} v\text{-ed } [_{VP} \text{award } \dots ]]$   
 Agree (*T*, *Borges*)  $\rightarrow$  Case assignment to *Borges*

<sup>7</sup> Chomsky (2001) thus departs from his 1995 analysis, where passives and unaccusatives were just VPs. For the purposes of this paper, we assume that Chomsky's (1995) "v" and Kratzer's (1996) "voice" are different labels for the same abstract category introducing the external argument and assigning Case to the internal argument.

<sup>8</sup> Note that we are here assuming that the external argument is an adjunct of sorts in passives (but see Lasnik 1988). For an alternative approach, where the external argument is projected in [Spec, vP], as in (i), see Collins (2005).

(i)  $[_{v_{VOICEP}} \text{by } [_{VP} \text{DP}_{AGENT} v [_{VP} \text{V DP}_{THEME}]]]$

Following Anagnostopoulou (2003), Boeckx (2008), Cuervo (2003), Pyllkannen (2008), and others, we assume that dative arguments are introduced by an applicative (prepositional-like) head that is below v and above the direct object.

As can be seen, the Probe-Goal process can be conceived of as divided into three basic steps: *Match* of features (as in (16a) and (16d)), *Valuation* plus *Deletion* (as in (16b,c) and (16e,f)), and finally *Case assignment* proper (as in (16f)). The key step is of course (16c), where *v* fails to assign Case due to its  $\varphi$ -defective status: the internal argument (in the case at hand, the indirect object *Borges*) must therefore wait until T is introduced into the derivation. Being  $\varphi$ -complete, T assigns nominative unproblematically.

A well-known fact about passives is that one or several auxiliaries can precede the lexical verb, giving rise to *verbal complexes / periphrases*. In Romance languages, the auxiliary verb incorporates tense and mood features, whereas the lexical verb is inflected as a past participle, bearing gender and number features (see Picallo 1990 and Cinque 1999, 2006, among others).<sup>9</sup> Following a trend that goes back to Ross (1969), we analyze auxiliary and modal verbs as *bona fide* verbs, being inserted heads of vP shells (see Barbiers 2006, Biberauer & Roberts 2007, Wurmbrand 2001, 2004, 2007).

$$(17) [_{VP} V_{AUXILIARY/MODAL} [_{VP} v [_{VP} V DP ] ] ]$$

Auxiliaries and modals participating in verbal complexes allow for compound tenses (e.g., *No he podido salir*, Eng. I have not been able to get out) and may be clustered with other auxiliaries / modals (*Tienes que poder distinguir cada sonido*, Eng. You must be able to distinguish each sound), as long as some syntactic and semantic restrictions are met (see Cinque 1999, 2006, Olbertz 2001 and Laca 2002).

---

<sup>9</sup> The syntactic and morphological behavior of modals is subject to parametric variation, as already pointed out by Roberts (1985). So, as (i) and (ii) show, unlike Romance modals, English modals cannot cluster or be inflected:

(i) \*John must can talk to the janitor

(ii) \*Mary musts talk to the janitor

These asymmetries are unexpected, since English modals are similar to Romance verbs in several respects (see Emonds 1978, Lasnik 2003). Given that these issues are orthogonal to our discussion, we put them aside.



so-called “phase auxiliaries”, that is, aspectual auxiliary verbs which denote one of the phases of an event: *empezar* (Eng. start), *terminar* (Eng. finish), *dejar* (Eng. stop), and the like. The relevant syntactic property that these predicates share, as we just noted, appears to be transitivity: as the examples in (20) indicate, unlike modal auxiliaries, phase aspectual auxiliaries can all be used in a transitive fashion (see Amadas 2002):<sup>12 13</sup>

- (20) a. Los estudiantes empezaron un libro. (Spanish)  
 the students started-3.PL a book  
 The students started a book
- b. Ayer terminé el artículo. (Spanish)  
 yesterday finished-1.SG the paper  
 I finished the paper yesterday
- c. María dejó su trabajo. (Spanish)  
 María left-1.SG her job  
 María quit her job

From this one could conclude that, since there is no internal argument, and no accusative Case to absorb, the anomaly of *fue podido* (Eng. was could) is akin to that of *fue llegado* (Eng. was arrived), and other passives of unaccusative verbs.

But transitivity cannot be a sufficient condition, since *continuar* and

<sup>12</sup> As has been noted in the literature (see Larson 2002, Larson et al. 1997, and references therein), these aspectual predicates are interpretively related to a verb which appears to be retrieved syncategorematically (in the sense discussed in Bosque 1999). So, *terminar* is a transitive verb in *María terminó el libro* (Eng. María finished the book). The most common interpretation of this sentence is *María finished {reading/writing} the book*, but other readings are possible for pragmatic reasons (*María finished {editing/illustrating} the book*).

<sup>13</sup> Bobaljik & Wumbrand (2005) report some cases of passives in verbs of will or intention, which are closely related to some modals. Consider (i), whose literal meaning is ‘since the tractor was tried to repair’:

(i) . . . weil der Traktor zu reparieren versucht wurde. (German)  
 since the-NOM tractor to repair-INF tried be-3.SG  
 Since they tried to repair the tractor

The interesting thing to note about (i) is that passive morphology is spelled out in the auxiliary, although it is interpreted in the lexical verb. This structure has become widespread in present day Spanish *se* passives, although it is generally censured by prescriptive grammars (see NGRALE 2009: § 28.3). A strong contrast is then to be highlighted between (ii) and (iii):

(ii) Las máquinas se intentaron reparar a toda velocidad. (Spanish)  
 the machines SE tried-3.PL repair-INF at all speed  
 The machines were tried to repair quickly

(iii) \*Las máquinas fueron intentadas reparar a toda velocidad. (Spanish)  
 the machines be-3.PL tried-FEM.PL repair-INF at all speed  
 The machines were tried to repair quickly



(Eng. keep) fail to license double passives, as the following data indicate.

- (23) a. La crisis continúa afectando las bolsas. (Spanish)  
the crisis continue-3.SG affecting the stock-markets  
The crisis still affects the stock markets
- b. \*Las bolsas son continuadas siendo afectadas por la crisis. (Spanish)  
the stock-markets be-3.SG continued being affected by the crisis  
The stock markets are continued being affected by the crisis

Likewise, (22c) predicts that verbs of the type of *empezar* (Eng. start), *terminar* (Eng. finish), and *dejar* (Eng. stop), will license double passives, as they actually do.

- (24) a. Los mercados empiezan a recuperar la confianza. (Spanish)  
the stock-markets start-3.PL to recover the confidence  
The stock markets start to recover the confidence
- b. La confianza fue empezada a ser recuperada por los mercados. (Spanish)  
the confidence be-3.SG started to be recovered by the stock-markets  
The confidence was started to be recovered by the markets

What this is telling us, in short, is that the transitive use of phase auxiliaries alone is a necessary but insufficient licensing condition for double passives: the auxiliary must also subcategorize for an infinitival.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> This asymmetry between infinitivals and gerunds is intriguing, given that the combination of a preposition plus an infinitival (P+INF), which is what we have with the auxiliaries that license double passives, can be replaced by a gerund in many contexts:

- (i) *Sigo* (\*de) cantando / *Voy* \*(a) cantar. (Spanish)  
keep-1.SG of singing go-1.SG to sing  
I keep on singing / I am going to sing
- (ii) *Empecé* \*(a) leyendo / *Empecé* \*(a) leer. (Spanish)  
started-1.SG to reading started-1.SG to read  
I started reading / I started to read

[from Gallego & Hernanz 2010:9]

These distributional facts might make sense if gerunds incorporate a preposition and therefore are analytic versions of infinitives, as has sometimes been suggested in the literature (see Gallego & Hernanz 2010, and references therein). Whether the possibility that verbs selecting for an infinitival have a more transitive nature than those selecting for a gerund can explain the double passive data is something that we cannot investigate here, and leave for further research.

Let us go back to modal auxiliaries. As noted above (see (18) and (19)), these systematically reject double passives. Apparently (and somewhat surprisingly), *se* passives seem to differ from participial passives in this respect: as the data in (25) reveal, modal verbs appear to license *se* passives.

- (25) a. Los problemas no se pudieron solucionar a tiempo. (Spanish)  
the problems not SE could-3.PL solve-INF on time  
The problems could not be solved on time  
b. Los problemas no pudieron solucionarse a tiempo. (Spanish)  
the problems not could-3.PL solve-INF.SE on time  
The problems could not be solved on time

On a closer look, however, these sentences pose no problem to our previous observation, since the presence of *se* preceding the auxiliary in (25a) is the result of clitic climbing from (25b). Since *se* has climbed from the lexical VP, it does not passivize the upstairs modal. More interestingly, the very fact that double *se* passives are impossible (regardless of the auxiliary verb they are constructed with) suggests that the double passive structure is crucially linked to the morphosyntactic properties of participial inflection:

- (26) a. \*Los problemas no se pudieron solucionarse a tiempo. (Spanish)  
the problems not SE could-3.PL solve-INF.SE on time  
The problems could not be solved on time  
b. \*Sus actitudes se dejaron de verse como una amenaza. (Spanish)  
their attitudes SE stopped-3.PL of see-INF.SE like a threat  
Their attitudes were stopped being seen as a threat

This said, it is worth pointing out that *mixed double passives* are possible if the *se* passive corresponds to the lower, lexical verb, and the participial passive appears in the auxiliary verb, not the other way around. This restriction on the order of passives is entirely expected, and it follows from the impossibility of auxiliaries to become passive via *se* insertion:

- (27) a. Este trastorno fue empezado a incluirse en los protocolos. . .  
this disorder be-3.SG started to include-INF.SE in the protocols

... clínicos hace relativamente poco. (Spanish)  
 clinical ago relatively little  
 This disorder was started to be included into the clinical protocols  
 relatively recently  
 [from *La Prensa* (Panamá) 5.28.2009, taken from NGRALE 2009: 3044].

- b. \*Este trastorno se empezó a ser incluido en los protocolos . . .  
 this disorder SE started-3.SG to be included in the protocols  
 . . . clínicos hace relativamente poco. (Spanish)  
 clinical ago relatively little  
 This disorder was started to be included into the clinical protocols  
 relatively recently

Given everything we have said so far, it is also expected that double passives be restricted to auxiliary verbs, just like single passives. In other words, double passives cannot be obtained by passivizing two lexical verbs (*intentar* – Eng. try, and *invitar* – Eng. invite), as shown below:

- (28) a. El chico intentó ser invitado. (Spanish)  
 the boy tried-3.SG be invited  
 The boy tried to be invited  
 b. \*El chico fue intentado ser invitado. (Spanish)  
 the boy be-3.SG tried be invited  
 The boy was tried to be invited

In section 2 we saw that double passives are in competition with two variants. In one of them, passive morphology appears in the main verb alone. For convenience, we reproduce this variant here as (29):

- (29) a. Su comportamiento dejó de ser visto como una amenaza.  
 his behavior stopped-3.SG of be-INF seen like a threat  
 His behavior stopped being seen as a threat  
 b. A partir de entonces, el producto empezó a ser utilizado como  
 conservante.  
 since of then the product started-3.SG to be-INF used as preservative  
 Since then, the product started being used as a preservative

- c. Aunque el nuevo edificio todavía no ha terminado de ser . . .  
although the new building yet not have-3.SG finished of be-INF  
. . . construido, el ayuntamiento ya está dándole uso.  
built the city-hall already is-3.SG giving-CL-to.it use  
Although the new building has not finished being built yet, the City  
Hall is using it

Apart from (29), double passives have a second variant, a flipside of the first one. In this variant, the «BE + past participle» cluster appears only in the auxiliary verb. As the double passive pattern, this structure is somehow marked stylistically. It is also rejected by prescriptive grammars, but in a somehow milder way, in comparison to the overt double passive pattern. For reasons that we fail to understand, the frequency of this variant is much higher in Old Spanish (see NGRALE 2009: 3044 and ff.):

- (30) a. El procedimiento se hizo obsoleto y fue dejado de utilizar. (Spanish)  
the procedure SE made obsolete and was stopped of use  
The procedure became obsolete and was not used anymore
- b. El libro fue terminado de imprimir el domingo de Resurrección del año 1689. (Spanish)  
the book was-3.SG finished of print the Sunday of resurrection of-the year 1689  
The book was finished being printed on the Resurrection Sunday of the year 1689
- c. La ermita había sido empezada a construir a finales del siglo XIV.  
(Spanish)  
the church had-3.SG been started to build to end of-the century XIV  
The church had been started to be build towards the end of 14<sup>th</sup> century

As before, there is a strong preference to passivize the lexical verb, rather than the auxiliary. Therefore, the following sentences are preferred to those in (30) in all dialects:

- (31) a. El procedimiento se hizo obsoleto y dejó de ser utilizado. (Spanish)  
the procedure SE made-3.SG obsolete and stopped-3.SG of be used

The procedure became obsolete and was not used anymore

- b. El libro terminó de ser impreso el domingo de Resurrección del año 1689. (Spanish)

the book finished-3.SG of be printed the Sunday of resurrection of-the year 1689

The book was finished being printed on the Resurrection Sunday of the year 1689

- c. La ermita había empezado a ser construida a finales del siglo XIV. (Spanish)

the church had-3.SG started to be built to end of-the century XIV

The church had been started to be build towards the end of 14<sup>th</sup> century

In the remainder of this paper we will investigate the properties of these structures. Section 4 will be dedicated to discuss the different variants of double passives in more detail. In section 5 we focus on the second variant (that in (30)), which we will relate to another well-known—but largely neglected in the literature on Spanish—construction, *tough movement* (see Chomsky 1973, 1981, Režac 2006, Hartman 2009, Obata 2010).

#### 4. A syntactic analysis of double passives

In the previous section we saw that Spanish has three syntactic variants of some verbal complexes containing passives structures. As far as we can tell, there are no semantic differences among them, but only some sociolinguistic differences relative to style, register, or level of formality:

- (32) a. *TYPE A: Passive only in the lexical verb* (see (12))

El misil acabó de ser armado ayer. (Spanish)

the missile finished-3.SG of be assembled yesterday

The missile finished being assembled yesterday

- b. *TYPE B: Passive only in the auxiliary verb* (see (4) and (30))

El misil fue acabado de armar ayer. (Spanish)

the missile be-3.SG finished of assembled yesterday

The missile was finished assembling yesterday

- c. *TYPE C: Passive in both the auxiliary and the main verb* (see (11))

El misil fue acabado de ser armado ayer. (Spanish)  
the missile be-3.SG finished of be assembled yesterday  
The missile was finished being assembled yesterday

It is not surprising that languages that do not allow for patterns B and C admit A, for A is the most transparent version of the meaning conveyed by each of these structures. In type B, passive morphology is on the auxiliary, but is interpreted in the lexical verb.<sup>16</sup> In type C, passive morphology is both on the auxiliary and the lexical verb, but, again, it is only interpreted in the latter. Double passives are, thus, remarkably different from non-periphrastic structures with two consecutive passives, one in the main clause and the other in the sentential complement. In the example (33), for instance, passive morphology is interpretable on both *condenado* (Eng. sentenced) and *expatriado* (Eng. exile):

(33) Fue condenado a ser expatriado. (Spanish)  
be-3.SG sentenced to be exiled  
He was sentenced to be exiled

Since only one of the two passives contained in type C is interpreted, one expects agentive *by* phrases to modify the true passive, rather than the false (or uninterpretable) counterpart. The expectation is borne out: since these PPs are not doubled, they are only compatible with the true (interpretable) passive.

(34) a. El libro terminó de ser impreso (por esta casa editorial) el domingo. . .  
the book finished-3.SG of be printed by this house publishing the Sunday  
. . . de Resurrección del año 1689. [TYPE A] (Spanish)  
of resurrection of-the year 1689

---

<sup>16</sup> This variant can also be found without auxiliary doubling. Therefore, the example (i) could perfectly be found below a picture in a book:

- (i) Monasterio de San Benito, empezado a construir en el siglo XIII. (Spanish)  
monastery of San Benito started to build in the century XIII  
Monastery of San Benito, started to build in the 13<sup>th</sup> century  
This predicts that the same behavior should be found for type C. As (ii) shows, this is correct:  
(ii) Una vez empezados a ser readmitidos en sus empleos, los trabajadores . . . (Spanish)  
one time started to be readmitted in their jobs the workers  
Once they were readmitted in their positions, the workers...

The book finished being printed by this publishing house on the Resurrection day of the year 1689

- b. El libro fue terminado (\*por esta casa editorial) de imprimir. . .  
the book be-3.SG finished by this house publishing of print  
. . . el domingo de Resurrección del año 1689. [TYPE B] (Spanish)  
the Sunday of resurrection of-the year 1689

The book finished by this publishing house being printed on the Resurrection day of the year 1689

- c. El libro fue terminado de ser impreso (por esta casa editorial). . .  
the book was-3.SG finished of be printed by this house publishing  
. . . el domingo de Resurrección del año 1689. [TYPE C] (Spanish)  
the Sunday of resurrection of-the year 1689

The book finished being printed by this publishing house on the Resurrection day of the year 1789

A second diagnostic in order to disentangle interpretable and non-interpretable passives in our doubling structures is the position of the subject. As is well-known, passive sentences license postverbal subjects in pro-drop languages:

- (35) Pronto será terminado el nuevo edificio. (Spanish)  
soon be-3.FUT.SG finished the new building  
The new building will be finished soon

These subjects are expected to immediately follow true passive VPs, rather than their false counterparts. They are, thus, expected to be rejected after passivized auxiliaries. This expectation is borne out too. The grammatical sentence (12c) contrasts with (36):

- (36) Aunque todavía no ha sido terminado (\*el nuevo edificio) . . .  
although yet not have-3.SG been finished the new building  
. . . de construir, el ayuntamiento ya está dándole uso. (Spanish)  
of build the city hall already be-3.SG giving-CL-to.it use  
Although the new building has not been finished building, the City Hall is already using it

In this section we will argue that types B and C, in which passive morphology appears where it is not interpreted, are obtained through agreement processes. More specifically, we will adopt a *Long Distance Agree* (LDA) based analysis, following Bhatt (2005), Boeckx (2004, 2009) and Chomsky (2001).<sup>17</sup> The key aspect of an LDA approach is that agreement between a Probe and a Goal can take place ‘at a distance’, without the Goal having to move to the ‘specifier’ position of the Probe. Moreover, there can be more than one Goal in the c-command domain of the Probe, giving rise to a *Multiple Agree* dependency (Hiraiwa 2001, López 2007, and others). Consider both scenarios in (37):

- |   |  |
|---|--|
| <p>(37) a. Probe<sub>φ</sub> . . . Goal<sub>φ</sub></p>                    | <p>a'. Llegaron los invitados. (Spanish)<br/>             arrived-3.PL the guests<br/>             The guests arrived</p>                                    |
| <p>b. Probe<sub>φ</sub> . . . Goal<sub>φ</sub> . . . Goal<sub>φ</sub></p>  | <p>b'. Fueron entrevistados sus amigos. (Spanish)<br/>             be-3.PL interviewed-MASC.PL her friends<br/>             Her friends were interviewed</p> |

The scenario that is involved in double passives is (37b). Consider type C with this complex (or multiple) pattern in mind. As noted above, the most salient aspect of double passives is the presence of both tense and voice features in the auxiliary verb. Let us therefore assume that (38) obtains by the end of the derivation of the lexical vP. As can be seen, the internal argument *ese producto* (Eng. that product) has moved from its base position, given that accusative Case is unavailable.

- (38) [<sub>TP</sub> fue empezado [ a [<sub>VP</sub> ese producto<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> v ser [<sub>V</sub> v<sub>[number:SG]</sub> -do [<sub>VP</sub> utiliza- t<sub>i</sub> ]]]]]]
- 

Now, as for the next vP shell, the one containing the false passive, we submit that the would-be passive complex, *fue empezado* (Eng. was started), is to be analyzed as a regular tensed form. In more precise terms, we assume

<sup>17</sup> Our analysis of double passives could be pushed to analyze clitic climbing as an instance of LDA. As far as we can tell, this would be compatible with Roberts' (2010) approach to cliticization.

that the auxiliary spells out the tense component—the ‘T’ head—, while the participle does the aspectual component—the ‘v’ (‘Asp’, if preferred) head—. It is important to notice that we treat the passive (participial) morphology of the aspectual verb as a feature embedded within the v category (indicated as a subscript), and not a projection in and of itself. We do this in order to indicate its uninterpretable status.<sup>18</sup>

(39) [<sub>TP</sub> T<sub>[number: ][person: ]}</sub> fue [<sub>vP</sub> v<sub>[number: ][gender: ][aspect: ]}</sub> empezado . . . vP . . . ]

Given that the  $\varphi$ -features of the passive auxiliary are unvalued, they act as Probes (in Chomsky’s 2000, 2001 sense), matching those of the internal argument, with which they establish a complex (multiple) Agree dependency, as depicted in (40). Note that it is the T head that contains a full set of  $\varphi$ -features, assigning nominative Case to the internal argument, which can raise (in English) or remain *in situ* (in Romance).

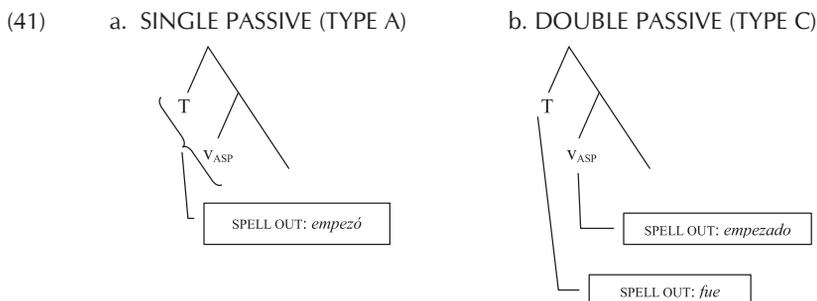
(40) [<sub>TP</sub> T<sub>[number: ][person: ]}</sub> fue [<sub>vP</sub> v<sub>[number: ][gender: ][aspect: ]}</sub> empezado [ a [<sub>vP</sub> ese producto . . . ] ] ]

A key point of our analysis concerns the status of the inflected copulative verb, which we take to be the spell-out of the tense specification of the aspectual predicate, rather than a true copulative verb. Therefore, this instance of *be* does not select for a participial vP, strictly speaking, as it does in true passives: what we have, instead, is a fake *be* (the unmarked spell-out of T), and an aspectual verb that agrees with the downstairs, true, past participle.

Such a scenario departs in non-trivial respects from what we have in type A, where the aspectual verb is not passivized. Nonetheless, we would like to claim that the syntactic information provided by both structures is

<sup>18</sup> In many ways, we are thus treating participial morphology in false passives like  $\varphi$ -features in verbs. We are aware that this does not entail that all features must be so regarded: interpretable features can also be encoded as subscripts. Our analysis does entail, however, that uninterpretable features cannot give rise to full fledged syntactic projections, for reasons of legibility at the semantic interface, as discussed in Chomsky (1995).

identical in an abstract perspective. In fact, we take the periphrasis in type C and the simple form in type A to display the same syntax, but different morphology: as (41) shows, the only difference between type A and type C has to do with the fact that the latter spells out the tense component of *empezó* (Eng. started) as an independent morpheme, *fue* (Eng. was).<sup>19</sup>



Depriving a category of its lexical content, as we do with *fue* in (41b), might seem a dubious step. It is worth mentioning that cleft sentences somehow represent the opposite situation: the tense features of the copulative verb are uninterpretable. This explains why the two sentences in (42) are synonymous.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> It could be argued that the passive complex is interpreted as a fake complex tense by the speakers. If this were correct, (i) would be interpreted as (ii):

(i) El edificio fue empezado a ser construido. (Spanish)  
 the building be-3.SG started to be built

The building was started to be built

(ii) El edificio ha empezado a ser construido. (Spanish)  
 the building have-3.SG started to be built

The building has started to be built

Although such a parallelism is appealing, and is partly true, we believe that the examples in (i) and (ii) should not be collapsed. Granted, both *fue* and *ha* are the spell-out of T, but the past participial morphology in *empezado* is redundant in (i)—a by product of LDA, if our analysis is on the right track—, unlike in (ii). It is also relevant that agreement properties differ, since only the cluster in (i) displays full agreement with the DP subject:

(iii) Los edificios fueron empezados a ser construidos. (Spanish)  
 the buildings be-3.PL started-MASC.PL to be built-MASC.PL

The buildings were started to be built

(iv) Los edificios han empezado(\*s) a ser construidos. (Spanish)  
 the buildings have-3.PL started-MASC.SG(\*PL) to be built-MASC.PL

The building have started to be built

<sup>20</sup> For a more comprehensive study of connectivity effects in cleft sentences, we refer the reader to Heycock & Kroch (1999), Higgins (1973) and references therein. For Spanish, see the discussion in NGRALE (2009: § 40.11).

- (42) a. En esta casa fue donde vivió. (Spanish)  
 in this house be-3.SG where lived  
 It is in this house where s/he lived
- b. En esta casa es donde vivió.  
 in this house be-3.SG where lived-3.SG  
 It is in this house where s/he lived

The past features of the tensed verb *fue* in (42a) are copied from those of the verb within the free relative (i.e., *vivió*, Eng. lived), but they lack a semantic interpretation. The syntactic process giving rise to double passives comes very close to be the mirror image of what we get in (42a), since the lexical base of *fue* (that is, *ser* Eng. be) is not interpreted in (38), whereas its inflectional features are.

The aspectual participle *empezado* (Eng. started) in turn differs from a regular past participle of regular passives in that it does not involve Case absorption nor external argument demotion, as we have already shown. Being interpreted as a root, this verb selects an infinitival clause, headed by the prepositional complementizer *a* (Eng. to). There is, all in all, a striking similarity in the way in which tense features are copied (but not interpreted) in (42), and the way that passive features are copied (but not interpreted) in double passives in (38).

Before going ahead, we would like to consider, and reject, another possible way to approach the facts viewed so far. In particular, it could be argued that double passives are obtained via movement, rather than through LDA. Since we discard this option altogether, we should say why. Under a movement based derivation, (32c) should be analyzed as indicated in (43):

- (43) a. [<sub>TP</sub> T [<sub>VP</sub> acab- [ de [<sub>VP</sub> ser [<sub>VP</sub> -(a)do [<sub>VP</sub> arm- el misil ]]]]]]  
 ↑  
 b. [<sub>TP</sub> T [<sub>VP</sub> acab- [ de [<sub>VP</sub> ser [<sub>VP</sub> arm-(a)do [<sub>VP</sub> t<sub>arm</sub> el misil ]]]]]]  
 ↑  
 c. [<sub>TP</sub> T [<sub>VP</sub> acab-ado [ de [<sub>VP</sub> ser [<sub>VP</sub> arm-(a)do [<sub>VP</sub> t<sub>arm</sub> el misil ]]]]]]  
 ↑  
 d. [<sub>TP</sub> T fue [<sub>VP</sub> acab-ado [ de [<sub>VP</sub> ser [<sub>VP</sub> arm-(a)do [<sub>VP</sub> t<sub>arm</sub> el misil ]]]]]]

The step in (43a) is straightforward, so we will not comment on it. The crucial steps in the derivation just sketched are the movements of the participial affix *-ado* and the copulative verb, depicted in (43b) and (43c). In the case of the participial affix, the movement is rather suspect, for at least three reasons. Firstly, it involves excorporation from the lexical v-V cluster, and furthermore violates familiar locality constraints (Travis' 1984 *Head Movement Constraint*), a problem that also concerns the copulative verb. Secondly, notice that it is hard to find a morphological trigger for movement in this scenario—there is no feature that T could plausibly have requiring checking with both the past participle affix and the copulative verb (unlike standard V-to-T movement)—. Finally, what truly makes the derivation in (43) highly unlikely is the fact that both copies of the affixes undergoing movement are spelled-out. To be sure, there are some well-known situations where different copies of a chain are pronounced (involving clitics, *wh*-words, and others; see Nunes 2004), but double passives do not match with any of those cases, as far as we can tell. For all these reasons, we believe that a movement approach to double passives can be safely dismissed.<sup>21</sup>

So far, nothing has been said about the type B variant. We would like to put forward an analysis for this pattern in the next section.

## 5. Covert passives

Let us start by going back to double passive type B in (32c), which we reproduce here as (44) for convenience:

- (44) El misil fue acabado de armar ayer. (Spanish)  
the missile be-3.SG finished of assemble yesterday  
The missile was finished assembling yesterday

---

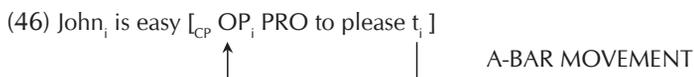
<sup>21</sup> Notice that a movement analysis would also have to face the problem of accounting for the semantic effects: movement of the participial affix or the copulative verb involves no topic or focus like interpretation. In this respect, both standard V-to-T movement and double passives differ in non-trivial respects from verb topicalization, as analyzed by Vicente (2007).

Like type C, type B contains passive morphology that is not interpreted, but, in addition, it also contains a non-passive form (the embedded infinitival) that is interpreted as if it bore passive morphology. This is, thus, as we noted, the less transparent variant of all the ones in (32). The question is why. The idea that we want to put forward here is that type B must be regarded as a reduction of type C, the main difference being that the lexical verb of the former contains a covert passive. In plain English: the lexical verb is an infinitival morphologically, but a past participle syntactically. If this is correct, then one expects for the internal argument of the infinitival to move to a Case checking position:

- (45) [<sub>TP</sub> Ese producto<sub>i</sub> T fue [<sub>VP</sub> empezado [ a [<sub>VP</sub> utilizar t<sub>i</sub> ]]]] (Spanish)  
 that product be-3.SG started to use  
 That product started to be used

As (45) shows, we take it that the lexical verb (the infinitival *utilizar*, Eng. use) projects an external-argument-less and  $\varphi$ -defective (meaning ‘passive’) vP, unable to assign accusative Case. This explains why the internal argument receives nominative Case after agreeing with matrix T. Notice that this is an assumption we have to make, for otherwise the uninterpretable passive morphology on the aspectual auxiliary, *fue empezado* (Eng. was started), would remain unaccounted for. If (45) is correct, then the passive morphology on *empezar* (Eng. start) is retrieved or copied from (the covertly passive) *utilizar* (Eng. use), via LDA.

Covert passives have not received much attention in Spanish theoretical syntax, in spite of the fact that they are present in several structures, most notably in so-called *tough movement* sentences. This structure has been typically analyzed as involving A-bar movement of a null operator (see Browning 1987, Contreras 1993, Chomsky 1982, 1986). The gist of Chomsky’s (1982, 1986) approach was that the object of the infinitival, the null operator OP, A-bar moves to the [Spec, CP], being coindexed with the subject *John*. Notice that, from this perspective, the infinitive is not passive, which is consistent with the fact that the null operator undergoes A-bar - not A - movement.



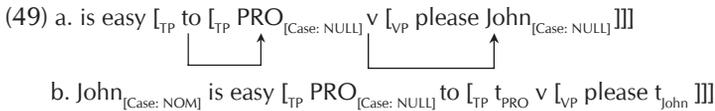
The idea that Spanish *tough* movement constructions receive passive interpretation and alternate with full passive constructions was early pointed out by Montalbetti & Saito (1983), but it was not developed, as far as we know, so that some variant of Contreras A-bar analysis of these structures was generally assumed for Spanish in the GB framework. Departing from Chomsky's influential null operator analysis, different authors (see Epstein 1989, Brody 1993, and Hornstein 2001, among others) have explored the possibility that (46) be derived through A movement of *John* from the object position of *please* to the matrix subject position. Seen this way, *tough* constructions are not too different from *raising* configurations:

- (47) a. John<sub>i</sub> is easy [<sub>TP</sub> to please t<sub>i</sub> ]      TOUGH-MOVEMENT (A MOVEMENT)  
 b. John<sub>i</sub> seems [<sub>TP</sub> to be t<sub>i</sub> happy]      RAISING-TO-SUBJECT (A MOVEMENT)

The possibility of collapsing *tough movement* and *raising* was ruled out in the GB literature due to the assumption that it involved so-called *improper movement*: an instance of movement from an A-bar position into an A-position. To get around this potential problem, we assume that *tough movement* does not involve A-bar movement (as argued by Epstein 1989, Brody 1993, Hornstein 2001, and, more recently, Obata 2010). As Obata (2010:94 and ff.) argues, the reason to reject A-bar movement for *tough movement* is simply that *tough* predicates do not select for CPs, which are necessary for the null operator to move. This explains the ungrammatical status of (48):

- (48) a. \*John is easy [<sub>CP</sub> that Bill pleases ]  
 b. \*It is easy [<sub>CP</sub> that Bill pleases John]

Obata (2010:109) argues that *tough*-like predicates select for a TP that contains a variety of T that assigns null Case to the subject (a big PRO).<sup>22</sup> Importantly, this author takes the embedded v to assign null Case to the object too, as depicted in (49):<sup>23</sup>



Consequently, as Obata (2010) points out, “Case [on *John*] is revised, stacked, or multiply assigned” in a derivation like (49). Although we will adopt Obata’s (2010) idea that *tough movement* should be regarded as a case of A movement, we depart from her and assume, following ideas by Bosque (1999: § 4.3.4.2), that the embedded verb is  $\varphi$ -defective (i.e., passive).<sup>24</sup> As Bosque (1999) argues, the passive nature of these infinitivals is plausibly induced by the modal nature of the matrix adjective, which aligns these constructions with derived adjectives with *-ble*: *creíble* (Eng. credible), *admirable* (Eng. admirable), *temible* (Eng. fearful), and so on. Putting to the side the specific implementation of this idea, we would like to emphasize that such a line of analysis explains in a straightforward fashion: (i) why these infinitivals accept agentive *by*-complements (as in (50a)), (ii) why they may alternate with participial passives and *se* passives (as in (50b,c)), and (iii) why they can only be formed with transitive verbs (as in (50d)):

<sup>22</sup> Obata (2010) argues that this T lacks  $\varphi$ -features, but contains a Case feature, responsible for null Case assignment. In this respect, Obata (2010) dispenses with Chomsky’s (2000, 2001) assumption that PRO is licensed only if T is selected by C.

<sup>23</sup> Obata (2010) proposes that verbs like *wash*, *dress*, and *shave* assign null Case to their objects, which can either be either null empty categories (PRO) or anaphors.

(i) John washed (himself).  
 (ii) John shaved (himself).  
 (iii) John dressed (himself).

See Martin (1996:187 and ff) and Lasnik (1995, 1996) for discussion.

<sup>24</sup> Some of the proposals that consider *tough movement* as a subclass of A movement (e.g., Hornstein 2001) also assume that A movement can target a theta-position. We will not make this assumption, adopting a configurational approach to argument structure (à la Hale & Keyser 1993). Notice, in any event, that such a situation does not arise in *tough movement*, since the DP raises to a non-theta position: [Spec, TP]. It does, however, in parasitic gaps, if analyzed as in (ii) (see Nunes 2004).

(i) [<sub>TP</sub> That book<sub>i</sub> was hard [<sub>TP</sub> to read t<sub>i</sub> ] ] Movement into a Case position

(ii) [<sub>CP</sub> Which book<sub>i</sub> did you buy t<sub>i</sub> [<sub>PP</sub> t<sub>i</sub> without reading t<sub>i</sub> ] ]? Movement into a theta position

Although there are interesting similarities between some of the infinitival constructions we are considering here and parasitic gaps, we put this aside due to space constraints. See Nissenbaum (2000) for an operator movement based account of parasitic gaps.

- (50) a. Un recurso penal imposible de rechazar por cualquier jurado. (Spanish)  
a appeal penal impossible of refuse by any jury  
A penal appeal impossible to refuse by any jury
- b. Una obra digna de {ver / ser vista}. (Spanish)  
a play worth of see be seen  
A play worth {seeing / being seen}
- c. Los datos están todavía pendientes de {confirmar / confirmarse}. (Spanish)  
the data be-3.PL yet pending of confirm confirm-SE  
The data must still be confirmed
- d. Eso es difícil de {contar / entender / \*llegar / \*ir / \*crecer}. (Spanish)  
that be-3.SG hard of tell understand arrive go grow  
That is hard to {tell / understand / arrive / go / grow}

We are aware that the interpretation of these structures as covert passives cannot be extended to the dialects which allow for infinitivals with accusative clitic complements in tough movement structures, as those in (51):

- (51) Eso es muy difícil de solucionarlo. (Spanish)  
that be-3.SG very hard of solve-CL-it  
That is very hard to solve it

However, notice that the customary A-bar movement analysis does not seem to cover those variants either, unless the clitic is presented as a substitute for the wh-trace (see Contreras 1992, 1993, and Fernández-Soriano 1995). Perhaps the A-bar analysis is appropriate for this construction (currently restricted to substandard Spanish dialects), rather than for the standard *tough movement* structure with null complement infinitives.

Interestingly, there are other candidates to be analyzed as covert passives in present-day Spanish (see NGRALE 2009:§26.6, Bosque 1999:§4.3.4, Hernanz 1999:§36.3.3.3, and references therein). They are listed below:

- (52) a. «Ser de + transitive infinitive» construction  
*ser de agradecer* (Eng. Be to be thanked), *ser de desear* (Eng. Be to be wished), *ser de esperar* (Eng. Be to be expected), *ser de extrañar* (Eng. Be surprising), etc.

- b. «*Estar por + transitive infinitive*» construction  
*estar por ver* (Eng. Remain to be seen), *estar por conocer(se)* (Eng. Remain to be known), *estar por confirmar(se)* (Eng. Remain to be confirmed).
- c. «*Para + transitive infinitive*» construction  
*Eso no es bueno para comer* (Eng. That is not good to eat), *La comida ya está lista para servir* (Eng. The food is ready to serve), etc.
- d. «*Sin + transitive infinitive*» construction  
*El problema seguía sin solucionar* (Eng. The problem was still unsolved), etc.
- e. *Transitive infinitival complements of “hacer” and “dejar” with reflexive clitics*  
*Me dejé invitar por ella* (Eng. I let myself be invited by her), *Te hiciste capturar adrede* (Eng. You let yourself be captured on purpose), *El Valencia se dejó empatar en el último minuto* (Eng. Valencia let the other team draw in the last minute), etc.

If this parallelism is tenable, all the structures in (52) pattern with *tough movement* in having an infinitival clause whose verb is covertly passive. It remains to be explained why most of them also display a modal reading (see Bhatt 1999), which appears to be associated with the type of preposition that introduces the infinitival (as Hernanz 1999 already observed):

- (53) a. Hay un libro sin leer. (Spanish)  
 there-be-3.SG a book without read  
 There is a book to read
- b. Tengo la cama por hacer. (Spanish)  
 have-1.SG the bed for make  
 I have to make the bed

Since this paper is not devoted to *tough movement* constructions, we leave the investigation of these data for future research, once the relation of these phenomena to type B structure has been established. We, thus, conclude that type B structure displays an overt but uninterpretable passive in the auxiliary, and also a covert but interpretable passive in the lexical predicate.

## 6. Conclusions and further perspectives

In this paper we have studied a Spanish construction, largely restricted to aspectual auxiliaries, in which the two components of passive clusters (the copulative verb and the passive participle) are doubled. Following NGRALE (2009), we have dubbed this structure *double passive*:

(54) La ermita fue empezada a ser construida en el siglo XIV.

DOUBLE PASSIVE (Spanish)

the church be-3.SG started to be built in the century XIV

The church was started to be built in the 14<sup>th</sup> century

As we have argued, a remarkable aspect of double passives is that passive morphology is interpreted in the lexical predicate, rather than in the auxiliary, even though both manifest voice morphology. We have argued for an LDA based approach (along the lines of Boeckx 2004, 2008, 2009, Chomsky 2000, 2001, and López 2007) to account for the basic facts, since this analysis does not require for the appropriate goals (the passive morphology and copulative verb) to be moved to the specifier position of the Probe to check the relevant features. In this respect, the perspective we have embraced assumes that the passive morphology is not interpreted in the upper predicate, since aspectual auxiliaries in double passives spell out just tense, rather than voice, features.

We have also shown that double passives come close to single passives in which passive morphology is spelled out in the lexical verb alone (our type A). Double passives present a variant in which the uninterpretable passive morphology appears in the aspectual auxiliary alone (our type B). Type A (a single passive in the lower clause) is the simplest, and most natural, case, which explains why it is most widely attested. Type B in turn is in fact a covert double passive construction, related to so-called *tough movement* structures, and it is less productive than type A. Quite significantly, double passives (type C) correspond by and far to the most marked case, a fact we would like to attribute to general economy principles ruling the amount of information that can be spelled out (see Chomsky 1981, 1993, 1995): given that double passives manifest the same information in two different positions with no interpretive gain, it is not unexpected for them to be dispreferred by

speakers (putting aside journals and literary writings).<sup>25</sup>

At the outset of this paper we pointed out that double passives are not the unmarked option in Spanish (the data reported in NGRALE 2009 reveals that this variant mostly appears in press texts and other non-formal registers). Since the main feature of this construction is the fact that the passive morphology in the aspectual predicate is actually redundant, it begs the interesting question whether or not this property holds for other Romance languages. Surprisingly enough, Spanish appears to be the only Romance language that licenses double passives, as the following data show:<sup>26 27</sup>

- (55) a. Fue empezado a ser considerado como un amuleto. (Spanish)  
 be-3.SG started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet
- b. \*Va ser començat a ser considerat com un amulet (Catalan)  
 aux-3.SG be started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet
- c. \*Fu iniziato ad essere considerato come un amuleto. (Italian)  
 be-3.SG started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet
- d. \*Il a été commencé à être considéré comme une amulette. (French)  
 it have-3.SG been started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet
- e. \*Foi comezado a ser considerado coma un amuleto. (Galician)  
 be-3.SG started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet

<sup>25</sup> Within the Nanosyntax framework (Caha 2009, Starke 2002, and related work) this would be similar to principles favoring the spell-out of as many nodes as possible in every application of Phrasal Spell-Out.

<sup>26</sup> We thank Anna Bartra, João Costa, Roberta D'Alessandro, Maia Duguine, and Juan Uriagereka for judgments.

<sup>27</sup> Interestingly, at least the Catalan and French data seem to considerably improve if the main auxiliary verb is expressed in a non analytic fashion. The synthetic form of past tense has almost disappeared in present day Catalan, but speakers agree that (ii) is better than (i)

(i) \*Va ser deixat de ser considerat com un enemic. (Catalan)

aux-3.SG be stopped of be considered as an enemy  
 He stopped being regarded as an enemy

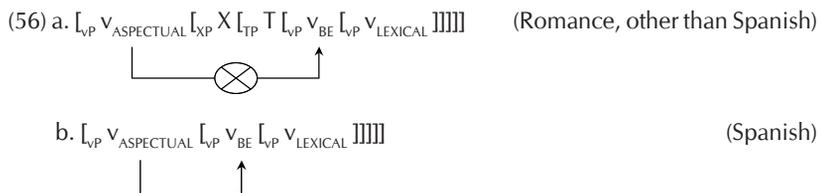
(ii) ??Fou deixat de ser considerat com un enemic. (Catalan)

be-3.SG stopped of be considered as an enemy  
 He stopped being considered as an enemy

This may indicate that tense inflection should be spelled out in the *be* auxiliary, and not the auxiliary deployed to generate past tenses in Catalan. We leave this asymmetry for future research.

- f. \*Foi começado a ser considerado como um amuleto. E. Portuguese)  
 be-3.SG started to be considered as an amulet  
 It was started to be considered as an amulet

To be sure, it could be the case that double passives are ruled out in Romance languages due to the conspiracy of different (and completely independent) factors. Be it as it may, we would like to suggest that a unitary answer to the striking contrast between (55a) and (55b,c,d,e,f) can be entertained. The gist of the hypothesis we would like to sketch out is that the passive complexes have become more independent (hence, less lexicalized) in other Romance languages. We take this to mean that the different components of the two «BE + P.PARTICIPLE» clusters plausibly belong to different syntactic domains (different ‘phases’). Syntactically, this means that the aspectual auxiliary will not be able to agree with the lexical «BE + P.PARTICIPLE» complex in Romance languages other than Spanish due to locality constraints. Let us tentatively formalize such a scenario as follows, assuming that there is ‘less structure’ in the case of Spanish double passives between each of the «BE + P.PARTICIPLE» complexes.



The intuition behind the structure in (56a), or any notational variant, is that there is a syntactic boundary between the aspectual auxiliary and the lexical verb that prevents the former to engage in a syntactic dependency of the Agree type with the latter: being buried within a domain that has already been closed off (spelled-out), the lexical verb cannot be a Goal for the auxiliary Probe. Although we cannot investigate the consequences of this analysis here, we suggest that there are empirical grounds to support it. In particular, if properly parametrized, we believe that (56) could be related to phenomena like agreeing participles, which, as is well-known (see Kayne

1989), are possible in languages like Italian, French, and Catalan, but not Spanish.

- (57) a. *Combien de tables as-tu repeintes?* (French)  
 how-many of tables have-2.SG-you repainted- FEM.PL  
 How many tables did you repaint?
- b. *Jean les a repeintes.* (French)  
 Jean CL-them have-3.SG repainted-FEM.PL  
 Jean has repainted them
- (58) a. *Paolo le ha viste (le ragazze)* (Italian)  
 Paolo CL-her have-3.SG seen-FEM.PL the girls  
 Paolo has seen them
- b. *Le ragazze que Paolo ha {visto / \*viste}* (Italian)  
 the girls that Paolo have-3.SG seen-MASC.3.SG/FEM.3.PL  
 The girls that Paolo has seen
- (59) a. *En Pau l'ha trencada, la clau.* (Catalan)  
 the Pau CL-FEM.SG-have-3.SG broken the key  
 Pau has broken it, the key
- b. *Quina clau ha {trencat / \*trencada}, en Pau?* (Catalan)  
 which key have-3.SG broken-MASC.3.SG/FEM.3.SG the Pau  
 Which key has Pau broken?
- (60) a. *Pablo la ha {\*rota / roto}, la llave.* (Spanish)  
 Pablo CL-FEM.SG have-3.SG broken-FEM.SG/MASC.SG the key  
 Pablo has broken it, the key
- b. *Qué llave ha {\*rota / roto}, Pablo?* (Spanish)  
 which key have-3.SG broken-FEM.3.SG/MASC.3.SG Pablo  
 Which key has Pablo broken?

The asymmetry between (57), (58), and (59) on one hand, and (60) on the other was related, in Kayne's (1989) analysis, to the availability of an escape hatch to which clitics or *wh*-words could move. Under (56a), this escape hatch is provided by the additional XP layer.

Although this hypothesis opens a promising line of research, much remains to be done in order to test the validity of (56) with respect to double passives and, especially so, its connection to phenomena like participial agreement. We leave this for future research.

#### REFERENCES

- Adger, S; Bejar, S.; Harbour, D. (Eds.). 2008. *Phi theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Alexiadou, A. 2010. Reduplication and doubling contrasted: implications for the structure of the DP and the AP. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 5: 9-25.
- Anagnostopoulou, E. 2003. *The Syntax of ditransitives. Evidence from clitics*. Mouton de Gruyter, Berlin.
- Amadas, L. 2002. Tres arguments a favor de la naturalesa lèxica dels verbs aspectuals seguits d'una oració no finita. *Llengua & Literatura*. **13**: 113-164.
- Apothéloz, D. 2010. Le passé surcomposé et la valeur de parfait existentiel. *French Language Studies*. **20**: 105-126.
- Bhatt, R. 1999. *Covert modality in non-finite Contexts*. PhD. dissertation, UPenn.
- Bhatt, R. 2005. Long-distance agreement in Hindi-Urdu. *Natural Language and Linguistic Theory* 23: 757-807.
- Baker, M.; K. Johnson; Roberts, I. 1989. Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry*. **20**: 219-251.
- Barbiers, S. 2006. The syntax of modal auxiliaries. In: Everaert, M.; Van Riemsdijk, H. (Eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. Malden: Blackwell, 1-22.
- Barbiers, S. 2010. Generalized syntactic doubling. Talk given at the Workshop on *Linguistic variation in the minimalist framework*. Casa de Convalescència, Barcelona, January 14-15.
- Barbiers, S. et al. 2010. Meso-comparative syntax of perfect doubling. Talk given at the *4th European Dialect Syntax Meeting*, San Sebastián.
- Belletti, A. 2005. Extended doubling and the VP periphery. *Probus*. **17**: 1-35.
- Biberauer, T.; Roberts, I. 2007. Subjects, tense and verb-movement in Germanic and Romance. Ms., University of Cambridge.
- Bobaljik, J.; Wurmbrand, S. 2005. The domain of agreement. *Natural Language and Linguistic Theory*. **23**: 809-865.

- Boeckx, C. 2004. Long distance agreement in Hindi: some theoretical implications. *Studia Linguistica*. **58**: 1-14.
- Boeckx, C. 2008. *Aspects of the syntax of agreement*. London: Routledge.
- Boeckx, C. 2009. On long distance agree. *Iberia*. 1: 1-32.
- Bosque, I. 1999: El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y participio. In: Bosque, I.; Demonte, V. (Dirs.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 217-310.
- Bosque, I.; Torrego, E. 1995. On Spanish *HABER* and Tense. *Langues et Grammaire 1*, University of Paris 8, 13-29.
- Brody, M. 1993. Theta theory and arguments. *Linguistic Inquiry*. **24**: 1-23
- Browning, M. 1987. *Null operator constructions*. PhD dissertation, MIT.
- Caha, P. 2009. *The nanosyntax of Case*. PhD dissertation, University of Tromsø.
- Carruthers, J. 1994. The passé surcomposé régional: towards a definition of its function in contemporary spoken French. *Journal of French Language Studies*. **4**: 171-190.
- Carruthers, J. 1998. Surcomposé general et surcomposé régional: deux formes distinctes? In: Ruffino, G. (Dir.), *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Vol. 2*. Tübingen: Max Niemeyer, 143-154.
- Cecchetto, C. 2000. Doubling structures and reconstruction. *Probus*. **12**: 93-126.
- Chomsky, N. 1973. Conditions on transformations. In: Anderson, S.A.; Kiparsky, P. (Eds.), *A festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 232-285.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. 1982. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1986. *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1995. Categories and transformations. In *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 219-394.
- Chomsky, N. 2000. Minimalist inquiries: The framework. In: Martin, R. et al. (Eds.) *Step by step. Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 89-155.
- Chomsky, N. 2001. Derivation by phase. In: Kenstowicz, M. (Ed.), *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1-52.
- Cinque, G. 1999. *Adverbs and functional heads. A cross-linguistic perspective*. Oxford, NY: Oxford University Press.
- Cinque, G. 2006. *Restructuring and functional heads. The cartography of syntactic structures (vol. 4)*. Oxford, NY: Oxford University Press.

- Collins, C. 2005. A smuggling approach to the passive in English. *Syntax*. 8: 81-120.
- Contreras, H. 1992. On resumptive pronouns. In: Campos, H.; Martínez Gil, F. (Eds.), *Current studies in Spanish linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 143-165.
- Contreras, H. 1993. On null operator structures. *Natural Language and Linguistic Theory*. **11**: 1-30.
- Cuervo, M. C. 2003. *Datives at large*. PhD dissertation, MIT.
- Emonds, J. 1978. The verbal complex V-V' in French. *Linguistic Inquiry*. 9: 151-175.
- Epstein, S. D. 1989. On the derivation and representation of English 'Tough' constructions. Talk given at University of California - Los Angeles.
- Fernández Soriano, O. 1995. Pronombres reasuntivos y doblado de clíticos. In: Goenaga, P. (Ed.), *De Grammatica Generativa*. San Sebastián: Publicaciones de la Universidad del País Vasco, 109-128.
- Gallego, A.; Hernanz, M.Ll. 2010. Tipos de tiempo defectivo. Talk given at the *IX Congreso General de Lingüística General*, Universidad de Valladolid (Valladolid), 21-23 June 2010.
- Hale, K.; Keyser, S. 1993. On the argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: Hale, K; Keyser, S. (Eds.), *The view from building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 53-109.
- Hartman, J. 2009. Intervention in *tough* constructions. In *Proceedings of NELS 39*.
- Hernanz, M. Ll. 1999. El infinitivo. In: Bosque, I; Demonte, V. (Eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2197-2356.
- Heycock, C.; Kroch, A. 1999. Pseudocleft connectedness: Implications for the LF interface level. *Linguistic Inquiry*. **30**: 365-397.
- Hiraiwa, K. 2001. Multiple Agree and the defective intervention constraint. In *MITWPL #40*. Cambridge, MA: MITWPL.
- Higgins, F. R. 1973. *The Pseudo-cleft construction in English*. Garland: New York.
- Hornstein, N. 2001. *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell.
- Jaeggli, O. 1982. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.
- Jaeggli, O. 1986a. Passive. *Linguistic Inquiry*. 17: 587-622.
- Jaeggli, O. 1986b. Three issues in the theory of clitics: Case, doubled NPs, and extraction. In: Borer, H. (Ed.), *The syntax of pronominal clitics (Syntax & Semantics 19)*. Orlando, Academic Press, 15-42.
- Kayne, R. 1975. *French Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Kayne, R. 1989. Facets of romance past participle agreement. In: Benincà, P. (Ed.), *Dialect*

- Variation on the Theory of Grammar*. Dordrecht: Foris, 85-104.
- Kayne, R. 1993. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica*. **47**: 3-31.
- Kayne, R. 2005. *Movement and Silence*. Oxford, NY: Oxford University Press.
- Kornfilt, J. 1996. NP-Movement and "restructuring". In: Freidin, R. (ed.), *Current Issues in Comparative Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 121-147.
- Kratzer, A. 1996. Severing the external argument from its verb. In *Phrase structure and the lexicon*. Rooryck, J.; Zaring, L. (Eds.). Dordrecht: Kluwer, 109-137.
- Laca, B. 2002. Spanish 'aspectual' periphrases: ordering constraints and the distinction between situation and viewpoint aspect. In: Gutiérrez-Rexach, J. (Ed.), *From words to discourse*. Elsevier: New York/Amsterdam, 61-93.
- Larson, R. 2002. The grammar of intensionality. In: Preyer, G.; Peter, G. (Eds.), *Logical Form and Language*. Oxford: Clarendon Press.
- Larson, R.; Den Dikken, M; Ludlow, P. 1997. Intensional transitive verbs and abstract clausal complementation. Ms., Stony Brook /Vrije Universiteit Amsterdam.
- Lasnik, H. 1988. Subjects and the  $\theta$ -Criterion. *Natural Language and Linguistic Theory*. **6**: 1-17.
- Lasnik, H. 1995. Case and expletives revisited. *Linguistic Inquiry*. **26**: 615-633.
- Lasnik, H. 1996. Case and expletives: Notes toward a parametric account. In: Freidin, R. (Ed.), *Current Issues in Comparative Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 162-189.
- Lasnik, H. 2003. *Minimalist investigations in linguistic theory*. London: Routledge.
- Lekakou, M. 2010. Perfect doubling. Ms., HO The Egg School in Constanta 2010.
- López, L. 2007. *Locality and the architecture of syntactic dependencies*. New York: Palgrave.
- Marantz, A. 2001. Words. Ms., MIT.
- Marantz, A. 2007. Phases and words. In: Choe, S. H. (Ed.), *Phases in the theory of grammar*. Seoul: Dong In, 191-220.
- Martin, R. 1996. *A minimalist theory of PRO and control*. PhD. dissertation, UConn.
- Montalbetti, M.; Saito, M. 1983. On certain (tough) differences between Spanish and English. In: Sells, P.; Jones, C. (Eds.), *Proceedings of the Thirteenth annual meeting of the North East Linguistics Conference*. Amherst: Mass./ GLSA publications. 191-198.
- Moravcsik, E. 1978. Reduplicative constructions. In: Greenberg, J. (Ed.), *Universals in Human Language*. Stanford: Stanford University Press, 297-334.
- NGRALE 2009. Real Academia Española and Asociación de Academias de la Lengua Española. *Nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa, two vols.
- Nunes, J. 2004. *Linearization of chains and sideward movement*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Obata, M. 2010. *Root, successive-cyclic and feature-splitting internal merge: Implications for feature-inheritance and transfer*. PhD. dissertation. University of Michigan.

- Olbertz, H. 2001. El orden de los constituyentes en la combinación de perífrasis verbales en español. *Revista Española de Lingüística*. **31**: 431-453.
- Ormazabal, J.; Romero, J. 2010. Object clitics and agreement. Ms., UPV/HiTT – UE/HiTT.
- Paesani, K. 2001. *The syntax and semantics of the passé surcomposé in modern French*. PhD dissertation, Indiana University.
- Pesetsky, D.; Torrego, E. 2004. Tense, Case, and the nature of syntactic categories. In: Guéron, J.; Lecarme, J. (Eds.), *The syntax of time*. Cambridge, MA: MIT Press, 495-537.
- Picallo, C. 1990. Modal verbs in Catalan. *Natural Language and Linguistic Theory*. **8**: 285-312.
- Pylkkänen, L. 2008. *Introducing Arguments*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Poletto, C. 2009. Double auxiliaries, anteriority and terminativity. *Journal of Comparative Germanic Linguistics*. **12**: 31-48.
- Režac, M. 2006. On tough movement. In: Boeckx, E. (Ed.), *Minimalist essays*. Amsterdam: John Benjamins, 288-325.
- Rizzi, L. 1986. On the status of subject clitics in Romance. In: Jaeggli, O.; Silva Corvalan, C. (Eds.), *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 391-419.
- Roberts, I. 1985. Agreement parameters and the development of English modal auxiliaries. *Natural Language and Linguistic Theory*. **3**: 21-58.
- Roberts, I. 2010. *Agreement and head movement: Clitics, incorporation and defective goals*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Roca, F; Suñer, A. 1997. Reduplicación y tipos de cuantificación en español. *Estudi General* 17/18: 83-119.
- Ross, J. 1969. Auxiliaries as main verbs. In: Todd, W. (Ed.), *Studies in philosophical linguistics* (Series 1). Evanston, Il: Great Expectations Press, 77-102.
- Sportiche, D. 1993. Clitic constructions. Ms., University of California at Los Angeles, Los Angeles (California).
- Starke, M. 2002. The day syntax ate morphology. Class taught at the EGG summer school, Novi Sad.
- Suñer, M. 1988. The Role of agreement in clitic-doubled constructions. *Natural Language and Linguistic Theory*. **2**: 391-434.
- Torrego, E. 1985. Pronouns and determiners: A DP Analysis of Spanish nominals. Ms., UMass Boston.
- Torrego, E. 1996. Experiencers and raising verbs. In: Freidin, R. (ed.), *Current issues in comparative grammar*. Dordrecht: Kluwer, 101-120.
- Torrego, E. 2002. Arguments for a derivational approach to syntactic relations based on clitics. In: Epstein, S.; Seely, D. (Eds.), *Derivation and explanation in the minimalist*

- program*. Malden, MA: Blackwell, 249-268.
- Travis, L. 1984. *Parameters and effects of word order variation*. PhD. dissertation, MIT.
- Uriagereka, J. 1995. Aspects of the syntax of clitic placement in western Romance. *Linguistic Inquiry*. **26**: 79-123.
- Uriagereka, J. 2008. *Syntactic anchors. On semantic structuring*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vicente, L. 2007. *The syntax of heads and phrases. A study of verb (phrase) fronting*. PhD Dissertation, Universiteit Leiden.
- Wurmbbrand, S. 2001. Modal verbs must be raising verbs. In: Bird, S. et al. (eds.). *Proceedings of the 18th West coast conference on formal linguistics (WCCFL18)*, Somerville, MA: Cascadilla Press, 599-612.
- Wurmbbrand, S. 2004. Two types of restructuring – Lexical vs. functional. *Lingua*. **114**: 991-1014.
- Wurmbbrand, S. 2007. How complex are complex predicates. *Syntax*. **10**: 243-288.
- Wurmbbrand, S. 2010. Parasitic morphology in Germanic: Consequences for the theory of feature checking. HO, U.Conn.
- Zubizarreta, M. L. 1999. The cl(itic) projection in questions. *Catalan WPL* **7**: 253-277.

# Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels

Joaquim Brandão de Carvalho

jbrandao@univ-paris8.fr

*Université Paris 8 / CNRS UMR 7023 - Structures formelles du langage*

ABSTRACT. Dresher's (2009) Contrastive hierarchy theory (CHT) is intended to provide a unified account of both sides of phonological primes: contrastivity and behaviour. This article explores the point and the possibility of extending CHT, which is based on binary features, to a system of monovalent elements that is much indebted to Schane's (1984) Particle Phonology. It shows how several aspects of the phonology of European Portuguese nuclei that seem *prima facie* independent from one another – such as reduction patterns and the inventory of diphthongs and nasal vowels – are constrained by element hierarchy, and, thus, receive a unitary account.

KEY-WORDS. Phonological primitives, feature geometry, contrastive hierarchy, monovalent features, vowel systems, Portuguese phonology.

## 1- Introduction: bringing contrast and behaviour together

From Dependency Phonology (Anderson & Ewen 1987) to the so-called 'feature geometries' (Clements 1985; 1988; 2001; 2009; Sagey 1986; McCarthy 1988; Keyser & Stevens 1994; Clements & Hume 1995), several phonological frameworks share the assumption that there is an internal structure of segments, in which the elementary components are organized into hierarchies of 'gestures' or 'nodes'. However, the reasons adduced for this assumption remain unclear, and ambiguous as to one basic question: are such hierarchies substantively grounded? Do they directly follow from the structure of the human vocal apparatus? Or, rather, can they be assigned a formal basis? Is the internal structure of phonemes designed to capture generalizations on phonological constraints and processes? Actually, both reasons are simultaneously invoked, e. g. in Clements's (1985) pioneering article, and this raises another problem. If featural organisation is assumed to rest on both anatomical and linguistic grounds, then constraints and

processes are expected to have universal motivation; in other words, they should not point to different hierarchies from language to language. Is this the case? Can the internal structure of segments be shown to be, at least partially, language-specific?

In recent literature, Dresher's (2009) Contrastive Hierarchy Theory (henceforth CHT) gives an affirmative answer to this question. CHT aims to conciliate two often divergent principles which date back to structural phonology: (i) the distinctive features of a phoneme  $x$  are those that are necessary and sufficient to distinguish  $x$  from all other phonemes of a given system; (ii) only distinctive features are accessible to phonological constraints and rules. Thus, in languages having voice and nasal contrasts without voiceless nasals, both the feature  $[-\text{nasal}]$  of the voiceless consonant and the feature  $[+\text{voice}]$  of the nasal consonant should be left unspecified by virtue of principle (i), as shown in (1), and, therefore, should neither spread nor prevent feature propagation according to (ii).

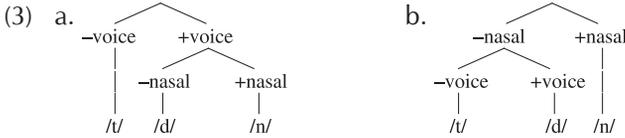
(1)	_____	t	d	n
	voice	-	+	
	nasal	-	+	

However, in such languages as Applecross Gaelic, Ijo, Urhobo, voiceless obstruents block nasal harmony (Piggott 1992), while Latin *ampulla*, *planta*, *mentiri*, *bancu*, *blancu* gave *embolla*, *planda*, *mendir*, *bango*, *blango* in Aragonese (Zamora Vicente 1967 : 234-240), with nasals triggering onset voicing. Thus, following the principle under (ii) above, Aragonese and Gaelic should have the systems in (2a,b) respectively, which violate the principle in (i).

(2)	a.	_____	t	d	n		b.	_____	t	d	n
		voice	-	+	+			voice	-	+	
		nasal	-	+				nasal	-	-	+

According to CHT, the violation of (i) by both languages, as well as the difference between them, can be captured by assuming that contrasts are organized along hierarchical lines, and that the same contrasts are differently

ordered in Aragonese, which has the hierarchy in (3a), and in Gaelic, which has (3b); in both cases, the required features are necessarily specified.



However, as can be seen from this example, such hierarchies suppose a system of binary features.<sup>1</sup> Hence, assuming that privative oppositions and monovalent features can be independently shown to be preferable to binary features – in that they more adequately capture markedness considerations, prevent rule overgeneration, etc. –, CHT runs the risk of being rejected as an artefact of binarism, together with its fundamental idea: infrasegmental structure, if any, reflects the way features combine and behave in a given language, that is both facets of phonological phenomena: representation and computation.

By analysing some aspects of European Portuguese (EP) vowels, I shall argue that the above idea is worth being considered, and that it can be implemented within a system of unary primes, provided that it is partially based on Schane’s (1984) particle phonology.

2- Defining the ‘vowels’ of EP

The inventory of EP vowels in stressed syllable is shown in (4).<sup>2</sup>

(4) a. Monophthongs:	b. Diphthongs:	c. Nasals:	
i	[iø]	ĩ	ũ ü
u	ei eø	ẽ(̃)	õ [õ]
e	(ɐ)	ɨ ɛ ɛ̃	
(ɐ)	(ɐ)		
ɛ	[ɛi] [ɛø]		
ɔ	[ɔi]		
a	ai aø		

<sup>1</sup> The same can be said about Mester’s (1988) pioneering work on ‘tier ordering’: cf. van der Hulst (1989).  
<sup>2</sup> The monophthong [ɐ] is an allophone of the stressed /a/ before nasal onsets in many EP varieties. The diphthong [ɐi] is a widespread allophone of /eɨ/, not of a putative \*/ɐi/, as shown, e.g., by [umaɐˈrɔ], [umeɐˈrɔ], but not \*[umaɐˈrɔ], for *uma eiró* ‘an eel’ (cf. § 3). For this reason, it will be transcribed [ɛi] in this paper.

Diphthongs between brackets stand for arguably underlying hiatus, being mostly attested at morpheme boundaries; they will not be discussed here for the sake of brevity.

Three types of syllable rhymes can be defined in EP according to the following criteria:<sup>3</sup>

(5)	V + /I U N I/	V + /r/	V (+ /s/)
a. Word-final stress	+	+	-
b. Integrity (no resyllabification /_#V)	+	-	-
c. Vowel reduction in pretonic syllable	-	+	+

As was fully discussed in Carvalho (1989), EP has the following stress placement rule by default: it falls on the penultimate syllable if the final syllable is either open or closed by /s/; otherwise, it falls on the final syllable. In most exceptions to this rule, which are often either semantically-marked nouns or morphologically complex verbs (Carvalho 2006), stress goes back up on the previous syllable *ceteris paribus*.<sup>4</sup> Hence, stress can be said to be weight-sensitive in EP, assuming that syllables containing the rhymes in (6a) are light (i.e. worth one ‘mora’), and that syllables having those in (6b) are heavy (count for two ‘moras’).

(6)	Final rhyme	Unmarked stress pattern	Marked stress pattern
a.	V	<i>suplica</i> ‘he begs’	<i>súplica(s)</i> ‘plea(s)’
	V + /s/	<i>suplicas</i> ‘you beg’	
b.	V + /I U/	<i>jamais</i> ‘never’, <i>calhau</i> ‘stone’	<i>fáceis</i> ‘easy’ (pl.)
	V + /N/	<i>avelã</i> ‘hazelnut’, <i>sabão</i> ‘soap’	<i>órfã</i> ‘orphan’ (fem.), <i>sótão</i> ‘attic’
	V + /l/	<i>capital</i> ‘capital’, <i>anzol</i> ‘fish hook’	<i>Setúbal</i> (topon.), <i>álcol</i> ‘alcohol’
	V + /r/	<i>suplicar</i> ‘to beg’, <i>colar</i> ‘collar’	<i>âmbar</i> ‘amber’, <i>açúcar</i> ‘sugar’

<sup>3</sup> On the phonological interpretation of Portuguese nasal vowels (which is a topic of discussion since the 1940’s), see Carvalho (1988). The additional nucleic position arguably associated with nasality – represented by /N/ in (5) – surfaces sometimes as a consonant (homorganic to the following plosive), sometimes as a vocoid, in particular word-finally, where most nasal diphthongs occur, and where [ẽĩ] is always diphthongized.

<sup>4</sup> The marked character of these exceptions is also supported by several phonological processes through which such words acquire the unmarked stress pattern in many non-standard varieties of Portuguese: loss of the penultimate vowel of proparoxytones (*cântaro* > *cantro*), monophthongation (*fáceis* > *faces*), denasalization (*sótão* > *soto*), r-metathesis (*cadáver* > *cadavre*), etc.

Why, then, does V + /r/ diverge from all other heavy rhymes with respect to its behaviour before word-initial vowels? Indeed, as exemplified in (7), both /-r#/ and /-s#/ are syllabified with the following vowel, if any, whereas diphthongs, nasals and /-l/ resist *liaison*-like phenomena.

(7) a. Resyllabification:

[faʃ] *faz* 'does, ago' → [fa.'zɔɾɐʃ] *faz horas* 'for hours'  
 [mar] *mar* 'sea' → [ma.'rotʰ] *mar alto* 'open sea'

b. No resyllabification:

[sai] *sai* 'he goes out' → [sai.'ɔʝɔʝ] *sai hoje* 'he goes out today'  
 [mau] *mau* 'bad' → [mau.'ɐmigu] *mau amigo* 'bad friend'  
 [lɐ] *lã* 'wool' → [lɐ.'ɜzɥ] *lã azul* 'blue wool'  
 [mat] *mal* 'badly, wrong' → [mat.i.ɔu'kað] *mal educado* 'bad-mannered'

The same occurs word-internally, where such syllabifications as *sai-a* 'skirt' (along with *mal-a* 'trunk') are supported by the fact that Portuguese, unlike Spanish, lacks word-initial glides.

Assuming that only extra-nucleic elements undergo resyllabification, the reason for the divergence between /-r/ and the remaining syllable-final sonorants is that, among the heavy clusters, V + /l U N l/ are complex nuclei, as shown in (8a), not V + /r/; actually, the rhotic has here the very same status as any other consonant occurring, in EP, before a *schwa*, that is an empty nucleus, as in *sabe* 'he knows', *pode* 'he can', *leve* 'light', etc.<sup>5</sup>



<sup>5</sup> Hence, EP *schwas* have either (underlying) melodic content – as in *pare* 'stop!', *pareceria* 'he would seem' – or no content at all – *par* 'pair', *parceria* 'partnership'; however, contra Veloso (2005), none is epenthetic.

What is more, final *Vr*-clusters generally involve a *schwa* in EP ([ˈmar<sup>3</sup>] ‘sea’), while */Vl/* rhymes are as strongly coarticulated as diphthongs, the vowel being velarized by a ‘dark *l*’ ([ˈmɑt̪] ‘badly, wrong’) which undergoes vocalization in Brazilian Portuguese (> [ˈmau]).

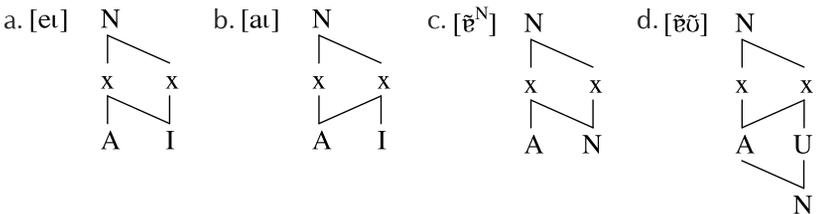
A second characteristic of the EP complex nuclei in (8a) is that they escape the normal reduction process that affects unstressed vowels in pretonic and post-tonic syllables, as exemplified under (9) with highly productive morphological alternations; by contrast, the behaviour of complex nuclei is illustrated in (10).

- (9) a. [i] ↔ [i]    *viro* / *v̄rar*            ‘I turn / to turn’  
                      *afirmo* / *afirmar*            ‘I assert / to assert’  
                      *riço* / *riçado*                    ‘stripe / striped’
- b. [e] ↔ [ə]    *seco* / *secar*                    ‘dry / to dry’  
                      *aperto* / *apertar*                ‘pressure / to hold tight’  
                      *cesta* / *cestinha*                ‘basket / little basket’
- c. [ɛ] ↔ [ə]    *seco* / *secar*                    ‘I dry / to dry’  
                      *aperto* / *apertar*                ‘I hold tight / to hold tight’  
                      *pesco* / *pescar*                    ‘I fish / to fish’
- d. [a] ↔ [ə]    *bato* / *bater*                    ‘I beat / to beat’  
                      *parto* / *partir*                    ‘I leave / to leave’, ‘I break / to break’  
                      *gasto* / *gastar*                    ‘I spend / to spend’
- e. [ɔ] ↔ [u]    *voto* / *votar*                    ‘vote, I vote / to vote’  
                      *corto* / *cortar*                    ‘I cut / to cut’  
                      *gosto* / *gostar*                    ‘I like / to like’
- f. [o] ↔ [u]    *cozo* / *cozer*                    ‘I cook / to cook’  
                      *gordo* / *gordinho*                ‘fat / a bit fat’  
                      *gosto* / *gostar*                    ‘taste / to like’
- g. [u] ↔ [u]    *furo* / *furar*                    ‘hole, I make a hole / to make a hole’  
                      *furto* / *furtar*                    ‘theft, I steal / to steal’  
                      *custo* / *custar*                    ‘cost, I cost / to cost’

- (10) a. [eɪ] \* [əɪ] *deijto / deijtar* 'I throw / to throw'  
 [aɪ] \* [əɪ] *pairo / pairar* 'I soar / to soar'  
 [əʊ] \* [ʌʊ] *pauto / pautar* 'I settle / to settle'  
 [oɪ] \* [uɪ] *açoito / açoitar* 'I whip / to whip'  
 [uɪ] *cuido / cuidar* 'I care / to care'
- b. [i<sup>N</sup>] *pinto / pintar* 'I paint / to paint'  
 [ẽ<sup>N</sup>] \* [ẽ<sup>N</sup>] *tento / tentar* 'I try / to try'  
 [ẽ<sup>N</sup>] \* [ẽ<sup>N</sup>] *canto / cantar* 'I sing / to sing'  
 [õ<sup>N</sup>] \* [õ<sup>N</sup>] *monto / montar* 'I ride / to ride'  
 [ũ<sup>N</sup>] *junto / juntar* 'I gather / to gather'
- c. [iɪ] *filme / filmar* 'film / to film'  
 [ɛɪ] \* [ɛɪ] *feltro / feltrar* 'felt / to felt'  
 [ɛɪ] \* [ɛɪ] *relva / relvado* 'turf, grass / lawn'  
 [ɑɪ] \* [ʌɪ] *salto / saltar* 'jump, I jump / to jump'  
 [ɔɪ] \* [uɪ] *solto / soltar* 'I free, I untie / to free, to untie'  
 [oɪ] \* [uɪ] *solto / soltar* 'free / to free, to untie'  
 [uɪ] *multa / multar* 'fine / to fine'

Assuming that vowel reduction (henceforth VR), in autosegmental terms, is nothing but feature disassociation, its absence in (10) can be seen as an effect of Honeybone's (2005) principle according to which "sharing makes us stronger": the more slots a melodic element is associated with, the more robust it is. Hence, as shown under (11), the elements of complex nuclei should interact in such a way that at least one melodic prime is linked to two positions.<sup>6</sup>

(11) Internal structure of some EP complex nuclei (provisional account):



<sup>6</sup> This is also in line with Caratini's (2009: 478 ff.) hypothesis on the difference between diphthongs and hiatuses in a strict CV approach: if both suppose a VCV portion of the skeleton (C being an empty position), the former, unlike the latter, involve such melodic interactions.

The concept ‘vowel’ will be understood as the set of all nucleic configurations; as can be seen, contrary to what emerged from the inventory in (4), it comprises /Vl/ clusters in EP, as they behave like diphthongs and nasals. Thereby, the behaviour of phonological segments turns out to be a ‘built-in’ property of their internal structure.

Unlike /Vs/ and /Vr/ clusters, EP complex nuclei involve phonotactic constraints that strongly restrict the number of possible contrasts: for example, there are front, but not round, homorganic diphthongs; mid-high and mid-low vowels contrast in stressed positions, except in nasal nuclei; there are nasal diphthongs, but not diphthong+// nuclei.<sup>7</sup> The existence of phonotactic constraints is not surprising, since complex nuclei involve melodic interactions, as assumed above. Could it, then, be the case that the internal structure of nuclei accounts for such constraints as well? If so, and since satisfaction of these constraints is clearly language-specific, is it possible to maintain that featural organisation is universal?

### 3- Back to particles

There are two interesting facts about the EP low vowel. On the one hand, VR applies to /a/ as in (12a); note that the reduced allophone of /a/ remains distinct from that of /e, ε/, as shown by [pɜ̃gar] *pagar* ‘to pay’ (cf. p[a]go ‘I pay’) versus [pə̃gar] *pegar* ‘to take’ (cf. p[ε]go ‘I take’). On the other hand, when two reduced allophones of /a/ happen to be in contact at morpheme boundaries, they regularly contract into one (short) [a] – a process traditionally known as ‘crasis’ –, as exemplified in (12b).

(12) a. VR: /a/ → [ɜ̃] in unstressed syllables

b. Crasis:	[ɜ̃] + [ɜ̃'migɜ̃] → [a'migɜ̃]	<i>a amiga</i>	‘the friend’ (fem.)
	[kazɜ̃] + [ɜ̃'zũtɜ̃] → [kaza'zũtɜ̃]	<i>casa azul</i>	‘blue house’
	[pagaɜ̃] + [ɜ̃'kõ'tɜ̃] → [paga'kõ'tɜ̃]	<i>paga a conta</i>	‘pay the bill!’
	[erɜ̃] + [ɜ̃'li] → [era'li]	<i>era ali</i>	‘it was there’

<sup>7</sup>On the basis of Portuguese orthography, it could be argued that this also the case in *r*-closed syllables. However, it follows from the representation assigned in (8b) to /Vr/ ‘rhymes’ that a word like *par* ‘pair’ has the same syllabic structure as *pare* ‘stop!’ and *paire* ‘he soar’ (subj.), whereas the monosyllabic *sal* ‘salt’ differs from the dissyllabic *vale* ‘valley’ and *baile* ‘dance’, as shown by its strong(er) velarization, which disallows diphthongs.

If we bring both facts together, it seems that /a/ equals '[ɜ] + [ɜ]', or that it consists of two A-elements, in the line of Schane's (1984) Particle phonology, where, as shown in (13), the representation of vocalic aperture rests on the 'weight', that is the number of occurrences, of an A-particle.

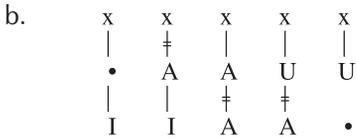
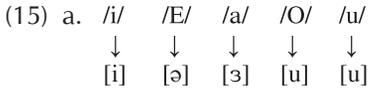
- (13) /i/ = {I}                      /u/ = {U}  
       /e/ = {I, A}                /o/ = {U, A}  
                                       /ɜ/ = {A}  
       /ɛ/ = {I, A, A}            /ɔ/ = {U, A, A}  
                                       /a/ = {A, A}

Within this framework, thus, when /a/ undergoes VR, one of its A-elements, and only one, is lost. A tempting generalization is that VR itself is nothing but resonance decrease by loss of one A-element.

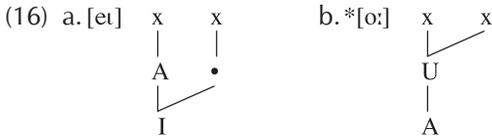
However, looking at the general pattern of EP VR in (14), two questions arise. First, if, according to Schane's model, /e o/ differ from /ɛ ɔ/ in that the latter have one more A-particle than the former, why do both mid-high and mid-low vowels reduce alike? If VR involves the loss of only one A-particle, such processes as /e/ → [ə] and /ɛ/ → \*[e] should be expected. Second, why is it that, when this resonance element A is deleted, the 'tonality' elements I and U exhibit asymmetric behaviour, the former being also deleted while the latter is preserved?

- (14) /i/    /e/ /ɛ/    /a/    /ɔ/ /o/    /u/  
       |        \    /        |        \    /  
       [i]    [ə]        [ɜ]        [u]    / unstressed syllable

Assuming that the process in (14) is constrained by infrasegmental structure, the answer to both questions, as illustrated in (15a,b), is that (i) VR applies to a 5-vowel system, where the contrast between mid-high and mid-low vowels is previously neutralized (EP sharing this merger with all dialects of Portuguese), so that no more than two elements are required for each segment, and that (ii) I and U have different hierarchical status with respect to A: in mid vowels I is 'dominated' by A, while U 'dominates' A, so that A-delinking involves I- but not U-deletion (Carvalho 1994).



Crucially, VR is congruent with other aspects of EP vowels, which minimizes the risk of circularity. Thus, the first of the three constraints mentioned above on the structure of complex nuclei is directly captured by the element hierarchy in (15b). As can be seen in (4b,c), there are front, but not round, homorganic diphthongs. Indeed, unlike I in (16a), U cannot spread without involving A-propagation as well, whence [o:], not a diphthong. Assuming that languages lacking long vowels precisely forbid dominant elements to associate with two slots, (16b) is naturally disallowed in EP.<sup>8</sup>

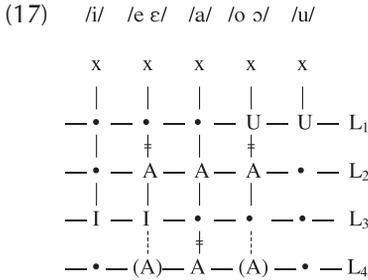


Also, underlying /eo, ea/ and /oa/ hiatuses behave differently, the former regularly involving diphthongization, not the latter: /<sup>h</sup>jea/ → [ʰjei̯ɜ] *cheia* ‘full (fem.)’ vs /<sup>h</sup>boa/ → [ʰbo<sup>w</sup>ɜ] *boa* ‘good (fem.)’.

<sup>8</sup> Old Galician-Portuguese (which lacked VR) had an *ou* diphthong that survives in standard EP (and Brazilian Portuguese) either as a short monophthong [o] that, like diphthongs, does not undergo VR (e. g., *p[o]po / p[o]par* ‘I/to save, spare’), or as [ou] – some words showing both (lexicalized) variants. In EP, this monophthong behaves like a few other pretonic vowels that escape VR, and whose elements must be viewed as lexically anchored (e. g., *pr[e]gar* ‘to preach’, *p[a]deiro* ‘baker’, *c[ɔ]rar* ‘to flush’). In certain European dialectal varieties, *ou* also gave a central round mid vowel [ø]. A problem for the present analysis may come from zones of northern Portugal which preserve *ou* as a diphthong with a round off-glide (while showing VR). Further research is required on that subject; it should be noted, however, that a widespread realization of *ou* in these zones is a dissimilated [ɛu] diphthong, which does not raise any problem for the representation assumed in (15b).

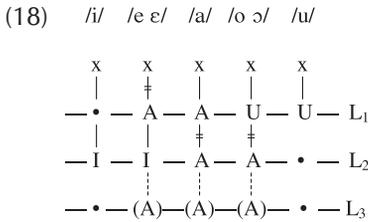
4- From particle ordering to contrastive hierarchies

At this stage, one question arises: what does the internal structure of the basic 5-vowel system in (15b) involve as to the overall organization of vocalic contrasts in EP? Within a theory of phonological primitives based on privative elements, the I/U-asymmetry revealed by VR is likely to support the autosegmental representation of monophthongs in (17). As can be seen, each tier corresponds to one and only one element, which may be either present or absent.

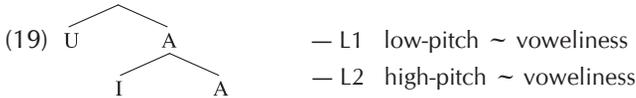


However, (17) offers a somewhat misleading picture of EP VR: if /a/ → [ɜ] did follow from A<sub>4</sub>-delinking, then, as was pointed out above, /e ε/ and /o ɔ/ should be expected to reduce to [e] and [o], not to [ɛ] and [u], respectively; conversely, if /e ε/ → [ɛ] and /o ɔ/ → [u] resulted from A<sub>2</sub>-delinking, then /a/ → [ə] (like in Catalan) should be expected, instead of [ɜ].

This supports the assumption that hierarchies do not involve mere isolated elements, but *contrasts*. In (18), tiers do not necessarily bear one single element, but both privative (e. g., /e/ ~ /i/) and equipollent (e. g., /e/ ~ /a/) oppositions. In (18), VR is naturally captured in terms of loss of one A-element that contrasts either with I or with U, according to the tier in which A is located. Unlike (17), accounts for the behaviour of both /a/ and /E O/.



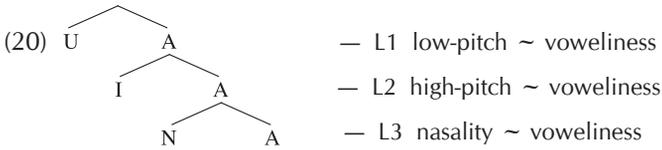
Interestingly, there is one common element to all tiers in (18), and A is this element among vowels. The basic oppositions are, in EP, those in (19), where the ‘vowelness’ represented by A successively contrasts with the tonality elements U and I. EP is supposed to have this hierarchy; other languages may have the opposite tier ordering.



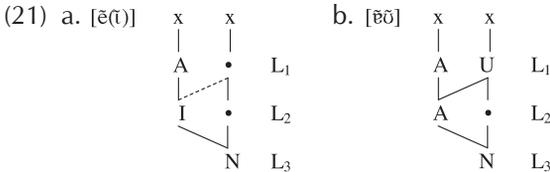
An interesting consequence of (18) is that /a/ has now *three* A-elements. I shall only stress two points supporting this representation. First, crasis in (12b) turns out to be a slightly more complex process than the ‘1 + 1 = 2’ formula suggested in § 3; rather, as each of the primitive A’s is linked to one timing position, the three resulting A’s associated with one slot show that one position changes into an A-element. This is consistent with the view that, within Schane’s approach, A-‘particles’ may share with timing slots a quantitative role in phonological representations (Carvalho 1994). Secondly, the three A’s in (18) can be shown to correspond to the gradual realization of EP /a/ in terms of resonance: {A<sub>1</sub>} represents its reduced allophone in unstressed syllables (transcribed here as [ɜ]), {A<sub>1</sub>A<sub>2</sub>} underlies its stressed mid allophone before nasal onsets ([ɞ]), and {A<sub>1</sub>A<sub>2</sub>A<sub>3</sub>} its full prototype ([a]).

We shall now see how this approach accounts for the last two constraints mentioned in § 2 on the structure of complex nuclei, which involve the two segments that are specifically associated with the second position: /N/ and /l/. Just like /l U/, these have strong anti-resonant effects on the preceding vowel, which is either nasalized by /N/ or velarized by [ɫ]. The problem is about the contrastive consequences of these phonetic effects: as regards nasality, why do mid-high and mid-low vowels contrast in stressed positions, except in nasal nuclei?

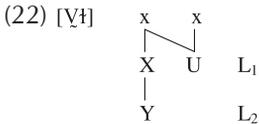
This simply follows from the overall hierarchy of vocalic contrasts in (20), where the N-element will be seen as the second member of the equipollent opposition carried by L<sub>3</sub>.



Assuming that lexical ambiassociation of two elements of the same tier represents a marked configuration,<sup>9</sup> contrasts between mid-high and mid-low nasalized vowels, which would require A<sub>3</sub> and N be lexically ambiassociated in mid-low vowels, appear as disadvantaged, and are, indeed, impossible in EP.<sup>10</sup> Nasal diphthongs, however, depend on the higher-level I/U-elements, and are therefore naturally allowed, as shown in (21).



As regards /V/ nuclei, the question is: why are there nasal diphthongs – cf. (4c) –, but not diphthong+// nuclei? As a velarized consonant, // consists of a low-pitch element U.<sup>11</sup> If this element is located in its respective tier – L<sub>1</sub> in (18) –, then, as shown in (22), not only is U naturally allowed to spread onto the left position, whatever the melodies associated with it, but it also prevents diphthongization, as it already occupies the place allotted to off-glides.



<sup>9</sup> On the basis of Kaye, Lowenstamm & Vergnaud's (1985) idea that elements of the same tier cannot combine.  
<sup>10</sup> Northern varieties of EP show a low [ã] for [ɛ̃]. However, lexical contrasts between /ɛ̃ ɛ̃ ð/ and /ɛ̃ ã ð/ are unattested. That N and A<sub>3</sub> are lexically incompatible in EP also appears from the fact that the only case of /ɛ ɛ ð/ ~ /ɛ̃ ã ð/ contrasts before nasal consonants (e. g., [tɛ]mo 'I fear' ~ r[ɛ]mo 'oar, I row', cant[ɛ]mos 'we sing' ~ cant[ã]mos 'we sang', [tɔ]mo 'volume' ~ t[ɔ̃]mo 'I take') precisely involves denasalization. Otherwise, only crasis may trigger a low nasal vowel, e. g. [kazɔ] + [ɛ̃<sup>o</sup>tigɔ] → [kazã<sup>o</sup>tigɔ] casa antiga 'old house'.  
<sup>11</sup> And some consonantal element that distinguishes it from the [-ɔ] off-glide.

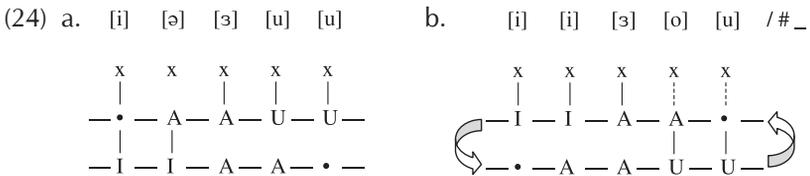
## 5- Are infrasegmental hierarchies lexical?

There is, finally, a crucial piece of evidence for assuming that tiers represent contrasts between elements, not single elements. VR occurs in word-initial onsetless unstressed syllables: thus, /a/ normally surfaces as [ɜ]: cf. [ɜ]rder ‘to burn’. However, since EP has a constraint forbidding [#ə], the mid archiphoneme /E/ is realized as [i], instead of [ə], as exemplified in (23a).

(23) a.	<i>erguer</i>	‘to erect’	b.	<i>oliveira</i>	‘olive’
	<i>Helena</i>	‘Helen’		<i>ovelha</i>	‘ewe’
	<i>exemplo</i>	‘example’		<i>obrigado</i>	‘thank you’
	<i>exército</i>	‘army’		<i>orar</i>	‘to pray’
	<i>edifício</i>	‘building’		<i>operário</i>	‘(manual) worker’

Clearly, the satisfaction of \*[#ə] leads the I and A components of /E/ to swap their hierarchical roles, so that I becomes the dominant element of /E/ in word-initial position. What is interesting is that, in this context, as shown in (23b), /O/ surfaces as [o], instead of the expected [u], and, thus, fails to undergo VR.

Both facts – as well as the normal reduction of /a/ – are captured by assuming that I/A permutation in /E/ actually follows from general interchange of U/A and I/A tiers, implying the permutation of U and A in /O/. It remains to be explained why elements preserve their capacity for association, which is presupposed by the mechanism in (24);<sup>12</sup> I see no other explanation, however, for the absence of VR in /O/, as there is no \*[#u] constraint in EP.



<sup>12</sup> For a model of what the metaphorical term ‘(autosegmental) association’ may cover, see Carvalho (2007).

Let us remark in passing that (24a,b) brings up the following important problem: are such infrasegmental hierarchies lexical? Assuming with Optimality Theory that markedness constraints concern surface forms, the possibility for the hierarchy in (24b) to be preferred to the one in (24a) on the grounds that the latter violates \*[#ə] confers on both the status of ‘candidates’. This needs further discussion that space does not permit here. In any event, if it were eventually shown that different contrast hierarchies compete in each language, this would prove that they belong to grammar, that they are language-specific constructions, not a matter of anatomy.

#### REFERENCES

- Anderson, J. M.; Ewen, C. J. 1987. *Principles of dependency phonology*. Cambridge: CUP.
- Caratini, E. 2009. *Vowel and consonantal quantity in German: synchronic and diachronic perspectives*. Doct. diss., Université de Nice, Université de Leipzig.
- Carvalho, J. Brandão de. 1988. Nasalité et structure syllabique en portugais et en galicien: approche non linéaire et panchronique d’un problème phonologique. *Verba. Anuario galego de filoloxía*. **15**: 237-263.
- Carvalho, J. Brandão de. 1989. Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*. **27**: 405-436.
- Carvalho, J. Brandão de. 1994. What are vowels made of? The ‘no-rule’ approach and particle phonology. *Studia linguistica*. **48**: 1-27.
- Carvalho, J. Brandão de. 2006. Markedness gradient in the Portuguese verb: How morphology and phonology interact. In: I. Fónagy; Y. Kawaguchi; T. Moriguchi (Eds.). *Prosody and Syntax*. Amsterdam: Benjamins, 157-174.
- Carvalho, J. Brandão de. 2007. From features to contours: why forms, not acoustic signals, should be modelled. *Mathématiques et sciences humaines*. **180**: 29-43. Retrieved June 8, 2011, from the World Wide Web: <http://www.ehess.fr/revue-msh/pdf/N180R1302.pdf>.
- Clements, G. N. 1985. The geometry of phonological features. *Phonology Yearbook*. **2**: 225-252.
- Clements, G. N. 1988. Toward a substantive theory of feature specification. *Proceedings of the 18th annual meeting of the North-Eastern Linguistic Society*. Amherst, MA, 79-93.
- Clements, G. N. 2001. Representational economy in constraint-based phonology. In: T.

- A. Hall (Ed.). *Distinctive feature theory*. Berlin: Mouton de Gruyter, 71-146.
- Clements, G. N. 2009. The role of features in phonological inventories. In: E. Raimy; C. Cairns (Eds.). *Contemporary views on architecture and representations in phonological theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 19-68.
- Clements, G. N.; Hume, E. 1995. The internal organization of speech sounds. In: J. Goldsmith (Ed.). *Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell, 245-306.
- Dresher, B. E. 2009. *The contrastive hierarchy in phonology*. Cambridge: CUP.
- Honeybone, P. 2005. Sharing makes us stronger: Process inhibition and segmental structure. In: P. Carr; J. Durand; C. J. Ewen (Eds.). *Headhood, elements, specification and contrastivity*. Amsterdam: Benjamins, 167-192.
- Hulst, H. G. van der. 1989. Atoms of segmental structure: components, gestures and dependency. *Phonology*. **6**: 253-284.
- Kaye, J.; Lowenstamm, J.; Vergnaud, J.-R. 1985. The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology yearbook*. **2**: 305-328.
- Keyser, S. J.; Stevens, K. N. 1994. Feature geometry and the vocal tract. *Phonology*. **11**: 207-236.
- McCarthy, J. 1988. Feature geometry and dependency: a review. *Phonetica*. **43**: 85-108.
- Mester, A. 1988. Dependent tier ordering and the OCP. In: H.G. van der Hulst; N. Smith (Eds.). *Features, segmental structure and harmony processes*, vol. 2. Dordrecht: Foris, 127-144.
- Piggott, G. 1992. Variability in feature dependency: the case of nasality. *Natural Language and Linguistic Theory*. **10**: 33-78.
- Sagey, E. 1986. *The representation of features and relations in nonlinear phonology*. Doctoral diss., MIT.
- Schane, S. A. 1984. The fundamentals of particle phonology. *Phonology yearbook*. **1**: 129-155.
- Veloso, J. 2005. Considerações sobre o estatuto fonológico de [j] em português. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e literaturas*. **22**: 621-632.
- Zamora Vicente, A. 1967. *Dialectología española*. Madrid: Gredos.





instantiate a relative-correlative clause where the left dislocated relative is an internally headed RC:

(3) a [fofa ikiw-e-mik nain], fofa nain yo me paayar-e-m  
(Mauwake - Berghäll 2010,319)  
[day go-PA-1/3p that] day that1 1s.UNM not know-PA-1s  
'The day that they went, I do not know the day/date'

b [Ñi pai (u) pak-öp] pai (u) au-ab (Kobon - Davies 1981,30)  
[boy girl (that) strike-perf.3s] girl (that) come-pres.3s  
'The girl whom the boy hit is coming'

For Kombai, however, there seems to be positive evidence that the rightmost of the two NPs is the external Head of the RC, modified by the RC containing an internal Head. The evidence comes from the distribution of the connective marker *-o*. This marker is characteristically found between modifiers of a Noun(P) and that Noun(P). The fact that it is also found between the RC and the NP following it (being obligatory with RCs modifying *rumu* 'person' and optional with RCs modifying *ro* 'thing' - de Vries 1993,79), suggests that the rightmost NP is indeed the external Head of the DP containing the RC, and not an 'anaphoric' DP resuming a left dislocated DP containing the RC, as in correlative relatives.

The limited goal of this article is to document seemingly bona-fide double-headed RCs in other languages and language families, even when they do not constitute the prevalent RC strategy (as is apparently the case for Kombai<sup>2</sup>), but only an alternative strategy, available in selected contexts.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> de Vries (1993) states that *most* RCs, in addition to the internal head, have either *ro* 'thing' (for non-human entities) or *rumu* 'person' (for human entities) as external heads (when the external head does not repeat the internal head, as in (1a)). He dubs them as 'grammatical heads' (drawn from a limited set of functional nouns), but also adds that in his data there are also examples "where there is no grammatical head noun", as in (i), where there is apparently just an internally headed RC:

(i) [baju rakhumade] emukhe  
[shirt buy.1SG.NF] lost  
'The shirt I bought is lost'

To judge from his example (325), headless, or 'free', RCs appear to involve the same grammatical heads:

(ii) [[khe-lu khakhe-n-o] rumu],...  
[[his-word listen.3SG.NF-TR-CONN] person]  
'Whoever listens to him,...'

<sup>3</sup> The evidence is based on the description found in grammars or articles dealing with specific languages and would need to be corroborated by further investigation on such languages.

Some implications of double-headed RCs for the general analysis of RCs will be briefly discussed in the concluding section. I will for convenience group the languages displaying overtly double-headed RCs in the following three classes. The first is represented by a number of OV languages, belonging to the Papuan, the Niger-Congo, the Tibeto-Burman, the Northwest Caucasian, and the Altaic families, whose basic RC type is of the *internally headed* one or the *pre-nominal* externally headed one, or both. The second is represented by VO and OV languages with externally headed *post-nominal* RCs (with or without *wh*-pronouns), belonging to the Papuan, the Austronesian, the Chadic, the Pama-Nyungan, and the Indo-European, families. The third is represented by various child languages. I take up each case in turn.

1 - Double-headed RCs in OV languages with internally headed or pre-nominal externally headed RCs

1.1 - In addition to the (non-Austronesian) Papuan OV language Kombai, another (non-Austronesian) Papuan OV language which appears to document doubled-headed RCs is Yagaria<sup>4</sup>:

- (4) a [[hemeti **yo'** gi-ta su ho-d-u-pa'] **yo**-se' (Renck 1975,174)  
[[today **house** build-1.PL finish-PAST-1.PL-PIV] **house**]-BEN  
'..for the house which we finished building today..'
- b [[**ha** eli-d-a-ma'] **ha**-mo] akoupa hi-da b-ei-ma-to'...  
(Renck 1975,220)<sup>5</sup>  
[[**mushroom** take-PAST-3.PL-PIV] **mushroom**-CON] sort out-3.PL  
live-3.PL-PIV-RC...  
'..while they were sorting out the mushrooms they had gotten...'

<sup>4</sup> In addition to double-headed RCs (which constitute a significant number of Renck's 1975 examples of RCs), Yagaria appears to have internally headed ((i)a), pre-nominal externally headed ((i)b), and headless ((i)c), RCs (see Renck 1975, §3.2.2.15) (PIV = pivotal marker; QD = qualitative derivative):

(i) a yo' ne-k-i-ma' (Renck 1975, 207)  
house PROG-build-3.PL-PIV  
'the house they are building' or 'they who are building a house'  
b ega fili-te' yale (Renck 1975, 208)  
yesterday die-QD people  
'the people who died yesterday..'  
c Huva-gayagati' e-d-a-ma' (Renck 1975, 207)  
Lufa-ABL come-PAST-3.PL-PIV  
'They who came from Lufa..'

<sup>5</sup> Renck indicates the entire sequence [*ha eli-d-a-ma' ha-mo*] as the object of the following predicate.

- c [[legepa **abade** bogo p-agavei-na h-ei-ma'] **abade-mo**] ou'ha-e-ga-pi...  
(Renck 975,221)<sup>6</sup>  
[[big girl one them-lead-3.SG go.up-3.SG-PIV] girl-CON] sleep-3.SG-NI-they  
'...one big girl which [sic] had taken them up, fell asleep, and they...'
- d [[hemeti dete' **ge** hu-d-u-ma'] **ge**] (Renck 1975,173)  
[[today morning **word** say-PAST-1.SG-PIV] **word**]  
'the word I spoke this morning'

Another is possibly Usan. Reesink (1983,230) states that Usan has both pre-nominal ((5)a) and replacive [internally headed] ((5)b) RCs, the latter being more frequent (also see Reesink 1987, §6.2):

- (5) a [[iyau got-er] bur eng] wâ-râm-umei (Reesink 1983,231)  
[[dog bite-3s.FP] pig the] 3s-hit-1s.NP  
'I hit the pig that bit the dog.'
- b [[munon qemi bau-or] eng] ye me ge-au... (Reesink 1983,230)  
man bow take-3s.FP the I not see-NOM  
'I did not see the man who took the bow' or 'I did not see the bow which the man took.'

And says (1983,230; 1987,220) that a way to disambiguate (5)b (in favour of the second reading) would be either to front the object followed by a determiner ((6)a) or to retain the antecedent NP ((6)b), which he gives as a double-headed RC:

- (6) a [[qemi eng munon bau-or] eng] ye me ge-au...  
bow the man take-3s.FP the I not see-NOM  
'I did not see the bow which the man took'
- b [[munon **qemi** bau-or] **qemi** eng] ye me ge-au...  
[[man **bow** take-3s.FP] bow the I not see-NOM

---

<sup>6</sup> Renck indicates the entire sequence [legepa abade bogo p-agavei-na h-ei-ma' abade-mo] as the subject of the following predicate.

'I did not see the bow which the man took'

While (6)b could be analysed as a correlative, rather than a double-headed, RC, especially given the parallel existence of sentences like (7), which are clearly correlative,

- (7) [[munon qemi bau-or] eng], qemi/munon eng ye me ge-au... (= (31)  
of Reesink 1987, 220)  
man bow take-3s.FP the bow/man the I not see-NOM  
'Given that a man took a bow, the bow/man I didn't see'

some suggestive evidence exists that the RC in (6)b should be analysed as double-headed. Reesink states that "if the antecedent is retained, then the identical noun within the RC should not be marked with the determiner *eng*. Nor should the object in [(6)a], *qemi* 'bow', be fronted" (1987,220). Furthermore, he says that the verb of the RC in (6)b is "without final intonation and [...] there is no major pause between the RC and the HN [Head Noun] as is found in [(7)]." (1987, 220).<sup>7</sup>

1.2 - A second OV language family with internally headed RCs as its basic type which documents at least some double-headed RCs is the Dogon family (Niger-Congo). Double-headed RCs are attested in Jamsay (Heath 2008, §14.1.1), in Najamba Dogon (Bondu-So) (Heath 2009, §14.2.10), and in the Tabi dialect of Toro Tegu Dogon (Heath 2010, §14.1.12).

<sup>7</sup> Reesink (1987) mentions another (non-Austronesian) Papuan language, Gahaku, as one that "allows the fully expressed NPs to occur simultaneously, if the speaker needs to emphasize the, clearly topical, head noun (Deibler, pers. comm.)" (p.218), giving (i) as an example:

(i) [[vegana lamana keza mihuka hora ale] vegana nene]... (Reesink 1987:218)  
people good they garden work do people the  
'The good people who worked in the garden...'

But more work is needed to establish this as a fact.

To judge from Oguri (1976), and Minch (1991,1992) two more (non-Austronesian) Papuan languages possibly allowing for double-headed RCs are Isirawa ("In Isirawa only true verbal qualification has an overt relative clause marker *-pā*. In this relative clause, any referent which is obvious to the listeners can be deleted though no referent (even the referent which is coreferential with the noun head) has to be deleted.", p.91), and Amanab ("A full NP may be repeated in the relative clause to represent the head noun", 1991,86;1992,155). Here too more work is needed to establish whether the RCs in these languages are genuine double-headed RCs. For other (non-Austronesian) Papuan languages displaying (some) double-headed RCs alongside externally headed *post-nominal* RCs, see section 2 below.

In Jamsay, whose basic RC is internally headed, “it is also possible to expand this core relative clause structure [...] by adding a copy of the head N (not the full head NP), as a special kind of external head.” (Heath 2008,479), usually preceded by the Possessive marker *mà*.<sup>8</sup> See (8)a-g, from Heath 2008,481f):

- (8) a [[**wàkàti** ki-ká: ñɔ'w<sup>n</sup>ɔ [ñú lè] téwé bèrè-gó-Ø] **mà wàkàti** fú:] kò:-ró  
 [time.L Rdp-grasshopper damage [millet in] inflict be.able-Impf.Neg-Ppl.  
 Nonh] **Poss time** all] be.Nonh-Neg  
 ‘There is no time when grasshoppers can not inflict damage on the millet.’
- b [[dá: ñà-nɔː **úrò** mà bèrè kùn-ó-Ø] mà **úró**] kò:-ró  
 [[water.jug [house Poss in be.in-Neg-Ppl.Nonh] Poss **house**] be.Nonh-Neg  
 ‘There is no house that a water jug is not in.’
- c [[**dàná-m** [dàná yá: mèy<sup>n</sup>↑],[èjù-n'ɔw<sup>n</sup>ɔ' é:-jè-bà dèy], [[èjù-n'ɔw<sup>n</sup>ɔ' kù<sup>n</sup>  
 yò:ró mèy<sup>n</sup>↑] tá:n-`m] mà **dàná-`m**] yɔ'≡k'ɔ  
 [[**hunt-Ppl.PI** [hunt go and],[field-meat see-RecPf-3PIS if], [[field-bush Def  
 stalk and] shoot.Impf-Ppl.PI  
 Poss **hunt.Ppl.PI**] exist=be.Nonh  
 ‘There are some hunters who, having gone hunting, if they have seen the wild animals, having stalked those animals, shoot (them).’
- d [[dògùrù sál kò:-ró-Ø kù<sup>n</sup>] mà **dógúru** kù<sup>n</sup>] lè  
 [[time.L prayer be.Nonh-Neg-Ppl.Nonh Def] Poss **time** Def] in  
 ‘(back) in the time when there was no praying (= before Islam)’
- e [[ **ijè** è íjé bèrè:-Ø] mà **ijé** ]  
 [[ **position.L** 2PIS.L stand can.Impf-Ppl.Nonh] Poss **position**]  
 ‘the position (or: situation) where you-Pl stand’
- f [[**ni-ñir<sup>n</sup>è** wó bè nár<sup>n</sup>à-Ø] **ni-ñir<sup>n</sup>é** ]

<sup>8</sup> As with the connective marker –o in Kombai, the fact that a possessive marker is usually present in Jamsay between the RC and the rightmost NP seems to ensure that the latter indeed is internal to the DP containing the RC. In addition to internally headed RCs and double-headed RCs, Jamsay also has pre-nominal and headless RCs ((i)a-b):

(i)a. [ú:r<sup>n</sup>ó íjé=kò-Ø] mà **tiw<sup>n</sup>é**] (Heath 2008, 482)  
 [get.up stand.Impf=be.Nonh.-Ppl.Nonh] Poss **tree**  
 ‘A tree that gets up and stands’

b. [[ɔw<sup>n</sup>ɔ-sáy<sup>n</sup> dò:-gó-m] kù<sup>n</sup>] (Heath 2008, 490)  
 [[cemetery arrive-ImpfNeg-Ppl.PI] Def]  
 ‘those (people) who do not arrive (=go) at the cemetery’

[[**day** 3SgO 3PIS bear.Perf] **day**]

‘they day on which they have borne him (= on which he was born).’

g [[**ní-ŋír<sup>n</sup>é** èné áyà mà úrò wò dô:-Ø kù] mà **ní-ŋír<sup>n</sup>é**]

[[ **day** ReflP husband Poss house.Loc 3sgS reach-Perf Def] Poss **day**]

‘The day on which she (=new bride) has arrived at her husband’s house’

Though rarer than in Jamsay, double-headed RCs are also attested in Najamba Dogon (see (9), from Heath 2009,315) and in the Tabi dialect of Toru Tegu Dogon, where they are mainly limited to “semantically light spatiotemporal nouns” (Heath 2010,282); cf. (10)a-c:

- (9) [[**kòŋgò** ó dùmǎ-ŋgà kà] **kòŋgò** òndú-Ø koʔy  
[[**thing** 2SgS get-Fut.Ppl Top] **thing**] not.be-3SgS Emph  
‘There is definitely nothing that you get.’

- (10) a [[**này** ànànsá:rá níŋgèy bé zòŋ<sup>n</sup>rò ń] **này**]  
[[**day.L** European beside 3PIS fight.Impf **Rel**] **day.L**]  
‘at the time when they were fighting against the whites, ...’  
b hálì [[**này** ànànsá:rá tá á ùní<sup>n</sup>ʔàrà ń] **này**]  
until [[**day.L** European Tabi Impf go.up-Fut **Rel**] **day.L**]  
‘until the day when the white was about to go up Tabi Mountain’  
c yá bé pás<sup>n</sup>’s’è [[**dèŋ** kà: dè kóy<sup>n</sup>’kóyà á gà<sup>n</sup>’r’è ń] **dèŋ**] dè  
there.3PIO leave-Perf2-3PIS [[**place.L** Rel Dat KK Impf say. Impf.3PIS Rel] **place.L**] Dat  
‘They left them there, for (= at) the place (= village) that they call Koykoyra.’

1.3 - A third OV language family which documents at least some double-headed RCs in at least some of its languages is the Tibeto-Burman family. They are reported to exist (alongside externally headed pre-nominal, internally headed, and headless RCs) in Ronghong Qiang<sup>9</sup> ((11)), and are

<sup>9</sup> Similar double headed RCs are found in the Heihu and Muka varieties of Qiang (see Huang 2008, 761). As Huang (2008,761) notes, “though in Kombai the double-headed relative clause is dominant, [...] in Qiang [where also pre- and post-nominal externally headed RCs and internally headed RCs, as well as headless RCs exist (GC)] it is marginal.

apparently also attested in Sherpa and Tibetan (see (12)a and (12)b):

- (11) a [[**khua** mi-ta ɣdze le-m]<sub>RC</sub>                      **khua**-le:]<sub>NP</sub> ha-la (Huang 2008,741)  
 [[ **dog** person-DAT bite exist-NOM] **dog**-DEF:CL] DIR-come  
 ‘The dog who would bite people is coming out’
- b [[**zəp** iətəimaqa zawa tshu-tshu]<sub>RC</sub>-(tə)                      **zəp** tha-kua]<sub>NP</sub>  
 (Huang 2008,761)  
 [[**place** usually rock drop-REDUP(-GEN)] **place** that-CL]  
 ‘The place where rockslides often occur’
- c [[mi qa nə-xe<sup>1</sup>-m]<sub>RC</sub>                      **mi**-le:]<sub>NP</sub> kə-ji (Huang 2008,762)  
 [[**person** 1SG DIR-scold-NOM] **person**]-DEF:CL go-CSM  
 ‘The person who scolded me has gone’

- (12) a [[tii-mi-ti **khəpp**-i-naŋ-la wotup]                      **khəpp**-ti] (Givón 1975,100)  
 [[that-man **house**-of-inside-DAT be-ING] **house**-TOP]  
 ‘the house inside which the man is’
- b [[Peemε **coqtsee** waa-la kurka thii-pe] **coqtse** the] na noo-qi yin  
 (Keenan 1985,152)  
 [[P.ERG **table**.GEN under-DAT cross.ABS write-GEN] **table** the. ABS] I.  
 ABS buy-PRES be  
 ‘I will buy the table under which Peem made a cross’

1.4 - Another OV language with internally headed RCs as its basic type which documents at least some double-headed RCs is the Shapsug dialect of Adyghe, a Northwest Caucasian language (see (13)a from Lander 2004, and (13)b and c from Lander (to appear) – also see Lander 2010 for a general description of (Shapsug) Adyghe relative clauses). The external noun is necessarily more general than the one inside the relative clause (Yury Lander, p.c.). Cf. the situation of Kombai above.

- (13) a **bzəfəɣ**-ew ʃəne-xe-r zə-ɣe-ʃxe-re                      ?<sup>w</sup>erz<sup>w</sup>er-xe-r...  
**woman**-PRED lamb-PL-ABS REL.AG-CAUS-eat-dyn **chatterer**-PL-ABS...  
 ‘Those women-chatterers who gave food to lambs...’

- b zek'wɛt'-ew jə-qale qe-z-ɤerʷəna-ɤe ʔəχʷəʒə-r jadež qe-k'we-ž'ə-ɤ  
**soldier-PRED** POSS-town DIR-REL.AG-defend-PST **hero-ABS** home  
 DIR-go-REVERSIVE-PST  
 'The hero-soldier who defended his town returned home.'
- c ʔma.rə sarafan-ew p-fe-z-də-ɤe ʒ'ane-r  
 here.is sarafan-PRED 2SG.IO-BEN-1SG.AG-sew-PST dress-ABS  
 'Here is a dress-sarafan which I sewed for you'.

1.5 - Japanese (Altaic), which has both externally headed pre-nominal and internally headed RCs also seems to allow for certain types of double-headed RCs. See (14)a, from Kuno (1973,237), and (14)b-c, from Inada (2009,94f):<sup>10</sup>

- (14) a [[watakusi ga **sono ito** no namae o wasurete-simatta] **okyaku-san**]  
 [[ I NOM **that person's** name ACC have forgotten] **guest**]  
 'a guest whose name I have forgotten'
- b [[[Taro-ga **aru gaku-o** kaseideruku] **sono gaku**]-no hanbun-o]  
 [[[Taro-NOM **a certain amount-ACC** earns] **that amount**]-GEN  
 half-ACC]  
 'half of the amount (of money) that Taro earns'
- c [[[Taro-ga **100man-yen(-o)** kaseidekuru ] **sono gaku** ]-no hanbun-o]  
 [[[Taro-NOM **million yen(-ACC)** earns] **that amount**]-GEN  
 half-ACC]  
 'half of the million yen that Taro earns'

<sup>10</sup> In (14)a the internal Head is a more general term than the external Head (the opposite of the Kombai and Shapsug Adyghe cases seen above). Interestingly, switching the two Heads yields an ungrammatical sentence (see (i) below, Yoshio Endo, p.c.), which might be taken to suggest that **sono ito** in (14)a is a resumptive (doubling) epithet; a moot conclusion to which we return in section 4 (especially given the fact that in other cases (see (14)c) it is the internal Head which is more specific):

(i) \*[watakusi ga **okyaku-san** no namae o wasurete-simatta] **sono ito**].  
 I NOM **guest's** name ACC have forgotten that person  
 'a guest whose name I have forgotten..'

Although Korean does not seem to allow either (14) or (i) above (Alessio Muro, p.c.), its "internally headed" RCs are followed by what looks like an external Head in the form of the functional noun *kes* 'thing':

(ii) John-i [[Mary-ka tol-ul tenci-n] kes]-ey mac-ass-ta (Kim 1996,406)  
 John Mary stone-Acc threw-rel thing-by was-hit.  
 'John was hit by the stone that Mary threw'

## 2 - Double-headed RCs in VO and OV languages with externally headed post-nominal RCs

Four Papuan (non-Austronesian) languages with externally headed post-nominal RCs which appear to have some cases of double-headed RCs are Abun (see (15)), Angaataha ((16)), Bine ((17)), and Moskona ((18)):

(15) Abun (SVO -Berry and Berry 1999,162)<sup>11</sup>

An ndo-bot [**su-git** dik yo [to men ye bok ne git **su-git** ne]]  
3sg ask-about [**food** one det.I [Rel 1pl people several anaph eat  
**food** def]]

‘He asked about some (kind of) food which all of us would eat’

(16) Angaataha (SOV - Huisman 1981b, 5)<sup>12</sup>

[nsih-urâ [asiha-t-i-s-ur-**ûrâ**]]  
[first-**time** [dark-be-DO-IND-REL-**time**]]

‘in the early time when it was (morally) dark’

(17) Bine (SOV - Fleischmann 1981, 5)<sup>13</sup>

[Puga pui **cewe** tabe [lui **cewe** cabu a-tyaramt-Ø-i-ge]] pui cewe  
cabu iyeta miiiji gwidape aletnena  
[there that **village** 3sg.s[REL **village** at INTR-arrive-P2-i-3sg.s]]that village  
at all good things buying

‘That village at which he arrived, at that village there were all the good things to buy..’

(18) Moskona (SVO – Gravelle-Karn 2010, §10.1.7)<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Berry and Berry (1999,162) report that the double-headed strategy is not common, and is limited to non-restrictive RCs.

<sup>12</sup> While RCs in Angaataha are regularly postnominal (see Huisman 1981a,6f), one case of apparently pre-nominal double-headed RC is reported in Huisman (1981b,6), with location words (for which see Huisman 1981c):

(i) [[ami-h-ô angî -mat-i-im-**pipihi**] s-**âpihi**]  
[[my.uncle-eu-n.cl house-build-IND-REL-**place**] this-**place**]  
‘this place where my uncle built a house’

<sup>13</sup> The sentence appears to involve a double-headed left dislocated RC resumed by a full DP in the main clause; namely a correlative construction, much like the Indo-Aryan cases to be seen below. As apparent from (17), Bine, like the Canariense variety of Spanish, Latin and Bulgarian (see Brucart 1992,7; Bianchi 2000,71; and Krapova 2010,§4.2, respectively) allows phrases belonging to the RC to be fronted between the external Head and the complementizer/ (weak) relative pronoun.

<sup>14</sup> Gravelle-Karn (2010) says “[o]ccasionally the noun itself is repeated in the RC, as in [(18)a.] where the relativized object noun *mar* is repeated, or in [(18)b.] in which the relativized possessed noun *mod* is repeated” (p.326).

a Esha ofa ebekirk(a) em-eg [mar [noga ofon ekok odu mar]] éra.  
from s/he stubborn IRR-hear [thing [REL 3SGPOS father tell thing]] NEG  
'The reason is [that] he is stubborn not hearing (obeying) what his  
father tells (him).'

b Ergog y-éysaha jig [mod [noga ejena Okuskuimi ofon mod]].  
they.DU DU-reach LOC [house [REL woman Okuskuimi 3SGPOS house]]  
'They (two) reached the house which the woman Okuskuimi owned.'

Double headed RCs are apparently possible also in the Austronesian language Kilivila (cf. (19)), in the Chadic language Mina (cf. (20)), and in the Pama-Nyungan language Yidijn (cf. (21)):

(19) a-meya kwinini pela [tau [m-to-na e-kato'ula]] (Kilivila - Senft  
1986,121)<sup>15</sup>

I-bring pills for [man [this-man-this he-be ill]]  
'I bring some pills for the man who is ill'

(20) [skə̀n [nàm dzán skə̀n syì]] há diyà gáy kà (Mina - Frajzyngier  
and Johnston 2005,433)<sup>16</sup>

[thing [1DU find thing COM]] 2sg put spoil POS  
'The thing we found, you are ruining it'

(21) a ɲaɲɖi binaɲaɲɲu [duɲur [duɲur wuna-ɲunda]] (Dixon 1977, 328)<sup>17</sup>

we.SA hear.PAST [noise.ABS [noise.ABS lie-COMP]]  
'We heard a noise, which was lying [over the whole country]'

<sup>15</sup> According to Malinowski (1920,58f) *tau*, *to*, *to-tau* are actually classifiers for humans.

<sup>16</sup> Frajzyngier and Johnston (2005) explicitly say that "[t]he relativized object may be coded twice, once at the beginning of the clause as the head of the relative clause, and the second time after the verb, in the position of object." (p.432f). Mina has both pre- and post-nominal RCs.

<sup>17</sup> Dixon explicitly says that (21)a "features two occurrences of the common noun" (p.328), saying that there are also instances "in which at least part of the common NP occurs twice", appearing once as "a generic noun" and once as "a specific noun" (p.327) (in Dixon 2009, 335f the "generic noun" is called "classifier"). The latter case is exemplified in (21)b. This implies that in (21)c both the external and the internal Heads are possibly just classifiers. What I glossed as COMP in (21), a general subordinating suffix, is glossed as "Dative Subordinate" in Dixon (1977) and as "Relative" in Dixon (2009).

- b ḡayu [bana] bandʒi:liju [bugun bayil-ḡunda] (Dixon 1977,327)  
I.SA water.ABS find.GOING.PAST [spring.ABS come out-COMP]  
'I went and found a spring coming out [of the ground]'
- c ḡayu wawa:l [bana gada-ḡunda] ḡundu:yɖu bana mundal-ḡunda]]  
(Dixon 1977,325)  
I.SA see.PAST [water come-DAT SUBORD [brown snake-ERG water pull-COMP]]  
'I saw the water coming [into the creek], being drawn up by the  
brown snake'

Double headed RCs appear to be possible, under certain conditions, also in a number of Indo-European VO and OV languages with externally headed *post-nominal* RCs that have *wh*-pronouns moved to the front of the relative clause.

In Cinque (1978, 88f), examples like (22) for Italian were noted where the external head is matched by an identical phrase (preceded by the relative adjective *art + qual-*) within the RC:<sup>18</sup>

(22) Non hanno ancora trovato una **sostanza** [dalla quale **sostanza** ricavare un rimedio contro l'epilessia]

'They have not found a substance from which substance to obtain a remedy against epilepsy'

Keenan (1985,153) reports a comparable example from Latin (modulo the extraposition of the relative clause, stranding the external Head):<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> As Diego Pescarini (p.c.) observed, this possibility may be restricted to Benincà's (2011) *relative définitoire*, a class of relatives which though usually lumped together with restrictive relatives displays a number of properties that set them apart from ordinary restrictive relatives, which in fact do not seem to allow for the spelling out of the two Heads:

(i) \*Il libro dal quale libro sono rimasti affascinati è questo  
The book by which book they were fascinated is this one

<sup>19</sup> It is possible that such cases as (i), also cited by Keenan, and similar cases in other European languages (see (ii) from English and other such cases cited in Cinque 2008a and Cardoso and de Vries 2010, which involve a *wh*-phrase resuming the external Head *ad sensum*) are more like the 'relatifs de liaison' typical of non-restrictive relative clauses:

(i) roman o ratu, koje delo prevodim (Keenan 1985,153)

novel about war, which work I am translating

'A novel about war, which work I am translating...'

(ii) This book, *which masterpiece* I have read twice,... (Kayne 1994,165fn73)

- (23) **Loci** natura erat haec **quem locum** nostri delegerant  
Of the ground nature was this which ground our (men) chose  
'The nature of the ground which our men chose was this'

The same appears to be true in emphatic contexts in (some) Indo-Aryan languages, where a left dislocated externally headed post-nominal RC entering the correlative construction can be double-headed, with the internal Head moved to the front of the relative clause. See the examples in (24), and Cinque (2009, Note 1) for their sources.

- (24) a [vo laRkii, [jo laRkii khaRii hai]], vo laRkii lambii hai (Hindi)  
[that girl [which girl standing be-PR]], that girl tall be-PR  
'the girl who is standing, that girl is tall'
- b [ba moRii [jo moRii ThaRii hε]], ba moRii lambii hε (Bundeli)  
[that girl [which girl standing is]], that girl tall is  
'The girl who is standing is tall'
- c [(o) panc-sab [jaah' panc-sab-ke<sup>n</sup> ham niik jakaan<sup>n</sup> janait chalianh<sup>i</sup> ]s]NP o panc-sab.. (Maithili)  
(the) Panch which Panch-PL-OBJ I good way know.PART BE.  
PAST.AGR, the (same) Panch..  
'The Panch whom I knew very well, the same Panch...'
- d [Ti mulgi [ji mulgi ghari geli]] ti ithe rāhte (Marathi)  
[that girl [which girl home went]] that here lives  
'The girl who went home lives here'

### 3 - Double-headed RCs in child languages

Full repetition of the external Head inside the RC is also reported to be cross-linguistically attested as one of the strategies employed by children in their early production of relative clauses (Armon-Lotem, Botwinik & Birka 2005, 1). See the examples from child Italian ((25)), child French ((26)), child Spanish ((27)), child Catalan (28), child English ((29)), child Jakarta Indonesian ((30)), child Hebrew ((31)), child Palestinian Arabic ((32)), child Chinese ((33)), child Turkish ((34)), and that of Hebrew speaking children with SLI ((35)) and Greek children with

## Down Syndrome ((36)):<sup>20</sup>

(25) Child Italian (Utzeri 2007, 293 and 305)

- a **[la bambina [che il nonno bacia **la bambina**]]** (G.,I)  
**[the child [that the granddad kisses **the child**]]**  
'the child that the granddad kisses..'  
b **[la bambina [che la mamma asciuga **la bambina**]]** (G.,I)  
**[the child [that the mother dries up **the child**]]**  
'The child that the mother dries up..'

(26) Child French (Labelle 1990; also see Labelle 1996, 73 and fn.6)

- a Sur **[la balle [qu'i(l) lance **la balle**]]** (M 5;00) (Labelle 1990,100)  
on **[the ball [that he throws **the ball**]]**  
'On the ball that he throws..'  
b Sur **[la boîte [que la petite fille est debout sur **la boîte**]]** (K 4;04)  
(Labelle 1990,100)  
on **[the box [that the little girl is standing on **the box**]]**  
'On the box on which the little girl is standing..'  
c L'ourse pousse **[la souris [que la vache lave **la souris**]]** (child 5-7)  
(Pérez-Leroux 1995,114)  
the bear pushes **[the mouse [that the cow washes **the mouse**]]**  
'The bear pushes **the mouse** that the cow washes'  
d **la fille que la maman couche **la fille**** (5;6) (Fragman 1977,177)  
the girl that the mom puts to bed the girl  
'The girl that the mother puts to bed'  
e **Celle**, que la maman a (=elle) rêve à **une maison**, (V 3;11)  
(Labelle 1990,100)  
The one that the mother she is dreaming of a house

---

<sup>20</sup> Guasti and Shlonsky (2005,§9) (also see Utzeri 2007 and Friedmann, Novogrodsky, Szterman & Preminger, to appear, for analogous claims, the latter based on the production of RCs in Hebrew by children with hearing impairment – cf. fn.23) claim that the repetition of the internal Head in Romance is best understood as a case of expletive replacement in a raising derivation of the relative clause internal Head (apparent evidence being the fact that no repetition of the Head is found when the internal Head is a subject, plausibly owing to the ECP). This account however is silent about the Hebrew case in (35)a and the apparent lack of copying in other types of wh-movement (interrogatives, topicalization, etc.) in Italian, French, Spanish and Jakarta Indonesian child language. See Labelle (1990, 104; 1996, 73) for the same point.

'The one (=the house) that the mother is dreaming of a house.'

- (27) Child Spanish (Pérez-Leroux 1995,114 citing Ferreiro et al. 1976)  
el gato empuja **a[el perro** [que el conejo lava **al perro**]] (child 5-6)  
the cat pushes [**the dog** [that the rabbit washes **the dog**]]  
'the cat pushes the dog that the rabbit washes'
- (28) Child Catalan (Gavarró, Cunill, Muntané & Reguant 2010,§3.2)  
M'agradaria ser [**el nen** [que el veí pentina **el nen**]]  
CL would-like to-be **the boy** that the neighbour combs **the boy**  
'I would like to be the child that the neighbour combs.'
- (29) Child English (Pérez-Leroux 1995,121f, citing Finer 1992)<sup>21</sup>  
a The song about [**the airplane** [that we're riding in **an airplane...**]] (3;9)  
b There's [**a train worker** [that we saw **a switchman**]] (3;10)  
c [The **one** [that the mailman is holding **the baby**]] (Kara 4;11)  
d [The **one** [that the cowboy is pulling **the horse**]] (Callie 3;5)
- (30) Child Jakarta Indonesian (Tjung 2006,180)  
[**orang** [yang kucingnya lompatin **orang**]]  
[**person** [COMP cat-3 jump-IN **person**]]  
'the person that the cat is jumping over'
- (31) Child Hebrew (Armon-Lotem, Botwinik & Birka 2005,1)  
[**ha-ec** [she-ha-gamad tipes al **ha-ec**]]  
[**the-tree** [that-the-dwarf climbed on **the-tree**]]  
'the tree on which the dwarf climbed..'
- (32) Child Palestinian Arabic (Armon-Lotem, Botwinik & Birka 2005,1)  
[**Iz-zalami** [illi l-walad khaf min (**iz-**)**zalami**]]

<sup>21</sup> On the existence of full resumptive NPs in the relative clauses of English speaking children, also see McKee & McDaniel (2001,126-128). Resumptive NPs are also reported to exist in Serbo-Croatian relative clauses in Stojanović & Goodluck (1995, 619).

**[the-man [that the-boy feared from (the-)man]]**

‘the man who the boy feared..’

(33) Child Chinese (Hsu 2006,286; Hsu, Hermon & Zukowski 2009,343)<sup>22</sup>

[[xiao-nūhai zai kan **dianshi** de] na-ge **dianshi**]

little-girl DUR watch TV DE that-CL TV

‘the TV which the little girl is watching’

(34) Child Turkish (Özge, Marinis & Zeyrek 2010,§4)

[[İneğ-in **koyun-u** it-tiğ-i] **koyun**]

cow-GEN **sheep-ACC** push-DIK-3SG.POSS **sheep**

‘The sheep that the cow pushed’

(35) Hebrew speaking children with SLI (Novogrodsky & Friedmann 2006,369 and 370f)<sup>23</sup>

a ze [**ha-yeled** [she-**ha-yeled** roxec et ha-aba ]]

this **the-child** that-**the-child** washes ACC the dad

‘This is the child that washes the dad’

b [**ha-yeled** [she-ha-saba menashek **yeled exad**]]

**[the-child** [that-the-granddad kisses **child one**]]

‘the child that granddad kisses’

(36) Greek children with Down Syndrome (Stathopoulou 2007,117)

[o **pithikos** [pu sprohni i alepu **ton pithiko**]]

the-monkey-*nom* that push-3sg the fox-*nom* the monkey-acc

‘The monkey that the fox is pushing’

---

<sup>22</sup> Hsu, Hermon & Zukowski (2009) say that “[r]esumptive NPs are ungrammatical in Chinese, yet this was found to be the most commonly produced error in our data.” (p.343).

<sup>23</sup> In a study of relative clause production by children with hearing impairment Friedmann, Novogrodsky, Szterman & Preminger (to appear) report that out of 12 ungrammatical sentences (from the viewpoint of the adult grammar) 9 contained doubling of the relative Head in object position, as in (i), and 1 doubling of the relative Head in subject position.

(i) zo [**ha-yalda** [she-ha-safta mesareket et **ha-yalda**]]  
this **[the-girl** [that-the-grandma combs ACC **the-girl**]]  
‘This is the girl that grandma combs.’

To conclude this section with Utzeri's (2007) words, "the fact that ORCs [object relative clauses] with resumptive DPs are not admitted in the adult systems of the languages we analysed, on the one hand, and the fact that ORCs with resumptive DPs are found in the early grammar of different languages, on the other, strongly suggest that the use of resumptive DPs as a relativization strategy is a genuine grammatical option exploited in early grammars." (p.306). As often noted, children do not employ options which are not found in some adult grammar, which may be different, as in these cases, from the one to which they are exposed.

#### 4 - Some implications for the analysis of RCs

The existence of structures in which the external Head is "doubled" by an internal Head seem to provide direct evidence that at least some RCs in some languages are double-headed, and that we should possibly generalize this structure to all languages and all RCs (whether they involve a "matching" or a "raising" derivation), as suggested in Cinque (2003, 2008, in preparation).

While the copy theory of movement (Chomsky 1993) might offer a technical means to capture this fact even in an exclusively "raising" analysis (by the simultaneous spell out of the copies in the Merge and in the derived positions), it seems that this possibility should not be allowed too freely as no comparable spelling out is found in other clear movement cases (e.g. *wh*-movement in interrogatives, free relatives and focus movement – see below). This weakens the possibility, it seems, of adopting such solution just for relatives. While I do not have relevant data for most of the languages discussed above concerning the possible existence of copies in their other movement constructions, some suggestive evidence from Italian and child languages can be offered that makes a copy theory approach dubious. So, for example, whereas it is possible in literary styles of Italian to repeat the Head inside some RCs (see (22) above), no comparable repetition is permitted in *wh*-interrogatives, free relatives, and focus constructions.<sup>24</sup> See the sharp ungrammaticality of (37)a-c:

---

<sup>24</sup> Labelle makes a similar point concerning child French (cf. end of fn. 20 above).

- (37) a \***Quale sostanza** (dicono che) hanno ricavato **quale sostanza?**  
which substance (they say that) they.have obtained which substance?  
'Which substance (do they say that) they have obtained?'
- b\***Qualunque sostanza** (si dice che) possano ricavare **qualunque sostanza** sarà pericolosa  
whatever substance (they say that) they.have obtained will be dangerous
- c \***Quésta sostanza** (non quélla) (dicono che) hanno ricavato **questa sostanza**  
this substance (not that one) (they say that) they.have obtained this substance

A particularly noticeable feature of the double-headed RCs of many of the languages reviewed here is the fact that the two heads are often very general terms (functional nouns) referring to 'thing', 'person', 'place', 'time' (this is especially the case of the Dogon varieties discussed above, of Angaataha, Moskona, Mina, and Japanese), or the fact that the external Head represents a more general class of which the internal Head is a specific member (again, typically, 'thing' for non human entities, and 'person' for human entities). This is the case of Kombai, Shapsug Adyghe and of (some cases of) Child English (cf. (29)). The opposite is apparently true of the Japanese case (14)a above, where it is the internal Head which is the more general term ('person') (but see (14)c).<sup>25</sup> A possible conclusion suggested by this phenomenology is that a DP is always associated with a functional N classifying it ([FP [DP guest] person], [FP [DP table] thing], etc., much as we see with proper nouns and common nouns ([FP [DP New York] city], [FP [DP

---

<sup>25</sup> It is not clear whether (14)a shouldn't rather be analysed as a case of resumption of the external Head by an epithet within the RC, accounting for the full-fledged DP nature of the internal Head (with implications for the matching of the two Heads, the external and the internal, and the merge position of the relative clause, which should possibly be higher). Similar appear the case of many of the examples of "double-headed" RCs in child languages quoted above and that of the Atlantic Creole Pichi, which displays examples like the following:

(i) a. À get sòn kampin, sòn Ghanà-mán [we à no sàbí us=say dan man de] (Yakpo 2009,485)  
1SG get some friend, some Ghana-man SUB 1SG NEG know Q=side that man BE.AT  
Lit. 'I have a friend, a Ghanaian who I don't know where that man is'

b. Bikos wan isla de [we è fiba se petroleo de nà dis isla] (Yakpo 2009,488)  
because one island BE.AT [SUB 3SG seem QUOT oil BE.AT LOC this island]  
'Because there is an island of which it seems that there is oil on this island'

Mississippi] river], etc.).<sup>26</sup> The variation we observed would then be due to the conditions on the pronunciation of the different pieces of the internal and external Heads. Usually functional nouns are the first pieces which fail to be pronounced: instead of *New York city* one can have *New York*; instead of *The Mississippi river* one can have *The Mississippi* (presumably with a silent CITY and RIVER, respectively).<sup>27</sup>

In most languages functional nouns are unpronounced in both the external and the internal Head positions (as is generally the case also for the associated non-functional noun in the internal Head position, or in the external one in “raising relatives”, and head-internal relatives). But, as observed above, certain languages may retain the functional noun in the position of the external Head, while non pronouncing the associated non-functional noun.

The necessary presence of functional nouns like ‘thing’, ‘person’, ‘place’, ‘time’, generally unpronounced, generalizes to other functional nouns like ‘amount’ and ‘kind’, which seem semantically implicated in certain RCs. For example, the three-way ambiguity of (38) would then be made to depend on which of the three (unpronounced) functional nouns THING, AMOUNT and KIND is associated with the common noun *libri* ‘books’:

- (38) Se fosse stato preside non avrebbe potuto pubblicare i libri che ha  
 pubblicato  
 If he had been a dean he could not have published the books that  
 he published

<sup>26</sup> This is the conclusion also reached by Inada (2009,fn.15) for such cases as (14)b-c (“...the amount expression *100man yen* ‘a million yen’ in [(14)c] contains the semi-lexical expression *gaku* [‘amount’] ([*gaku* [100man yen]]) as a so-called “big DP”. In this case, only the amount expression *gaku* is relativized and it also yields the A[mount]R[elative] reading, with the copy of *gaku* unpronounced in the base position”).

The order proper noun > common noun is typical of head-final languages, and the order common noun > proper noun of head-initial languages (though there are inconsistencies). See Cinque (2011) and references cited there.

<sup>27</sup> See the case of feminine agreement with the otherwise masculine proper noun *Il Cairo* (lit. ‘The (masc.) Cairo’) no doubt controlled by an unpronounced classifier *CITTA’* (‘city’ (fem.)) (see (i), from Cinque 2008a,fn.11), and the feminine plural and singular agreement in (ii), plausibly controlled by two unpronounced instances of the classifier *HOUR* (on non pronunciation of functional material, see several chapters in Kayne 2005):

(i) *Il Cairo è sempre stata il centro più importante del mondo islamico*

The (masc.sing.) *Cairo* has always been (fem.sing.) the most important center of the Islamic world

(ii) *Sono le una (= sono le ORE una ORA)*

They. are the.fem.pl. one.fem.sg. ( they.are the.fem.pl hours.fem.pl. one.fem.sg. hour.fem.sg)

‘It’s one o’clock’

- (= 1) the specific things/books that he published,
- (= 2) the number of books that he published,
- (= 3) the kind of books that he published.

## REFERENCES

- Armon-Lotem, Sharon Irena Botwinik-Rotem; Sigal Birka 2005. The Acquisition of Relative Clauses in Hebrew: Prepositions and Resumptive Pronouns. In A. Belletti; E. Bennati; C. Chesì; I. Ferrari ( eds.) *Language Acquisition and Development. Proceedings of GALA 2005*. 1-14. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Benincà, Paola 2011. Frasi relative e strutture copolari. Ms., University of Padua (to appear in a Festschrift).
- Berghäll, Liisa 2010. *Mauwake reference grammar*. Ph.D. Dissertation, University of Helsinki <http://www.doria.fi/bitstream/handle/10024/63602/mauwake.pdf?sequence=1>
- Berry, Keith and Christine Berry 1999. *A Description of Abun: a West Papuan language of Irian Jaya*. Canberra: Pacific Linguistics.
- Bianchi, Valentina 2000. Some Issues in the Syntax of Relative Determiners. In A. Alexiadou; P. Law; A. Meinunger; C. Wilder (eds.). *The Syntax of Relative Clauses*. 53-81. Amsterdam: Benjamins.
- Brucart, Josep Maria 1992. Some Asymmetries in the Functioning of Relative Pronouns in Spanish. *Catalan Working Papers in Linguistics* 2. 113-143. <http://ddd.uab.cat/pub/cwpil/1132256Xv2p113.pdf>
- Bshara, R. 2004. The Acquisition of Relative Clauses in Palestinian Arabic. Seminar paper, Bar-Ilan University.
- Cardoso, Adriana; Mark de Vries 2010. Internal and External Heads in Appositive Constructions. Ms., University of Lisbon and University of Groningen. <http://odur.let.rug.nl/~dvries/pdf/2010-appositive-constructions-webversion.pdf>
- Chomsky, Noam 1993. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In K. Hale; S. J. Keyser (eds.), *The View from Building 20*. Cambridge, MA.: MIT Press, 1–52
- Cinque, Guglielmo 1978. La sintassi dei pronomi relativi 'cui' e 'quale' nell'italiano moderno. *Rivista di grammatica generativa* 3. 31-126
- Cinque, Guglielmo 2003. The Prenominal Origin of Relative Clauses. Paper presented at the Workshop on Antisymmetry and Remnant Movement, NYU.
- Cinque, Guglielmo 2008a. Two types of non-restrictive relatives. In O. Bonami; P.

- Cabredo Hofherr (eds.) *Empirical Issues in Syntax and Semantics* 7, pp. 99–137  
<http://www.cssp.cnrs.fr/eiss6>
- Cinque, Guglielmo 2008b. More on the indefinite character of the Head of restrictive relatives. In P.Benincà; F.Damonte; N.Penello (eds.), *Selected Proceedings of the 34th Incontro di Grammatica Generativa*, Padova: Unipress (Special issue of the *Rivista di Grammatica Generativa*, vol. 33, 3 – 24). <http://lear.unive.it/handle/10278/880>
- Cinque, Guglielmo 2009. Five Notes on Correlatives. In R.Mohanty; M.Menon (eds.) *Universals and Variation. Proceedings of Glow in Asia VII 2009*. 1-20. Hyderabad: EFL University Press. <http://lear.unive.it/handle/10278/1462>
- Cinque, Guglielmo 2011. Greenberg's Universal 23 and SVO languages. M.Frascarelli (ed.) *Structures and Meanings: Cross-theoretical perspectives*. 75-80. Roma/Paris: L'Harmattan. <http://lear.unive.it/handle/10278/1519>
- Cinque, Guglielmo (in preparation) *A Unified Theory of Relative Clauses*.
- Davies, John (1981) *Kobon*. Amsterdam: North-Holland.
- de Vries, Lourens (1993) *Forms and Functions in Kombai, an Awyu language of Irian Jaya*. Canberra: Australian National University (Pacific Linguistics, Series B –108).
- Dixon, Robert M.W. 1977. *A Grammar of Yidjñ*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dixon, Robert M.W. 2009. *Basic Linguistic Theory. Volume 2: Grammatical Topics*. Oxford: Oxford University Press.
- Dryer, Matthew 2005. Order of Relative Clause and Noun. In M.
- Dryer, Matthew; Haspelmath, Martin (Eds.). 2011. *The World Atlas of Language Structures*. 366-367. Oxford: Oxford University Press.
- Ferreiro,E.; C.Othenin-Girard; H.Chipman; H.Sinclair 1976. How do Children Handle Relative Clauses. *Archives de Psychologie* 44.229-266
- Fleischmann, Lillian 1981. Bine Relativization. Ms., Ukarumpa (Papua New Guinea): Summer Institute of Linguistics. [http://www.sil.org/pacific/png/pubs/50382/Bine\\_rel.pdf](http://www.sil.org/pacific/png/pubs/50382/Bine_rel.pdf)
- Fragman, Cathy 1977. On Assessing the Distinctive Properties of Child Grammar: The Case of Relative Clause Production in French. In E.Hughes; M.Hughes; A Greenhill (eds.) *Proceedings of the 21<sup>st</sup> Annual Boston University Conference on Language Development (BUCLD)*, vol.1. 170-181. Somerville: Cascadilla.
- Frajzyngier, Zygmunt; Eric Johnston (with Adrian Edwards) 2005. *A Grammar of Mina*. Berlin: Mouton De Gruyter
- Friedmann, Naama; Rama Novogrodsky; Ronit Szterman; Omer Preminger (to appear). Resumptive pronouns as a last resort when movement is impaired: Relative clauses in hearing impairment. In S. Armon-Lotem; S. Rothstein; G. Danon, eds., *Generative*

- approaches to Hebrew Linguistics*. Amsterdam: Benjamins.  
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.71.4749>
- Gavarró, Anna; Arnau Cunill; Míriam Muntané; Marc Reguant 2010. Catalan child relative contrasts as a processing effect. Paper presented at *GALANA 2010*, Toronto.  
[http://webs2002.uab.es/elt/gavarro/Recerca-Research\\_files/GAVetal1.pdf](http://webs2002.uab.es/elt/gavarro/Recerca-Research_files/GAVetal1.pdf)
- Givón, Talmy (1975). Promotion, Accessibility and Case Marking: Toward Understanding Grammars. *Working Papers on Language Universals*, 19:55-125
- Gravelle-Karn; Gloria Jean 2010. *A Grammar of Moskona: An East Bird's Head Language of West Papua, Indonesia*. Ph.D. Dissertation, Vrije Universiteit, Amsterdam.  
<http://dare.uvu.vu.nl/bitstream/1871/15730/5/7260.pdf>
- Guasti, Maria Teresa; Ur Shlonsky 2005. The Acquisition of French Relative Clauses Reconsidered. *Language Acquisition* 4:257-276.
- Heath, Jeffrey 2008. *A Grammar of Jamsay*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Heath, Jeffrey 2009. *A Grammar of Najamba Dogon (= Bondu-So)*. University of Michigan.  
[http://www-personal.umich.edu/~jheath/Najamba\\_Grammar\\_Unicode.pdf](http://www-personal.umich.edu/~jheath/Najamba_Grammar_Unicode.pdf)
- Heath, Jeffrey 2010. *A Grammar of Toro Tegu Dogon, Tabi dialect*. University of Michigan.  
[http://www-personal.umich.edu/~jheath/Toro\\_Tegu\\_grammar\\_Unicode.pdf](http://www-personal.umich.edu/~jheath/Toro_Tegu_grammar_Unicode.pdf)
- Hsu, Chun-chieh Natalie 2006. *Issues in Head-Final Relative Clauses in Chinese – Derivation, Processing, and Acquisition*. Ph.D. Dissertation, University of Delaware.
- Hsu, Chun-Chieh Natalie; Gabriella Hermon; Andrea Zukowski 2009. Young children's production of head-final relative clauses: Elicited production data from Chinese children. *Journal of East Asian Linguistics* 18:323–360.
- Huang, Chenglong 2008. Relativization in Qiang. *Language and Linguistics* 9:735-768  
<http://www.ling.sinica.edu.tw/eip/FILES/journal/2008.10.29.71052186.9706762.pdf>
- Huisman, Ronald 1981a. Angaataha nouns. Ms., Summer Institute of Linguistics. Papua New Guinea. [http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51607/Angaataha\\_Nouns.pdf](http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51607/Angaataha_Nouns.pdf)
- Huisman, Ronald 1981b. Angaataha Phrases. Ms., Summer Institute of Linguistics. Papua New Guinea. [http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51901/Angaataha\\_Phrases.pdf](http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51901/Angaataha_Phrases.pdf)
- Huisman, Ronald 1981c. Angaataha location words. Ms., Summer Institute of Linguistics. Papua New Guinea. [http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51606/Angaataha\\_Location\\_Words.pdf](http://www.sil.org/pacific/png/pubs/51606/Angaataha_Location_Words.pdf)
- Inada, Shun'ichiro 2009. On the "AMOUNT" Relativization and Its Relatives. *Linguistic Research* 25:85-102 <http://repository.dl.itc.u-tokyo.ac.jp/dspace/bitstream/2261/36062/1/lr025006.pdf>
- Kayne, Richard S. 1994. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Kayne, Richard S. 2005. *Movement and Silence*. New York: Oxford University Press.
- Keenan, Edward 1985. Relative Clauses, in T.Shopen (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. Vol.II. *Complex Constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.141-170.
- Kim, Yong-Beom 1996. Internally Headed Relative Clause Constructions in Korean. *Language, Information and Computation* (PACLIC 11), pp. 403-413 <http://www.aclweb.org/anthology/Y/Y96/Y96-1042.pdf>
- Krapova, Iliyana 2010. Bulgarian relative and factive clauses with an invariant complementizer. *Lingua* 120:1240-1272.
- Kuno, Susumu 1973. *The Structure of the Japanese Language* Cambridge, MA: MIT Press.
- Labelle, Marie 1990. Predication, Wh-movement and the Development of Relative Clauses. *Language Acquisition* 1.95-119.
- Labelle, Marie 1996. The Acquisition of Relative Clauses: Movement or no Movement?. *Language Acquisition* 5.65-82 [http://www.er.uqam.ca/nobel/r32764/Labelle/Acquisition\\_files/Labelle\\_1996\\_LangAcq..pdf](http://www.er.uqam.ca/nobel/r32764/Labelle/Acquisition_files/Labelle_1996_LangAcq..pdf)
- Lander, Yury. 2004. A relative intrigue in Adyghe. Paper presented at Syntax of the World's Languages. University of Leipzig.
- Lander, Yury. 2010. Relativization in Shapsug Adyghe. *Rice Working Papers in Linguistics* 2.75-91 [http://www.ruf.rice.edu/~rls/vol.2/05%20RWPL2\\_Lander.pdf](http://www.ruf.rice.edu/~rls/vol.2/05%20RWPL2_Lander.pdf)
- Lander, Yury. In preparation. Reljativizacija i adygejskij jazyk. [Relativization and Adyghe.]
- Malinowski, Bronislaw 1920. Classificatory Particles in the Language of Kiriwina. *Bulletin of the School of Oriental Studies, University of London* 1(4).33-78 <http://www.mapageweb.umontreal.ca/tuitekj/cours/Malinowski-classifiers.pdf>
- Mckee, Cecile; Dana McDaniel 2001. Resumptive pronouns in English relative clauses. *Language Acquisition* 9.113-156.
- Minch, Andrew Scott. 1991. *Essential Elements of Amanab Grammar*. M.A. Thesis, University of Texas at Arlington.
- Minch, Andrew Scott. 1992. Amanab grammar essentials. In: John R. Roberts (ed.), *Namia and Amanab grammar essentials*. 99-173. Data Papers on Papua New Guinea Languages, 39. Ukarumpa: Summer Institute of Linguistics. <http://www.sil.org/pacific/png/pubs/34684/AmanabGramEssentials.pdf>
- Novogrodsky, Rama; Naama Friedmann 2006. The Production of Relative Clauses in Syntactic SLI: A Window to the Nature of the Impairment. *Advances in Speech-Language pathology* 8.364-375. [http://web.uni-frankfurt.de/fb10/grad\\_koll/Novogrodsky\\_Friedmann\\_2006\\_Advances\\_RelativeProduction.pdf](http://web.uni-frankfurt.de/fb10/grad_koll/Novogrodsky_Friedmann_2006_Advances_RelativeProduction.pdf)

- Oguri, Hiroko 1976. Form and Meaning in the Isirawa Noun Phrase. *Irian. Bulletin of Irian Jaya Development*. 5 (2).85-103 <http://www.papuaweb.org/dlib/irian/5-2.PDF>
- Özge Duygu, Theodoros Marinis, Deniz Zeyrek (2010). Production of relative clauses in monolingual Turkish children. In J. Chandlee, K. Franich, K. Iserman, and L. Keil (eds.) *Supplement to the Proceedings of the 34<sup>th</sup> Boston University Conference on Language Development*. <http://www.bu.edu/buclid/proceedings/proceedings-supplement/>
- Pérez-Leroux, Ana Teresa (1995). Resumptives in the Acquisition of Relative Clauses. *Language Acquisition*. **4**:105-138.
- Reesink, Ger P. (1983). On subordination in Usan and other Papuan languages. In S.Dik, ed., *Advances in Functional Grammar*. 225-243. Dordrecht: Foris.
- Reesink, Ger P. (1987) *Structures and Their Functions in Usan. A Papuan Language of Papua New Guinea*. Amsterdam: Benjamins.
- Renck, Gunther L. 1975. *A Grammar of Yagaria*. Canberra: The Australian National University (Pacific Linguistics, B-40).
- Senft, Gunter.1986. *Kilivila. The Language of the Trobriand Islanders*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Stathopoulou, Nikolitsa (2007). Producing relative clauses in Greek: Evidence from Down Syndrome. *Essex Graduate Student Papers in Language & Linguistics* **9**:104-125. [http://www.essex.ac.uk/linguistics/publications/egsp11/volume\\_9/pdf/104-125%20Niki%20for%20on-line.pdf](http://www.essex.ac.uk/linguistics/publications/egsp11/volume_9/pdf/104-125%20Niki%20for%20on-line.pdf)
- Stojanović, Danijela (Kudra) and Helen Goodluck (1995). The Development of Relative Clauses in Serbo-Croatian. In D.MacLaughlin and S.McEwen (eds.) *Proceedings of the 19<sup>th</sup> Annual Boston University Conference on Language Development (BUCLD)*, vol.2. 618-620. Somerville: Cascadilla.
- Tjung, Yassir (2006) *The Formation of Relative Clauses in Jakarta Indonesian: A Subject-Object Asymmetry*. Ph.D. Dissertation, University of Delaware.
- Utzeri, Irene. 2007. The Production and the Acquisition of Subject and Object Relative Clauses in Italian: A Comparative Experimental Study. *Nanzan Linguistics (Special Issue 3). Papers from the Consortium Workshops on Linguistic Theory. 2006-2007 Volume 1*, pp.283-313.  
[http://www.nanzan-u.ac.jp/LINGUISTICS/publication/pdf/NLSI3\\_1-11-utzeri.pdf](http://www.nanzan-u.ac.jp/LINGUISTICS/publication/pdf/NLSI3_1-11-utzeri.pdf)
- Yakpo, Kofi. 2009. *A Grammar of Pichi*. Berlin/Accra: Isimu Media  
[http://webdoc.ubn.ru.nl/mono/y/yakpo\\_k/gramofpi.pdf](http://webdoc.ubn.ru.nl/mono/y/yakpo_k/gramofpi.pdf)



# Dos construtos teóricos para as aplicações: o professor como um dos mediadores

Maria da Graça L. Castro Pinto

mgraca@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

RESUMO: Abordam-se, neste texto, aspectos relativos à linguagem sob diferentes perspectivas, por forma a evidenciar a pertinência de uma preparação suficientemente abrangente quando se equaciona quer a relação entre *construtos teóricos e aplicações*, quer a existência de possíveis *mediadores*. Um olhar rigoroso para a supramencionada relação conduzirá à avaliação do peso de cada um dos seus termos e a não sobrevalorizar ou subvalorizar indevidamente cada um deles, com base ou não em preconceitos. São convocados para ilustrar a leitura que se defende: 1) os conceitos espontâneo e científico e o seu trajecto ontogenético, partindo da definição de frase e da aquisição de estruturas da língua pela criança da pré-escola e do primeiro ciclo do ensino básico; 2) a distinção entre estudos descritivos da língua e a língua em acção; 3) as abordagens teóricas vistas como estratégias de pesquisa; 4) a influência dos avanços das neurociências no modo de olhar a linguagem. A concluir e retomando a parte final do título deste texto, destaca-se, no que à língua diz respeito uma vez que de Linguística se trata, a intervenção responsável e apoiada num conhecimento sólido dos possíveis mediadores na citada relação (professores, autores de programas e de manuais escolares e revisores). Deles se espera que detenham uma formação que lhes permita conhecer *quem* vai adquirir *o quê* e *de que forma* e um poder crítico que os capacite para uma ponderação rigorosa de cada um dos termos da referida relação e para uma rejeição imediata de aplicações cegas dos variados construtos teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: construtos teóricos, estratégias de pesquisa, os conceitos espontâneos e científicos, as achegas das neurociências, aplicações, mediadores.

ABSTRACT: Aspects connected with language from different points of view are dealt with in this text which aims to highlight the importance of a broad training when the relationship between theoretical constructs and applications, as well as the existence of possible mediators, are taken into account. A rigorous look at the above-mentioned relationship will lead to the evaluation of the weight of each one of its terms and not to over- or underestimate either of them based or not upon misconceptions. Points used to exemplify the content of this text are the following: 1) spontaneous and scientific concepts from an ontogenetic perspective using the definition of sentence and the acquisition of language structures by pre-school and school-age children; 2) the distinction between

language descriptive studies and language in action; 3) theoretical approaches taken as research strategies; 4) the influence of the developments of neurosciences as a way of looking at language. To conclude and bearing in mind the final part of the title of this text, as far as language is concerned since Linguistics is under discussion, a responsible intervention supported by a solid knowledge of the possible mediators in the above-mentioned relationship (teachers, authors of programmes and school coursebooks, as well as revisers) is stressed. Indeed, training which should allow them to know *who* is acquiring *what* and *how* is expected from them. Moreover, they should possess a critical stance enabling them to conduct a serious evaluation of each one of the terms of the above referred to relationship and to reject immediately blind applications of the different theoretical constructs.

KEY-WORDS: theoretical constructs, research strategies, spontaneous and scientific concepts, contributions from the neurosciences, applications, mediators

## 0 - Nota prévia

O título deste texto não devia deixar dúvidas de que quem o escolheu possui uma formação em Psicolinguística, ciência que tem em vista realidades concretas e não meras abstrações, mercê do seu carácter explicativo e aplicado, e que busca, tanto quanto lhe é possível, soluções para a vida prática, recorrendo, como bem realça Slama-Cazacu (2007: 81), a métodos adequados que se coadunem com uma pesquisa em profundidade no intento de atingir as raízes dos factos.

## 1 - A importância do rigor terminológico

A referência no título a “construtos teóricos” e a “aplicações” e, no parágrafo anterior, a “abstrações” e a “vida prática” apela, de um modo implícito, para a necessidade de se ser muito rigoroso, quer na descodificação da terminologia quando for esse o caso, quer no seu uso quando a ela for necessário recorrer.

No que concerne à terminologia, não posso estar mais em sintonia com o conteúdo do poema de Francisco Gomes de Matos (Outubro de 2010) intitulado “Terminological rights: a nonkilling view”<sup>1</sup>, de que transcrevo, nesta ocasião e pela sua oportunidade, a segunda estrofe:

---

<sup>1</sup> O presente poema foi-me enviado pelo autor por correio electrónico.

“To use technical words and phrases, language users have the right but there is an important, coexisting terminological obligation: to use each term competently, as an appropriate symbolic light and also globally promote ways of dignifying communication.”

## 2 - O conceito

A necessidade de se examinar com rigor a presumível ligação entre os conceitos e os respectivos termos permite-me que inicie este texto com uma breve abordagem ao que se deve entender por conceito, sensibilizando, dessa forma, também quem se move na área da Linguística, como pesquisador ou como docente nos mais diversos níveis, para o que representa a sua evolução e a sua caracterização de um ponto de vista teórico e também prático.

Obviamente consciente das implicações advindas da população e do material estudados, evocaria, desde já, a este propósito, em virtude de vir em defesa do aduzido, uma posição que nos coloca face à expectável indispensabilidade da existência de conceitos subjacentes quando está em causa a recuperação lexical (Damasio, Tranel, Grabowski, Adolphs & Damasio 2004: 185). A alusão a esta posição vem na sequência de Damasio *et al.* (2004) nunca terem encontrado nos seus experimentos nenhum sujeito que “would produce a correct name, and then fail to recognize the stimulus that was named” (Damasio *et al.* 2004: 185). Efectivamente, estes investigadores procuraram verificar, num subconjunto de sujeitos com respostas correctas em tarefas de nomeação, se estes tinham recuperado o conceito relativo a um determinado item antes de recuperarem o respectivo nome, e, tal como esperavam, isso registou-se (Damasio *et al.* 2004: 185).

Ontogeneticamente, reveste-se de pertinência, em minha opinião, acrescentar ao referido, com fundamento em Nelson (1974: 269), que a criança tende a inventar uma palavra quando possui um significado<sup>2</sup> mas ainda não dispõe da palavra que lhe corresponde. Ademais, como adverte a autora mencionada, essas produções da criança espelham a sua organização

---

<sup>2</sup> O termo “significado” é aqui usado como sinónimo de conceito (Ginsburg & Oppen 1979: 76; Furth 1981: 77)

conceptual do momento, que não é forçosamente idêntica à da comunidade linguística a que pertence.

## 2.1 - O conceito à luz do desenvolvimento

Com efeito, a organização e a estrutura dos conceitos estão sujeitas a mudanças em resultado do desenvolvimento que se vai operando no ser humano e também graças ao conhecimento, à experiência, em curso (Nelson 1974: 270; Ginsburg & Opper 1979: 202). Os conceitos não correspondem assim, sem mais, ao objecto real, mas antes à compreensão ou construção intelectual desse objecto por parte do sujeito (Ginsburg & Opper 1979: 76). Por outros termos, tudo leva a crer que, na nossa história de vida, não começamos por ter dos objectos, vistos no geral e fruto do conhecimento que deles temos, independentemente da sua categoria e do grau de abstracção, concepções científicas. Em princípio, as primeiras concepções serão antes espontâneas, porque decorrem sobretudo de um trajecto que conta primeiramente com o lidar com a realidade, com a experiência de vida, e que se processa em paralelo com um percurso lógico que conduzirá progressivamente a uma leitura de conceito que se identifica com a noção de classe e com o que ela encerra de estrutura hierárquica. Na verdade, lembram Ginsburg & Opper (1979: 224) que a actividade é a essência do conhecimento.

Numa perspectiva de desenvolvimento, pode dizer-se que a criança percorre um caminho conceptual – dos pré-conceitos aos conceitos (Piaget 1945) – que a faz passar por uma série de fases conducentes também ao que chamaria conceitos espontâneos em concordância claramente com o seu grau de (des)centração cognitiva. Além disso, ao começar por centrar a sua atenção especialmente nos objectos a que os conceitos se reportam e não no acto de pensamento em si, a criança não pode ter desde o início consciência desses conceitos (Vygostky 1962: 92).

De acordo com Vygotsky (1962: 92), o conceito só passa a ser olhado conscientemente e a ser controlado deliberadamente quando for também considerado uma parte de um sistema, posição que, a meu ver, se enquadra no processo de construção da noção de classe e de domínio da estrutura hierárquica inerente à classificação, que, como foi aduzido, acompanha a instalação da noção de conceito (para uma leitura crítica sobre os conceitos

do dia-a-dia, ver Ginsburg & Opper 1979: 131). Dito de outra forma e sempre com base em Vygotsky (1962: 90), à semelhança do que se passa noutras situações, o controle e a consciência do conceito só se verificarão depois de este ter sido usado e praticado de um modo não consciente e espontâneo. Avançaria assim, firmada em Vygotsky, que a criança necessita de possuir primeiro o conceito para posteriormente poder exercer sobre ele um controle intelectual e deliberado (Vygotsky 1962: 90).

De novo em consonância com o pensamento de Vygotsky (1962: 108), a criança só toma consciência relativamente tarde dos seus conceitos, mesmo dos espontâneos. Quanto à capacidade de os definir por meio de palavras e de operar com eles, esta só aparece, seguindo a mesma fonte, muito depois de a criança os ter adquirido. A criança poderá pois possuir o conceito, ou melhor, conhecer o objecto a que ele se reporta, mas não se pode inferir daí que já esteja consciente do seu acto de pensamento (ver Vygostky 1962: 108).

Destacaria, neste contexto, o desfazamento cronológico entre o que se supõe que o aprendente detém em termos de conceitos e a sua capacidade de os definir verbalmente, de operar com eles e de sobre eles exercer controle deliberado. Uma tomada de consciência desta visão do conceito impedirá com certeza aplicações apressadas de aparelhos conceptuais que exijam, na prática, habilidades de níveis de abstracção e de consciencialização ainda em construção<sup>3</sup>.

Na minha leitura de Piaget (1945) e de Vygostky (1962), a noção de classe e naturalmente o domínio das relações de inclusão – a capacidade de pensar em simultâneo no todo e nas partes – estão estreitamente ligados à formação do conceito em geral (espontâneo e científico). O processo de ordem lógica que a formação do conceito evidencia pode portanto já ser visível nas várias etapas da passagem do pré-conceito ao conceito, uma vez que este também pode ser visto em estreita dependência da progressiva instalação da noção de classe resultante do domínio das relações inerentes à inclusão que a ela está associada. Nesta abordagem à construção do conceito, que aponta para o domínio da noção de classe e para o que ela

---

<sup>3</sup> O senso comum estará muito longe disso? Não haverá graduações?

pressupõe de estruturação hierárquica, sai ainda mais reforçada a noção de conceito científico, dado que este, ao implicar uma certa posição face a outros conceitos, só poderá ser considerado dentro de um sistema de conceitos (Vygotsky 1962: 93).

## 2.2 - O conceito espontâneo e o conceito científico

Chegada é a ocasião de, apoiada novamente em Vygotsky (1962: 108), observar como se processa o percurso dos conceitos espontâneos e científicos, percurso que, apesar de ser distinto, não deixa de manifestar a existência de interligações entre ambos.

O desenvolvimento do conceito científico começa em regra, como adianta Vygotsky (1962: 108), a partir do seu uso em operações não espontâneas e da sua definição verbal, o que implica o trabalhar do próprio conceito. Consoante prossegue o autor, a sua existência na mente da criança principia a um nível só atingível mais tarde pelos conceitos espontâneos.

De uma certa maneira, poderá dizer-se, perfilhando a sugestão de Vygotsky (1962: 108), que *“the development of the child’s spontaneous concepts proceeds upward, [do concreto para o abstracto] and the development of his scientific concepts downward”*, i.e., no dizer deste estudioso, em direcção ao elementar e concreto. No primeiro caso, podemos estar perante uma generalização operada através de um raciocínio indutivo e, no segundo caso, diante de uma concretização, particularização, da ordem de um raciocínio dedutivo.

Ainda com fundamento em Vygotsky (1962: 108), se o aparecimento de um conceito espontâneo remonta a um encontro face-a-face com uma situação concreta, o conceito científico desenvolver-se-á antes alicerçado numa atitude “mediada” em direcção ao objecto.

Porém, os dois processos, não obstante seguirem desenvolvimentos em direcções aparentemente opostas e serem distintos, estão também intimamente interligados: os conceitos espontâneos, ao generalizarem-se de forma progressiva, abrem caminho ao conceito científico e à sua concretização e os conceitos científicos concretizam-se por meio dos espontâneos (ver Vygotsky 1962: 109). Além do mais, os conceitos espontâneos generalizam-se por meio dos científicos, que contribuem para o seu desenvolvimento no tocante ao seu uso consciente e deliberado.

O estabelecimento de um paralelo entre a aprendizagem de uma língua estrangeira e os conceitos científicos, no que ambos os processos podem conter de conhecimento explícito, também não é de excluir. Para Vygotsky (1962: 109), o efeito da aprendizagem de uma língua estrangeira, enquanto um contínuo processo consciente e deliberado, assemelha-se à influência que os conceitos científicos têm sobre o desenvolvimento mental. Este autor considera possível o estabelecimento de uma analogia entre a interacção dos conceitos científicos e dos espontâneos e a interacção da língua nativa e da língua estrangeira porque entende que estamos na presença de dois processos do foro do desenvolvimento do pensamento verbal (Vygotsky 1962: 110; Paradis 2004: 8). A única diferença reside no facto de a atenção recair, no caso da língua estrangeira, nos aspectos exteriores, sonoros, físicos do pensamento verbal e, no caso do desenvolvimento dos conceitos científicos, no seu aspecto semântico (ver Vygotsky 1962: 110). Sendo assim, segundo este autor, também existirão similaridades nos percursos dos dois processos, se bem que os seus desenvolvimentos sigam rotas diversas.

Mais, numa língua estrangeira, ainda no entendimento de Vygotsky (1962: 109), as formas mais elevadas desenvolvem-se antes do discurso fluente e espontâneo, em virtude de a aprendizagem de uma língua estrangeira fazer intervir, desde o primeiro momento, um processo consciente e deliberado que se coaduna com o que de explícito existe no conhecimento que lhe está associado. Em contrapartida, numa língua nativa, adoptando a mesma fonte, os aspectos primitivos da fala são adquiridos antes dos mais complexos, pressupondo estes últimos alguma consciência das formas fonéticas, gramaticais e sintácticas. Ressaltam do exposto os movimentos em direcção à concretização e à generalização acima já apontados a respeito dos dois tipos de conceitos apresentados. Pode ainda ver-se aflorado o que de distinto existirá entre aprendizagem explícita e aquisição implícita quando estão em causa a língua nativa e línguas estrangeiras.

### 2.3 - A forma como a criança lida na prática com os conceitos

Quanto ao conceito, não é difícil detectar, no decurso do desenvolvimento intelectual, desempenhos que colocam em confronto conceitos espontâneos e científicos quando está em causa indagar o que a criança domina do significado/conceito (Ginsburg & Opper 1979: 76) de um determinado

termo/palavra. Também não será difícil presenciar comportamentos que patenteiam que a criança exibe níveis diversos de domínio dos conceitos até chegar à altura em que resiste a todo o tipo de contra-sugestões que lhe podem ser propostas ou com que deparará inclusivamente no seu próprio processo de desenvolvimento conceptual.

A despeito de o termo *palavra* oferecer dificuldades de definição mesmo aos estudiosos (para uma revisão clássica, ver Palmer 1971) e de se saber que a tarefa também não oferece menos problemas à criança (ver, por exemplo, Papandropoulou & Sinclair 1974), foi exactamente seleccionado para figurar neste texto um conjunto de respostas fornecidas por crianças portuguesas da pré-escola e do 1.º ciclo do ensino básico sobre o que significava para elas uma palavra, sobre se “o” e “três” eram palavras e sobre o que entendiam por uma palavra curta e por uma palavra longa. Nesse conjunto de respostas, é possível verificar-se se estão em causa conceitos espontâneos, conceitos científicos ou posições intermédias em relação ao termo/conceito *palavra*, que com a entrada na escola vai ser paulatinamente objecto de uma abordagem mais científica. Serve assim esta auscultação do que a criança entende pelo termo/conceito *palavra* para observar ainda a interacção entre o desenvolvimento e a instrução (Vygostky 1962: 117).

Passo pois a transcrever algumas respostas em torno do conceito subjacente ao termo *palavra* obtidas num estudo por mim realizado em crianças portuguesas da cidade do Porto, com idades compreendidas entre os 4 e os 9 anos de idade. A variação etária aqui contemplada manifesta-se de interesse porquanto corresponde, por um lado, ao período da passagem à noção de classe imprescindível para que o conceito se instale e, por outro lado, aos anos escolares em que se constata a primeira familiarização com os conceitos científicos relacionados com um conjunto de termos – com a gramática –, no qual se inclui seguramente o termo/conceito *palavra*.

Seguem-se então respostas de crianças dos grupos etários indicados sobre o que entendem por palavra.

Aos 4 anos, as únicas respostas obtidas são as seguintes:

“Uma porta”; “Uma mesa”; “São coisas”; “É a voz”; “É aquilo que se diz. Pst também é. Miau”; “É dizer uma coisa”; “Um senhor, uma porta, uma cadeira”.

Aos 5 anos, encontram-se respostas deste teor:

“É falar”; “É Toninho”; “É dizer”; “É as pessoas a falarem”.

Aos 6 anos, início da leitura e da escrita, ocorrem as seguintes respostas:

“É uma coisa que não tem mais palavras para o fim”; “Cadeira”; “São nomes de pessoas e de bichos”; “É o nome de qualquer coisa e é feito de letras”; “São letras juntas”; “São coisas escritas com letras”; “Casa, gato, menino, mesa”; “É o que se escreve, o que se lê”; “É uma coisa toda pegada”; “São coisas que a gente diz”; “É o nome de coisas”; “É o que tem letras”; “É para nós lermos”; “São coisas. São coisas que têm letras. É uma frase pequena... pão”

Aos 7 anos, as respostas são desta ordem:

“É um conjunto de letras”; “É uma coisa que a gente está a dizer”; “São letras juntas”; “São letras que têm sentido”; “Se nós falamos é uma palavra. Dizemos uma palavra e é”; “É uma coisa que nós dizemos”.

Aos 8 anos, respondem:

“É uma coisa que significa qualquer coisa”; Quando as pessoas precisam de dizer alguma coisa, precisam de palavras”; “São letras juntas”; “É o nome de uma coisa”; “São nomes de coisas; “É uma coisa que tem mais do que uma letra”; “São letras”.

Aos 9 anos, dão respostas como as que se seguem:

“É uma composição de letras”; “Conjunto de letras”; “Conjunto de letras com sentido”; “É uma coisa que existe”; “São verbos, adjetivos, artigos, substantivos”; “É o nome de uma coisa”.

Seguidamente, são apresentadas algumas das respostas dadas pelas crianças estudadas quando se lhes perguntou se “o” era uma palavra.

Aos 4 anos:

Resposta única: “É. Se não fosse, também não se podia ler «o»”.

Aos 5 anos:

Resposta única: “Acho que não, porque uma pessoa está aos berros”.

Aos 6 anos:

“Não, é uma letra”; “Não, porque só tem uma letra”; “Não, é uma letra sozinha”.

Aos 7 anos:

“Não, é uma letra”; “É, porque é o nome de uma letra”; “É, porque se diz e porque faz nomes”.

Aos 8 anos:

“Não. Não sei. É uma letra. Para mim, não é uma palavra”; “É uma vogal”; “É

uma letra"; "Não, porque não é um conjunto de letras"; "Não, porque não diz nada"; "É, porque está a qualificar uma coisa: o carro"; "Não, não significa nada".

Aos 9 anos:

"É uma letra"; "É, mas é só uma letra"; "Não, porque não faz sentido"; "Não, é uma letra, é um artigo definido"; "É, porque é um artigo"; "Não, porque é um artigo".

No que concerne à palavra "três", quando questionadas se era uma palavra, houve crianças que disseram que era um número e que, por isso, não era uma palavra.

À pergunta sobre o que entendiam por uma palavra curta, foram seleccionadas para figurar neste texto as seguintes respostas:

Aos 4 anos:

"e, i, o, u, mesa", "Gato. Tem poucas coisas a dizer"

Aos 5 anos:

"Fósforo, porque é pequeno"

Aos 6 anos:

"Cão. Se o cão for grande, a palavra é grande. Se o cão for pequeno, a palavra é pequena"

Aos 7 anos:

As respostas dadas remetem, de um modo geral, para a referência ao facto de as palavras curtas conterem poucas letras.

Aos 8 anos:

"Milho, porque o milho é uma coisa pequena"; "Carro, porque alguns carros também são pequenos"

Aos 9 anos:

As respostas obtidas foram todas consideradas correctas.

Acerca do que entendem por palavra longa, observaram-se as seguintes respostas:

Aos 4 anos:

"Sardanisca"; "Eléctrico"

Aos 5 anos:

"Alexandre Pinheiro" [explicação: primo maior do que o irmão dela]; "Elefante,

porque é grande mas a cabeça é pequena”

Aos 6 anos:

“Boneca, porque se diz de muitas vezes”

Aos 8 anos:

“Cão, porque o cão é grande”.

Nas respostas transcritas, torna-se patente, em alguns casos, o facto de as palavras/conceitos se reportarem a objectos (realismo nominal) e não ao acto de pensamento em si (ver Vygotsky 1962: 92), evidenciando assim ausência de consciência em relação aos conceitos. Por outro lado, são ainda evidentes respostas reveladoras ora da emergência natural dos conceitos científicos, ora da resistência que sobre eles exercerão os conceitos espontâneos. O encontro/confronto/conflicto passível de se dar entre as citadas emergência e resistência ocasionará, com grande probabilidade por razões da ordem do domínio do conceito, a prevalência em determinadas circunstâncias dos segundos conceitos sobre os primeiros.

#### 2.4 - Os conceitos espontâneo e científico em confronto

Continuando a analisar em paralelo os conceitos espontâneos e científicos, não me parece em absoluto impensável ir um pouco mais longe e sugerir mesmo que, em função da formação de cada um de nós – e abduco agora de centrar a atenção só na criança –, transportamos sempre connosco concepções espontâneas de alguns fenómenos, para além dos saberes científicos que já tenhamos adquirido ou que venhamos a obter a seu respeito. Não será por conseguinte de afastar a ideia de que as concepções espontâneas podem bloquear as concepções científicas em circunstâncias especiais. De resto, não é difícil encontrar tarefas que impliquem resolução de problemas ou tarefas da ordem das adivinhas concebidas com o intuito de sondar até que ponto os destinatários são capazes de responder sem o recurso a concepções espontâneas, ou seja, socorrendo-se exclusivamente de conceitos científicos que exigem o uso consciente e deliberado da sua estruturação hierarquizada na qualidade de classes.

Não é em exclusivo nos ensinamentos básico e secundário que, de acordo com Masson (Caza 2008), os professores se vêem com frequência confrontados com concepções espontâneas quando querem transmitir novos conceitos

O mesmo também ocorre na universidade. Tudo depende obviamente dos conceitos que se transmitem e do grau de abstracção que eles requerem do aprendente, muito embora seja importante ter presente que somos aprendentes ao longo de toda a nossa existência e que os nossos actos não são sempre realizados de modo consciente e deliberado.

Torna-se portanto indispensável a quem progride nos seus conhecimentos fazer um esforço cognitivo que o leve a superar as concepções espontâneas, inibindo-as e não erradicando-as (Caza 2008), isto é, exercendo controle cognitivo sobre elas, para que deixem de emergir quando são solicitadas concepções científicas mais elaboradas.

Segundo Masson (Caza 2008), há os que acreditam que o ar não pesa nada, que os objectos leves flutuam enquanto os pesados se afundam, que os objectos metálicos são mais frios do que os outros ou que as estações dependem da distância entre a Terra e o sol. Estas concepções, conforme adianta este investigador, opõem-se aos conhecimentos científicos e, em certas ocasiões, podem muito bem ser evocadas em vez destes últimos.

Poderá dizer-se que, também em termos de conceitos/concepções, estamos perante processos automáticos e voluntários seguindo Jackson (1878, referido por Goldman-Eisler 1968: 29) e face a participações de índole subcortical ou cortical (ver também Lebrun 1997: 317)<sup>4</sup>?

Os processos automáticos e voluntários na óptica de Jackson, que também nos podem fazer pensar no papel do sistema límbico (ver Paradis 2004: 24 ss., bem como, para uma leitura mais aprofundada, Lamendella 1977a), explicarão porventura o que pode acontecer aos que, embora já possuindo, em princípio, a noção de classe e o domínio das relações de inclusão, deixam de exercer o controle necessário – por meio de processos voluntários – sobre os seus conhecimentos de forma a inibir as concepções espontâneas – muito em resultado dos processos automáticos – que acabam por prevalecer face às concepções científicas que seriam as requeridas (Ginsburg & Oppen 1979: 109, 119-123; Caza 2008; Vygotsky 1962: 116).

---

4 Neste momento, prescindiria de evocar a possível associação de cada um dos hemisférios a esses processos (Goldman-Eisler (1968: 29), reportando-se a Jackson 1878).

Se se passar a exigir a inibição das concepções espontâneas, como agir então no terreno?

Será que, como nos avança Vygotsky (1962: 108), os dois tipos de conceitos estão mesmo interligados?

Em consonância com Masson (Caza 2008), a ser necessário actuar através da inibição, tal prática poderá aproximar-se do que este estudioso denomina *didáctica da inibição*, no caso naturalmente de, como pretende verificar na sua pesquisa, a inibição desempenhar um papel no processo da mudança conceptual, nomeadamente, em ciências.

Pela minha parte, acho da maior pertinência que se acompanhe essa progressiva passagem e se compreenda também o que está por detrás dos conceitos espontâneos.

## 2.5 - A aquisição de estruturas da língua vista num enquadramento conceptual

Como explicar, tendo sempre presente este enquadramento conceptual, que, por exemplo, numa perspectiva genética, a criança, aquando da aquisição de “structures à fonction casuelle” (Bronckart 1977: 286)<sup>5</sup>, faça uso, em harmonia com o seu processo evolutivo de descentração em relação a determinados indícios, de três tipos de estratégias de apreensão: pragmática, posicional e morfossintáctica (Bronckart 1977: 286 ss.)?

Como explicar que, em conformidade com os resultados obtidos nas pesquisas realizadas no que respeita à aquisição das estruturas determinativas dos verbos, estes possuam primeiro uma função dítica, função destinada a designar a acção, e seguidamente uma função aspectual, que aponta ou para uma etapa do desenrolar da acção ou para o seu grau de realização (Bronckart 1977: 291)?

Como explicar que, em consonância com a mesma fonte, a partir dos 6, 7 anos, se regista uma especialização dessas marcas: os tempos dos verbos

---

5 Para uma familiarização com os desempenhos das crianças quando devem atribuir funções/casos aos vários nomes ocorrentes nas tarefas verbais que lhes são propostas, aconselharia a leitura de dois artigos clássicos: o artigo de Sinclair e Ferreiro (1970) sobre o estudo genético da passiva e o estudo psicolinguístico genético, da autoria de Sinclair e Bronckart (1972), tendente a responder à pergunta se S.V.O. é um universal linguístico.

assumem uma função temporal e as outras marcas uma função aspectual ou modal (Bronckart 1977: 290 ss.)?

Conforme sublinha Bronckart (1977: 291), é de toda a conveniência reter que “la fonction temporelle ne s’élabore qu’à partir de 6 ans, et qu’elle ne s’établit définitivement que très tard (au-delà de 12 ans).”

Como explicar, mantendo ainda este ponto de vista, que os artigos definidos e indefinidos quando aparecem de forma distinta nos enunciados das crianças sirvam primeiramente, no caso dos artigos definidos, para chamar a atenção sobre o elemento designado pelo nome e, no caso dos indefinidos, para explicitar de certa maneira a operação de designação (Bronckart 1977: 292-293)?

Como explicar também que, depois, o artigo indefinido adquire um valor numeral e o definido acrescenta à função dítica uma função exofórica?

Como explicar ainda que, mais tarde neste processo de aquisição dos artigos, o indefinido adquire o valor de referente não específico, servindo o definido por si só a referência anafórica, sem ser necessário recorrer a marcas suplementares do tipo “o mesmo X” ou “ainda o X” ocorrentes em fases anteriores (Bronckart 1977: 292-293)?

Todas estas questões deixadas em aberto pretendem provar como se lê em Bronckart (1977: 293) que “des marques de surface simples et précocement produites par l’enfant se chargent progressivement de fonctions de plus en plus précises”. Ora, sobretudo no que toca à elaboração do conceito de tempo, recomenda-se que, como advoga Bronckart (1977: 293), esta seja enquadrada no desenvolvimento cognitivo e conseqüentemente na construção dos conceitos de inclusão de classes. Efectivamente, dessa forma, é possível estabelecer uma ligação entre a elaboração do conceito de tempo e a abordagem aos conceitos já exposta.

### 3 - Os conceitos científicos inerentes à língua como objecto de estudo

Até este momento, foi feita uma alusão geral aos conceitos e aos objectos a que se reportam. Agora, interessaria introduzir um outro “objecto”, de uma outra ordem do simbólico – a língua –, que, para além de constituir um objecto que tem de ser conquistado, conhecido, como todos os outros do mundo que nos circunda, com a inevitável remissão para concepções espontâneas e científicas, serve igualmente de simbolização na relação

entre o sujeito do conhecimento e o objecto (seja ele qual for) a conhecer (Sinclair-de-Zwart 1972: 364). Mais, a evocação do objecto-língua remete-nos de novo para a esfera dos conceitos, uma vez que pode vir a ser em parte convocado, designadamente no caso da recuperação lexical<sup>6</sup>.

Já que se fez menção ao objecto *língua*, tão caro aos linguistas, que se passará, então, quando está em causa a transmissão de conceitos científicos do foro da Linguística, que terão de ser bem recuperados e reconhecidos quando se transmitirem aos alunos determinadas terminologias, que eles também terão de recuperar com rigor quando delas necessitarem?

De facto, mesmo numa dada área, podemos ter vários conceitos para termos coincidentes formalmente e vários termos para conceitos que diria aproximados, na medida em que, se os termos são diferentes, haverá com certeza uma ou mais razões para a existência dessa diferença. No entanto, que sabem os aprendentes a esse respeito?

Como lhes passar essas “nuances”, que fazem afinal a diferença e que são do domínio de construtos teóricos com um grau de abstracção bastante elevado em muitos casos?

Sucedem mesmo que muitas vezes não nos limitamos a construtos que se circunscrevem a conceitos, temos mesmo construtos que correspondem a modelos teóricos, a teorias, que almejam descrever, explicar e fazer previsões relativamente a objectos que serão decerto mais complexos.

### 3.1 - O estudo descritivo da língua e a língua em acção

Um objecto pode, na realidade, ser visto sob enquadramentos teóricos distintos de acordo com a leitura que dele se quiser fazer. Estar consciente desse olhar plural e complementar, mas nem sempre certamente visando fins similares, manifesta-se de toda a pertinência seja para os que no quotidiano

---

<sup>6</sup> A referência à recuperação lexical (e conceptual), para indicar unicamente um dos aspectos do processamento da linguagem, não contemplando por isso, por exemplo, os processamentos fonológicos e sintácticos (Damasio et al. 2004: 182), faz-nos observar o que cada uma dessas recuperações implica também do ponto de vista psicolinguístico e mesmo neurológico.

Como ver uma recuperação lexical, uma nomeação correcta de itens únicos referentes a pessoas e de itens não únicos relativos a animais, frutos, legumes, utensílios, instrumentos musicais, etc., sem o seu reconhecimento prévio, sem a sua recuperação conceptual (Damasio et al. 2008)?

Que se passará quando não se trata de itens destas categorias, mas de índole mais abstracta?

Não será oportuno questionar o estudo de palavras soltas em tarefas que finalmente se enquadram com dificuldade no uso natural da língua (Paradis 2007)? (Esta questão será retomada na secção 4 deste texto.)

são porventura mais solicitados a aplicar no terreno as diferentes teorias, seja para os que estão mais ocupados com a descrição e sem dúvida menos preocupados com as aplicações.

Convém assim que cada agente saiba situar-se no seu campo de actuação a fim de poder ser capaz de transferir devidamente os seus conhecimentos nas várias situações com que possa vir a ser confrontado.

Na mira de ilustrar o exposto, passo a socorrer-me de modos diferentes de considerar os erros ortográficos de crianças portuguesas do 1.º ciclo do ensino básico (Pinto 1998: 167, 168, 169). Os erros foram classificados usando a tipologia de erros de Girolami-Boulinier (1984), tomando por base uma forma de trabalhar a linguagem que esta autora denominava *pedagogia do imediatismo* (Girolami-Boulinier 1987). Dito diferentemente, a tipologia de erros criada por André Girolami-Boulinier, que se coaduna com o seu método de abordagem à linguagem, não é impeditiva de leituras alheias à sua aplicação no terreno e mais envolvidas em descrições assentes nos mais diversos quadros teóricos. Assim, Veloso (2010: 22) usa erros ortográficos de identificação/individualização extraídos de Pinto (1998: 167, 168, 169)<sup>7</sup> para exemplificar o que designa por análise morfossintáctica vs. análise prosódica no que se refere à segmentação ortográfica. Contudo, tanto quanto me pude aperceber do trabalho que desenvolvi durante longos anos com Girolami-Boulinier, esta estudiosa nunca revelou preocupação com possíveis tipos de análise associáveis à segmentação ortográfica que pudesse estar em causa nas produções escritas que ia obtendo, visto que o seu nível de actuação era de outra índole. A sua intenção visava, no meu entendimento, outros desígnios. Ela não tinha como intenção transmitir designações ou terminologias ou mostrar que perspectivas teóricas adoptava nas circunstâncias. O seu método tinha sim como objectivo fazer com que a criança vivesse a língua na sua plena funcionalidade.

Esta posição merece ser sublinhada porquanto vai ao encontro de uma possível resposta à primeira parte do título deste texto que invoca a expressão *construtos teóricos* e o termo *aplicações*.

---

<sup>7</sup> Os exemplos de erros ortográficos de que se serve Veloso (2010: 22, com base em Pinto 1998) são os seguintes: *levoa; saltole; derrepente*.

Andrée Girolami-Boulinier achava sobretudo relevante que o aprendiz sentisse em cada enunciado um acto de escolha face a uma quantidade de possibilidades de se exprimir por meio da combinação de itens lexicais e gramaticais. No fundo, o seu método procurava, a vários níveis, materializar verbalmente a projecção do eixo da similaridade sobre o eixo da contiguidade (Jakobson 1963: 220). Na medida em que estamos perante um uso criativo da língua que tira partido de diferentes elementos linguísticos que vão sendo emitidos em obediência à gramática interiorizada, não estão em questão os termos que possam ser utilizados para os designar, está antes em questão uma prática que faça com que a criança sinta de que forma a língua concretiza as suas potencialidades. A designação dos elementos que integram o instrumento de que ela se está a servir, através da terminologia adequada, será transmitida na devida altura ou então será mesmo a criança que a solicitará quando estiver interessada em conhecê-la.

Este tipo de vivência com o oral é transferível com facilidade para a escrita.

Se a criança aprender a permutar os elementos que integram a língua obedecendo às regras impostas pela própria funcionalidade desta, então essa prática ajuda-a a sentir a independência física desses elementos na escrita. Porém, se esses elementos não gozarem dessa independência na escrita, não penso que tal facto constituirá impedimento a que os aprendentes pratiquem os actos criativos inerentes a um uso da língua que os faça sentir que a permuta efectuada respeita a função dos elementos em jogo (ver também Franchi 2006).

O acto de designar o tipo de análise assente numa ou noutra visão teórica situa-se assim num nível distinto do que motivou a tipologia de erros ortográficos em foco, que se relaciona essencialmente com a aludida *pedagogia do imediatismo* defendida por Andrée Girolami-Boulinier.

Estamos pois perante níveis diferentes de actuação e também de abstracção: o de quem visa uma prática de uso da língua e o de quem pretende descrever um objecto. Lembro que o método que serve de ponto de partida para a tipologia de erros ortográficos criada por Girolami-Boulinier (1984) também serve a reeducação e sobretudo procura demonstrar que os elementos que constituem a língua não são só o resultado de opções livres e avulsas por parte do agente de cada acto de fala. Essas opções estão

antes condicionadas por força do papel que desempenham na língua. A contenção e a liberdade também aqui terão de ser tidas em consideração e sentidas pela criança. Na realidade, temos de admitir que falar é um acto criativo subordinado a imposições da própria língua.

### 3.2 - As abordagens teóricas enquanto estratégias de pesquisa

Torna-se pertinente salientar, em meu entender, que as teorias/modelos/construtos que pretendem descrever e explicar o funcionamento de um dado objecto/comportamento são antes de mais nada estratégias de pesquisa naturalmente necessárias, interessantes e inevitáveis.

Que os modelos/teorias/construtos são abstracções e só correspondem a tentativas de descrever, explicar e prever processos que estão subjacentes a determinados desempenhos está bem visível em Piaget (ver, entre outros, Piaget 1954) quando nos propõe o *grupóide* como modelo lógico-matemático para descrever a estrutura de classificação na criança do período operatório concreto (para uma leitura mais aprofundada a este respeito, ver Ginsburg & Oppen 1979: 125 ss.) e o *grupo* INRC, bem como as 16 operações binárias, quando pretende descrever o período das *operações formais* na mira de captar a essência das actividades mentais do adolescente (ver Ginsburg & Oppen 1979: 179 e 204). Contudo, Piaget, como assinalam Ginsburg e Oppen (1979: 196), “does not use logic to describe the adolescent’s explicit knowledge, but to depict the structure of his thought”. Interessava a Piaget, segundo a mesma fonte, saber como o pensamento lógico *medeia* a maneira como o adolescente resolve os problemas.

É assim notório como Piaget tira partido da lógica não para descrever o conhecimento explícito por parte da criança ou do adolescente, mas sim para, em parte, descrever a estrutura do seu pensamento (Ginsburg & Oppen 1979: 196). Com os seus modelos, Piaget almeja descrever a *competência* da criança e do adolescente<sup>8</sup>.

Tais modelos também podem servir para explicar e prever o

---

<sup>8</sup> Os modelos propostos, por exemplo, para o período das operações formais descrevem as capacidades do adolescente, mas não necessariamente o que cada um faz em qualquer ocasião (ver Ginsburg & Oppen 1979: 197). O modelo das operações formais de Piaget descreve por conseguinte o nível óptimo de funcionamento do adolescente e não obrigatoriamente o seu desempenho típico (Ginsburg & Oppen 1979: 201).

comportamento. A previsão radica no facto de os modelos serem gerais; podem ser usados em tarefas semelhantes. Ao descreverem a essência do pensamento, esses modelos levar-nos-ão a prever como, por exemplo, o adolescente opera com problemas que são semelhantes quanto à forma aos que Piaget usou. O objectivo desta teoria reside por consequência em “develop formal systems which are clear, adequately descriptive, and general” (Ginsburg & Oppen 1979: 197)<sup>9</sup>.

Serão todos os adolescentes capazes de realizar as operações formais?

Serão as operações formais universais?

Factores como a fadiga ou a desmotivação podem impedir um adolescente de pôr à prova todas as suas capacidades. Pode até acontecer que, em determinadas situações e condições, esse tipo de pensamento não esteja presente (ver Ginsburg & Oppen 1979: 197 e 201)<sup>10</sup>.

Não será todavia de excluir nesta ocasião, recorrendo mais uma vez aos mesmos autores (Ginsburg & Oppen 1979: 202), a referência ao modo ecologicamente controlado ou não como são apresentadas as tarefas.

Também pode dar-se o caso de, no entendimento de Piaget, só serem usadas as operações formais em situações compatíveis com os interesses de cada um e com as respectivas profissões (ver Ginsburg & Oppen 1979: 202).

Por outro lado, o meio social também desempenhará um papel relevante mas não suficiente, já que o uso das estruturas formais requer que o indivíduo tenha desenvolvido antes as estruturas cognitivas preliminares adequadas (ver Ginsburg & Oppen 1979: 203).

Por que razão existe então esta falta de universalidade?

O grupo de adolescentes estudado por Piaget, em conformidade com o que nos relatam Ginsburg e Oppen (1979: 201), provinha das melhores escolas de Genebra e talvez estivesse treinado para realizar operações formais também devido aos meios socioeconómicos a que pertenciam. É

---

<sup>9</sup> O fenómeno do *desfasamento horizontal* leva a olhar as diferentes áreas como possíveis causas da não aplicação generalizada às várias áreas de um tipo de pensamento/raciocínio já utilizado previamente com sucesso numa ou noutra área pelo sujeito (ver Ginsburg & Oppen 1979: 152). Boulinier (1989: 4), por seu turno, adianta que “Les travaux de Piaget nous apprennent que seulement 20% des adultes fonctionnent dans l’abstraction.”

<sup>10</sup> Assim, em certas culturas ocidentais, alguns adolescentes parecem não ser capazes de realizar as operações formais e, em algumas culturas não ocidentais, as operações formais parecem encontrar-se ausentes, mesmo nos adultos (ver Ginsburg & Oppen 1979: 201).

certamente plausível, seguindo a mesma fonte, que adolescentes de meios menos estimulados e com um outro tipo de educação processem o seu desenvolvimento intelectual a outro ritmo e venham a atingir o período das operações formais mais tarde.

Quer dizer que o avanço cognitivo pode depender de um desenvolvimento neurológico apropriado, de um meio social próprio, de uma experiência continuada com o mundo das coisas e da reorganização cognitiva interna (Ginsburg & Opper 1979: 204).

Consequentemente, os modelos indicados não descrevem o desempenho real, que pode ser deficiente, mas definem a capacidade da criança ou do adolescente, o que nos obriga a separar a realidade concreta dos construtos teóricos/modelos e a olhar para as duas vertentes com a distância crítica e o conhecimento necessários, respeitando minimamente as exigências que impõem essas duas esferas de acção.

A distinção entre o agir no terreno, por meio de aplicações na prática de modelos mais ou menos abstractos, e o investimento teórico enquanto estratégia de pesquisa associada a determinados construtos não pode ser ignorada pelos seus agentes. Operar essa distinção deve mesmo constituir um acto consciente. No que toca ao ensino na globalidade e também da Língua Portuguesa, caberá ao docente servir de mediador entre as duas formas de actuação e, porventura, mostrar aos estudiosos se os resultados das suas pesquisas são ou não aplicáveis directamente à realidade escolar por força do que implicam as características dos grupos etários com que convivem no dia-a-dia.

A consideração de uma dada forma de lidar com o objecto de estudo como sendo uma estratégia de pesquisa já é evidente, por exemplo, em Geschwind (1984: 34), quando este neurologista comenta, a partir de um texto de Caplan (1984), a noção de língua como uma propriedade “autónoma” do ser humano e, no que respeita a certas perturbações da linguagem, as disfunções de uma ou outra representação autónoma do “mental organ for language” (Geschwind 1984: 35). É interessante observar como reage Geschwind à assunção da autonomia da língua. O autor manifesta-se da seguinte forma: “The assumption of autonomy of language seems to sidestep almost completely the question of the biological advantage to humans of the high development of this capacity” (Geschwind 1984: 34). Com efeito, este

estudioso acha redutora a noção de autonomia apontada porque entende que a língua, ao servir muitas funções e ao ser um instrumento ímpar para partilhar informação acerca do mundo, merece que se aprofunde mais a maneira como ela procura alcançar esses fins e que seja por conseguinte rotulada em termos menos absolutos (Geschwind 1984: 34).

Notórias são ainda as palavras de Geschwind que passarei a transcrever. Elas revelam não só que se tratava de uma autoridade na sua área, mas também de uma personalidade que nutria respeito por uma pesquisa plural, nela incluída a que tinha origem na Linguística. Escreve então Geschwind (1984: 37): “The studies of anatomical organization will again and again be guided by linguistics, but it is extremely likely, as has been the case in every instance in which a function has been analyzed in terms of its structural substrate, that the structure of linguistics itself will be changed.”

Por sua vez, no que tange à parte da passagem acima transcrita que se aproxima de uma leitura assente na modularidade, visto que se atribuem as disfunções da linguagem a uma ou outra representação autónoma do “mental organ for language” (Geschwind 1984: 35), Geschwind (1984: 37) reage assim: “This view depends on an implicit idea of the neurological organization of the brain that is inconsistent with the facts, since it fails to consider the connections within the system”.

Julgo pertinente avançar nesta oportunidade a importância de ter em conta, também no que concerne à organização neurológica, a parte sem perder o todo, o todo sem perder as partes e a relação entre as partes, sob pena de passar despercebida a visão da inclusão com a hierarquização que a caracteriza, que nos conduz afinal à noção de classificação já tratada neste texto quando foram abordados os conceitos.

Não se trata somente de estudar uma parte particular esquecendo o todo, trata-se sobretudo de se outorgar um destaque especial a algumas partes desse todo, que é afinal a língua com a sua multiplicidade de funções como anota Geschwind (1984: 34) (ver, ainda a este respeito, Lamendella 1977a). Se, voluntária ou involuntariamente, consciente ou não conscientemente, se secundarizarem ou não se contemplarem no estudo da língua, tida como um todo não atómico, algumas componentes que a constituem de pleno direito, esta correrá com probabilidade o risco de se nos apresentar mutilada de componentes indispensáveis à comunicação verbal normal.

Tais mutilações poderão ser parcialmente explicáveis pela pesquisa que se pretende empreender, mas serão menos aceitáveis quando nos depararmos com o uso normal da língua. A realidade quotidiana dos professores dos vários graus de ensino que necessitam de trabalhar com os seus alunos certas matérias do foro da Linguística deve provar bem o aduzido.

#### 4 - A influência dos avanços das neurociências na linguagem

Uma abordagem que nos remeta somente para o que Paradis (2004: 15) chama gramática generativa ou da frase e para a representação e o processamento cerebral do sistema linguístico, compreendendo a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica, tornar-se-á em certa medida compreensível porquanto, como lembra Paradis (2004: 15), só mais recentemente foi conferida uma maior atenção ao facto de os indivíduos com lesões do hemisfério direito exibirem défices de comunicação verbal de uma natureza qualitativamente diferente, mas igualmente incapacitantes se não mais ainda do que os outros. Acontece pois que o período de aproximadamente 150 anos que durou o enfoque do estudo por parte dos especialistas da linguagem na *competência linguística* (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) (Paradis 2004: 7) começa a adquirir um estatuto histórico mercê dos avanços também das neurociências.

Está assim muito provavelmente em discussão uma maior abertura ao que constitui o sistema comunicativo geral (Paradis 2004: 18) em desfavor de uma centração exclusiva no sistema da língua *tout court*, passível de abordagens redutoras unicamente explicáveis por alguns tipos de pesquisa.

Quem trabalha com a língua e com a linguagem não terá de estar também atento a aspectos verbais que finalmente não são só os tradicionalmente atribuídos às áreas cerebrais clássicas da linguagem com a sua sede no hemisfério esquerdo (H.E.)?

Afinal, não interessará também aos linguistas estudar, por exemplo, o que representa a dificuldade em produzir e compreender actos de fala indirectos, metáforas e significados conotativos?

Ainda baseada em Paradis (2004: 15-17), perguntaria se a organização do discurso, a coesão, a coerência lógica, o processamento de uma história ou narrativa, o conhecimento de roteiros, a violação das máximas de Grice, a dificuldade em usar informação contextual para interpretar o discurso,

a compreensão de anedotas, de cartoons ou do humor de uma maneira geral, a dificuldade em lidar com o significado não literal, com o significado figurativo, metafórico, com figuras de discurso, com expressões idiomáticas e a incapacidade de usar a prosódia para interpretar o conteúdo emocional do discurso não são dignos de atenção só por estarem mais relacionados com o hemisfério direito (H. D.).

A importância de aspectos mais do foro da pragmática não deve ser subestimada, uma vez que, como escreve Paradis (2004: 17), “we seldom say everything we mean”.

Consoante já foi mencionado no tocante às estratégias (pragmática, não ainda propriamente linguística, posicional e morfossintáctica) realçadas a partir de Bronckart (1977: 285-290), também Paradis (2004: 18) sugere que a competência pragmática implícita é filogenética e ontogeneticamente anterior à competência linguística implícita, fazendo parte do que, segundo Paradis (2004: 18), Lamendella (1977b) chamou o sistema comunicativo geral (ver ainda Lamendella 1977a).

Penso que, a este respeito, deve ser sublinhado o pensamento de Paradis (2004: 20). Este autor, ao advertir que o significado de um enunciado depende de pistas gramaticais e pragmáticas, alerta-nos para o facto de também ser verdade que a competência pragmática funciona independentemente da competência linguística implícita, se bem que tratem em paralelo ou em sucessão rápida do não dito e do dito respectivamente. Afinal, como continua este estudioso, colaboram ambas no sentido de chegarem ao “intended meaning” (Paradis 2004: 20). Desta forma, para este autor, a semântica e a pragmática são tão independentes como a fonologia é da sintaxe. Todavia, como prossegue, “both are necessarily used in concert, for every utterance” (Paradis 2004: 20).

Paradis adianta ainda que a pragmática é uma outra componente necessária da comunicação verbal, para além das que permitem que se compreendam e produzam frases gramaticais com significados semânticos apropriados, ou seja, a competência linguística implícita e o conhecimento metalinguístico (Paradis 2004: 23). Deve ter-se presente porém a provável existência de uma competência pragmática, mais próxima de aspectos implícitos da capacidade pragmática, servida por áreas localizadas no H.D., e de um conhecimento metapragmático, relativo aos aspectos explícitos dessa

capacidade, que poderá estar distribuído por áreas mais extensas de ambos os hemisférios e envolver vários mecanismos do raciocínio consciente (ver Paradis 2004: 23-24).

Esta leitura de Paradis e a posição já focada de Geschwind (1984: 35), que se manifestam críticas em relação aos pontos de vista sobre a organização neurológica do cérebro no que diz respeito à linguagem, por não considerarem nem ambos os hemisférios, nem as conexões no interior do sistema, vão ao encontro da ideia que também ressalta do artigo de Damasio *et al.* (2004: 180) na altura em que estes autores se pronunciam acerca da visão anatómica clássica, que não acham que esteja incorrecta, mas acham sim que se revela bastante incompleta. Não pensam Damasio *et al.* (2004: 180) que se mantenha razoável admitir a ideia de que sejam unicamente as áreas de Broca e Wernicke – as duas áreas tradicionalmente ligadas à linguagem conectadas de um modo directo e unidireccional – que possam traduzir pensamentos em palavras e palavras em pensamentos. E, a este respeito, escrevem: “Any current consideration of the macrosystems involved in the processing of language requires the involvement of many other brain regions, connected by bidirectional pathways, forming systems that can subsequently cross-interact” (Damasio *et al.* 2004: 180).

Os autores tentam ainda justificar o que referem valendo-se de estudos sobre problemas de recuperação lexical e conceptual não associados a áreas ditas clássicas para a linguagem. E anotam: “Observations such as these [...] as well as work from others [...] indicate that even when just a single aspect of language processing is considered, for example word retrieval, the minimally necessary language map goes well beyond the classical language areas.” (Damasio *et al.* 2004: 182).

Para estes investigadores (Damasio *et al.*, 2004: 179), as regiões que identificaram no seu estudo fizeram com que passassem a ver essas áreas como sendo partes de sistemas flexíveis compostos por múltiplas componentes que se destinam a efectuar a recuperação de conceitos e de palavras correspondentes a entidades concretas pertencentes a diferentes categorias conceptuais.

Relacionado com o que Paradis expõe em termos do que é da responsabilidade do H.D. no que respeita à linguagem, pode também avançar-se que Damasio *et al.* (2004) encontram localizações para o

processamento da recuperação conceptual e lexical que fogem à leitura clássica das localizações das áreas da linguagem e que também podem envolver o hemisfério direito.

No processamento de recuperação lexical de categorias únicas, nomeadamente de nomes de pessoas, serão certamente convocados aspectos que ultrapassam o seu sentido literal. Nesses casos, o H. D. estará possivelmente também implicado, bem como o lobo frontal com toda a leitura da ordem das emoções que tal processamento pode acarretar (ver, nesta linha, Damasio *et al.* 2004: 221). Uma leitura deste teor pode com facilidade fazer pensar numa localização cerebral da linguagem que não se circunscreverá à localização clássica das áreas cerebrais atribuídas a essa actividade.

Interessa ainda ressaltar como Damasio *et al.* (2004) procuram ver o *que* sucede e *onde*, quando estão em causa o reconhecimento e a nomeação, e em que medida o primeiro é requisito da segunda. Trata-se, neste caso, de um estudo de todo o relevo visto que nos apresenta a linguagem em funcionamento e não só o resultado final do processamento em causa.

Questionaria, no entanto, com base em Paradis (2007) a pertinência de tarefas com palavras soltas, bem como o estatuto das palavras soltas relativamente ao da língua em geral. Por outras palavras, o processamento de palavras soltas, no dizer de Paradis (2007: 25), é de um nível inferior de complexidade quando comparado com o processamento de frases e, ademais, é sustentado por um sistema de memória diferente com as implicações inevitáveis a nível de envolvimento de estruturas cerebrais. De facto, uma tarefa que envolva palavras soltas não corresponde a um uso natural da língua (Paradis 2007: 28). Além disso, fora de um contexto, como nota Paradis (2007: 26), as palavras soltas perdem características específicas da língua, *i.e.*, as suas propriedades morfológicas e sintácticas implícitas (sobre a importância do contexto, ver, por exemplo, o estudo clássico de Slama-Cazacu 1961).

Para Paradis (2007), as palavras soltas distinguem-se das palavras em contexto, inseridas em enunciados e integrando o uso normal da língua, já que são assistidas pela memória declarativa explícita, controladas conscientemente e não contemplam processos linguísticos implícitos, em consequência de recorrerem a um conhecimento (metalinguístico) explícito.

Em contrapartida, sempre apoiada na mesma fonte, a memória que serve o resto da língua como sistema (fonologia, morfologia, sintaxe e léxico) é implícita e processual, procedimental, e a competência linguística que lhe corresponde é também implícita, é adquirida incidentalmente e é usada automaticamente. Estamos assim perante dois tipos de objectos que se prestam a aquisições, erosões, interferências, empréstimos e preservações diferentes: a *gramática* e as *palavras (vocabulário)*, resultantes bem por certo do tipo de memória que os sustenta, respectivamente processual e declarativa, assim como do uso automático ou controlado e deliberado que deles se faz (Paradis 2007: 24-25).

#### 5 - Considerações finais com uma breve referência aos mediadores

Não posso negar que fiz apelo à minha formação psicolinguística quando estabeleci uma correspondência entre as competências/conhecimentos apontados e os vários tipos de memória. Não posso igualmente negar que só vejo vantagens em olhar a língua desta forma. A minha formação poderá por isso sensibilizar-me diferentemente para o que se espera dos modelos teóricos de acordo com as variadas realidades a que possam ser aplicáveis.

A leitura que apresentei acerca dos conceitos espontâneos e científicos, bem como do seu desenvolvimento, a alusão que fiz ao que se deve entender por modelos teóricos enquanto construtos com fins muito particulares, a visão que tentei passar dos vários níveis de descrição, assim como das variadas abordagens ao objecto de estudo em função dos objectivos, e o modo como, com base na literatura, procurei dar a entender que há mais língua para lá do que visam algumas estratégias de pesquisa normalmente só associadas com as áreas anatómicas atribuídas tradicionalmente à linguagem – que estão hoje, de resto, a ser já questionadas – alertam-nos, assim o espero, para a necessidade de:

1. olharmos criticamente o material de que dispomos;
2. termos em conta, na altura de actuarmos, os vários graus de capacidade de abstracção e de consciencialização com que deparamos;
3. conciliarmos, na medida do possível, a teoria com a realidade concreta, tendo em conta os locutores reais em situações reais;
4. pensarmos que os estudos nos transmitem cada vez mais que o processamento da linguagem com todas as suas potencialidades envolve

uma extensão cerebral mais vasta do que a que primeiramente se supunha, sendo nossa obrigação enquanto especialistas acompanharmos o movimento de integração das partes com vista a uma visão do todo mais englobante e porventura mais real;

5. estarmos conscientes de que nem todos atingem com o mesmo ritmo um pensamento abstracto compatível com alguns construtos teóricos, pelo que se torna importante fazer com que sejam atingidos gradualmente a partir de um uso criativo prévio da linguagem que conduza a um preparar do seu encontro ou até à sua busca.

Tal como Franchi (2006: 31) escreve, quando compara as produções escritas de duas crianças brasileiras, “além de um trabalho gramatical que ofereça à criança as condições de domínio da modalidade culta, existe um trabalho contínuo e persistente a ser feito para que ela amplie o conjunto de recursos expressivos de que dispõe para a produção e compreensão de textos”.

A língua, já para não falar da linguagem, é um todo muito complexo que não se confina ao uso de uma memória unicamente processual ao serviço de conhecimentos que se apoiem em regras e se tornem automatismos ou hábitos. Temos de pensar obviamente nessa memória, mas temos igualmente de ter presente o que existe para além dessas regras e que também é do foro de quem estuda a língua quando vista num todo, sem se confinar ao estudo de módulos estanques que perdem provavelmente com esse isolamento se não inseridos no todo de que fazem parte.

O professor (de Português) de qualquer nível de ensino é sem dúvida um dos agentes que devem saber estabelecer a ponte entre a teoria e a prática. Este, antes de mais nada, deve estar consciente da realidade que o cerca, ou seja, tem de ser sensível à diversidade de capacidades de compreensão dos seus alunos, porquanto portadores dos mais variados perfis, e procurar encontrar a melhor via que o conduza a uma adequação da matéria à realidade da sala de aula a partir de uma leitura crítica e fundamentada dessa mesma matéria, estando o mais possível sensibilizado para as suas efectivas finalidades nas circunstâncias concretas em que actua.

Outros mediadores, porventura os primeiros mediadores, que também poderiam ser perfeitamente invocados quando se aborda a passagem dos

construtos teóricos às aplicações, seriam, na minha opinião, não só os autores dos programas e dos manuais escolares, mas também os revisores dos mesmos – que deveriam ser revisores no plano dos conteúdos e também no plano da aplicação desses conteúdos aos respectivos destinatários. (É bem certo que grande parte destes profissionais são também professores, em exercício ou não.)

Com a panorâmica que tracei ao longo deste texto foi meu intuito chamar a atenção para diferentes aspectos que podem ressaltar quando nos confrontamos com construtos teóricos e suas possíveis aplicações.

Todas as teorias poderão ser, na generalidade, defensáveis quando rigorosas e sempre que sustentadas por bases creíveis; não o serão todavia da mesma forma todas as suas aplicações. Conhecer *quem* vai adquirir o *quê* e *de que forma* é plausivelmente o trabalho principal dos professores, dos autores de programas e de manuais escolares e dos revisores.

Da leitura deste texto, deve resultar claro que *quem* se encontra no processo de aquisição não corresponde nem a um sujeito ideal, nem a um sujeito médio do ponto de vista estatístico. Trata-se sim de um sujeito que, para além de passar por etapas mais ou menos bem definidas em termos de desenvolvimento intelectual e linguístico, também pode possuir um ritmo próprio e um padrão cognitivo, com inevitáveis repercussões na aprendizagem, que devem ser sentidos e respeitados por condicionarem inevitavelmente *o que* vai ser adquirido e *de que forma*.

Noutras palavras, o *o quê* acima focado deve ajustar-se ao *quem* e ser ensinado por forma a vir a ser compreendido e posteriormente posto em prática pelo aprendente, respeitando o seu pensamento e obedecendo à sua capacidade de ir ao encontro das variadas leituras que se podem extrair desse *o quê*.

Do *quem* e do *o quê*, decorre naturalmente o *de que forma* em virtude de qualquer temática dever ser trabalhada na prática através de materiais que transmitam o *o quê* tirando partido de métodos que melhor se ajustem aos sujeitos e seguindo estratégias de abordagem que são por certo pré-definidas em função de observações rigorosas do que implicam cognitivamente os diferentes estilos de ensino e de aprendizagem.

Esta focalização nas diferentes vertentes do processo que aqui nos ocupa deveria, a fim de serem atingidas competências mais elaboradas,

assentar nos seguintes pontos: 1) consolidação de competências adquiridas; 2) exposição a situações que contemplem contra-sugestões porque contribuem para a instalação definitiva de competências; 3) confrontação com tarefas que exijam níveis de abstracção superiores e que funcionem como “scaffolding” (Wood, Bruner & Ross 1976 e, ainda acerca deste termo, Field 2004: 253).

O domínio em simultâneo de todos estes aspectos não se revelará tarefa fácil. Confiemos pois que os mediadores acima enumerados aceitaram desempenhar essas funções conscientes desse desafio. Se as tarefas mencionadas são passíveis de uma aproximação sob vários ângulos, não será de admirar que os profissionais que as executam necessitem de possuir uma formação que advenha da confluência de investimentos em diferentes áreas do saber. Terminaria afirmando que se trata de actividades que requerem uma permanente actualização, um bom conhecimento da realidade e um diálogo muito aberto e crítico entre os que estão do lado dos construtos teóricos e os que estão do lado das aplicações.

#### REFERÊNCIAS

- Bronckart, J.-P. 1977. *Théories du langage. Une introduction critique*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Boulinier, M. 1989. Le rythme et l'espace chez l'être humain. *Lettre d'Information de l'Association Langage Lecture Orthographe*. 7: 3-4.
- Caplan, D. 1984. The mental organ for language. In: D. Caplan; A. Roch Lecours; A. Smith (Eds.). *Biological perspectives on language*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 8-30.
- Caza, P.-E. 2008. Le monde fascinant des «conceptions spontanées» (2 p.). Entrevues. *Journal L'UQAM*. XXXIV(8). (7 Janvier 2008). Disponível na web em <http://www.uqam.ca/entrevues/2008/e2008-008.htm>, acedido em 09-06-2009.
- Damasio, H.; Tranel, D.; Grabowski, T.; Adolphs, R.; Damasio, A. 2004. Neural systems behind word and concept retrieval. *Cognition*. 92: 179-229.
- Field, J. 2004. *Psycholinguistics. The key concepts*. London and New York: Routledge. Taylor & Francis Group.
- Franchi, C. 2006. Mas o que é mesmo “Gramática”? In: C. Franchi; E. V. Negrão; A. L. Müller. (Organização de S. Possenti). *Mas o que é mesmo “Gramática”?*. São Paulo:

- Parábola Editorial, 11-33.
- Furth, H. G. 1981. *Piaget & knowledge. Theoretical foundations*. Second edition. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Geschwind, N. 1984. Neural mechanisms, aphasia, and theories of language. In: D. Caplan; A. Roch Lecours; A. Smith (Eds.). *Biological perspectives on language*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 31-39.
- Ginsburg, H.; Opper, S. 1979. *Piaget's theory of intellectual development*. 2<sup>nd</sup> edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Girolami-Boulinier, A. 1984. *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*. Paris : Masson.
- Girolami-Boulinier, A. 1987. Langage : pour une pédagogie de l'immédiateté. *Bulletin de la Société Alfred Binet et Théodore Simon*. **610(1)**: 30-47.
- Goldman-Eisler, F. 1968. *Psycholinguistics. Experiments in spontaneous speech*. London/ New York : Academic Press.
- Jackson, H. J. 1878. *On affections of speech from disease of the brain*, reprinted in *Selected writings of Hughlings Jackson* (1958). Vol. II. New York: Basic Books 155-170. Referido por Goldman-Eisler (1968: 29).
- Jakobson, R. 1963. *Essais de linguistique générale*. Paris : Editions de Minuit.
- Lamendella, J. 1977a. The limbic system in human communication. In: H. Whitaker & H. A. Whitaker (Eds.). *Studies in neurolinguistics*. Vol 3. New York: Academic Press, 154-222.
- Lamendella, J. 1977b. General principles of neurofunctional organization and their manifestation in primary and secondary language acquisition. *Language Learning*. **27**: 155-196. Referido por Paradis (2004: 18).
- Lebrun, Y. 1997. Subcortical structures and non-volitional verbal behaviour. *Journal of Neurolinguistics*. **10(4)**: 313-323.
- Nelson, K. 1974. Concept, word, and sentence: Interrelations in acquisition and development. *Psychological Review*. **81(4)**: 267-285.
- Palmer, F. 1971. *Grammar*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, Ltd.
- Papandropoulou, I.; Sinclair, H. 1974. What is a word? Experimental study of children's ideas on grammar. *Human Development*. **17**: 241-258.
- Paradis, M. 2004. *A neurolinguistic theory of bilingualism*. Studies in Bilingualism (SiBil), Volume 18. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Paradis, M. 2007. Why single-word experiments do not address language representation. In: J. Arabski (Ed.). *Challenging tasks for psycholinguistics in the new century*.

- Katowice: University of Silesia, Oficyna Wydawnicza, 22-31.
- Piaget, J. 1945. *La formation du symbole chez l'enfant. Imitation, jeu et rêve, image et représentation*. Neuchâtel-Paris: Delachaux et Niestlé. Editeurs. Versão consultada: Sixième edition 1976.
- Piaget, J. 1954. Language and thought from the genetic point of view. *Acta Psychologica*. **10**: 88-98. Versão consultada: In: P. Adams (Ed.) 1972. *Language in thinking*. Harmondsworth: Penguin [reprinted, 1973], 170-179.
- Pinto, M. da G. L. C. 1998. *Saber viver a linguagem. Um desafio aos problemas de literacia*. Coleção Porto Editora N.º 11. Porto: Porto Editora.
- Sinclair, H.; Bronckart, J. P. 1972. S.V.O. A linguistic universal? A study in developmental psycholinguistics. *Journal of Experimental Child Psychology*. **14**: 329-348.
- Sinclair, H.; Ferreiro, E. 1970. Etude génétique de la compréhension, production et répétition des phrases au mode passif. *Archives de Psychologie*. **XL(160)**: 1-42.
- Sinclair-de-Zwart, H. 1972. A possible theory of language acquisition within the general framework of Piaget's developmental theory. In: P. Adams (Ed.). *Language in thinking*. Harmondsworth: Penguin [reprinted, 1973], 364-373.
- Slama-Cazacu, T. 1961. *Langage et contexte. Le problème du langage dans la conception de l'expression et de l'interprétation par des organisations contextuelles*. The Hague: Mouton & Co., Publishers.
- Slama-Cazacu, T. 2007. Psycholinguistics, where to in the 21<sup>st</sup> century? In: J. Arabski (Ed.). *Challenging tasks for psycholinguistics in the new century*. Katowice: University of Silesia, Oficyna Wydawnicza, 77-85.
- Veloso (2010). Guião da aula *A palavra enquanto unidade linguística: Critérios linguísticos para a sua definição e delimitação e para uma avaliação da sua pertinência descritiva*. Provas públicas para a obtenção do título de Agregado em Linguística. Porto: FLUP, 6 de Julho de 2010. 29p.
- Vygotsky, L. S. 1962. *Thought and language*. Cambridge, Massachusetts: The M. I. T. Press.
- Wood, D.; Bruner, J. S.; Ross, G. 1976. The role of tutoring in problem solving. *Child Psychol. Psychiat.* **17**: 89-100.



# Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português Europeu Contemporâneo

Ana Cristina Macário Lopes

acmlopes@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra/CELGA (Portugal)*

**RESUMO:** Este artigo tem como objectivo caracterizar as finais de enunciação no PEC, destacando a sua especificidade face às finais de conteúdo. Evidencia-se o seu comportamento sintáctico periférico e convocam-se critérios de natureza semântico-pragmática para fundamentar a sub-tipologia proposta entre (i) finais de enunciação que explicitam uma relação discursiva de propósito ou finalidade ao nível ilocutório e (ii) finais de enunciação que qualificam o próprio acto discursivo. Em ambos os casos, sublinham-se as funções eminentemente interactivas destas construções. Analisam-se ainda, ao longo deste estudo, as compatibilidades de articulação entre finais enunciativas e distintas classes de actos ilocutórios: asserções, actos directivos impositivos e perguntas, actos compromissivos e actos expressivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** subordinadas integradas, subordinadas periféricas, finais de conteúdo, finais de enunciação, acto ilocutório.

**ABSTRACT:** The main purpose of this paper is to characterize the utterance purpose clauses in European contemporary Portuguese, stressing their specificity by contrast with content and syntactically integrated purpose clauses. The analysis of the data, based on semantic and pragmatic criteria, leads to a sub-typology involving (i) utterance purpose clauses expressing a purpose discourse relation at the illocutionary level and (ii) utterance purpose clauses that qualify the speech act itself. In both cases, only the dynamics of interaction can explain their functioning. An analysis of the compatibilities of utterance purpose clauses with different classes of speech acts is also provided in this paper.

**KEY-WORDS:** integrated subordinate clauses, peripheral subordinate clauses, content purpose clauses, utterance purpose clauses, illocutionary act.

## 1 - Introdução

É hoje relativamente consensual, na comunidade linguística, que, no âmbito das orações subordinadas adverbiais, é possível estabelecer uma

---

<sup>1</sup> Agradeço aos revisores anónimos a leitura atenta da primeira versão deste trabalho, traduzida num conjunto de comentários e sugestões que me permitiram apurar a versão final.

distinção entre adverbiais de predicado (ou integradas) e adverbiais de frase (ou periféricas). Esta distinção está contemplada em gramáticas de referência de várias línguas, como Quirk *et al.* (1985), Cardinaletti *et al.* (2001), Bosque & Demonte (1999), e recobre basicamente a distinção entre advérbios de predicado e advérbios de frase.

São fundamentalmente critérios de natureza sintáctica que têm sido convocados para sustentar a distinção entre orações adverbiais integradas e orações adverbiais periféricas, nomeadamente a posição que podem ocupar na chamada frase matriz, bem como o comportamento distinto relativamente a um conjunto de testes que envolvem a focalização por clivagem, o escopo da negação de foco ('focus negation'), a resposta a interrogativas *Qu-*, a possibilidade de ocorrerem no escopo de operadores de foco de natureza adverbial como *só*, a possibilidade de ocorrência em interrogativas e negativas alternativas. As subordinadas adverbiais integradas podem ocorrer no final de frase sem serem precedidas por pausa entoacional e respondem positivamente aos testes acima mencionados. Já as subordinadas adverbiais periféricas só ocorrem em posição final quando precedidas de pausa entoacional e respondem negativamente aos testes em apreço.<sup>2</sup>

É ainda relativamente consensual que as adverbiais de frase admitem sub-divisões, tendo em conta (i) o seu estatuto mais ou menos periférico relativamente à frase matriz e (ii) o domínio da significação em que opera a relação discursiva marcada através do conector.

Já em Quirk *et al.* (1985) se propõe uma distinção entre 'content disjuncts' e 'style disjuncts', sendo estes últimos mais periféricos e funcionando como modificadores da enunciação. Em Kortmann 1996, é igualmente aceite que as adverbiais mais periféricas funcionam como 'speech act modifiers'.

Este trabalho propõe-se contribuir para uma caracterização semântico-pragmática das construções finais de enunciação no Português europeu contemporâneo. Assume-se, na esteira de autores como Halliday (1973), van Dijk (1977), Lyons (1977), Sweetser (1990), Hengeveld (1993), Sanders *et al.* (1992), e.o., que a significação expressa através da linguagem

---

<sup>2</sup> Cf. Lobo (2003), um trabalho de referência para o Português sobre a sintaxe das orações subordinadas adverbiais, que ilumina de forma inovadora a interface entre sintaxe e discurso.

verbal não se reduz ao domínio semântico-referencial, tradicionalmente privilegiado no âmbito da Semântica, antes inclui também o domínio pragmático-funcional. E isto porque a linguagem verbal não é apenas um sistema simbólico de representação do mundo, é também um instrumento através do qual interagimos socialmente. Assim, tentar-se-á demonstrar, ao longo deste estudo, que as construções em apreço só podem ser cabalmente descritas e explicadas tendo em conta o domínio pragmático-funcional da significação.

Os dados serão predominantemente exemplos construídos, pontualmente reforçados por dados empíricos reais extraídos do CETEMPúblico, do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC)<sup>3</sup> e do Corpus do Português (CdP), de Davies & Ferreira (2006).

A estrutura deste artigo é a seguinte: na secção 2, destacam-se de forma sintética, num primeiro momento, as principais características sintáticas e semânticas das finais de conteúdo; num segundo momento, focalizam-se as propriedades sintáticas e semântico-pragmáticas das finais de enunciação. Serão analisadas construções em que a final de enunciação se articula com asserções, e, seguidamente, testar-se-ão as compatibilidades de conexão entre finais de enunciação e outras classes de actos ilocutórios (actos directivos, compromissivos e expressivos). Na secção 3, evidenciam-se as conclusões mais salientes a que a análise dos dados nos conduziu.

## 2. Finais de enunciação: para uma caracterização semântico-pragmática

### 2.1 - Finais integradas vs. finais de enunciação

2.1.1 - Uma breve caracterização das finais integradas permitirá, por contraste, evidenciar a especificidade das finais periféricas ou de enunciação. Assim, atente-se nos seguintes exemplos:

(1) O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo.

(2) A Ana vive na aldeia para ter melhor qualidade de vida.

---

<sup>3</sup> Os exemplos do CRPC foram retirados de Braz (2005).

Em (1) e (2), ocorrem finais integradas, que têm mobilidade, podendo ocorrer em posição inicial ou em posição final (sem pausa) e respondem positivamente a todos os testes referidos na Introdução: focalização por clivagem (1a), possibilidade de ocorrência no escopo da negação (1b), resposta a interrogativas Qu- (1c), possibilidade de ocorrência no escopo de operadores de focalização como *só* (1d), possibilidade de ocorrência em interrogativas e negativas alternativas (1e) e (1f):

(1a) *Foi para que ela chegasse dentro do prazo que o Rui enviou a encomenda por correio expresso.*

(1b) *O Rui não enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo.*

(1c) - *Para que é que o Rui enviou a encomenda por correio expresso?*  
- *Para que ela chegasse dentro do prazo.*

(1d) *O Rui só enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo.*

(1e) *O Rui enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse dentro do prazo ou para que não houvesse perigo de extravio?*

(1f) *O Rui não enviou a encomenda por correio expresso para que ela chegasse a tempo, mas para que não houvesse perigo de extravio.*

Do ponto de vista semântico, estas finais expressam o fim ou propósito da situação descrita na oração principal, inscrevendo-se no domínio semântico-referencial da significação ou domínio do conteúdo.<sup>4</sup>

Prototipicamente, as orações subordinantes que se articulam com finais integradas descrevem eventos e envolvem um argumento externo dotado de intencionalidade, um Agente que faz algo tendo em vista o alcance de um determinado resultado (expresso na subordinada). É o que acontece em (1). Já em (2), a subordinante representa um estado, mas o valor

<sup>4</sup> A estreita afinidade semântica entre o nexos de propósito ou finalidade e o nexos causal, já sinalizado por Galán Rodríguez (1999), pode ser evidenciado pelas seguintes paráfrases possíveis de (3) e (4):

(3a) *Mandei a encomenda por correio expresso porque queria que ela chegasse dentro do prazo.*

(4a) *A Ana vive na aldeia porque quer ter melhor qualidade de vida.*

Há igualmente afinidades entre a expressão da finalidade e a expressão da consequência, já que a situação descrita na final configura tipicamente um resultado intencionalizado pela entidade denotada pelo sujeito da subordinante.

semântico do conector impõe que se interprete esse estado como tendo sido deliberadamente escolhido pela Ana, com vista à eventual obtenção do resultado descrito na final.<sup>5</sup>

Por outro lado, verifica-se tipicamente uma relação de posterioridade entre o intervalo de tempo em que se localiza a situação descrita na subordinada e o intervalo de tempo ocupado pela situação representada na subordinante, como (1) ilustra. Todavia, em (2), verifica-se uma relação de sobreposição temporal entre as duas situações, sendo esta relação determinada pelo valor aspectual estativo das duas predicções. Finalmente, sublinhe-se a natureza não factual da situação expressa na final de conteúdo: nas finais introduzidas pelo conector *para que*, a ocorrência obrigatória do modo Conjuntivo marca justamente a não factualidade (cf. (3)); nas finais introduzidas por *para* seguidas de Infinitivo, a possibilidade de uma paráfrase que envolve uma predicção epistemicamente modalizada (cf. 2a) aponta para a leitura não factual da subordinada:<sup>6</sup>

(2a) A Ana vive na aldeia para *poder* ter melhor qualidade de vida.

2.1.2 - Os exemplos (3) e (4) ilustram paradigmaticamente as finais de enunciação, objecto desta investigação:

(3) Para que saibam, eu própria me desfiz em lágrimas.<sup>7</sup>

(4) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.<sup>8</sup>

Estas orações finais partilham com as finais de conteúdo a propriedade da mobilidade posicional, como se atesta em (3a):

---

<sup>5</sup> Veja-se a plena compatibilidade do adverbial 'intencionalmente' com a construção exemplificada em (4): 'A Ana vive intencionalmente na aldeia para ter melhor qualidade de vida'.

<sup>6</sup> Para uma caracterização semântica mais aprofundada destas construções, veja-se Galán Rodríguez (1999), Braz (2005) e Silvano (2010). Não tendo este estudo como objectivo a caracterização exaustiva das finais de conteúdo, apenas se apontam algumas propriedades relevantes, de modo a poder evidenciar, por contraste, a especificidade das finais de enunciação.

<sup>7</sup> Veja-se um exemplo similar extraído do CRPC: (i) "(...) para que saibam, eu, na mesma semana passada, ainda por causa da infame clonagem da Dolly (...), chorei como uma Madalena."

<sup>8</sup> Veja-se um exemplo similar retirado do CdP: (i) "Para ser franco, nunca liguei muito aos meus alunos se por isso se entender o cultivo deliberado de um magistério e do lixo erótico que geralmente o acompanha."

(3a) (Para que saibam) eu própria me desfiz em lágrimas (para que saibam).

Verifica-se ainda que as finais de enunciação não oferecem qualquer resistência à interpolação<sup>9</sup>. Veja-se (3b):

(3b) Eu própria, para que saibam, me desfiz em lágrimas.

A posição da final em (3b) é similar à das chamadas ‘frases parentéticas’ que expressam comentários do locutor e que, sintacticamente, configuram conexões paratáticas (cf. Mateus *et al*, 2003: 92, 98-99).

Contrariamente às finais de conteúdo, as finais de enunciação rejeitam a focalização por estruturas de clivagem (3c), não ocorrem no escopo da negação de foco (3d), não funcionam como resposta a interrogativas Qu- (3e), não ocorrem nem em interrogativas alternativas (3f), nem em negativas alternativas (3g) e, quando ocupam posição final, requerem sempre uma pausa ou quebra entoacional, sinalizada na escrita por uma vírgula (3h):

(3c) \*É para que saibam *que* eu própria me desfiz em lágrimas.

(3d) \*Não me desfiz em lágrimas *para que saibam* (mas para ser sincera).

(3e) - Para que é que eu própria me desfiz em lágrimas?

- #Para que saibam.

(3f) \*Desfiz-me em lágrimas *para que saibam* ou *para ser sincera*?

(3g) \*Não me desfiz em lágrimas *para que saibam*, mas sim *para que não conste*.

(3h) Eu própria me desfiz em lágrimas, para que saibam.

Importa ainda acrescentar que as construções que envolvem finais de enunciação não podem ocorrer encaixadas, isto é, não funcionam como argumento interno de verbos que admitem complementos frásicos (5), ao contrário do que acontece que as construções que envolvem finais de conteúdo (6):

---

<sup>9</sup> É verdade que as finais de conteúdo também admitem interpolação, desde que haja correferência entre o sujeito da subordinante e o sujeito da final. Veja-se o seguinte exemplo: (i) A Ana, para estar perto dos pais, decidiu viver em Coimbra. Esta restrição não se verifica com as finais de enunciação.

(5) \*O João acredita [que [eu própria me desfiz em lágrimas, para que saibam]].

(6) Ele acredita [que [enviei a encomenda por correio expresso para que chegasse dentro do prazo]].

Em (5), só a predicação 'eu própria me desfiz em lágrimas' funciona como complemento do verbo 'acreditar', o que indicia que o produto final resultante da conexão não é uma proposição complexa, embora seja um fragmento discursivo plenamente aceitável do ponto de vista semântico-pragmático.

A impossibilidade de coordenar finais de conteúdo com finais de enunciação prova a sua distinta natureza sintáctica e semântica. Veja-se o exemplo seguinte:

(7)\*Para ser sincera e para te pedir um favor, telefonei-te.

No entanto, uma final de enunciação pode ocorrer na periferia esquerda de uma frase complexa com uma final de conteúdo integrada, como se prova em (8):

(8) Para ser sincera, telefonei-te para te pedir um favor.

Analisado o comportamento sintáctico das finais de enunciação, avancemos agora para a sua caracterização semântico-pragmática. Em primeiro lugar, importa desde logo sublinhar que elas não se relacionam com a predicação com que se articulam, antes explicitam a finalidade da asserção com que se combinam (cf. (3)) ou a atitude do falante relativamente ao seu dizer (cf.(4)). Assim, (3) e (4) poderiam ser parafraseados, respectivamente, por (3a) e (4a):

(3a) Eu própria me desfiz em lágrimas. E digo/afirmo isto para que saibam.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Uma outra paráfrase possível para (3) seria 'Eu própria me desfiz em lágrimas. E digo isto porque quero que saibam.' A afinidade entre finais e causais, já referida na nota 5 deste estudo a propósito das finais de conteúdo, reaparece na paráfrase agora proposta.

(4a) Sinceramente, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática. (= Digo-te com sinceridade/sinceramente que não vejo grande utilidade na mudança da plataforma).

Em (3a), a explicitação de um verbo declarativo mostra claramente que a final opera ao nível do dizer e não ao nível do dito. Por outro lado, a paráfrase evidencia que a final funciona como modificador do acto ilocutório que a predicação principal realiza.<sup>11</sup> Nesta linha de raciocínio, avançamos a seguinte hipótese: ao enunciar (3), o falante realiza uma asserção que funciona como acto ilocutório principal ou director ('eu própria me desfiz em lágrimas') e articula discursivamente essa asserção com um segmento, também de natureza assertiva, com o estatuto de acto subordinado, que explicita a finalidade do dizer.<sup>12</sup> O estatuto de acto subordinado evidencia a relação de dependência discursiva da final de enunciação, mas, concomitantemente, confere-lhe uma função do ponto de vista ilocutório.<sup>13</sup>

Em (10), a paráfrase envolve um advérbio modificador de frase orientado para o falante, através do qual o falante qualifica a sua própria enunciação.<sup>14</sup> Por outras palavras, o falante asserir *p* ('não vejo grande utilidade na mudança da plataforma') e indica que a sua asserção é sincera através da final. Ao fazê-lo, parece acautelar uma eventual violação de regras de delicadeza. Voltaremos mais adiante a este tipo de construções.

<sup>11</sup> A nosso ver, a não integração sintáctica da final de enunciação na predicação com que se combina poderia ser explicada justamente tendo em conta a sua adjunção a uma posição mais alta na frase, um 'nó' relacionado com a sua força ilocutória. Mas reconhecemos que postular este nó implica entrar num terreno de fronteira entre frase e discurso, o que extravasa os limites da análise sintáctica.

<sup>12</sup> Esta distinção entre actos principais ou directores e actos subordinados aparece já em van Dijk (1980, 1981) e em Roulet et al (1985). Também no modelo de unidades discursivas do grupo Val.Es.Co. se considera que uma intervenção pode conter um acto director e um acto subordinado, sendo este último o introduzido pelos tradicionais conectores subordinativos. Cf. Briz Gómez & Pons Bordería (2010).

<sup>13</sup> No CETEMPúblico encontra-se um exemplo curioso que põe em relevo, através da pontuação, a possibilidade de destaque ilocutório da final de enunciação, sem pôr em causa a sua dependência discursiva:

(i) "O programa dará (...) um erro out of sync. Para que saibam..."

No CdP, encontra-se um exemplo paralelo: (ii) "(...) em Lourosa, teve de haver 'mão pesada' para ligações clandestinas (...) de fábricas para a rede de esgotos domésticos. Para que conste."

<sup>14</sup> Ducrot chama a este tipo de advérbios 'advérbios de enunciação' e afirma que a sua função é qualificar "o acto que o falante realiza ao empregar a frase. (...) O enunciado (...) fala da sua própria enunciação e apresenta-se como sincera."(1984:380). Krifka (2009) considera-os "speech act-related adverbials" ([http://amor.cms.hu-berlin.de/~h281613x/Talks/Krifka\\_SpeechActs\\_Amherst.pdf](http://amor.cms.hu-berlin.de/~h281613x/Talks/Krifka_SpeechActs_Amherst.pdf)).

Centremo-nos, para já, nas finais de enunciação do tipo da que ocorre no exemplo (3). São construções que seleccionam tipicamente verbos epistémicos ou com interpretação epistémica (*saber, compreender, entender, perceber, ver*), no Conjuntivo, ou construções com o verbo copulativo *ficar*, também no Conjuntivo, combinado com predicadores adjectivais como *informado, esclarecido, ciente*, isto é, predicadores que se inscrevem também no domínio semântico do ‘saber’, como (11) exemplifica:

(11) Para que fiques esclarecido, já apresentei a minha demissão.<sup>15</sup>

Em ambos os casos, as predicções que configuram a final de enunciação são aspectualmente estativas. Quando o predicador é um verbo epistémico, o valor estativo decorre do próprio valor aspectual intrínseco desse predicador. Quando é mobilizada a construção *ficar + predicador adjectival*, não é tão linear a computação de um valor aspectual estativo. Em Cunha (2004:135), defende-se que “o perfil aspectual associado a estruturas com *ficar* [combinado com predicadores adjectivais, nominais e preposicionais] inclui um evento pontual ligado a um estado consequente explícito que representa o resultado da sua ocorrência”. Seriam, pois, estruturas aspectualmente híbridas. Nos casos que nos interessam, parece-nos que é o estado consequente que assume maior visibilidade ou relevo, dada a compatibilidade da final com adjuntos temporais como ‘de agora em diante’ ou ‘daqui para a frente’ (11a) e a sua resistência a adjuntos temporais pontuais (11b):

(11a) Para que fiques esclarecido de agora em diante, já apresentei a minha demissão.

(11b) ?? Para que fiques esclarecido agora, já apresentei a minha demissão.

Não parece haver restrições quanto ao perfil aspectual da predicção com que se combinam as finais de enunciação. Com efeito, em (3) estamos perante uma actividade e em (11) perante um ‘achievement’.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Note-se a equivalência semântica entre ‘para que saibas’ e ‘para que fiques informado/ciente’.

<sup>16</sup> Utiliza-se neste artigo a terminologia de Vendler (1967).

Mas outras possibilidades se oferecem: em (12) a final articula-se com um 'accomplishment' e em (13) com um estado:

(12) Para que saibas, escrevi um romance policial.

(13) Para que saibas, estou grávida.

As predicções configuradas nestas finais de enunciação localizam-se num intervalo de tempo que tem como fronteira inicial o momento da enunciação e se estende para o futuro. O tempo verbal é sempre o Presente do Conjuntivo, sendo o modo verbal responsável pela inscrição de uma modalidade não factual nestas construções.

A localização temporal das predicções com que se combinam as finais enunciativas pode dar-se em diferentes esferas temporais: em (14), a situação localiza-se num intervalo de tempo posterior ao momento de enunciação, que funciona como ponto de referência; em (15), a situação localiza-se num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação, que continua a funcionar como ponto de referência, e em (16), a situação localiza-se num intervalo de tempo que se sobrepõe ao momento da enunciação:

(14) Para que saibas, vou demitir-me.

(15) Para que saibas, demiti-me.

(16) Para que saibas, estou a escrever um romance policial.

A conexão entre finais de enunciação e predicções anafóricas, ou seja, predicções cuja localização envolve um ponto de referência distinto do momento de enunciação, só ocorre quando a final se articula com frases complexas nas quais se constrói linguisticamente o ponto de referência. Contraste-se (17) com (18):

(17) \*Para que saibas, já tinha defendido a tese.

(18) Para que saibas, quando fui contratada já tinha defendido a tese.

Como já foi assinalado por Lobo (2003), as finais de enunciação não estão sujeitas ao processo de concordância temporal a que obedecem as finais de conteúdo. Contraste-se (19) com (20):

(19) Para que fiques informado/\*ficasse, o João não se candidatou.

(20) O Director enviou um mail aos docentes para que ficasse/??fique claro o novo procedimento.

Note-se que as finais de enunciação em apreço são frases finitas que têm tipicamente como sujeito a 2ª pessoa. São, pois, construções orientadas para o destinatário. Naturalmente, a ocorrência de uma 2ª pessoa formal é igualmente possível:

(21) Para que [você/ o senhor] fique informado, o João reprovou no exame.

Verifica-se ainda a possibilidade de ocorrência de um sujeito indeterminado de 3ª pessoa, realizado através do clítico nominal de referência arbitrária 'se', instanciável pelo conjunto dos potenciais destinatários, como a seguir se exemplifica<sup>17</sup>:

(22) Para que se saiba, os valores a que ele é sensível são a discrição e a eficácia.

Uma outra construção, algo cristalizada no PEC, que integra o subconjunto das finais de enunciação com um sujeito de 3ª pessoa é ilustrada pelo exemplo seguinte, retirado do CETEMPúblico, onde ocorre o verbo *constar*, que é também um verbo epistémico:

(23) "Para que conste: houve evidentemente protagonistas".

Importa agora fazer incidir a reflexão sobre a intenção comunicativa que subjaz ao uso deste tipo de finais de enunciação. Se eliminarmos a final, em (3), obtemos uma asserção categórica - 'Eu própria me desfiz em lágrimas' -, que configura o molde prototípico de transmissão de uma informação a

---

<sup>17</sup> Um verdadeiro sujeito de 3ª pessoa está tipicamente excluído destas construções: (i) \*Para a Ana ser sincera, não vai deixar de fumar.

<sup>18</sup> Veja-se a inaceitabilidade de (i), (i) # Para que saibas, eu própria me desfiz em lágrimas, como sabes.

que se associa um valor modal epistémico de certeza. Ora, quando um locutor asseire algo, fá-lo tipicamente para dar a conhecer ao interlocutor uma determinada informação, com a verdade da qual se compromete (em maior ou menor grau). Ao explicitar, de forma algo redundante, o propósito do seu acto assertivo, o falante visa destacar a relevância interaccional da informação que se propõe partilhar com o interlocutor. Assim, estas finais de enunciação só ocorrem em contextos em que o falante assume que (i) o interlocutor desconhece a informação contida na asserção principal<sup>18</sup> e que (ii) a disponibilização dessa informação contida é crucial, do ponto de vista interaccional, por razões diversas (por exemplo, clarificação do posicionamento do falante, condicionamento do comportamento futuro do interlocutor).<sup>19</sup> É legítimo, então, concluir que a explicitação do propósito do dizer, pela sua redundância pragmática, visa essencialmente reforçar a saliência do dito, no jogo interlocutivo.

Em síntese, independentemente da posição que ocupa (inicial, final ou intercalada), a final enunciativa funciona no quadro de uma estratégia discursiva de reforço/intensificação da relevância contextual da asserção principal.

Retome-se agora o exemplo (4), aqui reproduzido, onde a final de enunciação é uma frase infinitiva, com um sujeito de 1ª pessoa:<sup>20</sup>

(4) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.

Finais de enunciação deste tipo envolvem tipicamente predicadores adjectivais como *sincero*, *franco*, *honesto*, ou seja, predicadores através dos quais o falante marca a sua atitude relativamente ao dizer. Ao recorrer a este tipo de finais, o falante sinaliza que está a ser sincero ao dizer o que diz.<sup>21</sup> Num contexto em que a final se articula com uma asserção, como acontece em

---

<sup>19</sup> Veja-se a inaceitabilidade de (ii), (ii) #Para que saibas, eu própria me desfiz em lágrimas, mas isto não é relevante.  
<sup>20</sup> A 1ª pessoa do plural é igualmente aceitável: (i) Para sermos sinceros, não vemos grande utilidade na mudança de plataforma informática.

<sup>21</sup> Num exemplo extraído do CRPC, encontra-se uma formulação distinta das que foram analisadas: (i) Bem, a finalidade, acho que aquilo tem várias finalidades. Mas, assim *para dizer a verdade*, não vejo assim uma finalidade especial".

No entanto, a final infinitiva que ocorre no exemplo é igualmente substituível por um advérbio enunciativo pertencente ao paradigma que integra 'sinceramente'.

(4), e sendo consensual que uma das condições de felicidade da asserção é a condição de sinceridade<sup>22</sup>, justifica-se o seguinte questionamento: o que leva o falante a qualificar a sua própria asserção em termos de sinceridade, de forma (pragmaticamente) redundante? Se o falante não se limita a asserir p, isso significa seguramente que há uma intenção comunicativa suplementar subjacente à introdução de um segmento (preliminar ou final) qualificador, aparentemente supérfluo. Com efeito, estas finais só parecem ocorrer em contextos em que a simples asserção poderia, em termos de regras de cortesia, ser interpretada como lesiva da face do outro.<sup>23</sup> Ao qualificar o seu dizer em termos de sinceridade, o falante implica que não visa polemizar nem agredir o outro, salvaguardando assim eventuais disrupções ao nível das relações interpessoais. Concretizando: (4) seria uma réplica perfeitamente adequada num contexto de refutação de uma intervenção prévia, centrada na valorização funcional da plataforma informática em questão. Neste sentido, a função destas finais qualificadoras do dizer é explicável no quadro das estratégias de mitigação dos actos de discurso, estreitamente vinculadas à gestão harmoniosa das faces dos participantes.

Foram abordadas até aqui as finais de enunciação articuladas com frases declarativas que realizam asserções. Face aos dados analisados, é lícito propor uma subtipologia no seio das finais de enunciação: (i) por um lado, as que explicitam (de forma pragmaticamente redundante) a finalidade do dizer, marcando uma relação discursiva de fim ou propósito ao nível ilocutório; (ii) por outro, as que qualificam o dizer, sinalizando a atitude de sinceridade do falante relativamente à asserção expressa. Em ambos os casos, a presença da final explica-se em função da dinâmica interaccional: num caso, o falante visa reforçar a relevância contextual da informação carreada pela asserção principal; no outro, é ao nível da gestão adequada das faces dos participantes que se enquadra o seu funcionamento.

---

<sup>22</sup> A expressão 'condições de felicidade' aparece em Austin 1962. Em Searle 1969, as condições de felicidade são redefinidas em termos de condições ou regras constitutivas dos actos ilocutórios.

<sup>23</sup> Sobre a questão da cortesia verbal, veja-se Brown & Levinson 1987.

## 2.2 - Finais de enunciação articuladas com actos directivos

Atente-se agora na compatibilidade das finais de enunciação com frases imperativas e interrogativas, ou seja, com enunciados que realizam actos ilocutórios directivos:

(24) Para que saibas quem manda aqui, vai já para a cama!

(25) Para ser sincera, porque é que insistes em fazer este curso?

Ambos os enunciados são plenamente aceitáveis: em (24), a final (que pode ocorrer em posição inicial ou final, sempre demarcada por pausa), ao explicitar o propósito da ordem, “encenando” e intensificando o quadro assimétrico das relações de poder que subjaz à sua realização, funciona de facto como um mecanismo de reforço do acto ilocutório impositivo vazado na frase imperativa. Repare-se, no entanto, que a aceitabilidade de (24) resulta da inserção, em posição de OD, da relativa sem antecedente ‘quem manda aqui’, que envolve uma referência ao sujeito investido da autoridade requerida para a realização da ordem. Sem esse complemento, o enunciado seria inaceitável:

(24a) #Para que saibas, vai já para a cama!

Assim, a final de enunciação, para se poder combinar com um acto ilocutório de ordem, convoca necessariamente uma das condições ou regras preparatórias do acto de ordenar, a saber: o falante está numa posição de autoridade sobre o interlocutor.

Em (25), a final parece, numa primeira análise, qualificar o acto de perguntar. Seguindo esta linha de raciocínio, uma paráfrase possível seria (25a):

(25a) Pergunto-te com sinceridade porque é que insistes em fazer este curso.

No entanto, a final de enunciação parece resistir, neste último tipo de contexto, à substituição por um advérbio de frase como ‘sinceramente’, com leitura orientada para o falante:

(25b) Sinceramente, porque é que insistes em fazer esse curso?

Com efeito, em (25b), a leitura preferencial do advérbio de frase 'sinceramente' é uma leitura de orientação para o ouvinte: o falante pede uma determinada informação ao seu interlocutor e, simultaneamente, pede-lhe também que seja sincero na resposta.<sup>24</sup> Se 'para ser sincera', em (25), resiste à comutação com 'sinceramente' com leitura orientada para o falante, então a primeira proposta avançada para circunscrever a função da final enunciativa em (25) - qualificação do acto de perguntar - não é certamente a mais adequada. Há, efectivamente, uma análise alternativa que permite explicar de forma bem mais convincente o funcionamento do exemplo (25). Ao enunciar (25), o falante implica que, do seu ponto de vista, não vale a pena o interlocutor insistir em frequentar um determinado curso. Para além de avaliar negativamente, de forma indirecta, a insistência do interlocutor em frequentar o curso mencionado, o falante recomenda/aconselha, também de forma indirecta, uma alteração de comportamento, verbalizável por uma formulação deontica do tipo 'Não insistas em fazer esse curso', e esta parece ser a implicação comunicativamente mais relevante.<sup>25</sup> Note-se ainda que aquilo que é efectivamente comunicado comporta também um matiz de espanto/surpresa, que, na oralidade, seria marcado por uma curva entoacional que aproximaria a frase interrogativa da frase exclamativa.<sup>26</sup>

Nesta linha argumentativa, faz sentido problematizar o estatuto ilocutório da frase interrogativa: trata-se de uma verdadeira pergunta ou antes de uma pergunta retórica? Julgamos que a retoricidade deve ser equacionada tendo em conta a globalidade da construção, ou seja, a articulação da final de enunciação com a frase formalmente interrogativa (ou interrogativo-exclamativa). É neste complexo ilocutório que a interrogativa funciona retoricamente, como se pode comprovar contrastando (25) com (26), uma

---

<sup>24</sup> Confrontando (25) com (4), parece lícito concluir que a comutação livre entre finais de enunciação e advérbios enunciativos como 'sinceramente', com leitura orientada para o falante, só ocorre quando há coreferência entre os sujeitos das duas predicções.

<sup>25</sup> Um ritual de cortesia pode ser convocado para explicar a implicação pragmática de uma formulação deontica. Com efeito, o locutor não ameaça directamente a face do outro, antes opta por uma estratégia discursiva de indirecção, mais subtil, que mitiga o potencial de confronto associado aos actos directivos, viabilizando assim uma gestão mais harmoniosa da relação interpessoal.

<sup>26</sup> Na escrita, o que acabámos de referir seria marcado por !: 'Sinceramente, porque é que insistes em fazer este curso?!'

pergunta genuína, que seria produzida com a curva entonacional típica das interrogativas parciais:

(26) Porque é que insistes em frequentar esse curso?

De (26) não se infere a realização indirecta de um acto directivo não impositivo, de recomendação ou conselho. Ou seja, se o locutor pretendesse realizar uma verdadeira pergunta, não iniciaria o seu discurso recorrendo ao tipo de finais enunciativas que rotulámos de qualificadoras da enunciação: utilizaria apenas o suporte prototípico da acto de perguntar, a frase interrogativa. A presença da final de enunciação, na periferia esquerda da frase, portanto, na posição típica dos enquadros discursivos ou “hedges”, torna a construção ‘marcada’ e, como tal, activa implicaturas ou inferências pragmáticas que podem ser explicadas à luz da heurística de Modo formulada por Levinson nos seguintes termos: “what is said simply, briefly, in an unmarked way picks up the stereotypical interpretation; if in contrast a marked expression is used, it is suggested that the stereotypical interpretation should be avoided.” (2000:38)

Assim, a final de enunciação, ao articular-se com uma interrogativa parcial, parece funcionar como uma estrutura indicadora da retoricidade da pergunta, a acrescentar às que foram já elencadas por Schmidt-Radefeldt (1977) e Borillo (1981).<sup>27</sup> A interrogativa não será então interpretada como verdadeira pergunta, dando origem a um processo de derivação ilocutória, ou seja, de cálculo interpretativo que desemboca na apreensão de um acto ilocutório indirecto.<sup>28</sup> Assume-se, portanto, que a réplica mais aceitável a (25) não será certamente (27), mas sim (28):

(27) # Porque sou teimoso.

(28) Ao contrário do que dás a entender, estou convencido de que consigo fazer o curso.

<sup>27</sup> Cf. Rodrigues (1988), para uma visão geral sobre o funcionamento das perguntas retóricas.

<sup>28</sup> Construções deste tipo parecem estar associadas a um segmento de natureza pseudocondicional elidido na estrutura de superfície, mas contextualmente recuperável graças a conhecimento partilhado pelos interlocutores. Em (25), tal segmento poderia ser, por exemplo, ‘se ainda não conseguiste fazer nenhuma cadeira’. Em Schmidt-Radefeldt (1977) são analisadas perguntas retóricas que também envolvem elisão de um segmento pseudocondicional, mas não são aí mencionadas as construções que aqui nos interessam. Veja-se também Fonseca (1994), para uma análise da retoricidade de perguntas com o formato ‘Como p, se q?’ e ‘Como não p, se q?’.

Para testar a validade da hipótese esboçada, convocam-se outros exemplos, com frases introduzidas por morfemas interrogativos distintos:

- (29) Para ser sincera, como é que vais para Londres?/?!
- (30) Para ser sincera, quem é que quer comprar o teu carro?/?!
- (31) Para ser sincera, quando é que me enviaste o cheque?/?!
- (32) Para ser sincera, onde é que arquivaste o documento?/?!

Estes quatro últimos exemplos só são aceitáveis no quadro de um funcionamento discursivo similar ao que se acabou de analisar. Por outras palavras, a interpretação de (29), (30), (31) e (32) mobiliza igualmente uma derivação ilocutória: em (28), o falante visa comunicar, indirectamente, que o interlocutor, nas circunstâncias que ambos conhecem, não pode ou não deve ir para Londres; em (30), o locutor implica que ninguém quererá comprar o carro referenciado, em função, uma vez mais, de circunstâncias que, não estando explicitadas, são recuperáveis contextualmente, funcionando como informação de “background” pragmaticamente pressuposta; em (31) e (32), o locutor implica, respectivamente, que o cheque não foi enviado e que o documento não foi arquivado.

Assim, as perguntas contidas em (29), (30), (31) e (32) são de facto retóricas. Daí a inaceitabilidade, para (29), de uma réplica como a que apresenta em (33), e a plena aceitabilidade da réplica expressa em (34):

- (33) #(Vou) de avião.
- (34) Estás a sugerir que eu não devo ir, mas eu vou.

De igual modo, (30) não admite a resposta/réplica (35), mas é totalmente compatível com uma sequência discursiva como a que se apresenta em (36):

- (35) # A Maria.
- (36) Estás a sugerir que ninguém quer comprar o meu carro, mas enganaste redondamente!

A réplica aceitável para (31) seria (38) e não (37):

(37) # Na semana passada.

(38) Estás a sugerir que eu não te envie o cheque, mas não é verdade.

No que toca a (32), a réplica aceitável seria (40) e não (39):

(39) # No arquivo.

(40) Estás a sugerir que eu não guardei o documento, mas posso provar-te que o guardei.

Parece, pois, consistente a hipótese defendida, segundo a qual a final de enunciação de tipo (ii), ao ser articulada com interrogativas parciais<sup>29</sup>, funciona como estrutura indiciadora da retoricidade da pergunta, dando origem a um processo de derivação ilocutória.

Assinale-se, para finalizar esta análise da compatibilidade de finais de enunciação com actos ilocutórios directivos impositivos e perguntas parciais, que há restrições de coocorrência condicionadas pela própria natureza da final. Os exemplos (24) e (25), como se viu, não causam qualquer estranheza, mas os que se seguem são totalmente inaceitáveis:

(41) #Para ser sincera, vai já para a cama!

(42) #Para que saibas, porque é que insistes em fazer este curso?

Parece, pois, legítimo concluir, a partir dos dados arrolados, que os actos directivos impositivos (as ordens) não são compatíveis com finais de enunciação que qualificam o dizer (sub-tipo (ii)), mas apenas com finais de enunciação que explicitam o propósito do dizer (sub-tipo (i)), e em contextos muito restritos.<sup>30</sup> A constatação da incompatibilidade entre ordens e finais de enunciação do sub-tipo (ii) não é surpreendente, se se pensar que a

---

<sup>29</sup> Nem todas as interrogativas parciais são articuláveis com finais enunciativas do tipo 'Para ser sincero', dando origem a um processo de derivação ilocutória. Vejam-se os seguintes casos:

(i) # Para ser sincera, quantos filhos tens?

(ii) # Para ser sincera, que fizeste ao teu irmão?

O que se afirmou na nota 27 pode funcionar como explicação para a inaceitabilidade de (i) e (ii). De facto, não sendo possível recuperar contextualmente um segmento pseudocondicional elidido, cujo conteúdo jogue a favor da impossibilidade de uma efectiva resposta à pergunta, a construção não é comunicativamente aceitável.

<sup>30</sup> Veja-se o que acima se afirmou, a propósito do exemplo (24), sobre a configuração específica da final de enunciação compatível com actos impositivos, que implica a convocação de uma das condições preparatórias da ordem.

formulação de uma ordem não envolve a sinceridade do falante, mas sim o seu poder e o seu grau de controlo sobre o interlocutor.

Por seu turno, as perguntas linguisticamente suportadas por algumas interrogativas parciais articulam-se harmoniosamente com finais de enunciação do sub-tipo (ii), dando origem a um cálculo interpretativo que desemboca na apreensão de um acto ilocutório indirecto, distinto da pergunta, mas rejeitam a conexão com finais de enunciação do sub-tipo (i). E isto porque o propósito de uma pergunta não é tornar o interlocutor ciente de algo, mas sim levá-lo a assumir um comportamento de natureza verbal que preencha o défice de informação que a motiva. No entanto, se a final de enunciação expressar um propósito que não se circunscreva ao domínio epistémico, a conexão torna-se automaticamente aceitável, como se comprova em (43):

(43) Para te preparar para o interrogatório, onde estavas às 8h da noite do dia 3? (=pergunto-te onde estavas às 8h da noite e pergunto-te isto para te preparar para o interrogatório).

Até aqui, foi abordada a articulação entre interrogativas parciais e finais de enunciação. Importa agora averiguar o que acontece com as interrogativas totais. Atente-se nos exemplos seguintes:

(44) #Para ser sincera, gostas de morangos?

(45) # Para que saibas, gostas de morangos?

Os dados apontam, como seria expectável, para a incompatibilidade entre interrogativas totais e finais de enunciação. No entanto, se a interrogativa total comportar determinadas marcas sintáctico-semânticas, lexicais e prosódicas, tipicamente sinalizadoras de retoricidade<sup>31</sup>, a coocorrência com finais de enunciação qualificadoras do dizer é automaticamente licenciada, como se atesta nos exemplos que se seguem:

---

<sup>31</sup> Por exemplo, predicadores que expressam avaliação (*valer a pena, ser justo...*), verbos epistémicos (*pensar, achar...*), certos advérbios (*realmente, efectivamente...*) que acentuam a dúvida que a própria interrogativa intrinsecamente veicula, e ainda um padrão entoacional próximo do das exclamativas. Cf. Borillo (1981).

- (46) Para ser sincera, valerá a pena voltar a esse assunto?
- (47) Para ser sincera, é justo responsabilizá-lo por tudo quanto aconteceu?
- (48) Para ser sincera, será esta, realmente, a melhor solução?
- (49) Para ser sincera, achas que me esqueci do que ele me fez?

Nestes exemplos, o falante não pergunta, de facto, antes comunica, de forma indirecta, asserções negativas. Generalizando a partir dos dados, parece legítimo concluir que, sempre que a interrogativa total puder ser lida como pergunta retórica, através de um processo interpretativo que envolve uma derivação ilocutória, a ocorrência da final de enunciação é permitida. Uma vez mais, estamos perante estratégias discursivas condicionadas por princípios reguladores da interacção verbal, nomeadamente rituais de cortesia: para torneir a dificuldade de impor a sua opinião sem agredir o outro, o locutor convoca uma estratégia de indirectação.

2.3 - Finais de enunciação articuladas com actos compromissivos e expressivos

Importa agora testar se as finais de enunciação podem ser articuladas com enunciados que realizam actos ilocutórios compromissivos e expressivos. Atente-se nos seguintes exemplos:

- (50) Prometo ajudar-te, para que saibas que podes contar comigo.
- (51) # Para ser sincera, prometo ajudar-te.
- (52) Lamento que tenhas reprovado, para que saibas que sofro contigo.
- (53) # Para ser sincera, lamento que tenhas reprovado.

Os enunciados (50) e (52) não suscitam nenhum grau de inaceitabilidade. O falante explicita uma vez mais, através da final, o propósito subjacente ao seu dizer, como as paráfrases que a seguir se propõem demonstram:

(50a) Prometo ajudar-te e digo isto (= faço esta promessa) para que saibas que podes contar comigo.

(52a) Lamento que tenhas reprovado, e digo isto (expresso este lamento) para que saibas que sofro contigo.

Já os enunciados (51) e (53) parecem pragmaticamente anómalos.<sup>32</sup> No entanto, basta alterar a polaridade da predicação do enunciado com que se articula a final para repor a aceitabilidade da conexão:

(51a) Para ser sincera, não prometo visitar-te.

(53a) Para ser sincera, não lamento que tenhas chumbado.

Que razões estarão na origem deste comportamento díspar? A nosso ver, em (51), o falante, ao usar o performativo explícito, faz uma promessa e as promessas, para o serem, têm de ser formuladas com sinceridade. Segundo Austin (1962), uma das condições de felicidade da promessa é justamente a condição de sinceridade: não posso considerar que prometi de forma plena/ efectiva se disser prometo X sem a menor intenção de cumprir o prometido. Se a formulação não for sincera, há claramente um abuso de fórmula ou de procedimento. Ou seja, a promessa será defectiva ou nula por falta de sinceridade. Neste sentido, a qualificação em termos de sinceridade do acto de prometer através da final de enunciação redundava numa anomalia pragmática, que gera inaceitabilidade. Já em (51a), o operador de negação implica uma recusa de fazer uma promessa, por parte do falante. A paráfrase mais fiel de (51a) seria (51b):

(51b) Não tenho intenção de te visitar, e digo isto com sinceridade.

Assim, em (51a), a ocorrência da final de enunciação visa salvaguardar uma eventual violação das regras de cortesia. Assumindo, na esteira de Searle (1969), que uma das regras constitutivas (ou condições de felicidade) de uma promessa envolve a crença, por parte do falante, de que o conteúdo proposicional do enunciado é do interesse do interlocutor, a recusa explícita de fazer uma promessa agride potencialmente a face positiva do outro. A final de enunciação funciona, pois, como pré-sequência mitigadora, apresentando a honestidade como sinal de proximidade interrelacional.

---

<sup>32</sup> Estes enunciados foram submetidos à apreciação de outros falantes, que, de forma expressivamente maioritária, produziram juízos de aceitabilidade convergentes com os nossos.

Confrontando agora (53) com (53a), a explicação do diferente grau de aceitabilidade inscreve-se na mesma linha argumentativa. Um acto expressivo, desde que não seja meramente um ritual social, pressupõe a expressão/manifestação sincera de um estado psicológico. Consequentemente, a qualificação em termos de sinceridade de um acto deste tipo, através de uma final de enunciação, é pragmaticamente redundante e provoca uma anomalia geradora de inaceitabilidade. Já em (53a), o locutor visa minimizar o potencial agressivo da sua recusa explícita de empatia com o interlocutor, convocando um preliminar discursivo que apela à honestidade na interacção.

### 3 - Considerações finais

O objectivo deste estudo foi contribuir para uma caracterização semântico-pragmático das finais de enunciação no Português Europeu Contemporâneo.

Os dados permitiram-nos destacar dois tipos de finais de enunciação: (i) as que explicitam o propósito ou a finalidade do dizer e se orientam para o interlocutor, e (ii) as que qualificam o dizer e se orientam para o falante. Em ambos os casos, é o plano enunciativo-pragmático, e não o plano do conteúdo, que tem de ser convocado para a sua descrição e só no âmbito da dinâmica interaccional se conseguem explicar as suas funções.<sup>33</sup> Ficou patente que as finais de enunciação de tipo (i), ao explicitarem de forma algo redundante a finalidade de uma asserção, funcionam como marcadores da relevância contextual da mesma; finais de enunciação do tipo (ii), quando combinadas com asserções, têm um comportamento que as aproxima dos enquadreadores discursivos com função de regulação da dinâmica interaccional e das relações intersubjectivas.

Verificou-se ainda que as finais enunciativas se podem articular com enunciados que realizam outras classes de actos ilocutórios, embora haja restrições combinatórias ditadas quer pelo tipo de acto, quer pelo tipo de

---

<sup>33</sup> Não se abordaram ocorrências do tipo “para começar”, “para finalizar”, que sofreram um processo de esvaziamento semântico (“semantic bleaching”) e passaram a funcionar, em sincronia, como marcadores discursivos de estruturação/planificação textual, integrando o mesmo paradigma que alberga as expressões ‘em primeiro lugar’, ‘depois’, ‘seguidamente’, ‘por fim’.

final enunciativa convocada. Assim, com actos directivos impositivos só são aceitáveis as finais enunciativas de tipo (i), desde que envolvam uma referência a uma das condições preparatórias da ordem, a saber, o estatuto de autoridade do falante ('para que saibas quem manda aqui'). Neste caso, a final de enunciação funciona com estratégia de reforço do acto directivo impositivo.

Quanto à articulação com perguntas, verificou-se que a compatibilidade só se verifica com finais enunciativas do tipo (ii) e, neste caso, foram destacadas regularidades relevantes, no plano interpretativo: a final sinaliza a natureza retórica da pergunta e activa um cálculo interpretativo que envolve uma derivação ilocutória.

Sublinharam-se também diferentes constrações pragmáticas que regulam a possibilidade de articulação de uma final de enunciação com actos ilocutórios compromissivos e expressivos. Neste âmbito, destacou-se a incompatibilidade dos actos compromissivos e expressivos com finais de enunciação de tipo (ii), explicável tendo em consideração as condições preparatórias dos actos em apreço.

O domínio de significação em que as finais de enunciação operam e as funções discursivas que desempenham reflectem-se no seu comportamento prosódico e sintáctico. Ao funcionarem como modificadores ou qualificadores de actos ilocutórios, exibem necessariamente um comportamento fortemente periférico relativamente à predicação com que se articulam. Neste sentido, parecem dar origem a construções que se situam numa área de transição entre frase e texto.

## REFERÊNCIAS

- Borillo, A. 1981. Quelques aspects sur la question rhétorique en français. *DRLAV*, **25**, 1-33.
- Bosque, I.; Demonte, V. (orgs.) 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Editoria Espasa Calpe.
- Braz, A. C. P. 2005. *A expressão da finalidade em Português europeu contemporâneo: aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos*. Dissertação de Mestrado. Coimbra, FLUC.
- Cunha, L. F. 2004. *Semântica das predicções estativas. Para uma caracterização*

- aspectual dos estados*. Dissertação de Doutoramento, Porto, FLUP.
- Galán Rodríguez, C. 1999. La subordinación final e causal. In Bosque, I.; Demonte, V. (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, vol.3, 3597-3642.
- Halliday, M. A. K. 1973. *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.
- Kortmann, B. 1996. *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, K. 1993. Adverbial clauses in the languages of Europe. In J. van der Auwera (ed.) *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 335-419.
- Levinson, S. 2000. *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- Lobo, M. 2003. *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Lyons, J. 1977. *Semantics*. 2 vols. Cambridge: CUP.
- Quirk, R. et al. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London/New York: Longman.
- van Dijk, T. 1977. *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. London: Longman.
- Rodrigues, C.C. 1988. A sequência discursiva pergunta-resposta. In J. Fonseca (org.) *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*. Tomo II. Porto: Porto Editora, 11-220.
- Searle, J. 1969. *Speech Acts*. Cambridge: CUP.
- Sanders, T. et al. 1992. Toward a taxonomy of coherence relations. In *Discourse Processes*, **15**, 1-35.
- Schmidt-Radefeldt, J. 1977. On the so-called rhetorical questions. In *Journal of Pragmatics*, **1**, 375-392.
- Silvano, P. 2010. *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*.  
Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto.
- Sweetser, E. 1990. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP.

# The retroflex r of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of language attitudes in Minas Gerais<sup>1</sup>

Iiris Renniecke  
iiris.rennicke@helsinki.fi  
*University of Helsinki (Finland)*

## ABSTRACT

Some scholars have linked the emergence of retroflex rhotics in Brazilian Portuguese to language contact with indigenous peoples or the neutralization of posteriorized coda liquids. In this article arguments are presented in favour of an independent phonetic change, linking BP to the variation in rhotics found in other languages. In addition, the results of an original language attitude study conducted in the state of Minas Gerais are presented and analysed. They show a social and geographical prejudice related to the speakers using retroflex rhotics, but also partially present a recurring result in language attitude studies: prestige accents score well in dimensions such as competence and status, and non-prestige accents score well in solidarity.

## KEY-WORDS

Brazilian Portuguese, rhotics, retroflexion, language attitudes

## 1 – Introduction

In this article, the geographical distribution, origin and social status of the retroflex rhotic sounds in Brazilian Portuguese (BP) will be discussed. Also, pioneer research results on the linguistic prejudice of this type of sounds in the city of Belo Horizonte will be presented. Additional information on all the aspects related to the attitude test method and materials can be found in Renniecke (2010).

---

<sup>1</sup> This article is based on the material collected for my M.A. Thesis (Renniecke 2010) which was submitted for examination in the Faculty of Arts of the University of Helsinki in May, 2010. The fieldwork was concluded at the Faculdade de Letras (FALE, Faculty of Letters) of the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), in Belo Horizonte, Brazil, in November, 2009. The original study consists of two parts. The first is a quantitative study executed through questionnaires which yielded numerical results. The second is a qualitative study executed through personal interviews with informants, after which the interviews were transcribed orthographically, summed up and analyzed. I am grateful to everyone who contributed to improving this paper, including the anonymous reviewers, for their useful comments. Further advice was provided by Pedro Tiago Martins. Any remaining mistakes are my own.

The aim of this study is to yield concrete proof of the linguistic prejudice concerning the retroflex rhotics in Brazil. Some attitude studies have been performed in the state of São Paulo, but the present study is, to my knowledge, the first in the state of Minas Gerais and, more specifically, its capital Belo Horizonte.

The retroflex *r* actually consists of many different allophones that vary regionally and individually (see 2.1). In this article no special attention is paid to acoustic details, and therefore the pronunciation will simply be referred to as ‘retroflex *r*’ or ‘retroflex rhotic’. The term *retroflex r* is adopted in this article due to its prevalence in Brazilian linguistics (in Portuguese, *r retroflexo*), even though not all of the allophones it encompasses are, indeed, retroflex (e.g. the alveolar approximant). Thus the general term “retroflex *r*” should be reconsidered in the future and, perhaps, changed to “approximant *r*”, since the approximant variants seem to be the most common ones (see 2.3).

## 2 – The retroflex *r* in Brazil

### 2.1 – Geographical distribution and phonetic characteristics

The retroflex *r* can be found, in varying degrees of frequency and consistency, from the southernmost state of Rio Grande do Sul up to the north-western state of Rondônia (Noll 2008). States where some kind of retroflex *r* has been documented, without mentioning here the exact region or frequency, include the following (starting from the South): Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiânia, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Tocantins, Pará and Paraíba (Brandão 2007). A visual representation of coda rhotics tendencies can be found in Figure 1, based on Noll (2008: 71).



The states in which some kind of retroflex *r* has been reported represent almost half of all Brazilian states, so the retroflex *r* is far from being an unusual pronunciation on a national scale, and should therefore contrarily to the description in, for example, Callou, Moraes & Leite (1996) be included in general considerations on the development of Brazilian rhotics.

The authors claim that the analysis of rhotics in five Brazilian capitals (Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro and Recife) points to a gradual velarizing weakening in BP rhotics in syllable coda, excluding the retroflex from this approach although it appears in the researchers' results (Porto Alegre: word-internal coda 7%, word-final coda 3%; São Paulo: word-internal coda 5%, word-final coda 2%). The weakening process would be formulated as  $r \rightarrow x \rightarrow h \rightarrow \emptyset$  (Callou et al. 1996: 486)<sup>2</sup>.

The retroflex *r* usually appears in syllable coda (e.g. *porta* [ 'pɔ.ɾtɐ ]), but, depending on the dialect, it can also be the second member of a consonantal group (e.g. *prato* [ 'pɾatɔ ] or intervocalic (e.g. *arara* [ a 'ɾa.ɾɐ ]), like in the dialects studied by Almeida (2004) and Rodrigues (1974).

The Brazilian retroflex *r* has several allophones with different types of retroflexion, such as [ɾ] (alveolar approximant), [ɾ̥] (retroflex tap), and [ɾ̄] (retroflex approximant) (Noll, in press). Leite (2004) also reports the existence of an *r*-coloured vowel. According to Noll (in press), the retroflexion is caused by a blocking of the alveolar rhotic pronunciation, especially in syllable coda. The deviation of articulatory tension can result in velarization, like that of many Brazilian varieties, in assibilation (like that of Andean Spanish), or in retroflexion.

## 2.2 – Explanations for its origin

Since the Brazilian retroflex *r* was first mentioned in linguistic literature by Amadeu Amaral in his dialectological masterpiece *O Dialeto Caipira* in 1920 (Amaral 1976), explaining that it had its origin in the indigenous languages of Brazil, many different approaches have been suggested in order to explain its existence. Apart from the rather obvious culprit, the indigenous languages of

---

<sup>2</sup> The authors state that, in all dialects, the process seems to have advanced more in word-final position, where the most common variant is  $\emptyset$  (p. 486).

the tupi-guarani group, origins have been sought in African languages brought by slavery since the 16<sup>th</sup> century, immigration from the United States, and even geographical circumstances such as the effect of climate on language (Head 1987). Some scholars have also presented intralinguistic arguments which I will sum up in the following paragraphs.

The influence of an indigenous substrate is unlikely given the fact that no indigenous language of the tupi-guarani group seems to have a retroflex *r*, but only apical rhotics (Head 1987; Noll, in press). Among the African languages brought to Brazil through slavery, the most common ones mentioned by scholars are bantu languages like kimbundu, and in the state of Bahia, yoruba (Bonvini 2008: 20). Bantu languages usually have one liquid sound, /l/ (Maddieson 2003; Sommer 2003). The slaves' inability to pronounce Portuguese rhotics and the consequent substitution of rhotics for laterals have also been documented (Bonvini 2008: 49; Mendonça 1973: 65).

Since the contact with African languages in São Paulo is more recent (since the end of the 18<sup>th</sup> century) than the contact with indigenous peoples (Bacellar 2009), an African origin of the retroflex *r* is even less likely than an indigenous origin. This information is crucial if we take São Paulo as the irradiation point of the retroflex pronunciation. Castro (2006) analyzes the linguistic atlases of Minas Gerais and Paraná, concluding that the existence of the retroflex *r* on the borders of these states with São Paulo is proof of intense contact with settlers from São Paulo whose linguistic characteristics were spread into the surrounding states. Furthermore, there are regions in Brazil with a much earlier contact with slaves, like the Northeast, where the retroflex *r* is not common. Therefore an African origin of the retroflex *r* is highly unlikely.

Head (1987) points to posteriorization of /l/ in syllable coda as the origin of the retroflex *r*: when /r/ converges to the already posteriorized /l/ in syllable coda, the /r/ is also posteriorized. This can be formulated as  $1 \rightarrow \mathfrak{r} \rightarrow \mathfrak{r}^3$ . This replacement of /l/ for /r/ in syllable coda (e.g. *alto* → *arto*) is a rhotacism phenomenon, common in popular

---

<sup>3</sup> Head (1987:16) states that a general rule concerning the alternation and evolution of liquid consonants can be formulated: the non-palatal lateral and the tap are velarized in syllable-final position, both word-internally and word-finally. By a "velarized tap" Head (1987: 21) refers to both a "retroflex" and "guttural" *r*.

Brazilian Portuguese.<sup>4</sup> Cohen (2006: 77-78) also points to the involvement of /l/ in retroflexion, suggesting that 'etymologically, the retroflex that exists nowadays in the caipira dialect derives from both /l/ and /r/'.<sup>5</sup> The author illustrates, through the analysis of allophones in speech data, that the patterns in the states of Minas Gerais and São Paulo have been different: in the first, the change has been /l/ → **velarization** → **retroflexion** → **vocalization** → **Ø**, and in the latter, /l/ → **retroflexion** → **vocalization** → **Ø**, without the phase of velarization<sup>6</sup>. According to the author, the vocalization of rhotics could possibly occur, and the development stages could be formulated as /r/ → **retroflexion** → **\*vocalization** → **Ø**.

According to Noll (in press), the retroflex r is actually a Brazilian innovation without explicit documentation for the investigation of its origin. He states that the same sound can also be found in isolated Spanish varieties like those spoken in central Costa Rica, Guatemala, the Veracruz region of Mexico and the Spanish-based *chabacano* creole in the Philippines.

Various Brazilian linguistic atlases (*Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (Ribeiro, Zágari, Passini & Gaio 1977), *Atlas Lingüístico do Paraná* (Aguilera 1994), *Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul* (Oliveira 2007), *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi 1965), *Atlas Lingüístico de Sergipe* (Ferreira, Mota, Freitas, Andrade, Cardoso, Rollemberg & Rossi 1987), and *Atlas Lingüístico da Paraíba* (Aragão 1984)) demonstrate that coda rhotacism of /l/ produces all kinds of rhotic results. In northern and western Paraná, southern Minas Gerais and Mato Grosso do Sul the retroflex r is frequent in this context. As we move to the north, it can be found less frequently in northern Minas Gerais, scattered across Bahia, even less frequently in Sergipe, until it is almost inexistent in Paraíba. As retroflexion diminishes, apical and velar rhotics increase as the result of rhotacism.

This is why it is more reasonable to expect that the neutralization of the opposition of coda /r/:/l/ in BP occurs on the *phonological* level of language<sup>7</sup>,

<sup>4</sup> Rhotacism can also affect laterals in consonant clusters such as *planta* → *pranta*, but this process is not a Brazilian innovation since it already existed in medieval Galician-Portuguese. (Teyssier 2011:17)

<sup>5</sup> 'Etimologicamente esse retroflexo que hoje se encontra no falar dito 'caipira' procede tanto de um l quanto de um r.' (Cohen 2006: 77-78).

<sup>6</sup> It becomes apparent that, according to Cohen (2006: 82), the elision phase relates to word-final position.

<sup>7</sup> The phonological characteristics of this process are not a central point of this study, so I will not attempt to discuss them in great detail.

and that the resulting sound reflects regional rhotic sound patterns on the *phonetic* level (be they of velarization or of retroflexion). Rhotacism is very much a phenomenon related to the level of education of the speaker and formality of context, and perhaps not at all related to dialect boundaries (Castro 2006), thus belonging to popular Brazilian Portuguese. This is the reason why not all people who pronounce the retroflex *r* have rhotacism in their speech, making it unlikely that rhotacism would account for their retroflexion.

Rhotics can be generally affected by two different weakening and/or posteriorization processes. Trills are usually original sounds in a language or the result of weakened non-rhotic sounds (Lindau 1980a). Trills may become taps, taps may become approximants, and approximants can be deleted. According to Ladefoged & Maddieson (1996), the link between trills, taps and approximants can be found in the “approximant phases” that are very common at the end of trills, indicating that the tongue is not consistently held close enough to the upper surface of the mouth for trilling to be sustained.

Weakening is the change that most affects rhotics, and change in the other direction is much less common. The members of the rhotics class may not share any phonetic characteristics (acoustic or articulatory), but they are still likely to be considered allophones of the same underlying sound, and are still written with the letter R. (Lindau 1980a; 1980b)

Another type of posteriorization process spread over Europe since the 17<sup>th</sup> century, starting in Paris. A uvular *r* gained ground as a prestigious pronunciation first in France, then in Germany, north-western Italy, Denmark and, finally, Southern Sweden in the late 1800s (Chambers & Trudgill 1998). The uvular /r/ also appeared in Portugal, partly replacing the alveolar trill. It was first stated in Lisbon speech in the 19<sup>th</sup> century, and spread from there to the rest of the country. According to Teyssier (2001: 80), the uvular *r* (which the author describes as ‘very similar to the French one’) and the velar fricative [x] are still in variation with the alveolar trill in Portugal. In much of Brazil, a similar posteriorization process ( $r \rightarrow x \rightarrow h \rightarrow \emptyset$ ) affected not only the trill rhotics (which appear word-initially or syllable-initially after /l/ or a nasal vowel), but also the syllable coda rhotics, as we have seen in 2.1.

This is why it would be more plausible to suggest that Brazilian coda

rhotics have followed two parallel development paths, velarization and retroflexion, bearing in mind that potential rhotacism in syllable coda occurs on an abstract level and does not affect the outcome allophone or the general posteriorization processes. They can be summarized in the following way:<sup>8</sup>

1) Velarization of rhotics in coda:

**Speaker without rhotacism**

Word-final	$r \rightarrow r \rightarrow x \rightarrow h \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$r \rightarrow r \rightarrow x \rightarrow h$
Word-final	$l \rightarrow \text{ɫ} \rightarrow w \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$l \rightarrow \text{ɫ} \rightarrow w$

**Speaker with rhotacism**

Word-final	$r \rightarrow \text{neutralization of } /l/ \text{ to } /r/ \rightarrow r \rightarrow x \rightarrow h \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$r \rightarrow \text{neutralization of } /l/ \text{ to } /r/ \rightarrow r \rightarrow x \rightarrow h$

2) Retroflexion of rhotics in coda:

**Speaker without rhotacism**

Word-final	$r \rightarrow r \rightarrow \text{ɹ} \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$r \rightarrow r \rightarrow \text{ɹ}$
Word-final	$l \rightarrow \text{ɫ} \rightarrow w \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$l \rightarrow \text{ɫ} \rightarrow w$

**Speaker with rhotacism**

Word-final	$r \rightarrow \text{neutralization of } /l/ \text{ to } /r/ \rightarrow r \rightarrow \text{ɹ} \rightarrow \emptyset$
Word-internal	$r \rightarrow \text{neutralization of } /l/ \text{ to } /r/ \rightarrow r \rightarrow \text{ɹ}$

### 2.3 – Social prejudice

The retroflex /r/ is a much stigmatized sound in BP. The common denomination of this sound among non-linguists, *r caipira* (translates roughly to ‘hillbilly r’), gives an idea of the stereotypes associated with the pronunciation. The term *caipira* has gone through a vast semantic change.

<sup>8</sup> I assume here the same pattern outlined by Cohen (2006) concerning elision of /l/ and /r/: it is common in word-final coda, but less so in word-internal coda.

In the beginning, *caipira* had the general meaning of ‘non-European countryside inhabitant’, and was not associated with any specific region. Following the growth and economical as well as educational development of the cities of Rio de Janeiro and, later, São Paulo, the word started to be associated with the inhabitants of São Paulo countryside, generally people of mixed race (Oliveira & Kewitz 2009). It seems reasonable to assume that the prejudice attached to the *caipiras* was taken to other Brazilian states, including the state the present study concerns, Minas Gerais.

The *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, version 5.0, defines *caipira* in the following words: ‘a person residing in the countryside or on a farm, especially one of little education and of rustic and awkward way of life and manners’.<sup>9</sup> The current meaning of *caipira*, then, combines two types of prejudice: one of geographical origin (countryside), and one of social origin (a low level of education and uncivilized manners).

In Minas Gerais, the Belo Horizonte way of speaking is nowadays the prestige variety inside the state (but not in Brazil in general, according to Ramos 1997). It contrasts with the *paulista* dialect in one crucial aspect, which is the rhotic used in syllable coda. The Belo Horizonte allophones in this context are [h] (before a voiceless sound) and [ɦ] (before a voiced sound), whereas the retroflex rhotics (e.g. [ɻ, ɻ̃]) are most common in the *paulista* dialect (Silva 2007). The difference in pronunciation is very obvious between a native Belo Horizonte resident and someone from the *paulista* dialect region, making the latter an easy target for linguistic prejudice that stems from social prejudice.

Very few studies have been made in Brazil about the prejudice concerning the retroflex *r*. The sound’s social stigma is usually only mentioned in passing in phonetic and dialectological studies, and no concrete results are shown to support this observation. Some of the studies that provided substantial results on the sound’s stigma will now be summarized.

Guiotti (2002<sup>10</sup>, according to Leite 2004), performed a quantitative

---

<sup>9</sup> ‘Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros.’

<sup>10</sup> Guiotti, L. P. (2002). *O Estudo da Variante Retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto*. M.A. Thesis, UNESP, São José do Rio Preto.

sociolinguistic study in São José do Rio Preto (São Paulo) on the rate of conservation of the retroflex *r*. The result was that this variant is very much active in the community even though it is stigmatized. According to the author, its preservation could be the result of a positive re-evaluation of the agro-entrepreneurs of the São Paulo countryside who contribute to the wealth of the region.

A recent study on the retroflex *r*'s stigma was done by Leite (2004) who analyzed the language attitudes of eight informants from the same city, São José do Rio Preto (São Paulo), all of them students at Unicamp, Campinas (São Paulo). Leite reports that all of the informants recognize the stigma of this pronunciation and wish to change their way of speaking in order to achieve an intermediate pronunciation, that of Campinas. In the speech of the informants who have spent four years in Campinas, the alveolar approximant and the *r*-coloured vowel can be observed with greater frequency. The informants who recently came to Campinas still have a larger percentage of the retroflex approximant in their speech.

Moving on to the northeast of Brazil, Skeete (1997) performed a sociolinguistic study on the coda rhotics in João Pessoa (Paraíba). She reported that among 9859 samples, 360 (4%) were of retroflex pronunciation. Due to its low rate of usage, the retroflex *r* was analyzed in the same group with *taps* (60 samples) and different vocalizations (30 samples). The sounds in this group were most frequent among the age group of over 50 years (10%), and diminished to 3% in the group of 26-50 years, and 0% in the group of 15-25-year-olds. Education also proved to be of importance in the use of these sounds: illiterate informants (20%) use them more than informants with 1-8 years (3%) and 9 or more years (1%) of schooling. This implies that these variants, especially the retroflex *r* since it is most represented in the group, can be associated to conservatism and low prestige. The finding is supported by the fact that the variants in this group were more used by men (7%) than women (2%).

A similar study was performed in the other end of Brazil, in the Southern states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul by Monaretto (1997). The retroflex *r* was most frequent in Curitiba (78%), followed by Porto Alegre (21%), in syllable onset and coda. In Florianópolis, only one sample of it

was documented, in syllable coda. The retroflex *r* was heavily influenced by informant age: informants of 25-50 years of age (relative weight .69) are more likely to use it, and people of over 50 years of age are unlikely to use it (relative weight .30). This seems to contradict the results in Skeete (1997).

It is easy to see that the stigma of the retroflex *r* stretches all across Brazil, making it (usually) the pronunciation of men, old people, and of conservative language use and defined geographical regions. It is also clear that wherever it exists, it competes with other variants, mainly taps and velar fricatives.

### 3 – Methodology of the attitude study

Information on the informants, the methodology of creating the stimulus recordings, and the contents of the evaluation booklet will be given in section 3.1. In section 3.2, the differences between the stimulus voices will be considered. The results of the language attitude test are presented in section 4.

#### 3.1 – The language attitudes test

The informants considered in this analysis are those who were born and/or raised in Belo Horizonte since they form a considerable part of the data gathered. The number of informants from retroflex pronouncing regions is much smaller – 19, including men and women – and its inclusion would have forced a disproportional analysis. The informants include 53 women (average age 23.33 years) and 24 men (average age 24.08 years). The total of informants was 77, and their average age was 23.57 years. In total, the data included approximately 3696 scores (77 informants x 4 voices x 12 characteristics). However, a few voices and characteristics were left without evaluation, either because the informant knew the speaker whose voice he or she was hearing (informants were advised not to evaluate voices they were familiar with, and to write this information on the answer sheet), or simply by accident.

An informant was included in the Belo Horizonte category if he or she was born in Belo Horizonte or came to live there while still an infant, and spent no more than two years of his or her childhood or teenage years in another city.

This quantitative language attitude study derives its theoretical basis from the line of language attitude studies started in the 1960's by Lambert and his colleagues (e.g. Lambert et al 1960; 1965; 1967). The various methods used in attitude studies were considered, the different variables were taken into consideration, and the most obvious distracting factors were eliminated in the elaboration of the stimulus recordings. (A detailed description of the available methods and a justification of the chosen method can be found in Rennicke 2010.)

The evaluation of the recordings was based on opposite concept pairs considered relevant to the retroflex /r/ in Brazil. Between the opposite concepts, there were five spaces in which the informant could mark his or her opinion. The positive or socially more desirable concept appeared always on the left in order to facilitate the evaluation. The concept dimensions and concepts were those presented in Table 1.

TABLE 1 – The characteristics dimensions and concept pairs used in the evaluation booklet<sup>11</sup>

Dimension	Concept pair
Status	Upper class – lower class ( <i>classe alta – classe baixa</i> )
	Prestigious – not prestigious at all ( <i>prestigiado – pouco prestigiado</i> )
	Rich – poor ( <i>rico – pobre</i> )
Competence	Uses correct language – uses incorrect language ( <i>lingua correta – lingua incorreta</i> )
	Intelligent – stupid ( <i>inteligente – estúpido</i> )
	Educated – uneducated ( <i>culto – inculto</i> )
Level of urbanization	From the capital city – from the countryside ( <i>da capital – do interior</i> )
	Urban – caipira <sup>12</sup> ( <i>urbano – caipira</i> )
Solidarity	Honest – dishonest ( <i>honesto – desonesto</i> )
	Friendly – unfriendly ( <i>amável – pouco amável</i> )
	Hard-working – lazy ( <i>trabalhador – preguiçoso</i> )
	Generous – selfish ( <i>generoso – egoísta</i> )

It was decided that it was essential the stimulus recordings had the same content (no variation in the evaluations due to the message), an authentic dialect speaker (no imitations were used), and speakers of both genders. Taking this into consideration, a simple letter from an imaginary person to

<sup>11</sup> The original Portuguese word forms appear in parentheses.

<sup>12</sup> See exact meaning in section 2.3.

his/her parents, with various contexts for post-vocalic rhotics, was written. A similar test was prepared by Bayard, Gallois, Pittam & Weatherall (2001) for the study of English varieties. The letter was then read by two speakers with an average duration of 1 minute, male and female, from Belo Horizonte, and two speakers, male and female, who were from a retroflex-pronouncing region (the cities of Divinópolis and Papagaios) in the state of Minas Gerais and consistent in its pronunciation. Two other voices were included in the readings in order to increase variation between reader gender and origin so that two analyzable voices with the same gender or rhotic pronunciation would not be heard one after the other. Also, one of these extra voices appeared first in the attitude test in order for the informants to get used to the test procedure. In this way, the stimulus recordings were six in total, and the evaluations of four of them were analyzed in this study.

The attitude tests were executed in classrooms of the FALE (Faculty of Letters of the UFMG) and also individually with some of the interviewed informants (these were all informants from the retroflex pronouncing region, and are not considered in this article). An evaluation booklet was given to the informants containing an instruction page, one evaluation page for each of the stimulus recordings, one page in which the informants' background information (age, sex, place of birth, places of residence) is requested, and a consent form for the scientific use of the information.

The data was transferred from the booklets to Microsoft Office Excel for easy mathematical processing. Due to length limitations, only the total scores of dimensions, and not individual characteristics, will be considered in this article. The total amount of scores given to a determined voice and dimensions was calculated and using this as a reference, the percentages of different scores were calculated and rounded to the nearest whole number. In this way it is easy to observe the dispersion of scores in each informant group.

### 3.2 – Some considerations on the differences of the stimulus recordings

It is of utmost importance that, when executing language attitude tests based on stimulus recordings, the researcher be aware of the differences between these recordings. If no attention is paid to this detail, many results can be erroneously analyzed.

The two Belo Horizonte speakers and the female speaker with retroflex *r* were students at the Faculty of Letters of the UFMG. The male speaker with retroflex *r* was a student at the Engineering Faculty of the same university.

The male voice with retroflex *r* differed from the others in some aspects. First of all, the intonation of this speaker had much less variation than the other speakers' intonation. This speaker also had the highest number of hesitations (three in total) while reading the text and reduced some proparoxytone words to paroxytones (a common phenomenon in popular BP), such as *pêssegos* ('peaches') → *pesgo*, and *música* ('music') → *musca*. The first of these reductions also included the reduction of plural markers in the sentence, another stigmatized feature of popular BP: *e uns pêssegos muito bons* ('and some really good peaches') → *e uns pesgo\_ muito bom\_*.

The biggest difference between the recordings was the variation of post-vocalic rhotics. The total number of contexts for coda rhotics in the recording was 29. It can be observed in Table 2 that retroflex rhotics form a much smaller percentage of all rhotics in the male voice (66%) than in the female voice (83%). The alveolar tap was pronounced only at word-final boundary when followed by a vowel. In short, the female speaker used mainly a retroflex rhotic in her speech, and with a much smaller percentage, elision. Meanwhile, the male speaker used less the retroflex rhotic and a higher percentage of elision, as well as a couple of glottal fricatives typical of an urban pronunciation. Therefore, the female speaker has statistically a more rural pronunciation than the male speaker.

TABLE 2 – Auditory analysis of the distribution of post-vocalic rhotics in the male and female voices with retroflex *r*

Informant	Male voice with retroflex <i>r</i>		Female voice with retroflex <i>r</i>	
	Number	Percentage	Number	Percentage
Retroflex <i>r</i>	19	66%	24	83%
Elision	7	24%	2	7%
Alveolar tap	1	3%	3	10%
Glottal fricative /h,  /	2	7%	0	0%
TOTAL	29	100%	29	100%

It would be reasonable to conclude that the male voice had some features that might compromise its evaluations related to schooling and reading

abilities, and the female voice had a higher percentage of the retroflex r which can cause it to sound more rural.

#### 4 – Results

Table 3 lists the score percentages calculated from the informants' evaluations. In columns, the evaluations of female informants, male informants and all informants are separated, with the numbers 1-5 representing the scores from the less desired to the more desired characteristic. In lines, the four stimulus recordings appear followed by the four studied dimensions (the concept pairs included in each dimension were specified in Table 1). Underlining indicates the lowest score percentage in each informant group, and bold typeface indicates the highest score percentage in each informant group.

TABLE 3 – Score percentages classified by three informant groups

Voice and characteristics dimensions	Informant groups and score percentage														
	Female, %					Male, %					Female and Male, %				
FEMALE BH	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Status	<u>0</u>	4	40	<b>42</b>	14	<u>0</u>	3	<b>42</b>	32	24	<u>0</u>	3	<b>40</b>	39	17
Competence	<u>0</u>	1	16	36	<b>46</b>	<u>0</u>	3	28	32	<b>38</b>	<u>0</u>	2	20	35	<b>43</b>
Urbanization	<u>0</u>	3	12	29	<b>56</b>	<u>0</u>	2	4	25	<b>69</b>	<u>0</u>	3	10	28	<b>60</b>
Solidarity	<u>0</u>	6	<b>34</b>	28	32	<u>4</u>	8	<b>41</b>	35	11	<u>2</u>	7	<b>36</b>	30	25
MALE BH	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Status	<u>1</u>	6	<b>42</b>	35	16	<u>0</u>	4	<b>49</b>	38	9	<u>0</u>	5	<b>44</b>	36	14
Competence	<u>0</u>	1	22	<b>40</b>	37	<u>0</u>	3	32	<b>41</b>	25	<u>0</u>	1	25	<b>40</b>	33
Urbanization	<u>1</u>	2	3	28	<b>66</b>	<u>0</u>	2	11	17	<b>70</b>	<u>1</u>	2	5	25	<b>67</b>
Solidarity	<u>0</u>	9	<b>36</b>	30	24	<u>2</u>	10	<b>48</b>	32	9	<u>1</u>	9	<b>40</b>	31	19
FEMALE RR	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Status	<u>7</u>	25	<b>48</b>	13	<u>7</u>	4	<b>43</b>	41	9	<u>3</u>	<u>6</u>	31	<b>46</b>	11	<u>6</u>
Competence	<u>3</u>	14	<b>32</b>	<b>32</b>	20	<u>0</u>	20	<b>46</b>	25	9	<u>2</u>	16	<b>37</b>	30	16
Urbanization	<b>58</b>	25	10	<u>1</u>	6	30	<b>52</b>	7	7	<u>4</u>	<b>49</b>	34	9	<u>3</u>	5
Solidarity	<u>1</u>	6	31	<b>40</b>	23	<u>1</u>	7	<b>40</b>	30	22	<u>1</u>	6	34	<b>37</b>	22
MALE RR	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Status	22	35	<b>34</b>	4	4	26	<b>42</b>	25	<u>3</u>	4	23	<b>37</b>	31	4	4
Competence	13	28	<b>42</b>	11	<u>6</u>	13	<b>49</b>	24	<u>7</u>	8	13	35	<b>36</b>	10	<u>7</u>
Urbanization	<b>42</b>	33	9	<u>5</u>	10	<b>52</b>	33	8	6	<u>0</u>	<b>45</b>	33	9	<u>5</u>	7
Solidarity	<u>10</u>	11	<b>39</b>	25	15	8	11	<b>46</b>	27	<u>7</u>	<u>9</u>	11	<b>41</b>	<u>26</u>	12

'BH' indicates voices from Belo Horizonte, and 'RR' voices with retroflex rhotics. The numbers 1-5 represent the scores from the less desired to the more desired characteristic. Underlining indicates the lowest score percentage in each informant group, and bold typeface indicates the highest score percentage in each informant group. Where two identical percentage values coincide, they both appear marked in either way.

#### 4.1 – Female voice from Belo Horizonte

The score percentages show that this voice was highly ranked in competence and urbanization, and almost in the same amount concerning status (most scores 3-4). All the lowest score percentages appear in the low end of the scale, meaning that this dialect conveys positive values to listeners. It seems that the least prominent feature of this voice to the informants was solidarity; still, most of the answers are found in scores 3-5. Perhaps the only notable difference between the informant groups is that female informants gave a considerably higher percentage (32%) of score 5 to this voice than male informants (11%) in solidarity. They can therefore be seen as evaluating their own reference group positively in this dimension.

#### 4.2 – Male voice from Belo Horizonte

Again, the lowest score percentages in all dimensions are found in scores 1-2. The same pattern of scores can be observed in both informant groups: in status, over 40% of scores are 3, in competence 4, and in urbanization over 60% are located in score 5. Solidarity was less well evaluated since most scores were 3. Again, the female informants gave a much higher percentage (24%) of score 5 than male informants (9%) in solidarity.

#### 4.3 – Female voice with retroflex *r*

The pattern of scores changes dramatically when we observe the voices that apply the retroflex *r*. Concerning the status of the female voice, both informant groups show low percentages in both score 1 and 5, leaving most evaluations in scores 2-3. Also in competence the scores are lower than Belo Horizonte voices: most scores are situated in 3-4. In urbanization, this voice is judged clearly as belonging to a countryside, or *caipira* dialect, with females giving mostly scores 1 (58%) and men giving mostly scores 2 (52%). The scores are the opposite when it comes to solidarity: most scores are situated in 3-4, with females giving more scores 4 (40%) and males scores 3 (40%).

#### 4.4 – Male voice with retroflex *r*

The same pattern of scores can be observed in the male voice with

retroflex *r*. In status, most scores given by both informant groups are 2. Female informants rate this voice slightly higher in competence (score 3: 42%) than male informants (score 2: 49%). Like the female voice, the male voice with retroflex *r* is judged as being from the countryside: the urbanization score from both informant groups was mostly 1 (42% and 52%). Surprisingly, female informants gave 10% of score 5 evaluations in this dimension, while males gave 0%. In solidarity, the lowest score percentages can be found in scores 1, 2 and 5, and the highest percentages in score 3 (females 39%, males 46%). It can be said that the solidarity scores of this voice were lower than those of its female counterpart.

#### 4.5 – The use of the word *caipira* in the evaluation

Inside the urbanization dimension, the concept pair *urban* – *caipira* was included. The inclusion of the word *caipira* was an interesting choice because, by offering it as an evaluation option, it was possible to see if people actually felt comfortable judging someone as *caipira* simply by means of linguistic input. None of the Belo Horizonte voices received score 1 (*caipira*) answers in this concept pair. The score percentages of voices with retroflex /r/ (all informants included) are presented in Figures 2 and 3.

FIGURE 2 – The *urban* (score 5) – *caipira* (score 1) evaluations of the female voice with retroflex *r*

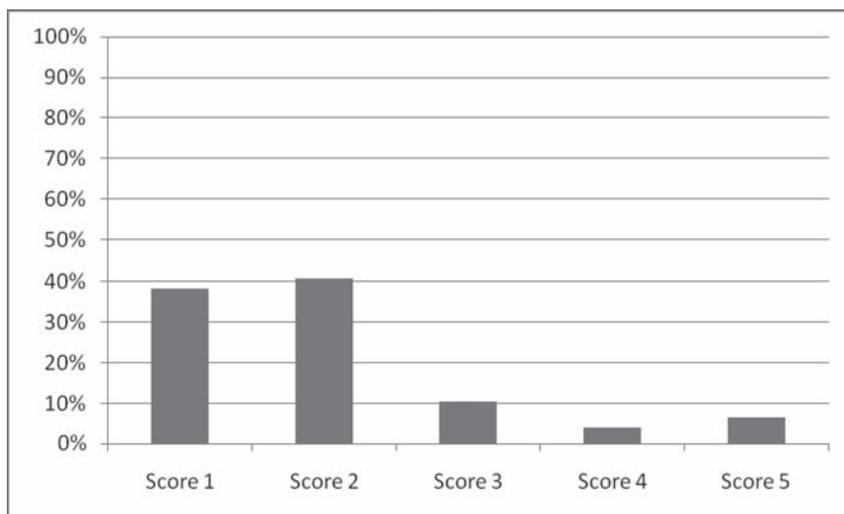
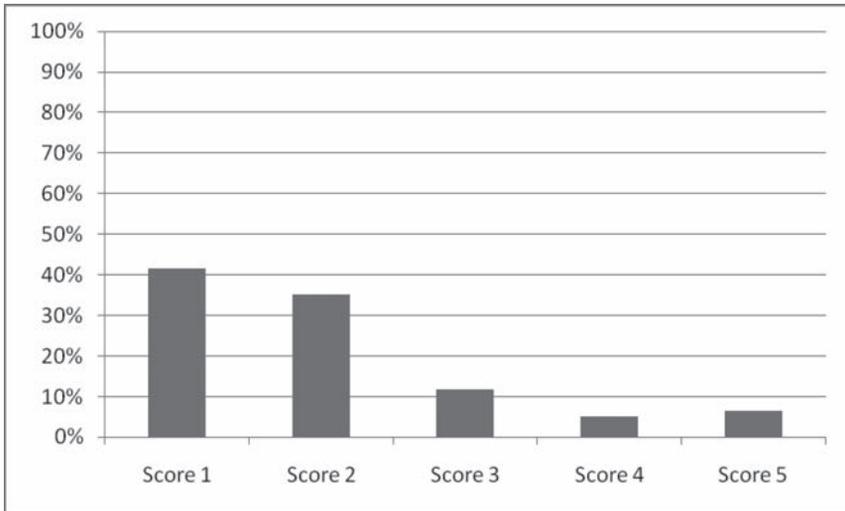


FIGURE 3 – The urban (score 5) – *caipira* (score 1) evaluations of the male voice with retroflex r

It can be seen that a considerable amount of informants (38% for the female voice and 42% for the male voice) have no problem judging these voices as clearly *caipira* by marking the space closest to this word on the answer sheet. It is a clear indication of the prejudice this kind of dialect speakers face in Belo Horizonte. It seems that the male voice was seen as slightly more *caipira* than the female voice.

#### 4.6 – Comparison

The score percentages show that the informants could clearly identify the urban and rural origins of the voices based on the rhotics pronounced by the speakers. The female informants rate the solidarity of all voices slightly higher than male informants. The female voice with retroflex r has lower scores compared to the Belo Horizonte voices in all dimensions except for solidarity. Female informants rate this voice as more rural than the male informants, but also higher in solidarity than male informants. The male voice with retroflex r was rated, in general, as having lower status and less competence than the correspondent female voice, which might be due to the reading issues discussed in 3.2. Female informants rated this voice as more urban than the male informants did (females gave 10% of score 5

evaluations and males 0%, and the percentage of score 1 evaluations from females was 10 percentage points lower than the males'), which is why it is difficult to say if the rhotics percentages discussed in 3.2 had any influence. The solidarity of this voice received the highest score percentages in scores 3-4, but with the score 1 percentage being the highest of all four voices (10% from females and 8% from males).

It can be said that the Belo Horizonte voices scored higher in status, competence and, most of all, urbanization than the voices with retroflex *r*. When it comes to solidarity, the female voice with retroflex *r* is on the same level with the Belo Horizonte voices, while the male counterpart's solidarity evaluations are more dispersed, ranging from a 9% score 1 to a 12% score 5, and concentrating on score 3 (41%).

## 5 – Conclusions

At the beginning of this article I suggested that there are reasons to believe rhotacism is not strictly a phonetic process in Brazilian Portuguese. The foundation of this argument lies in the fact that rhotacism produces various kinds of rhotic results in different parts of Brazil, meaning that there is necessarily no direct link between rhotacism and the retroflexion found in certain regions. Also, the existence of retroflex rhotics in speech does not imply rhotacism since the latter is a phenomenon related to level of education, and not dialect boundaries. Therefore, it is more plausible to assume that the Brazilian retroflex *r* is the result of mere posteriorization or weakening, a process common to the rhotic sound group, as explained in 2.2. Hopefully, this article will encourage other scholars to further analysis and the discovery of supporting or discrediting arguments.

It can also be concluded that the attitude test designed for the study of this linguistic prejudice phenomenon was successful since clear indications of judgement on status, competence and level of urbanization were achieved. The solidarity scores tell of a common result in attitude studies: prestige accents tend to score highly in power and status variables, but local or regional accents come to the fore in variables concerned with solidarity and affiliation (Bayard et al. 2001). This was not an *absolute* result since the solidarity of Belo Horizonte voices was equally or better evaluated than their retroflex counterparts, but a *relative* result in the sense that solidarity was one

of the best evaluated characteristics of the voices with retroflex rhotics.

It seems virtually impossible to create a linguistic attitude test without any inherent variation in factors such as intonation, reading speed, hesitation etc. which might affect the evaluations of the informants. However, if the test strives for authenticity and no artificial recordings are to be used, this variation is inevitable. The best option is to analyze this variation (as in 3.2) and interpret the results according to this analysis.

#### REFERENCES

- Aguilera, V. de A. de. 1994. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- Almeida, M. M. S. 2004. As Consoantes do Português Falado no Vale do Cuiabá. *Signum - Estudos da Linguagem*. Londrina: UEL, 7: 149-163.
- Amaral, A. 1976. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.
- Aragão, M. do S. S. de. 1984. *Atlas lingüístico da Paraíba: cartas léxicas e fonéticas*. Vol. 1. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial.
- Bacellar, C. de A. P. 2009. O processo de povoamento do território paulista nos séculos XVI a XX. In: A. T. de Castilho. (org.) *História do Português Paulista*. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 137-147.
- Bayard, D.; Gallois, C.; Pittam, J.; Weatherall, A. 2001. Pax Americana? Accent attitudinal evaluations in New Zealand, Australia and America. *Journal of Sociolinguistics*. 5(1): 22-49.
- Bonvini, E. 2008. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Petter, M.; Fiorin, J. L. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 15-62.
- Brandão, S. F. 2007. Nas trilhas do –r retroflexo. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina: UEL. 10(2): 265-283.
- Callou, D.; Moraes, J. A.; Leite, Y. 1996. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: Koch, I. G. V. (org.): *Gramática do Português Falado*. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 465-493.
- Castro, V. S. 2006. *A Resistência de Traços do Dialeto Caipira: Estudo com Base em Atlas Lingüísticos Regionais Brasileiros*. Doctoral thesis, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Chambers, J.; Trudgill, P. 1998. *Dialectology*. UK; USA; Australia: Cambridge University Press.

- Cohen, M. A. 2006. Percurso do “r” retroflexo no português do Brasil. In: Ramos, J. M. (org.) *Estudos sociolingüísticos: os quatro vértices do GT da Anpoll*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, CD-ROM.
- Ferreira, C. da S.; Mota, J. A.; Freitas, J. M. de A.; Andrade, N. M. C. de; Cardoso, S. A. M.; Rollemberg, V. L. S.; Rossi, N. 1987. *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/ Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- Head, B. 1987. Propriedades fonéticas e generalidade de processos fonológicos: o caso do “r caipira”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. 13: 5-39.
- Ladefoged, P.; Maddieson, I. 1996. *The Sounds of the World’s Languages*. Oxford: Blackwell.
- Lambert, W. E.; Hodgson, R. C.; Gardner, R. C., Fillenbaum, S. 1960. Evaluational Reactions to Spoken Language. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. **60(1)**: 44-51.
- Lambert, W. E.; Anisfield, M.; Yeni-Komshian, G. 1965. Evaluational Reactions of Jewish and Arab Adolescents to Dialect and Language Variations. *Journal of Personality and Social Psychology*. **2(1)**: 84-90.
- Lambert, W. E. 1967. A Social Psychology of Bilingualism. *Journal of Social Issues*. **XXIII(2)**: 91-109.
- Leite, C. M. B. 2004. *Atitudes lingüísticas: a variante retroflexa em foco*. M.A. thesis, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Lindau, M. 1980a. Phonetic Differences in Nigerian Languages. *Working Papers in Phonetics*. Department of Linguistics, UCLA. **51**: 105-113.
- Lindau, M. 1980b. The story of /r/. *Working Papers in Phonetics*. Department of Linguistics, UCLA. **51**: 114-119.
- Maddieson, I. The sounds of the Bantu languages. In: Nurse, D.; Philippson, G. (Eds.) *The Bantu languages*. USA; Canada: Routledge, 15-41.
- Mendonça, R. 1973. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Monaretto, V. N. O. 1997. Análise sociolingüística da vibrante no sul do Brasil. *Graphos*, **2(1)**: 25-34.
- Noll, V. 2008. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo. (Translation: Viaro, M. E.)
- Noll, V. (In press). Mudanças na realização de /r̄/, /r/ em português. In: Lobo, T. et al. *ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA.
- Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, version 5.0. 2004. Corresponds to the 3rd edition,

- 1st printing of Editora Positivo, revised and updated from Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa. Regis Ltda.
- Oliveira, D. P. de. (org.). 2007. *ALMS: Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS.
- Oliveira, M. de; Kewitz, V. 2009. A representação do caipira na imprensa paulista do séc. XIX. In: Castilho, A. T. de. (org.). *História do Português Paulista*. Campinas: UNICAMP/ Publicações IEL, 209-236.
- Ramos, J. M. 1997. Avaliação de dialetos brasileiros: o sotaque. *Revista de Estudos da Linguagem*. 5/1: 103-125.
- Rennicke, I. 2010. *As atitudes lingüísticas perante o /r/ retroflexo em Belo Horizonte, Minas Gerais*. M.A. Thesis, Department of Modern Languages, University of Helsinki.
- Ribeiro, J.; Zágari, M. R. L.; Passini, J.; Gaio, A. P. 1977. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa Rui de Barbosa/UJFF.
- Rodrigues, A. N. 1974. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática.
- Rossi, N. 1965. *Atlas Prévio dos Falares Baianos: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: MEC, INL.
- Silva, T. C. 2007. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto.
- Skeete, N. A. 1997. O uso variável da vibrante na cidade de João Pessoa. *Graphos*, João Pessoa. V. 2, n. 1: 77-96.
- Sommer, G. 2003. Western Savana (K, R). In: Nurse, D.; Philippson, G. (Orgs.) *The Bantu languages*. USA; Canada: Routledge, 566-580.
- Teyssier, P. 2001. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes. (Translation: Cunha, C.)

# Formas completas e apocopadas no imperativo singular português à luz dos textos

Ildikó Szijj

szijj.ildiko@btk.elte.hu

*Universidade Eötvös Loránd, Budapeste (Hungria)*

RESUMO. No imperativo singular dos verbos portugueses acabados em *-zer/-zir* encontramos, em algumas gramáticas, duas variantes, uma com vogal temática, p. ex. *faze* e outra apocopada, *faz*, enquanto na língua falada actual é unicamente usada a forma apocopada. Alguns comentários das gramáticas históricas parecem indicar que a forma normativa teve uma evolução cíclica, FACE > *faz* > > *faze* > > *faz*. No artigo, depois de descrever a apócope do -e final como regra fonética geral e a apócope na conjugação do português, examinamos as formas do imperativo singular dos verbos acabados em *-zer/-zir* em textos de diferentes épocas. Fazemos algumas observações sobre a relação formal da terceira pessoa do presente do indicativo e do imperativo singular, em que podem actuar duas tendências: a congruência do sistema e a iconicidade.

PALAVRAS-CHAVE. Imperativo singular, apócope, analogia, paradigma verbal

ABSTRACT. Some grammars accept two equivalent forms in the case of the imperative singular of Portuguese verbs ending in *-zer/-zir*, one with a thematic vowel, e.g. *faze*, and an apocopated form, *faz*, while in modern spoken Portuguese only the latter is used. According to some remarks in historical grammars, we can interpret the evolution of the standard form as a process of cyclic change: FACE > *faz* > > *faze* > > *faz*. In this article, after describing the apocope of the final -e as a general phonetic rule, and more specifically in Portuguese verb conjugation, we examine imperative singular forms of verbs ending in *-zer/-zir* in texts dating from different periods. Some observations are made on the formal relationship between the third person singular of present indicative and imperative singular, showing two tendencies: one of system congruency and one of iconicity.

KEY-WORDS. Imperative singular, apocope, analogy, verbal paradigm

## 1 – Introdução

O objectivo deste estudo é examinar alguns aspectos da evolução das formas de imperativo singular que têm uma forma ou variante apocopada, isto é, formas como *diz*, *faz*, *conduz*, etc. Segundo algumas gramáticas descritivas portuguesas a forma do imperativo dos verbos acabados em -

*zer/-zir* tem -e final, que desempenha o papel de vogal temática, portanto aqui podemos falar de formas completas, p. ex. *dize, faze, conduze*, etc. (Cunha & Cintra 1999: 425-426). Segundo outras gramáticas existem duas formas facultativas: *dize e diz, faze e faz, conduze e conduz*, etc. (Vázquez Cuesta & Luz 1971: 441, Teyssier 1989: 219, 227-228, Gärtner 1998: 76). Finalmente noutras obras aparece unicamente a forma apocopada (Hundertmark-Santos Martins 1982: 264, 323, *Prontuário, Acordo Ortográfico* 2008: 102). Em contrapartida, na terceira pessoa do presente do indicativo os verbos com radical acabado em -z só têm formas apocopadas. Ao mesmo tempo, segundo os informantes nativos a única forma usada hoje no imperativo singular é a apocopada, produzindo-se, portanto, sincretismo entre esta forma e a terceira pessoa do presente do indicativo. As duas formas do imperativo indicadas nas gramáticas chamam a atenção, porque na conjugação portuguesa há muito poucos pontos em que as gramáticas aceitam variantes alternativas.

Descreverei as condições gerais da apócope do -e final na história do português, comparando a evolução das formas verbais (em primeiro lugar os três presentes, indicativo, conjuntivo e imperativo) com a evolução fonética geral. Nesta descrição sintetizo e tento analisar as informações que encontramos nas gramáticas históricas clássicas. Na segunda parte apresento o resultado da minha pesquisa, cujo objectivo é examinar as formas de imperativo dos verbos acabados em *-zer/-zir* em textos portugueses de diferentes épocas.

As gramáticas históricas parecem indicar que se trata duma evolução cíclica na fase moderna da história do português: antes do início do século XX as formas eram essencialmente *diz, faz, conduz*, etc. –isto é, formas apocopadas–, no início do século *dize, faze, conduze*, etc. – formas completas–, e actualmente as formas apocopadas parecem ser as únicas presentes na língua corrente. Esta hipótese baseia-se nos seguintes comentários: “as formas *diz, faz* e *aduz* ainda são usadas coloquialmente” (Williams 1975: 210), onde a frase do linguista parece indicar que na sua época (o manual foi publicado em 1938) se usavam normalmente *dize, faze, aduze*, mas anteriormente as formas mais utilizadas tinham sido *diz, faz, aduz*. Encontramos comentários parecidos noutras fontes, p. ex. Nunes (1989: 325), na parte dedicada aos verbos irregulares, dá as seguintes formas:

“imp. *dize* ou *diz* (pop.), *faze* (pop. e arc. *faz*)” (o manual foi publicado em 1919), onde no caso de *faz* encontramos a mesma observação cronológica que na obra de Williams, pois afirma que a forma apocopada é arcaica. Ao mesmo tempo, tanto Williams como Nunes afirmam que existe/existia uma diferença estilística entre as duas formas, já que as reduzidas eram mais coloquiais ou populares. Outra observação parecida de Nunes (1989: 284): “até as pessoas cultas o omitem [o e] na pronúncia desafectada, dizendo, por exemplo, *faz*, *traz*, etc.”

Devemos salientar que uma dificuldade da pesquisa é que os textos escritos em regra geral reflectem a língua elevada, por isso é difícil ter em conta as diferenças estilísticas. As informações que encontramos nas gramáticas também se referem em primeiro lugar à norma. Isto é, as nossas conclusões serão válidas também, antes de mais, para as formas normativas.

## 2 – Apócope do -e final

### 2.1 – Apócope como regra fonética geral e apócope na conjugação verbal

Em português o -e final do latim (vulgar) cai depois das consoantes *l*, *n*, *r*, *s* ou *c* simples (também *t* + *i*od antecedido de vogal), p. ex. SOLEM > *sol*, CANEM > *cam* (> *cão*), AMOREM > *amor*, MENSEM > *mês*, VOCEM > *voz*, -ITIEM > -ez.

Vejamus como é que esta evolução fonética se manifesta nas formas verbais. Na desinência das formas latinas encontramos o *r* final: CANTARE, CANTAVERIM / CANTAVERIT. Como elemento final do radical podemos encontrar todas as consoantes enumeradas: VALET, PONIT, QUAERIT, PENSET, FACIT. Entre os presentes o contexto fonético adequado para a apócope aparece na terceira pessoa do presente do indicativo e no imperativo singular dos verbos da segunda ou terceira conjugação portuguesa, como VALET ou VALE e no conjuntivo dos verbos da primeira conjugação, como PENSET. Também temos um contexto fonético similar no pretérito perfeito simples de alguns verbos irregulares, como POSUIT > \**pouse* > *pôs*, FECIT > *fez*. (Também se produz a apócope na primeira pessoa, em que a vogal final era *i* longo, p. ex. FECĪ > *fiz*.) No galego-português, entre os séculos XIII e XVI, parece que as formas apocopadas eram as predominantes, com poucas excepções (Maia 1997: 733).

Neste estudo interessam-nos as formas dos presentes. Segundo as gramáticas históricas no português antigo encontramos formas apocopadas como *perdom*, *empar*; *sal*, *dol*, *sol*, *fer*, *quer*, *pom*, *faz*, *aduz*, etc. (Nunes 1989: 283). *Perdom* e *empar* são formas do conjuntivo, enquanto que as outras podem ser ou do indicativo ou do imperativo (Nunes não especifica o modo). O linguista descreve que “por analogia com a mesma pessoa dos outros verbos” o -e final foi restituído no indicativo e no conjuntivo, nascendo as formas *sae*, *doe*, *soe*, *põe*, *perdoe*, *ferre*, *ampare* e *pese*. Segundo este linguista depois de *l* e *n* finais com a restituição do -e final a consoante ficou intervocálica e portanto caiu, p. ex. *sal* >> *sale* > *sae* (com o sinal >> indico a evolução analógica). Esta explicação parece incerta, já que a restituição teve lugar na última fase do português antigo, em que a queda do *l* e *n* intervocálicos já não era uma regra fonética viva. Parece mais convincente pensar na analogia não da mesma pessoa doutros verbos, mas na segunda pessoa do mesmo verbo, p. ex. *SALIS* > *saes*, e por esta influência *sal* >> *sae*.

Nunes (1989: 284) afirma que dos verbos anteriores se destacam, por um lado, *querer* e *valer*. Segundo o linguista o verbo *querer* “nem sempre conserva” o -e final, mas é aconselhável a forma completa, *quere*, como *ferre*, *tire*, etc., “como faz em geral o povo”. O verbo *valer* continua a manter o *l*, por influência do infinitivo, existindo no presente do indicativo as variantes *vale* e *val*. Sabemos que hoje as únicas formas usadas e que aparecem nas gramáticas são *quer*, forma apocopada, e *vale*, forma completa. Aparece a forma completa *quere* antes de pronome enclítico: *quere-o* (Cunha & Cintra 1999: 431, Teyssier 1989: 230).

O outro caso especial é o dos verbos acabados em *-zer/-zir*. Segundo Nunes (1989: 284) na língua antiga apareciam tanto as formas completas como as apocopadas, mas na língua moderna puseram-se de parte as formas completas, e –segundo vimos– mesmo no imperativo a forma desafectada é a apocopada. Mattos e Silva (1993: 60) também afirma que no português antigo existiam as duas variantes, *faze/faz*, *jaze/jaz*, etc. e no padrão culto fixou-se a forma apocopada, mas ela não fala da diferença entre as formas da terceira pessoa do presente do indicativo e as do imperativo.

Ainda que não se mencionem nas gramáticas históricas, também são formas apocopadas *tem* e *vem*, procedentes de *TENE* e *VENI*. Nestas não se produziu a restituição do -e final.

Uma informação adicional é que no caso das formas apocopadas em verbos com radical acabado em consoante sibilante, antes de pronome enclítico, o -e manteve-se no português antigo. Segundo os exemplos este fenómeno acontecia tanto no passado, como no presente do indicativo e no imperativo: *feze-lhe, feze-o, faze-o* (Huber 1986: 91, Mattos e Silva 1993: 60). As formas actuais são *fez-lhe, fê-lo, fã-lo*. Como já vimos, o único caso semelhante que se conserva na língua normativa é *quere-o*. Ao mesmo tempo, na língua popular a vogal pode aparecer também depois duma forma verbal acabada em sibilante: *traz-i-o* (Vázquez Cuesta & Luz 1971: 56).

Vejam os verbos concretos acabados em *-zer/-zir*. Segundo o *Dicionário Inverso do Português* trata-se, por um lado, dos verbos *dizer* < DICERE (e verbos com prefixo: *predizer, condizer, etc.*), *fazer* < FACERE (e verbos com prefixo ou compostos: *refazer, satisfazer, etc.*) e *aduzir/conduzir/produzir/seduzir, etc.* (formados com prefixo a partir de DUCERE). Os verbos latinos DICERE, FACERE e DUCERE tinham o imperativo singular irregular: DIC, FAC, DUC, mas as formas apocopadas mencionadas, *diz, faz, aduz, etc.* vêm de formas analógicas regularizadas, FACE, DICE, ADDUCE (Williams 1975: 222, 227-228). Os seguintes verbos no latim não tinham forma de imperativo irregular, mas em português têm também forma apocopada: IACERE > *jazer: jaz*, PLACERE > *prazer: praz*, \*TRACERE > *trazer: traz*, LUCERE > *luzir: luz* (e verbos com prefixo ou compostos: *circunjazer, aprazer, retrazer, reluzir, etc.*). Por outro lado, o verbo \*COCERE > *cozer* (e verbos com prefixo ou compostos: *recozer, malcozer*), que tem também a terminação *-zer*, apresenta unicamente forma completa: *coze*.

Entre os verbos acabados em *-zer/-zir* os mais frequentes são *dizer* e *fazer*. Vejam as formas de imperativo singular que aparecem nas gramáticas históricas. De DIC e FAC nascem *di* e *fã* (Williams 1975: 210, 227-228), enquanto que de DICE e FACE procedem *diz* e *faz*, que têm as variantes analógicas *dize* e *faze* (Williams 1975: 227-228, Nunes 1989: 325-326, Coutinho 1976: 307). A gramática do português antigo de Huber (1986: 227) dá formas um pouco diferentes: para *dizer* unicamente indica a forma *di*, proveniente de DIC, e para *fazer* as formas *faz (fã)* e *faze*. Entre as variantes não aparece portanto a forma *diz* (nem *dize*).

## 2.2 – Diferença entre indicativo/imperativo e conjuntivo e entre indicativo e imperativo

Observemos a lista já mencionada de formas apocopadas de Nunes (1989: 283): *perdom, empar; sal, dol, sol, fer, quer, pom, faz, aduz*, etc. Entre os exemplos só temos duas formas de conjuntivo da primeira conjugação, *perdom* e *empar*, ao passo que os outros exemplos são verbos da segunda ou terceira conjugação, e a forma que aparece é ou do modo indicativo ou do imperativo. Isto chama a atenção, porque a primeira conjugação é o tipo mais frequente, que contém o maior número de verbos; porém, na lista aparecem dois únicos exemplos deste tipo morfológico. Williams (1975: 172) escreve claramente que na primeira conjugação a apócope teve lugar em “poucos verbos em expressões exclamativas”, que podem parecer frases mais ou menos fixas. Ele também dá o exemplo de *perdon*. Outras pesquisas também mostraram que no presente do conjuntivo da primeira conjugação a apócope é muito rara (Szijj 2005). Por conseguinte, parece que no indicativo e imperativo dos verbos da segunda e terceira conjugações a apócope é muito mais frequente que no presente do conjuntivo dos verbos da primeira conjugação. Dito doutra forma, o indicativo e o imperativo sofrem mais facilmente a evolução fonética regular do que a forma do conjuntivo.

A mesma diferença pode ser detectada também noutros fenómenos, independentes da apócope, p. ex. na ditongação dos hiatos. No português antigo temos formas com hiato como *saes* < SALIS (SALIRE), *moes* < MOLES (MOLERE); *does* < DONES (DONARE), etc. Posteriormente estes hiatos convertem-se em ditongos, mas só no indicativo/imperativo e não no conjuntivo: *saes* > *sais*, *moes* > *móis*, etc., enquanto que se mantém *does*. Comparemos a conjugação actual de dois pares de verbos que se distinguem na vogal temática, isto é, no tipo de conjugação: *doar/doer, soar/soer*. Na segunda conjugação temos os verbos *doer* e *soer*, cujo presente do indicativo (e imperativo) é *dói* e *sói*. Na primeira conjugação temos os verbos *doar* e *soar*, cujo presente do conjuntivo é *doe* e *soe*. Isto é, o presente do conjuntivo, tempo gramatical menos frequente e mais marcado, conserva a forma mais íntegra que o presente do indicativo ou o imperativo. Os segmentos também são diferentes: no indicativo ou imperativo quando o e cai ou forma um ditongo com a vogal anterior, trata-se da vogal temática, enquanto que no conjuntivo o segmento é o sufixo modo-temporal. Vejamos

os dois casos, a apócope e a ditongação: *faz-e* > *faz*, *do-e* > *dói* (de *doer*), onde o segmento é vogal temática; *prez-e*, *do-e* (de *doar*), onde o segmento é sufixo modo-temporal, que se conserva íntegro.

Porém, segundo vimos na introdução, também há ou houve diferença entre a forma do presente do indicativo e do imperativo dos verbos acabados em *-zer/-zir*. Este é o problema que vamos tratar a seguir.

3 – Formas apocopadas e completas do imperativo singular dos verbos acabados em *-zer/-zir* nos textos

### 3.1 – Dados e análise

Examinámos vários textos portugueses de diferentes épocas, procurámos os casos de verbos acabados em *-zer/-zir* no imperativo singular, para observar se aparece a forma completa ou a apocopada. Além do imperativo singular também tivemos em conta as formas da terceira pessoa do presente do indicativo, observando os casos em que aparece a forma completa, por estes serem excepcionais.

É preciso constatar que, sobretudo nas obras mais antigas, é difícil encontrar formas de imperativo singular, porque nas partes do diálogo a forma de tratamento é principalmente a quinta pessoa. Por isso em algumas obras encontrámos poucas ou nenhuma forma de imperativo singular. Por outro lado, nos textos aparecem poucas formas de imperativo de verbos como *aduzir*, *reduzir*, *conduzir*, etc. Praticamente os únicos verbos que encontrámos são *dizer* e *fazer* e muito poucos casos de *trazer*.

Como corpus utilizei, em primeiro lugar, obras digitalizadas: para o português antigo o *Corpus Informatizado do Português Medieval* e para obras posteriores em primeiro lugar a *Biblioteca Digital Camões*. O *Corpus Informatizado do Português Medieval* tem uma lista das formas verbais dos textos, mas esta ainda não é completa, por isso não a tive em conta.

As obras consultadas concretas são: para o português antigo *Demanda do Santo Graal*, *Crónica Geral de Espanha*, para o século XVI obras de Gil Vicente, para o século XVIII poemas de Bocage, e para o século XIX obras de Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Antero de Quental e Júlio Dinis. (Na obra de certos autores não aparecem as formas que me interessam, p. ex. Diogo Bernardes, António Vieira.)

Na *Demanda do Santo Graal* encontramos as seguintes formas de imperativo singular: *dize* (título 634, fólho 17d), *di* 7 vezes (49/16b, 325/109d, 467/164b, 471/155c, 527/167c, 531/168a, 608/183b), *faze-me* 3 vezes (52/17c, 53/18a, 570/176a), *faze* 5 vezes (184/66c 2 vezes, 389/130a, 487/160a, 535/168d) e aparece uma vez a forma apocopada *faz* (608/183b): *faz o que te roguei*. Isto é, a forma apocopada só aparece uma única vez (*faz*), a forma completa 9 vezes (8 vezes *faze*, 1 vez *dize*) e no caso de *dizer* aparece como forma predominante *di*, procedente da forma irregular latina DIC. No indicativo aparecem quase exclusivamente *diz* e *faz*, com um número muito elevado de ocorrências, com uma excepção (*dize* 52/17d). Na *Crónica Geral de Espanha* encontramos menos formas, mas estas parecem indicar a mesma tendência: *dize* (637/252a), *dizelhe* (637/252a), *faze* (286/108b duas vezes, 450/189a, 520/215a, 705/195v); aparece *di* uma vez (201/80d). A forma do indicativo é *diz* e *faz* (excepto um caso de *faze* 37/16b). Pode-se concluir, portanto, que nas duas obras medievais as formas apocopadas *diz* e *faz* quase não aparecem, as formas predominantes são *di* (*dize*) e *faze*. (Para o imperativo singular de *trazer* não encontramos nenhum exemplo em nenhuma das duas obras.)

Nas obras de Gil Vicente as formas do imperativo são também *dize* e *faze*. O imperativo singular de *dizer* e *fazer* aparece 9 vezes: *faze fogo* (*Auto da Índia* 19), *desfaze toda essa cama* (*Auto da Índia* 18), *dize, filho da cornuda* (*Auto da Barca do Inferno* 27), *faze aquela poja* (*Auto da Barca do Inferno* 3), *faze-lhe essa prancha...!* (*Auto da Barca do Inferno* 29), *dize, que dizias?* (*Farsa de Inês Pereira* 17), *faze-o por amor de mi* (*Farsa de Inês Pereira* 20), *faze o que t'encomendou* (*Farsa de Inês Pereira* 30), isto é, encontramos 8 formas completas, enquanto o único caso de forma apocopada é: *diz' lá* (*Monólogo do Vaqueiro* 4, duas vezes).

Na obra digitalizada de Bocage encontramos: *dize-lhe* (*Elegias* 2), *traze-me hum ai* (*Mágoas* 3), *faze-me ditoso* (*Pavorosa* 5), (*dize* indicativo num caso *Virtude* 21). Por causa das poucas formas encontradas, analisei também o primeiro volume das obras completas de Bocage (*Opera Omnia, Sonetos*). As formas de imperativo são as seguintes: *desfaz as trevas* (20), *faze que mereça [...]* (24), *satisfaz o teu desejo* (39), *me dize, pois que [...]* (65), *faze, em sinal de próxima bonança [...]* (79), *dize-lhe que do tempo [...]* (81), *faze o que te digo* (96), *dize bem do cigarro* (116), *traze-me lume já* (116),

*faze um prodígio mais* (183). Dos 13 casos temos 2 formas apocopadas e 11 completas, isto é, as completas são as predominantes. Com pronome enclítico aparece a forma completa.

No corpus do século XIX as obras de Eça de Queirós pareceram-nos as mais interessantes, porque nelas aparecem com maior frequência as formas apocopadas, mas encontramos paralelamente formas completas. Provavelmente existe uma diferença estilística entre as duas variantes, o que nem sempre é fácil provar, por causa das condições gerais do imperativo singular: as formas aparecem sempre nos diálogos, na fala duma pessoa que trata a outra por tu, isto é, o contexto é obviamente coloquial. Por outro lado parece que podemos detectar também outras circunstâncias que influem, em parte, na distribuição das formas. Vamos detalhar as formas encontradas em dois romances: *Os Maias* e *O Crime do Padre Amaro*. Além da forma verbal indico o eventual pronome enclítico e também algumas das palavras seguintes para ver a construção em que a forma verbal se encontra.

*Os Maias*: *diz-lhe que já [...]*, *diz-lhe que se tiver um pequeno [...]* (p. 27), *diz ao Vilaça* (52), *diz tu aqui* (62), *dize-me uma coisa* (111), *diz-me outra coisa* (162), *dize-me uma coisa* (177), *dize cá* (179), *dize-lhe que se não faça tola [...]* *diz-lhe que peço eu* (190), *diz-me uma coisa* (194), *dize-me cá* (211), *dize, sabes [...]* (293), *anda, dize...* [...] *dize...* (293), *dize-me cá* (313), *dize-me uma coisa* (320), *diz ao Domingos* (336), *diz-me ao menos que [...]* (341), *dize, onde [...]* (342), *diz que vou ter [...]* *dize, deixa ver [...]* *dize...* (342), *diz-me uma coisa* (351), *dize tu um dia* (379), *dize, queres?* (386), *diz ao Sr. Ega* (391), *dize que me guardem [...]*, *dize que me guardem tudo* (392), *dize lá* (402), *dize que me perdoas, dize só que não me odeias [...]* *dize primeiro* (412), *dize lá* (415), *dize, quando queres?* (417), *dize, conta* (419), *dize lá* (429), *dize lá* (446), *dize lá* (532), *dize alguma coisa* (533), *dize-lhe que não estou aqui* (545), *dize!* (545)

*faz-me isso* (411), *faz uma grande sinfonia* (577)

*traz o caldo* (392), *traz* (395), *traz-me umas queijadas* (521)

*O Crime do Padre Amaro*: *dize alguma coisa* (18), *dize se não te parece* (60), *dize, sacerdote* (63), *dize, homem* (94), *diz aqui ao tio* (100), *diz-lhe* (114) *dize* (115), *dize-lhe* (131), *diz tudo, diz tudo* (132), *anda, diz, que te dou [...]*(132), *dize lá* (138), *dize cá* (139), *dize cá, dize cá* (173), *dize à Sra. Carlota* (181)

*faz que ele goste* (45), *faz o que quiseres* (67)

*traz-me luz* (38), *traz-me o artigo* (59)

Na terceira pessoa do presente do indicativo aparecem sempre as formas *diz*, *faz* e *traz*. A forma do imperativo singular do verbo *dizer* é muito mais frequente que a de *fazer* e *trazer*, e no caso dos dois últimos verbos as poucas formas que encontramos são todas apocopadas. As formas do imperativo singular dos três verbos aparecem no total 67 vezes, 26 vezes a forma apocopada, 41 vezes a forma completa, que é portanto a mais frequente. Um critério importante é se a forma aparece com pronome enclítico. Encontramos este caso 20 vezes. 12 vezes aparece a forma apocopada, 8 vezes a completa. A afirmação já mencionada de Huber, segundo a qual antes de pronome enclítico aparecia a forma completa, nesta época já não parece ser certa para a língua normativa. No resto dos casos a tendência que podemos detectar é que a forma apocopada aparece quando na frase depois do verbo segue o complemento, o que implica que na entoação não há pausa. Vejamos os exemplos: *diz ao Vilaça* (OM 52), *diz ao Domingos* (OM 336), *diz que vou ter...* (OM 342), *diz ao Sr. Ega* (OM 391), *faz uma grande sinfonia* (OM 577), *traz o caldo* (OM 392), *diz aqui ao tio* (CPA 100), *diz tudo... diz tudo* (CPA 132). Num exemplo depois do verbo aparece o sujeito: *diz tu aqui ao Sr. Vilaça* (OM 62). Os dois únicos exemplos em que a forma apocopada aparece antes de pausa são *anda, diz, que te dou...* (CPA 132), *traz* (OM 395). Ao mesmo tempo a forma completa também aparece antes de complemento: *dize que me guardem o caldo, dize que me guardem tudo* (OM 392), *dize que me perdoas, dize só que não me odeias* (OM 412), *dize alguma coisa* (OM 533), *dize alguma coisa* (CPA 18), *dize se não te parece* (CPA 60), *dize à Sra. Carlota* (CPA 181), *faz que ele goste* (CPA 45), *faz o que quiseres* (CPA 67) e antes de sujeito: *dize tu um dia* (OM 379). Encontramos ainda a frase *dize primeiro* (OM 412), também sem pausa. Antes de pausa, excepto nos dois exemplos já mencionados, aparece a forma completa: *dize, sabes onde...* (OM 293), *anda, dize... dize* (OM 293), *dize, onde é...* (OM 342), *dize, queres?* (OM 386), *dize, quando queres?* (OM 417), *dize, conta* (OM 419), *dize* (OM 545), *dize, sacerdote* (CPA 63), *dize* (CPA 115). Podemos comprovar a diferença com e sem pausa quando na fala dum protagonista, em frases que se sucedem, aparecem duas formas de imperativo de dizer: *diz que vou ter duas cabrinhas [...] dize, deixa ver [...] dize...* (OM 342). Encontramos mais um caso sistemático: quando é seguida pelo advérbio *cá* ou *lá*, formando

uma locução, aparece sempre a forma verbal completa: *dize cá* (OM 179, CPA 139, CPA 193, duas vezes), *dize lá* (OM 402, OM 415, OM 429, OM 446, OM 532, CPA 138). Portanto, tendo em conta as estruturas, podemos dizer que antes de pronome enclítico ou antes dum complemento ou outro elemento que se liga sem pausa à forma verbal, aparece tanto a forma apocopada como a completa, numa proporção semelhante; antes de pausa e na locução *dize cá/lá* praticamente só encontramos a forma completa. Provavelmente também há diferenças lexicais: só encontramos 5 formas de imperativo singular do verbo *trazer* e 4 com o verbo *fazer*, mas em todos os casos aparece a forma apocopada.

Ao mesmo tempo, na medida do possível, devemos ter em conta as diferenças estilísticas, já que os comentários das gramáticas históricas sugerem que, pelo menos no início do século XX, a forma apocopada era mais coloquial. É um factor que nem sempre é fácil analisar. Como já dissemos, a forma da segunda pessoa é, por definição, coloquial. Na situação concreta da fala no romance pode influir a identidade da pessoa que fala, a do interlocutor, a das outras pessoas que estão presentes, a intenção do interlocutor ou o contexto do diálogo. Em certos casos podemos afirmar que o valor estilístico não influi na forma, porque na mesma frase encontramos uma forma apocopada e outra completa: *dize-lhe que se não faça tola [...]* *diz-lhe que peço eu* (OM 190), nos dois casos com pronome enclítico. Ao mesmo tempo, há algumas situações bem especiais. Assim n' *O Crime do Padre Amaro* quando o cónego fala com a Totó, a menina incapacitada, ele diz: *diz tudo... diz tudo... anda, diz, que te dou...* (CPA 132). É uma situação muito coloquial, por causa da relação dos dois interlocutores e a intenção da pessoa que fala, que quer obter informações da pessoa a quem se dirige. Como vimos na parte das estruturas gramaticais, esta é a única frase em que *diz*, forma apocopada, aparece antes de pausa (nas duas primeiras ocorrências do trecho também aparece a forma apocopada, mas antes de complemento). Podemos tentar procurar outras diferenças estilísticas. N' *O Crime do Padre Amaro* encontramos *diz-lhe* e *dize-lhe*, com pronome enclítico. A primeira forma aparece no seguinte trecho: *E olha! gritou-lhe ainda de cima da escada. Diz-lhe que se fez tudo o que se pôde [...]* (114) Fala D. Josefa à Amélia, num tom amável, a gritar, antes de a Amélia sair. Podemos pensar que esta situação é mais coloquial do que a seguinte: *Vá,*

*cumprimenta o senhor cônego, disse Amélia, começando logo, com uma caridade desacostumada, a compor a roupa da cama, a arrumar a alcova. Dize-lhe como estás... Não te faças amuada!* (131) Aqui fala a Amélia à Totó, na presença do pároco, e tenta ser amável para ela não revelar as visitas secretas.

Um pequeno indício das diferenças estilísticas pode-se detectar também na obra de Antero de Quental. Nos poemas dele aparecem sempre as formas completas: *dize-me* (*Primaveras românticas* 24), *dize tu* (*Primaveras românticas* 52), *dize-me então* (*Primaveras românticas* 85), *faze sombra* (*Primaveras românticas* 27), *faze um templo* (*Odes modernas* 22), *faze espada* (*Sonetos* 49), *faze um templo* (*Sonetos* 112); enquanto que numa carta, em que trata a outra pessoa por tu, aparece uma vez a forma apocopada: *diz-lhe que o considero* (*Textos doutrinários e correspondência* 263); noutro caso ele usa a forma completa: *dize-lhe que sempre me lembro* (*Textos doutrinários e correspondência* 276).

Noutras obras do século XIX a distribuição das formas é menos interessante, porque não há tanta variação como na obra de Eça. Assim Júlio Dinis em *Uma Família Inglesa* e *Os Fidalgos na Casa Mourisca* usa quase exclusivamente as formas apocopadas, com ou sem pronome enclítico: *diz* aparece 36 vezes, *faz* 9 vezes, enquanto que *dize* aparece só 2 vezes: *dize-me uma coisa* (*Os Fidalgos na Casa Mourisca* 19), *dize*, e *vamos lá* (*Os Fidalgos na Casa Mourisca* 131). Na obra *Viagens na Minha Terra* Almeida Garrett usa 9 formas apocopadas e só 1 completa: *dize-o tu* (p. 160). Camilo Castelo Branco em *Amor de Perdição* usa 5 vezes *diz*, 2 vezes *dize*, 3 vezes *faz*. São poucas formas, assim é difícil compará-las com as de Eça, mas vemos as mesmas tendências: antes de pronome enclítico aparecem as duas variantes: *dize-lhe* (p. 38), *dize-me* (46), *diz-lho* (48), *diz-me* (59 duas vezes), e nos restantes dois casos *diz* aparece sem pausa: *diz a teu pai* (48), *diz tu, Teresa* (109). Em *A Queda dum Anjo*, pelo contrário, só usa as formas completas, em 7 casos, também sem pausa: *dize aos lavradores* (124), *dize-me tu, prima* (132), *dize a verdade* (135), *dize-me quando queres* (135), *dize lá a essa gente* (150), *faze-te a senhora* (106), *faze o que o teu bom juízo te sugerir* (150).

### 3.2 – Conclusões

A nossa hipótese inicial, segundo a qual entre a forma apocopada e a forma completa teria havido uma evolução cíclica, hipótese baseada nos comentários das gramáticas históricas, não foi comprovada, em parte porque é difícil encontrar formas de imperativo singular nos textos. As obras consultadas parecem indicar que a linha de evolução é linear e não cíclica. No português antigo aparecem as formas *di/dize* e *faze*, e as formas completas continuam nas obras de Gil Vicente e basicamente nos poemas de Bocage. No século XIX vemos a coexistência das duas formas. O critério de uso pode ser o valor estilístico, mas também há circunstâncias sintáticas que parecem influir na distribuição das formas. Na língua de Eça de Queirós vimos que a forma apocopada aparece ou com pronome enclítico ou antes de complemento ou outro elemento, sem pausa fonológica, e quase nunca antes de pausa.

Do ponto de vista das formas concretas pode ser interessante a forma antiga *di*, procedente da forma irregular DIC do latim. Constatamos uma assimetria nas formas procedentes de DIC e FAC, já que paralelamente a *di* não encontramos *fa* nas obras consultadas. Esta assimetria é semelhante à que existe na evolução do espanhol, onde as formas são *di*, mas *haz*.

### 4 – Aspectos teóricos do fenómeno

Dois princípios importantes na estrutura dos paradigmas são a congruência do sistema e a iconicidade (para o catalão Pérez Saldanya 1998: 24-25, para princípios gerais Dressler, Mayerthaler, Panagl & Wurzel 1987; Kilani-Schoch 1988; Mayerthaler 1980, etc.). Vamos observar os dois princípios na relação do imperativo singular e da terceira pessoa do presente do indicativo. No que diz respeito ao primeiro princípio – congruência do sistema –, no paradigma dos verbos regulares portugueses existe sincretismo entre a terceira pessoa do presente do indicativo e o imperativo singular. Esta relação sistemática das duas formas poderia influir também na sorte do imperativo: por analogia dos verbos regulares a forma do imperativo poderia igualar-se à da terceira pessoa do presente do indicativo. Por outro lado, o segundo princípio – a iconicidade – significa que nos paradigmas verbais existe a tendência geral de os elementos menos marcados no conteúdo serem

menos marcados também na forma. No nosso caso concreto, do ponto de vista da forma, o elemento menos marcado seria o apocopado, em que não está presente a vogal temática. Entre as duas formas que nos interessam a forma semanticamente menos marcada é a terceira pessoa do presente do indicativo (Croft 1990: 93, Dressler et alii 1987: 48), mas o imperativo tem também carácter não marcado (Croft 1990: 93). Em muitas línguas o imperativo é a forma mais curta do paradigma, por não ter desinência (Langendonck 2007: 404, Mayerthaler 1980: 31). A explicação concreta é discutida: segundo alguns o imperativo é uma forma semanticamente não marcada (Langendonck 2007: 404), ou apresenta uma forma breve por razões pragmáticas (Mayerthaler 1980: 31).

Os dois princípios – congruência do sistema e iconicidade – têm consequências diferentes: seguindo o primeiro as duas formas seriam iguais, respeitando o segundo haveria diferença entre elas. Esta duplicidade manifesta-se em português: a forma do indicativo é apocopada (*diz, faz, conduz, etc.*), enquanto que o imperativo na fase mais antiga da língua tinha a forma completa, o que indicaria que o imperativo é mais marcado do que o indicativo, mas hoje tem forma homónima à do indicativo, respeitando o princípio da congruência do sistema. (Em espanhol a relação das duas formas é a contrária: indicativo *hace, pone, sale, etc.* imperativo *haz, pon, sal, etc.*, enquanto que o imperativo do verbo *decir* é *di* < DIC.)

Observemos ainda que a forma da terceira pessoa do presente do indicativo e a do imperativo se igualam, mas não a favor da forma completa (*faze, dize, conduze, etc.*), o que seria a regularização total e com isso a congruência do sistema seria respeitada ao máximo, mas a analogia é exercida pelo presente do indicativo, forma básica do paradigma.

#### REFERÊNCIAS

- d'Andrade, E. 1993. *Dicionário Inverso do Português*. Lisboa: Cosmos.
- Coutinho, I. de Lima 1976. *Pontos de Gramática Histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Croft, W. 1990. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, C.; Cintra, L. F. Lindley 1999. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

- 15ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dressler, W. U.; Mayerthaler, W.; Panagl, O.; Wurzel, W. U. (Eds.) 1987: *Leitmotifs in natural morphology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Huber, J. 1986. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Gulbenkian.
- Hundertmark, M. T. Santos Martins 1982. *Portugiesische Grammatik*. Tübingen: Niemeyer.
- Gärtner, E. 1998. *Grammatik der portugiesischen Sprache*. Tübingen: Niemeyer.
- Kilani-Schoch, M. 1988. *Introduction à la morphologie naturelle*. Bern: Peter Lang.
- Langendonck, W. van 2007. Iconicity. In: Geeraerts, D.; Cuyckens, H. (Eds.): *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: University Press.
- Maia, C. de Azevedo 1997. *História do Galego-Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Mattos e Silva, R. V. 1993. *O português arcaico, Morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- Mayerthaler, W. 1980. *Morphologische Natürlichkeit*. Wiesbaden: Akademische Verlagsgesellschaft Athenaion.
- Nunes, J. J. 1989. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 9ª ed. Lisboa: Clássica Editora.
- Pérez Saldanya, M. 1998. *Del llatí al català. Morfosintaxi verbal històrica*. València: Universitat de València.
- Prontuário, Acordo Ortográfico* 2008. Porto: Porto Editora.
- Szjij, I. 2004. Apócope e restituição do -e final nas formas verbais portuguesas. *Medioevo Romano* **XXVIII**, 300-307.
- Williams, E. B. 1975. *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Teyssier, P. 1989. *Manual de Língua Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Vázquez Cuesta, P.; Luz, Mª A. Mendes da 1971. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

**OBRAS ANALISADAS** (segundo o corpus utilizado e em ordem cronológica)

*Demanda do Santo Graal, Crónica Geral de Espanha*

(Corpus Informatizado do Português Medieval, <http://cipm.fcsh.unl.pt>)

Gil Vicente: *Auto da Índia, Auto da Barca do Inferno, Farsa de Inês Pereira, Monólogo do Vaqueiro*

Manuel Maria Barbosa du Bocage: *Elegia, Improvisos, Mágoas Amorasas de Elmano, A*

- Morte de D. Inês, A Pavorosa Ilusão, Queixumes do Pastor Elmano, Contra a Falsidade da Pastora Urselina, A Virtude Laureada* Eça de Queirós: *Os Maias*  
Camilo Castelo Branco: *Amor de Perdição, Maria Moisés, A Queda dum Anjo*  
Júlio Dinis: *Uma Família Inglesa, Os Fidalgos na Casa Mourisca*  
Almeida Garrett: *Viagens na Minha Terra*  
Antero de Quental: *Primaveras Românticas, Odes Modernas, Sonetos, Textos doutrinários e correspondência*  
(Biblioteca Digital Camões, <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html>)  
Eça de Queirós: *O Crime do Padre Amaro* (<http://bibvirt.futuro.usp.br>, fonte: 12ª edição, Ática São Paulo, 1998)  
Manuel Maria Barbosa du Bocage: *Opera Omnia I, Sonetos*. Bertrand, Lisboa, 1969

Recensões



Nicholas ASHER. *Lexical Meaning in Context. A Web of Words*. Cambridge: Cambridge University Press. 2011. p. 332. Hardback. ISBN 978-1-107-00539-6.

Purificação Silvano  
puri.msilvano@gmail.com  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Lexical semantic studies have uncovered interesting phenomena concerning the meaning of words. However, they have been lacking a proper formal framework equipped with the necessary tools to account for and model the different meanings of words in context.

The book *Lexical Meaning in Context. A Web of Words*, by Nicholas Asher, aims precisely at developing a lexical theory within formal semantics able to describe, explain and model phenomena such as copredication, restricted predication and coercion. Based on the idea that, although their meanings are relatively simple, words occur in predications, which can be rather complicated, the author argues that an adequate theory has to represent the interactions between discourse, predication and lexical content. It follows that the meanings of words can only be established in terms of their denotations and the restrictions that the words with which they are combined impose on them.

The theory that Nicholas Asher proposes is named *Type Compositional Logic* (TCL) and resorts to *Typed Lambda Calculus* extended with other types, to a *Categorial Model for Types* and to the *Segmented Discourse Representation Theory*, from Asher and Lascarides (2003). In this formal model, each term is assigned a particular type ( $\alpha:a$ ) in a certain predicational context. Since most words have arguments, the term imposes restrictions on the type of its arguments. The author argues that these type requirements present a kind of presupposed content, which he calls *type presuppositions* and which must be satisfied or, if necessary, accommodated through operations of type adjustments. For instance, in the lexical entry *tree*, the predicate's type presupposition is that its argument must be of type *P*, that is, *physical object*.

The theory proposed by Asher is able to account for very challenging lexical problems: predication involving dual or multiple aspect nouns, that is, nouns which denote properties of two different aspects or facets; restricted predications; various cases of coercion, namely with verbs like *enjoy*, with verbs such as *start*, *begin*, *finish*, *end*, with evaluative adjectives, with pluralities, among others. All of these phenomena feature a conflict between the typing demands of a predicate and its arguments, and to handle this problem two new complex types are proposed: •type and polymorphic or dependent type. The former applies to dual aspect nouns and restricted predications. An example of a dual aspect noun is *Book*, which has both physical and informational aspect, as exemplified in (1).

- (1) John picked up and mastered three books. (Asher (2011:175))  
*BOOK: PHYSICAL•INFORMATION*

Restricted predication is found in grammatical constructions of which the *as* phrase is an example (cf.(2)).

- (2) John *as a judge* is corrupt. (Asher (2011:201))

As phrases introduce •types and coerce their subjects into something with several aspects, one of which is defined by their complement clause. In the example given, the predication coerces *John* into having a complex type, of which *being a judge* is a constituent, and it states that there is an aspect (*being a judge*) and that part is *corrupt*.

The polymorphic or dependent type is a particular type that depends on the type of the modifier's argument and is involved in coercions. For instance, *RED* is a dependent type as shown in example (3).

- (3) John hates everything red – red meat, red apples, red shirts, and so on. (Asher (2011:42))

The book is organised in three parts: part one – *Foundations*, part two – *Theory*, part three – *Development*; part four – *Coda*.

In the first part, the author raises some basic questions, establishes some

pertinent distinctions and makes some enlightening observations concerning not only different sorts of predication but also the theories used to describe them. In section one, entitled *Lexical Meaning and Predication*, he presents the lexical phenomena that will be object of study and shows how their description benefits from the consideration of *types* of different sort, of *types presuppositions* and of the discursive context. At the end of this section, the author sums up the main points of the book regarding its goal and the chosen framework. Section 2, *Types and Lexical Meaning*, is mainly concerned with the definition of types. In section 3, *Previous Theories of Predication*, the author critically revises some of the proposals of predication to conclude that in general they failed to adequately explain the lexical problems that are under the scope of any lexical theory.

In the second part of the book, the author puts forward the theory that was motivated in the first part, that is, *Type Compositional Logic* (TCL). In addition to explaining how the theory works and how it deals with type presupposition justification, he defines two new types, *•type* and *polymorphic or dependent type*, and accounts for the justification of *•type presuppositions* in TCL.

In part three, the author applies the theory to restricted predication (section 7), to different sorts of coercion (sections 8 and 9), to four syntactic and morphosyntactic constructions: grinding, genitive, resultative constructions and nominalisation (section 10) and to other kinds of predication, namely metaphorical predication (section 11). This part ends with generalisations and conclusions (section 12).

The last part is composed of the references and index.

All in all, this book constitutes an important milestone within lexical semantics because of the sound, thorough, wide-ranging and comprehensive analysis it puts forward. Theoretical principles of TCL such as type assignment, types presupposition and the context sensitivity of types provide a grounded explanation of the meaning of different sorts of predication in a natural and fine-grained manner. Even if one does not master the formal representations of the analysis, this book is a valuable resource for those who want to learn more about how words interact to produce meaning, sometimes in a much intertwined web. Untangling this web of words, “truly a marvellous creation of human kind” (Asher (2011:320)), can be bewildering, but we cannot, nonetheless, avoid being drawn into it.

#### REFERENCES

- Asher, N. 2011. *Lexical Meaning in Context. A Web of Words*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asher, N.; Lascarides, A. 2003. *Logics of Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Clara BARROS. Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo. Porto: Uporto editorial. 2010. 592 pp.  
ISBN 978-989-8265-19-7<sup>1</sup>

Ana Maria Brito  
abrito@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística  
da Universidade do Porto (Portugal)*

#### 0 - Apresentação geral da obra

O livro intitulado *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*, de Clara Barros, é uma versão ligeiramente alterada da tese de doutoramento em Linguística, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Abril de 2007, consistindo na análise linguístico-discursiva da versão portuguesa de três textos jurídicos da legislação de Afonso X, *Primeyra Partida*, *Foro Real* e *Flores de Dereyto*. Como a própria autora afirma na nota de apresentação, embora seja um trabalho de investigação linguística nas suas vertentes sincrónica e diacrónica, este livro faz incursões no domínio da análise do discurso jurídico e do estudo das estruturas de poder e das instituições na Idade Média, pelo que se reveste de muito interesse para estudiosos das áreas de História Medieval ou de História do Direito Peninsular.

Com efeito, o seu capítulo I, *Os textos e os seus Contextos*, transporta-nos para a Idade Média, mais exactamente para os séculos XIII e XIV, na Península Ibérica. Como é sabido, Afonso X (1221-1284), rei de Castela e Leão de 1252 a 1284, mais do que pelos seus feitos políticos, distinguiu-se por ter impulsionado a economia, a justiça e a cultura, pelos livros que escreveu e pela legislação que produziu. Em pleno período feudal,

---

<sup>1</sup> A presente recensão é um texto modificado da apresentação feita na *Feira do Livro do Porto* no dia 16 de Junho de 2010. Aproveito para agradecer à autora, à Uporto Editorial e à Feira do Livro do Porto o convite então formulado.

os poderes existentes na Península Ibérica enfrentavam vários problemas, que iam da dispersão dos diversos poderes à falta de legislação. Escreve a este propósito Clara Barros: “neste período de enorme ampliação territorial que se segue à reconquista, observa-se uma concentração de poderes nas mãos de cavaleiros que representam o poder militar ou de nobres e clérigos escolhidos a quem eram confiadas tarefas de organização e repovoamento do território. Poderes dispersos que surgem por concessões feudais ou por usurpação e persistem depois por direito consuetudinário” (p. 50). Ora, é precisamente neste enquadramento que Afonso X vai produzir legislação, uma produção constituída fundamentalmente pelos três textos já referidos. Em Portugal, a mesma necessidade de legislação faz-se sentir e, dadas as profundas ligações entre Portugal e os reinos de Castela e Leão, os textos de Afonso X são traduzidos; são essas traduções “em linguagem”, em Galego-português, que serviram de corpus à investigação de Clara Barros.

#### 1- O *corpus* e o enquadramento teórico-metodológico da análise

Segundo Azevedo Ferreira, que fez a edição dos três manuscritos dos textos aqui em análise, *Foro Real* e *Flores de Deryto* são provavelmente de 1280 e *Primeyra Partida* de 1350. A datação relaciona-se com vários factos históricos: é no reinado de D. Dinis que o Português foi decidido como língua oficial de chancelaria régia e que se generalizou o uso escrito do vernáculo na documentação oficial. E foi também nessa época que se intensificou a produção e a reprodução de textos legislativos nos reinos peninsulares. Quanto à fase da língua, não parece haver dúvidas: os textos estão escritos em Galego-português, como atestam várias propriedades: a existência de participios passados em *-udo*, formas verbais de 2ª pessoa do plural com *d* intervocálico, terminações em hiato em *-io / iho, ia / iha*, a existência de um léxico muito próprio, em que entram palavras como *chus, rem*, entre outros factores (cf. Azevedo Ferreira 1987).

O *corpus* é, portanto, grandemente homogéneo, do ponto de vista linguístico e discursivo; na realidade, a homogeneidade linguística do corpus e o seu enquadramento numa mesma sincronia, o Galego-português, é “um requisito metodológico necessário”, uma vez que a autora se propõe realizar “uma análise do funcionamento textual / discursivo desses textos, o que pressupõe uma perspectiva sincrónica” (p. 64). Porém, o livro comporta

não só uma dimensão sincrónica, assumindo-se como um trabalho de Pragmática Linguística, com relações com a Análise do Discurso, a Teoria do Texto e do Discurso e Teorias da Argumentação, mas também um trabalho em Linguística Histórica, descrevendo e explicando a evolução de certos morfemas, nomeadamente conectores envolvidos na estruturação textual-discursiva (cf. também Barros 2002).

## 2 - Organização do livro

Detenhamo-nos, pois, um pouco mais em cada uma das componentes do trabalho.

No cap. 2, intitulado *Dimensões de ordem composicional do discurso*, a autora analisa os aspectos da organização macro-textual dos textos. Por estarem incluídos numa mesma tradição discursiva, os textos em análise mantêm uma relação de dependência em relação ao tipo de discurso jurídico legislativo, em certa medida fixo, convencional, normalizado, com fórmulas de abertura e fecho das unidades (Livro, Título, Lei) (p. 74). Mas desde logo é anunciado que “há diferenças assinaláveis entre os textos, não só quanto à extensão e complexidade das partes que os constituem, como sobretudo quanto ao grau de elaboração das estratégias discursivas que apoiam e justificam a organização macro-textual” (p. 74).

Assim, no capítulo 3 é analisado o *discurso legislativo expositivo*, no capítulo 4 o *discurso legislativo justificativo* e no capítulo 5 a *articulação sequencial entre o discurso legislativo expositivo e o discurso justificativo* e tudo isto nos três textos em estudo. Este é o centro fulcral do livro, indo da p. 73 à p. 503. Percebemos que os textos têm uma organização discursiva complexa, “articulando discursos de índole diversa e em que se fazem ouvir vozes diferenciadas” (p. 574), que o Locutor vai conjugando. Os textos combinam um discurso legislativo expositivo, de carácter prescritivo e não prescritivo, e, por outro lado, um discurso legislativo justificativo, em que se cruzam várias vozes. Para além da intenção de estabelecer legislação há outras intenções, e cito de novo da p. 574: “a de afirmar a legitimidade da ação legislativa, a de informar / transmitir o conhecimento das leis; a de persuadir o Alocutário da justiça, necessidade e oportunidade dessas mesmas leis; e ainda a de delinear e operacionalizar a praxis do futuro aplicador da lei.” Os textos conjugam, assim, uma dimensão explicativa e uma dimensão

justificativa, para além de uma acentuada preocupação didática.

Para os três textos, Clara Barros apresenta tabelas que tornam mais evidentes os traços de composição do discurso, as estratégias de explicitação utilizadas e o carácter sistemático da organização textual (p. 93). Os capítulos 3, 4 e 5 são, por isso, os mais densos do livro, mas também os mais ricos para aqueles que se interessam pelos aspetos linguísticos do texto / discurso.

Nesses capítulos, é desenvolvida uma análise da organização explicativa e justificativa dos textos em várias dimensões linguísticas, apoiada em instrumentos da Semântica e da Pragmática Linguísticas. Na caracterização de aspetos salientes de realização do discurso justificativo, são destacadas as construções causais, as construções comparativas, as construções contrastivas, que surgem muitas vezes integradas na argumentação-explicação-justificação, quando se quer convocar modelos ou quando há recurso a narrativas exemplares. É também digna de nota a análise de operadores contrastivos, que surgem frequentemente neste tipo de discurso, quer porque o desenvolvimento do texto de uma lei considera a eventualidade de circunstâncias diferentes, quer porque o locutor antecipa e previne contradiscursos.

Em síntese, nos capítulos 3, 4 e 5 encontramos um estudo das dimensões linguísticas e discursivas dos três textos analisados, mostrando-se como se enquadram numa dada tradição discursiva, mas, ao mesmo tempo, através de uma análise linguística fina e detalhada, evidenciam-se as especificidades e as singularidades de cada obra, numa dialética entre micro e macro-análise, na linha de Joaquim Fonseca, autor cuja obra tem marcado decisivamente o trabalho da autora.

O capítulo 6 é um capítulo de Linguística Histórica, pois nele são sintetizados os aspetos de ordem especificamente diacrónica: o objetivo é mostrar que a análise do funcionamento de determinados morfemas em sincronia pode dar informações sobre as tendências da sua evolução. Em primeiro lugar, são analisados alguns conectores responsáveis pela marcação de nexos de coordenação e subordinação intra e interfrásica, em particular os morfemas contrastivos *mays* e *pero*. Além destes, revela-se que no corpus analisado funcionam como contrastivos muitos morfemas não assinalados normalmente como tal; e estudam-se algumas partículas ou morfemas que têm um funcionamento discursivo diferente dos seus usos atuais. A

análise efetuada permite concluir, por exemplo, que *seno* parece estar em declínio nos textos estudados, *pero* apresenta ainda grande vitalidade, *mays* é frequente mais como concessivo do que como adversativo (p. 513). Por outro lado, certas formas estão em vias de gramaticalização, como acontece com *todavia*, *por ende*, *com todo esso*, que se começam a manifestar como conectores contrastivos. Na linha de alguns estudiosos, a autora defende que o percurso da gramaticalização destes conectores é “a expressão de uma avaliação em termos de uma escala valorativa” (p. 541). Assim, nos morfemas “*toda via*”, “*com todo*”, que vão, a pouco e pouco, dando origem aos concessivos “*todavia*” e “*contudo*”, os elementos parecem estar ligados na sua origem a uma qualificação / quantificação superlativante ou a uma noção de limite ou a quantificadores universais.

Para além dos conectores que se vão tornando concessivos, Clara Barros analisa neste capítulo a forma “*onde*”, que se vai, igualmente, gramaticalizar como um operador conclusivo e resumptivo, equivalente a usos modernos de base locativa como “*daí que*”, “*daqui resulta que*” (p. 544).

Outra dimensão estudada neste capítulo é a correlação de morfemas, uma estratégia de conexão frásica muito presente no Português Medieval em construções contrastivas, causais, conclusivas e comparativas, já estudadas por Mattos e Silva (1989) e também pela autora em trabalhos anteriores. Mais uma vez a correlação de morfemas é aqui analisada na sua dinâmica diacrónica, quer confrontando-a com a predominância de parataxe do período anterior, quer comparando-a com estruturas de hipotaxe que virão a concretizar-se em sincronias posteriores (p. 557).

Em relação à ordem de palavras neste período do Português Medieval, a autora propõe que há uma fundamentação discursivo-pragmática do aparecimento de alternativas à ordem de palavras mais frequente e defende que no período medieval as motivações de ordem argumentativa e composicional são determinantes no recorte sintático e na estruturação da frase (p. 564).

Na conclusão do seu livro, Clara Barros retoma o duplo objetivo da investigação, a vertente discursiva e a vertente diacrónica, concluindo que a Pragmática Histórica lhe deu os instrumentos necessários não só para evidenciar algumas das características textuais e discursivas da escrita medieval não literária, como também para fazer a descrição da deriva de certos morfemas, nomeadamente os conectores.

### 3 - Alcance da obra e principais questões levantadas

Como se percebe pela apresentação feita, este livro é um contributo importante para a Linguística, para a História da Língua Portuguesa, para a História Medieval e para a história do Direito Peninsular, interessando a um público diversificado, para além dos leitores típicos de obras de Linguística.

Do ponto de vista teórico e metodológico, esta obra levanta questões relevantes. Ao analisar o funcionamento discursivo e linguístico de textos pertencentes a sincronias do passado, a obra discute a já referida posição da Pragmática Histórica face à Linguística Histórica. Os estudos de Pragmática Histórica devem ser perspetivados como sincrónicos ou como diacrónicos? A pergunta pode ser desenvolvida noutras e cito a própria autora: “a análise pragmática incide sobre o uso linguístico numa sincronia do passado, descrevendo como era usada a língua nesse período?” - e então estamos em sincronia – “ou, em alternativa, incide sobre o desenvolvimento e evolução de elementos linguísticos, sobre a mudança observável em textos de circunstâncias históricas diferentes?” (p. 19). Como sabemos, não basta analisar usos linguísticos em sincronias do passado para se estar perante um trabalho em Linguística Histórica; é necessário captar as mudanças e perceber nas amostras em estudo os sinais e os fatores linguísticos que conduzirão a alterações na gramática das línguas (ver, entre outros, Castro 2006, Carneira 2006). Esta obra fá-lo essencialmente no seu capítulo 6.

A outra questão levantada por esta investigação é a do relacionamento da Pragmática Histórica com outras áreas da Linguística. A este propósito, Clara Barros defende o carácter integrador desta disciplina (pp. 577-9), mas, ao fazê-lo, usa muitos contributos da Semântica frásica e da Sintaxe. Na minha opinião, é a Linguística Histórica que é, ou deve ser, uma disciplina integradora, na medida em que, recorrendo a diferentes dimensões linguísticas, capta as mudanças em curso e as explica.

Finalmente, este trabalho coloca o problema da natureza da gramaticalização. Considerada desde Meillet (1912) como o desenvolvimento de novo material gramatical funcional a partir de itens lexicais “autónomos”, o fenómeno tem sido estudado de vários modos. Hopper e Traugott (1993) usam o termo para designar o próprio quadro teórico que estuda como

novas formas gramaticais e como novas construções surgem, atribuindo-lhe um poder geral e explicativo da própria mudança linguística. Para Lightfoot (2006), a gramaticalização é um fenómeno importante, mas sem força explicativa. Roberts e Roussou (2003) vêem-na como um caso regular de mudança paramétrica não muito diferente de outras mudanças, chegando a considerá-la um epifenómeno. Para a Pragmática Linguística, disciplina que está intimamente ligada a Andreas H. Jucker, professor da Universidade de Zurique, autor de *Historical Pragmatics: Pragmatic Developments in the History of English*, de 1995, e co-editor, juntamente com Irma Taavitsainen, da Universidade de Helsínquia, do prestigiado *Journal of Historical Pragmatics*, o foco de processos como a gramaticalização e a discursivização deve ser posto nos aspetos socio-históricos e pragmáticos dos textos e nos seus contextos socioculturais. Também para Clara Barros, que vê os textos / discursos na sua permanente interação com os contextos, “é o contexto pragmático que suscita (...) as mudanças semânticas e acelera o processo de gramaticalização”.

Assim sendo, este estudo combina, de maneira feliz, a dimensão sincrónica e diacrónica da língua, vindo preencher um lugar pouco explorado em Portugal, o dos estudos de Pragmática Histórica.

#### REFERÊNCIAS

- Azevedo Ferreira, J. 1987. *Afonso X. Foro Real. Edição e Estudo Linguístico*, 2 vols. Lisboa: INIC.
- Barros, C. 2002. Pragmática Histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In: I. M. Duarte, et al. (orgs.) *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP, 1, 131-139.
- Castro, I. 2006. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Cardeira, E. 2006. *História do Português*. Lisboa: Caminho.
- Hopper, P.; Traugott, E. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jucker, Andreas H. 1995. *Historical Pragmatics: Pragmatic Developments in the History of English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Lightfoot, D. 2006. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mattos e Silva, R. V. 1989. *Estrutura trecentistas. Elementos para uma gramática do*

*Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Meillet, A. 1912. L'évolution des formes grammaticales; reimpresso in Meillet, A. 1958.

*Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, pp. 130-158.

Roberts, I.; Roussou, A. 2003. *Syntactic change. A minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Perpétua GONÇALVES. *A Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: IN-CM, 2010. 229 pp.  
ISBN - 978-972-27-1882-0 (Brochado).

Joaquim Barbosa  
joaquim.s.barbosa@sapo.pt  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

1 – O tema do livro: a nova gramática do Português de Moçambique

Uma das personagens do romance histórico *O Olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho, escreve uma declaração de amor em ronga, uma das mais de vinte línguas faladas em Moçambique. “Terá sido por só nesta língua ser capaz de expressar os seus sentimentos mais íntimos?” (Coelho, 2010:204), interroga-se o narrador, já que João Albasini, a personagem, é jornalista e domina com mestria o português, usando mesmo diferentes registos de língua consoante os pseudónimos com que assina os seus editoriais: “ [...] se o coração bate em português [assina] como *João das Regras*; [...] quando lhe apetece ter defeitos de sintaxe, errar na gramática, assumir a voz da rua contra os malditos que abafam a Província, como *Chico da Pegas* [...]” (Coelho, 2010:381).

João Albasini podia dar-se ao luxo de, por opção, errar na gramática: filho da burguesia da terra, estudou no colégio católico de Lourenço Marques tendo, por isso, exemplos robustos do português padrão de então, inícios do século XX.<sup>1</sup> Não era essa, contudo, a situação da maioria da população nativa do se tempo, como não é, cem anos depois, a situação de mais de 90% das crianças moçambicanas que aprendem português, a língua oficial

---

<sup>1</sup> João Albasini (1876-1922) foi, de facto, um destacado jornalista e ativista moçambicano, cofundador de dois importantes jornais: “O Africano” – com uma página escrita em ronga – e, mais tarde, “O Brado Africano”. Lutou contra o estatuto do indígena – porque estabelecia diferenças entre os cidadãos portugueses – e contra o estatuto do *assimilado* – porque exigia a quem o quisesse obter que soubesse ler e escrever português, numa altura em que muitos colonos brancos o não sabia, e em que cerca de 70% da população da metrópole era analfabeta. É considerado o “pai” do jornalismo moçambicano (cf. Hohlfeldt & Grabauska (2010) e Zamparoni (2000)).

do seu país. Apesar de quatrocentos anos de colonização portuguesa, apenas cerca de 6,5% dos vinte milhões de habitantes de Moçambique têm o português como língua materna; os restantes aprendem primeiro uma língua bantu.<sup>2</sup>

Neste ensaio sobre a gênese do português de Moçambique (PM), Perpétua Gonçalves – professora catedrática da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo – parte do pressuposto de que o PM “está a emergir do processo da sua aquisição como língua segunda por crianças com línguas maternas bantu, num contexto em que nem sempre estão disponíveis amostras robustas do português europeu padrão, tomado oficialmente como norma de referência.” (p.7). Com o objectivo de perceber “Qual o papel das línguas bantu [...] na emergência de novos traços e regras gramaticais [...]” (p. 22), a autora analisa dados empíricos recolhidos por si, pelas suas e por outras equipas de investigação entre 1977 e 2003, e apresenta três estudos de caso que evidenciam alterações em relação ao PE nos argumentos verbais [+humano] com funções de OD e OI; nos argumentos locativos e direccionais dos verbos de movimento; e no formato dos conectores de orações subordinadas completivas e adverbiais, apresentando para cada caso um anexo com um extenso *corpus*.

Ainda que, como diz a autora, não esteja ainda “recolhida informação básica que permita desencadear [o processo da padronização do PM], com a objetividade e o rigor necessários” (p. 61), a análise dos dados – provenientes dos vários estágios de aquisição – mostra que as mudanças que estão a dar origem a uma variedade não nativa (VNN) do português não são o resultado de insucessos no processo de aquisição: “em todos os casos analisados, a emergência de novos traços e regras decorre de diferenças entre as gramáticas das línguas bantu/L1 e do PE/L2, em contextos em que as evidências geradas pela gramática do PE são ambíguas para aprendentes com aquelas L1.” (p. 193).

Perpétua Gonçalves desenvolve esta pesquisa no quadro da linguística histórica, tomada como “uma área que integra e articula entre si o

---

<sup>2</sup> Um dos sub-ramos com mais línguas da grande família – mais de 1500 línguas – Níger-Congo. Para uma caracterização mais completa da situação linguística de Moçambique, vd. Lewis (2009).

conhecimento linguístico e o seu uso, a aquisição, a mudança linguística e a teoria gramatical, sem deixar de valorizar as questões metodológicas.” (p. 7), e não como o estudo estrito da mudança linguística. A assunção da “natureza catastrófica da linguagem” permitiu à autora ver as mudanças “como um sistema estruturado de conhecimento cujas propriedades estão articuladas entre si” e não como uma “listagem de alterações independentes” (p. 204).

## 2 - Organização do ensaio

O ensaio desenvolve-se ao longo de oito capítulos. Depois de apresentar, no primeiro – *A génese do português de Moçambique* – os objetivos gerais da investigação e os condicionalismos sociopolíticos e as limitações teóricas que dificultaram os estudos sobre as VNN, a autora traça, no segundo – *O português de Moçambique* – o retrato histórico e social da língua portuguesa em Moçambique, descrevendo as propriedades fónicas, lexicais, sintáticas e morfossintáticas “da gramática da subvariedade educada do PM que, pelo seu carácter mais estável e regular, permitem uma caracterização fiável das suas especificidades” (p. 25).

As bases teóricas que orientaram a pesquisa e as metodologias utilizadas nos estudos de caso são apresentadas e discutidas nos capítulos III – *Aquisição e Mudança Linguística* – e IV – *Questões metodológicas* –, respetivamente.

No primeiro estudo de caso – *O Argumento Beneficiário* – a autora estuda exemplos como: “Os pais escondem [SN os filhos] [SN a verdade]” vs. “Os pais escondem [SN a verdade] [SP aos filhos]”/PE; “Eles elogiaram [SP a uma pessoa]” vs. “Eles elogiaram [SN uma pessoa]”/PE; “Eles elogiaram [SP a ela]” ou “Eles elogiaram-lhe” vs. “Eles elogiaram-na” /PE.

No capítulo VI – *Locativos* – são estudadas frases como: “ [Em casa dele] SU é aqui em frente”, vs. “ [A casa dele] é aqui em frente” /PE; “Conheci [em casa dela]”<sup>OD</sup> vs. “Conheci [a casa dela]” /PE; “Voltou [em casa]”<sup>Loc-Dir</sup> VS. “Voltou [a casa]” /PE.

O capítulo VII – *Conectores de subordinação* – trata de evidências do tipo: “Todo o mundo vê [de que estamos em paz]” vs. “ [que estamos em paz]” /PE; “Sugiro [para que se mude a lei]” vs. “ [que se mude a lei]” /PE; “Ele tratou-me mal [embora que éramos amigos]” vs. “ [embora fôssemos

amigos]” /PE, (p. 164).<sup>3</sup>

*As Conclusões e Perspectivas de Investigação* são apresentadas no capítulo VIII.

### 3- Apreciação Global

Pelo rigor crítico com que são apresentados os dados empíricos e os instrumentos teóricos e as metodologias utilizadas na sua análise, e também porque, como lembra a autora, “as mudanças “estão ainda em progresso encontrando-se, conseqüentemente acessíveis à investigação” (p. 205), este ensaio é um instrumento de trabalho indispensável para os estudiosos que queiram trabalhar nesta área do conhecimento linguístico. Será igualmente útil a todos os *curiosos* que queiram perceber como nasce uma língua.

### REFERÊNCIAS

- Coelho, J. L. B. 2010. *O Olho de Hertzog*. Lisboa: Leya.
- Hohlfeldt, A.; Grabauska, F. 2010. Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*. **6**: 195-214.
- Lewis, M. Paul (ed.), 2009. *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com/>
- Zamparoni, V. 2000. Frugalidade, moralidade e respeito: a política do assimilacionismo em Moçambique, c. 1890-1930. In: *X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-asiáticas*, Rio de Janeiro, 2000. Consultado em 31/8/2011 em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/valde.rtf>

---

<sup>3</sup> A atentar pelos exemplos, esta mudança pode não ser exclusiva do PM, uma vez que alguns deles ocorrem, já com alguma frequência, no PE.

Fred HAILON. *Idéologie par voix/e de presse*. Paris:  
L'Harmattan. Collection "Sémantiques". 298 pp.  
ISBN 978-2-296-14018-9

Isabel Margarida Duarte  
iduarte@letras.up.pt  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto –  
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

O livro em apreço, incluído na coleção "Sémantiques", centra-se no estudo do efeito ideológico de discursos relatados de diferentes tipos, num *corpus* de periódicos da imprensa francesa, delimitado pelas eleições presidenciais de abril de 2002, quando, depois de uma campanha centrada quase exclusivamente no tema da "insegurança", Jean-Marie de Le Pen, candidato da extrema-direita, obteve perto de cinco milhões de votos e passou à segunda volta, à frente do candidato socialista Lionel Jospin. Situando-se numa perspetiva meta-enunciativa de análise do discurso, Fred Haillon demonstra, através duma análise muito fina e pormenorizada das várias formas de relatar discurso, de que modo a ideologia do partido de Le Pen (o Front National) contaminou o discurso de imprensa. A circulação de certas expressões, palavras e temas "naturalizou-as" e conferiu às ideias políticas do Front National uma importância desmesurada, tendo permitido que diferentes órgãos de informação de vários quadrantes as tivessem veiculado e expandido. A relação, sublinhada por Le Pen, entre insegurança e emigração, que seria, no entender do partido de extrema-direita, a causa de todos os problemas de violência sentidos pelos franceses, acabou por ser difundida por jornais variados como um dado de facto inquestionável, "natural".

O autor do estudo é doutorado em Ciências da Linguagem e investigador na área da análise linguística do discurso, mas foi jornalista profissional, o que concorre para a especial perícia revelada na análise crítica das relações verbais e ideológicas entre discurso político e discurso dos *media*.

O *corpus* está temporalmente delimitado entre setembro de 2001 e abril de 2002, ou seja, é balizado por dois acontecimentos recentes

fulcrais: os atentados em Nova Iorque e as eleições presidenciais francesas de 2002. Fred Hailon analisou quatro títulos da imprensa escrita: o jornal do Front National, *Présent*, os dois principais jornais diários franceses, conotados um com a direita e outro com o centro esquerda, *Le Figaro* e *Le Monde*, respetivamente e um jornal regional, *La Nouvelle République du Centre-Ouest*. O autor estudou ainda três discursos e os argumentários de campanha de Le Pen, justamente porque foram muitas vezes esses textos a fonte posteriormente citada pelos órgãos de informação, de forma direta, explícita ou indireta, meramente alusiva, comentada ou não.

Como nos diz, o seu ponto de vista teórico é a linguística da enunciação, “[...] prenant en compte le travail de la nomination. Cette approche semble à même de pouvoir permettre de construire un modèle propre à comprendre la construction idéologique du sens et de surcroît la circulation des représentations idéologiques de la place des sujets-locuteurs.”(p. 13). Quanto ao modelo teórico adotado, o estudo estriba-se, preferencialmente, na teorização de Jacqueline Authier-Revuz que, em diversos momentos, estudou o relato de discurso. Mas baseia-se sobretudo no seu livro *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*, obra em dois volumes, de 1995, em que a linguista estuda a auto-reflexividade linguística e estabelece uma tipologia fina, arguta e exaustiva de diferentes maneiras de um discurso dar conta de outros discursos. Assim, Fred Hailon vai examinar as consequências discursivas e ideológicas do uso de vários fenómenos de representação de discursos outros, entre eles, sobretudo, modalizações autonómicas com glosa, alusões e modalizações tipográficas sem glosa, centrando-se no efeito do uso de aspas, negritos, parênteses retos e itálicos, efeitos que comenta com invulgar argúcia. Para poder chegar a conclusões seguras, o autor fez um levantamento exaustivo das Representações de Discurso Outro e das modalizações autonómicas existentes nos quatro jornais. As análises pormenorizadas que leva a efeito exigem obviamente que tenha em conta todas as nuances tipológicas que o complexo modelo de Authier-Revuz propõe e o linguista adota. Antes de passar a essa análise meticulosa, Fred Hailon traça com precisão o retrato da situação de comunicação muito específica e ideologicamente condicionante em que os discursos estudados se inserem.

As conclusões da investigação são muito interessantes, sobretudo

porque mostram de que modo certas formas de relato de discurso, como o discurso relatado, modalizações autonómicas interdiscursivas e outras modalizações autonómicas “interpretativas”, permitiram fazer circular as ideias do Front National nos diferentes textos de imprensa estudados. No caso das modalizações autonómicas interpretativas, por exemplo, o locutor jornalista espera que seja o leitor a tirar determinadas conclusões para as quais o discurso citado, devidamente enquadrado e comentado ou não pelo discurso citador, obviamente o conduz. De entre os vários mecanismos recenseados, são os casos de ambiguidade interpretativa aqueles que melhor deixam passar a ideologia do partido de Le Pen, por darem lugar a uma espécie de contágio ou contaminação discursiva, em que expressões, fórmulas mais ou menos fixas, palavras e ideias originárias do Front National são transcritas nos diferentes jornais, mas não obrigatoriamente marcadas nem sempre sentidas como discurso alheio citado. Por outro lado, Fred Hailon verifica também se as repetições que são feitas de uns discursos para os outros (e nunca o discurso de imprensa viveu tanto de colagens e apropriações de excertos de discursos alheios como hoje) implicam ou não mudança no semantismo e, logo, e na orientação argumentativa de fórmulas, palavras, discursos dos outros. E estuda ainda de que maneira os “faits d’altérité” podem servir de apoio para determinadas argumentações. Nalguns casos, basta a transposição de uma palavra alheia entre aspas (“jeunes”, por exemplo, que no discurso do Front National significa jovem árabe, emigrante, africano, violento) para se obter um determinado efeito argumentativo, de polémica, de distanciação, de confronto ideológico.

O livro divide-se em três partes. Na primeira (“Le modèle de la méta-énonciation et ses implications”), composta por um único capítulo (“La réflexivité métalinguistique et les hétérogénéités énonciatives”), o autor expõe criticamente as teorias em que apoia o seu estudo empírico, sobretudo as já referidas de Jacqueline Authier-Revuz sobre a reflexividade do signo linguístico, mas também comenta o entendimento ligeiramente discordante que sobre o mesmo assunto têm linguistas como Tuomarla e L. Rosier, para além de referir, mais rapidamente, as ideias de autores clássicos sobre o relato de discurso, como Ducrot e Bakhtine.

A segunda parte, que corresponde ao cerne do estudo empírico do *corpus*, intitulada “Les valeurs idéologiques de faits de discours autres et

de modalisations autonymiques (MA)”, divide-se em três capítulos: “Les glissements et les interventions dans le DR”, em que o autor distingue o discurso direto de outras formas mistas de relato, “Analyse des modalisations autonymiques (MA) du corpus”, em que todas as ocorrências de modalização autonímica são analisadas, e “La mise en discours de l’altérité dans *Présent, Le Figaro, Le Monde* et *La NR*”, capítulo no qual explica como se caracterizam alguns tipos de modalização autonímica em cada um dos jornais estudados, nomeadamente, modalizações de “empréstimo” e modalizações de distância assumida entre as palavras e as coisas. Estas diferentes configurações do discurso alheio próprias de cada um dos órgãos de informação vão permitir que o autor, no final do livro, possa traçar um “retrato” fundamentado e convincente de cada um dos jornais em apreço.

Na terceira parte (“Faits de circulation idéologique des dire”), ainda de análise empírica do material do *corpus* e consituída de novo por um único capítulo (“La circulation de points de vue mondains”), Fred Hailon estuda de que modo a circulação ideológica tem lugar, debruçando-se sobretudo sobre modalização de não coincidência, valores do interdiscurso e valores da modalização de distância entre as palavras e as coisas. Nesta parte, é analisado o destino discursivo de um conjunto de expressões e palavras retomados de uns jornais para outros, provenientes de vários locutores-tipo, como a polícia, os políticos, e os próprios jovens implicados nos distúrbios: “sentimento de impunidade”, “impunidade zero”, “insegurança”, “zones de non-droit”, e “sauvageons”, mas também “raiva” e “ódio”, além de algumas outras palavras características do discurso dos jovens. A forma como os diferentes órgãos de informação retomam e recontextualizam essas palavras e expressões, por vezes alterando-lhes o sentido, porque inscrevendo-as em contextos argumentativos diversos do original, é muito eloquente do ponto de vista ideológico.

Além da introdução e da conclusão, o livro apresenta uns quadros comparativos das diferentes formas de relato usadas pelos quatro jornais, muito úteis para sumarizar os dados estudados, a indicação precisa dos *corpora* analisados, quer do *Front National* quer, sobretudo, da imprensa escrita e dois índices específicos também úteis: um de conceitos e outro de referentes.

Em suma, Fred Hailon consegue, por meio de uma análise comparativa e contrastiva das enunciações, traçar quatro perfis diferentes consoante o

periódico analisado, ou seja, mostra como cada um deles está discursivamente formatado. Através dos comentários feitos pelos locutores jornalistas a propósito da insegurança, estuda o modo como os jornais retomam palavras alheias e as colocam ao serviço da argumentação própria, utilizando-as para construir um ponto de vista sobre o mundo (cf. p. 273). Mas, apesar das idiossincrasias e das diferenças, o autor conclui que os discursos dos vários jornais sobre a insegurança são fortemente condicionados pela ideologia política do Front National. Com efeito, circularia em França, na época abrangida pelo *corpus* em questão, a representação de que a insegurança estaria fortemente relacionada com a emigração. O apagamento das marcas de modalização no discurso concorre, segundo o autor, para se chegar a este efeito de evidência ideológica. De facto, a alusão funciona como um impícito ideológico (cf. p. 274). Como o linguista relembra, na conclusão do seu estudo, a circulação dos discursos pode ser apropriada ideologicamente falando, porque “[...] le discours cité est toujours tarvaillé par le discours citant, et [que] le discours cité prend son sens dans l’enchâssement du discours citant. Le message représenté ne renvoie pas à une parole d’origine, mais à une parole montrée comme autre dont le sens est reconstruit par une nouvelle situation d’énonciation.” (p. 70). Se ainda restassem dúvidas sobre o papel do relato de discurso e da heterogeneidade discursiva no caso dos textos de imprensa, a investigação de Fred Hailon acabaria com elas. O autor consegue, neste livro, relacionar muito eficazmente as marcas linguísticas do discurso do outro e as questões ideológicas suscitadas pelo encaixe ou pela diluição desse discurso alheio no discurso citador, ou seja, concilia uma análise local minuciosa e exaustiva dos fenómenos enunciativos com uma interpretação ideológica e globalizante dos respetivos efeitos de sentido, num exemplar movimento de vaivém entre a atenção ao pormenor linguístico e a capacidade de interpretação genérica, social e politicamente situada, das implicações de sentido daquelas marcas linguísticas.

#### REFERÊNCIAS

- Authier-Revuz, J. 1995. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire (tomes I e II)*. Paris: Larousse.



Niina Ning ZHANG. *Coordination in Syntax*. Cambridge University Press, U.K., 2010. 273 pp. ISBN 978-0-521-76755-2 (hardback)

Maria do Carmo Oliveira  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

A sintaxe da coordenação é uma componente importante da análise da estrutura da frase e tem sido objeto de várias descrições. A obra de Zhang, publicada pela primeira vez em 2010 pela *Cambridge University Press*, aborda as principais questões que a coordenação levanta, debate diversos problemas colocados por análises linguísticas da estrutura dos itens coordenados e propõe algumas perspectivas de análise que ajudam a resolver questões antigas. Recorrendo a inúmeros exemplos e a perspectivas de análise translinguísticas e inscrevendo-se no quadro teórico generativo e minimalista, a autora debruça-se ainda sobre a forma como os complexos coordenados são estruturados, como alguns dos conectores coordenativos podem ser combinados com itens coordenados de diversas partes do discurso, sobre a natureza fixa de algumas combinações e sobre o tipo de alterações que se regista entre construções coordenadas e não coordenadas.

Partindo do princípio que todas as línguas têm construções coordenadas, o que transforma a coordenação num universal linguístico, aspeto que confere a este processo de combinação de unidades uma relevância muito acentuada, Zhang assume a existência de quatro importantes questões relativas à coordenação que permanecem sem resposta definitiva, apesar de todo o trabalho que os estudos linguísticos têm vindo a desenvolver:

1. A derivação das construções coordenadas cria ou não algum tipo de configuração sintática, diferente da de complementação binária ou da de adjunção?
2. A derivação das construções coordenadas recorre a alguma categoria sintática que não SN, SV...?
3. A derivação nas construções ordenadas está sujeita a algum tipo de

restrição de operações sintácticas para além das condições gerais, tais como a *Minimal Link Condition*?

4. A derivação das construções coordenadas exige algum tipo de operação sintáctica, para além do *Merge*?

A autora propõe uma resposta negativa para todas estas questões.

No plano terminológico, a autora prevê a utilização de *coordenador* para referir conjunção/conector coordenativo, *complexo coordenado* para referir a estrutura coordenada e *conjunto* para referir o item coordenado.

A obra *Coordination in Syntax* divide-se em quatro partes, assumindo-se cada uma delas como a resposta negativa a cada uma das questões elencadas e sendo apresentados, em cada uma das partes, todos os argumentos que validam a posição da autora e rejeitam algumas propostas de análise de outros autores.

A primeira questão tem vindo a ser objeto de interesse por parte dos estudos sobre a coordenação e é tratada no segundo capítulo. A autora parte desses estudos, discutindo as ideias de autores relevantes no estudo da coordenação, como Munn (1987, 1993), Johannessen (1998) e Zoerner (1995), e oferece uma proposta de resposta, acabando por concluir que a estrutura dos complexos coordenados não é diferente da estrutura de todos os outros complexos sintáticos. A coordenação tem, assim, para Zhang, uma estrutura de ramificação binária, na qual um dos conjuntos se apresenta como externo e o outro como interno em relação à conjunção. A relação entre os dois itens coordenados – interno e externo – é, então, a relação típica de especificador e complemento. Assim sendo, a estrutura da coordenação é de complementação, e os coordenadores (conjunções ou conectores) são, por seu turno, lexicalizações do núcleo desta estrutura de complementação. Esta proposta rejeita, por conseguinte, a ideia de coordenação como adjunção de Munn (1993) e também a estrutura n-ária, defendida numa visão mais tradicional e que ainda é sustentada por vários linguistas, adotando uma visão sintaticamente mais abrangente, em conformidade com o trabalho de Kayne (1994) e de Johannessen (1998). Por outro lado, a ideia de relação sintática assimétrica entre itens coordenados tem a vantagem de captar a relação semântica assimétrica que se pode observar entre os conjuntos.

Uma das questões que surge de forma constante nos estudos sobre coordenação é a determinação do estatuto categorial do complexo coordenado,

que Zhang desenvolve no terceiro capítulo. Sendo genericamente assumido que a categoria de uma estrutura é idêntica à de pelo menos um dos termos e considerando que as propriedades (*features*) categoriais de um elemento complexo são projetadas a partir das do seu núcleo, considerar a conjunção como núcleo de um complexo coordenado leva à necessidade de ponderar sobre o facto de coordenadores como *e* e *que* não evidenciarem propriedades categoriais. Assim, reconhecer a conjunção como núcleo do complexo não permite dar conta do facto de a categoria do complexo ser idêntica à de pelo menos um dos termos. Zhang comprova, através de dados obtidos em várias línguas, que os coordenadores procedem à seleção categorial dos conjuntos e que, no caso dos complexos coordenados que têm como núcleo coordenadores do tipo *e*, é o conjunto externo que determina a categoria do complexo coordenado. Para a autora, é a transferência, por percolação, das propriedades categoriais do conjunto externo para o coordenador que permite a determinação categorial do complexo coordenado, uma vez que será o coordenador a projetar as propriedades categoriais para todo o complexo. Zhang afasta ainda a hipótese de existência de um SConj (&P ou BP), enquanto categoria funcional independente, uma vez que os complexos coordenados não revelam uma distribuição diferente da das categorias reconhecidas, não havendo uma posição sintática especificamente reservada para estes itens, nem neutralizam contrastes por elas evidenciados. A autora rejeita ainda, com base na possibilidade de coordenação de categorias distintas, uma das propostas recorrentes na literatura sobre coordenação – a ideia de que todos os complexos coordenados têm subjacente uma coordenação oracional, sujeita a procedimentos de redução e apagamento.

Nos capítulos cinco a sete, Zhang tenta verificar se algum tipo de restrição se aplica na derivação das construções coordenadas, para além das condições de localidade. Assim, aborda uma das propriedades tomada como específica da coordenação, a *Condição de Estrutura Coordenada* (CEC) (*Coordinate Structure Constraint* (Ross 1967)), que não permite o movimento de nenhum elemento coordenado, nem a extração de nenhum elemento contido num termo coordenado. A autora conclui que a primeira parte desta restrição se explica pelas propriedades morfológicas dos coordenadores como *e*, *que*, conforme argumenta, não têm propriedades categoriais intrínsecas, embora sejam o núcleo do complexo coordenado.

Neste sentido, uma vez que é o conjunto externo do complexo que transfere as propriedades para o coordenador, o movimento é proibido, dado que leva à perda das propriedades categoriais. Zhang verifica também a possibilidade de violação desta restrição e observa que sob certas condições também as outras restrições entendidas como típicas da coordenação – a *Coordenação de Semelhantes* (*Coordination of Likes Constraint*) e a *Coordenação de Constituintes* (*Coordinate Constituent Constraint*) – podem ser violadas. Estas observações levam-na a rejeitar estas restrições e a propor o *Requisito de Paralelismo Relativo*, (*Relativized Parallelism Requirement*), que funciona como filtro, e que postula que os itens coordenados devem ter uma relação de coerência, em termos de ligação semântica, e de proximidade, quer em termos de tipo semântico quer de cadeias de dependência. As implicações teóricas desta proposta permitem não só remover as restrições do sistema sintático mas também descrever certas estruturas problemáticas, através de mecanismos gerais de movimento e de extração.

Os capítulos oito e nove verificam a necessidade de existência de algum tipo de operação sintática especial para a derivação das construções coordenadas. Nas propostas da literatura sintática generativa pressupõe-se que existe um movimento especial (*forking*) para a derivação das estruturas coordenadas de *Extração Simultânea* (*Across-the-Board – ATB*). Zhang verifica, através da derivação sintática de construções que utilizam *the same*, (*o mesmo*), que a relação nominal que contém este termo é gerada de base no primeiro conjunto, move-se para fora do complexo coordenado e liga-se a uma pro-forma (*pro-form*) silenciosa no segundo conjunto. Através desta observação, a autora propõe a ideia de que as construções de *Extração Simultânea* são derivadas do mesmo modo, através de movimento normal e de ligação (*binding*) de variáveis. Partindo destes pressupostos, conclui que não há movimentos especiais nas estruturas ATB, nem operações sintáticas especiais envolvidas na derivação de complexos coordenados.

Em suma, as propostas que Zhang apresenta nesta obra confluem na ideia geral de que não se verifica uma sintaxe especial exclusiva para as estruturas coordenadas, sendo assim de presumir que a coordenação não goza de um estatuto sintático diferenciado, sendo passível de descrição de acordo com pressupostos estruturais, categoriais, restritivos e de operações regularmente utilizados para a descrição das construções não coordenadas.

É uma obra importante, na medida em que aborda as principais questões que descrevem a coordenação, discutindo pressupostos que percorrem a literatura disponível sobre este processo de articulação de unidades e avançando propostas que permitem considerar a coordenação num quadro teórico geral e numa teoria sintática mais global.

#### REFERÊNCIAS

- Johannessen, Janne Bondi (1998). *Coordination*. Oxford: Oxford University Press.
- Kayne, Richard (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Munn, Alan (1987). 'Coordinate structure and X-bar theory', *McGill Working Papers in Linguistics* **4.1**: 121-140.
- (1993). *Topics in the syntax and semantics of coordinate structures*, PhD diss., University of Maryland, College Park.
- Ross, John Robert (1967). *Constraints on variables in syntax*, PhD diss., MIT.
- Zoerner, Cyril Edward, III. (1995). *Coordination: The Syntax of andP*, PhD Diss., University of California, Irvine.



# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

## Artigos

Spanish double passives and related structures, *Ignacio Bosque, Ángel J. Gallego*

Contrastive hierarchies, privative features and Portuguese vowels, *Joaquim Brandão de Carvalho*

On Double-Headed Relative Clauses, *Cuglielmo Cinque*

Dos construtos teóricos para as aplicações: o professor como um dos mediadores,  
*Maria da Graça L. Castro Pinto*

Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português  
Europeu Contemporâneo, *Ana Cristina Macário Lopes*

The retroflex r of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of  
language attitudes in Minas Gerais, *Iris Rennie*

Formas completas e apocopadas no imperativo singular português à luz dos  
textos, *Ildikó Szijj*

## Recensões

N. Asher. *Lexical Meaning in Context. A Web of Words*, *Purificação Silvano*

C. Barros. *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo  
Linguístico-Discursivo*, *Ana Maria Brito*

P. Gonçalves. *A Génese do Português de Moçambique*, *Joaquim Barbosa*

F. Hailon. *Idéologie par voix/e de presse*, *Isabel Margarida Duarte*

N. N. Zhang. *Coordination in Syntax*, *Maria do Carmo Oliveira*

VOLUME 6  
NÚMERO 1  
ANO 2011